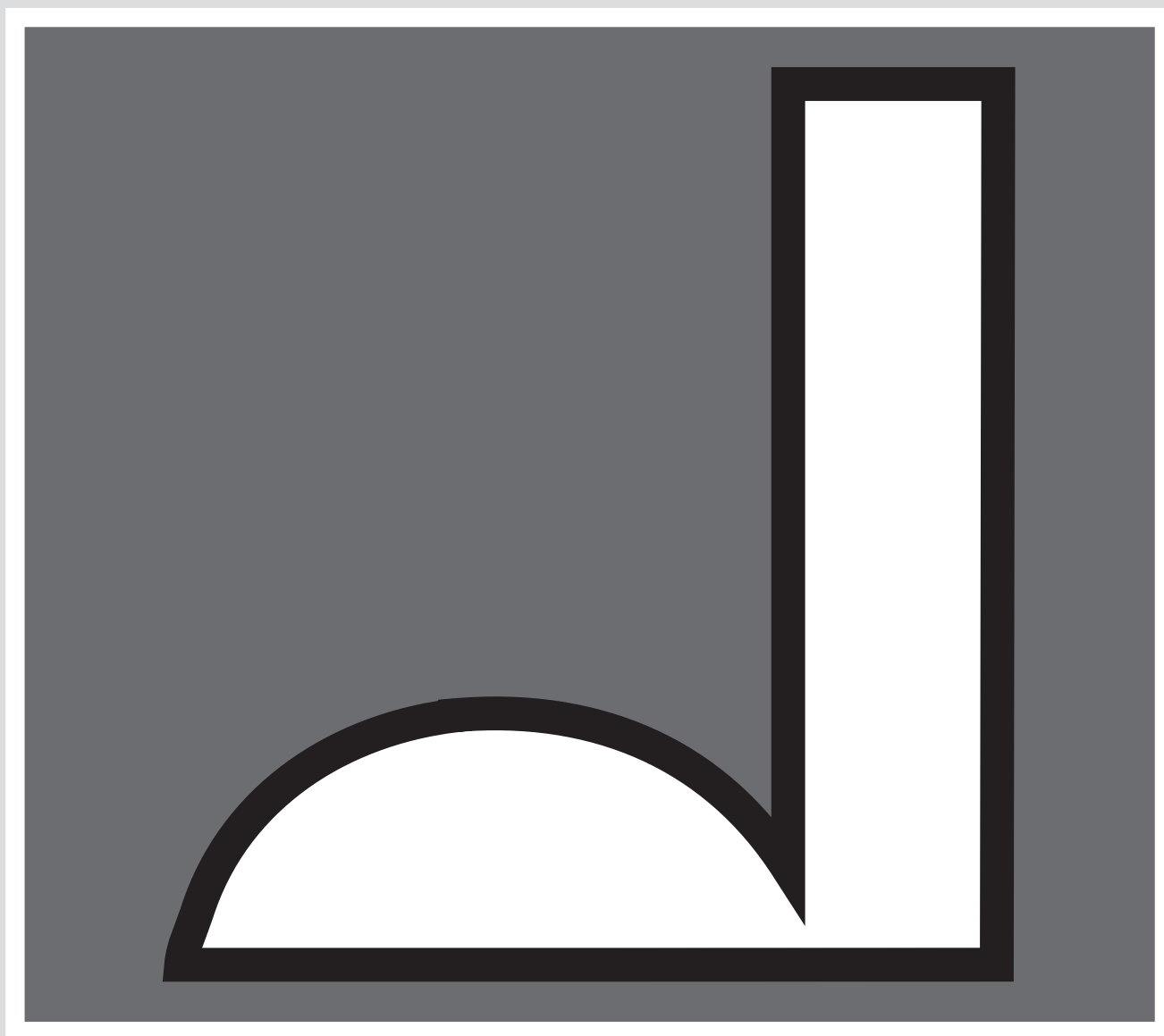




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 056 - QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

**1º VICE-PRESIDENTE**

    Tião Viana - (PT-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE**

    Alvaro Dias - (PSDB-PR)

**1º SECRETÁRIO**

    Efraim Morais - (DEM-PB)

**2º SECRETÁRIO**

    Gerson Camata - (PMDB-ES)

**3º SECRETÁRIO**

    César Borges - (PR-BA) (1)

**4º SECRETÁRIO**

    Magno Malta - (PR-ES)

**Suplentes de Secretário**

    1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

    2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

    3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

    4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

**LIDERANÇAS**

<p align="center"><b>Maioria (PMDB) - 19</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> Vice-Líder ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p>	<p align="center"><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b></p>	<p align="center"><b>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Demóstenes Torres - DEM</b> Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p align="center"><b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi ..... <b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Jefferson Peres - PDT</b> Vice-Líder Osmar Dias</p>	<p align="center"><b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b> Vice-Líder</p>	<p align="center"><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello</p>

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

**EXPEDIENTE**

<p align="center"><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center"><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 2006(\*)(\*\*)(\*\*\*)

Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de abril de 2006.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

(\*) Republicado em retificação à referência de publicação do Tratado mencionada no DOU de 19/04/2006, Seção 1.

(\*\*) O texto do Tratado acima citado está republicado no DSF de 12 e 13/04/2006.

(\*\*\*) Republicado o Decreto Legislativo nº 70, de 2006, com o texto do Tratado acima citado, no DSF de 30/04/2008.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 64ª SESSÃO ESPECIAL, EM 29 DE ABRIL DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Comemoração do Quadragésimo Oitavo Aniversário de Brasília, de acordo com o Requerimento nº 425, de 2008, do Senador Adelmir Santana e outros Senhores Senadores..... 10981

##### 1.2.1 – Orador

Senador Adelmir Santana..... 10981

##### 1.2.2 – Execução da Música Peixe Vivo

##### 1.2.3 – Oradores (continuação)

Senador Mão Santa..... 10983

Senador Gim Argello..... 10985

Senador Cristovam Buarque..... 10987

Senador José Agripino..... 10990

O Sr. José Roberto Arruda (Governador do Distrito Federal) ..... 10991

##### 1.2.4 Fala da Presidência ( Senador Gari-baldi Alves Filho)

##### 1.2.5 Oradores (continuação)

Senador Flexa Ribeiro (nos termos do Art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal) ... 10994

Senadora Lúcia Vânia (nos termos do Art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal) ... 10995

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – ATA DA 65ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE ABRIL DE 2008

#### 2.1 – ABERTURA

#### 2.2 – EXPEDIENTE

##### 2.2.1 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 49/2008, de 15 do corrente, do Ministro da Cultura, *encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 12, de 2008, do Senador Alvaro Dias*..... 10999

Nº 50/2008, de 15 do corrente, do Ministro da Cultura, *encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 86, de 2008, do Senador Arthur Virgílio*..... 10999

Nº 64/2008, de 22 do corrente, do Ministro da Educação, *encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 74, de 2008, do Senador Arthur Virgílio*..... 10999

Nº 76/2008, de 24 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, *encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 166, de 2008, da Senadora Lúcia Vânia*..... 10999

Nº 108/2008, de 16 do corrente, do Advogado-Geral da União, *encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 73, de 2008, do Senador Arthur Virgílio*..... 10999

##### 2.2.2 – Aviso do Secretário Especial dos Direitos Humanos

Nº 25/2008, de 4 do corrente, *encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 65, de 2008, do Senador Arthur Virgílio*. ..... 10999

##### 2.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com fito de obter lucro*. ..... 10999

Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *dá nova redação ao § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil*..... 11000

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta dispositivos à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos Municípios e Estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)*..... 11002

Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *altera a Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências, e a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação*

de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990; 5 de dezembro de 1990; e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências..	11005	Nº 504, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que os Projetos de Lei do Senado nºs 250, de 2005, e 68, de 2003, voltem a ser tramitação autônoma.....	11017
Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre o seguro no arrendamento residencial e imobiliário especial e dá outras providências. ....	11009	Nº 505, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003-Complementar.....	11017
Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza a celebrar convênio com o Governo do Estado de Goiás com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia (GO).....	11009	Nº 506, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, seja despachado para tramitação também na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com destino à Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia (CMACAA), além do despacho inicial de distribuição.....	11017
Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre guarda e adoção.....	11010	Nº 507, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, de sua autoria. <b>Deferido.</b> ....	11017
Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia.....	11015	Nº 508, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2007, de sua autoria. <b>Deferido.</b> ....	11019
Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que determina o cancelamento das multas aplicadas na vigência da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.....	11016	<b>2.2.6 – Discursos do Expediente</b>	
<b>2.2.4 – Comunicações da Presidência</b>		SENADOR PAULO PAIM – Leitura de Moção de Denúncia, Defesa e Apoio à Memória das Vítimas de Doenças Relacionadas ao Trabalho. Registro da visita recebida do Sr. Ricardo Patah, Presidente Nacional da UGT. Registro de reuniões realizadas em Porto Alegre, com diversas entidades, que manifestaram-se em apoio aos projetos em favor de aposentados e pensionistas. Análise sobre a crise mundial de alimentos.....	11019
Recebimento do Ofício nº S/11, de 2008 (nº 11.671/2008, na origem), do Ministério do Controle e da Transparência, encaminhando para conhecimento e eventuais consultas, em CD, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 24ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. ....	11017	SENADOR MÁO SANTA – Apelo ao Presidente Lula no sentido da recuperação das estradas no Piauí e em todo o País.....	11024
Recebimento do Aviso nº 28, de 2008 (nº 335/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 597/2008, proferido nos autos do processo nº TC 021.103/2005-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Relatório de Acompanhamento sobre Edital de Concorrência das Obras de Construção do Prédio Anexo III do Senado Federal. ....	11017	SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Relato sobre os trabalhos da Subcomissão que avalia a crise do meio ambiente. Repúdio ao fechamento de madeiras fiscalizadas em Rondônia.....	11025
<b>2.2.5 – Leitura de requerimentos</b>		<b>2.2.7 – Ofício</b>	
Nº 503, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 30 de abril do corrente, seja destinado a homenagear os trabalhadores brasileiros, em comemoração ao dia 1º de maio – Dia Mundial do Trabalho. ....	11017	Nº 119/2008, de 23 do corrente, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a substituição do Volume VI da Redação Final de do Projeto Lei nº 30/2007-CN, em virtude de erros materiais decorrentes de processamento de dados. ....	11027
		<b>2.2.8 – Comunicação da Presidência</b>	
		Republicação do Volume VI da redação final do Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, bem como do envio do retificado volume retificado à Presidência da República.....	11028
		<b>2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	
		SENADORA IDELI SALVATTI – Comentários sobre pesquisa da CNT/Census, apresentam	

do evolução positiva para o Presidente Lula e seu Governo. ....	11028	Projeto de Lei do Executivo nº 3.021/08, que estabelece novas regras para a obtenção de documentos públicos para o terceiro setor.....	11038
SENADOR GERSON CAMATA – Comentários sobre o anúncio da ONU a respeito da alta dos preços de alimentos como crise global. Questionamento sobre as alegações de que o biocombustível é o vilão da crise de alimentos. ....	11030	SENADOR ALVARO DIAS – Transcrição nos Anais da Carta de Intenções da Juventude do PSDB, para a Conferência Nacional da Juventude.....	11042
<b>2.2.10 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União</b>		SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Considerações sobre a estória de um jovem residente em Jabotão dos Guararapes, que passou no vestibular de medicina, em primeiro lugar, e cujo pai tem renda inferior ao salário-mínimo. ....	11045
Nº 9, de 2008-CN (nº 254-GP/TCU/2008, na origem), <i>encaminhando ao Congresso Nacional a prestação de contas daquele Órgão, referente ao exercício financeiro de 2007</i> .....	11032	SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro da importância do lançamento do livro “Guia do Eleitor Cidadão para as eleições de 2008”. Referências à matéria publicada no jornal do Conselho Federal de Medicina intitulada “SOS, o SUS pede socorro”. Registro de encontro do Príncipe Charles com Governadores da Amazônia. Considerações sobre a matéria do jornal <b>O Globo</b> , intitulada “Governo Federal terceiriza a ONGs política indigenista do país”.....	11047
<b>2.2.11 – Comunicação da Presidência</b>		2.3 – ORDEM DO DIA	
Recebimento, no prazo legal, das prestações de contas dos seguintes Órgãos: Governo Federal (Mensagem nº 24/2008-CN – nº 148/2008, na origem), Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 3/2008-CN – nº 1622/2008, na origem), Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 4/2008-CN – nº 245/GP/2008, na origem), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Ofício nº 5/2008-CN – nº GPR/4959/2008, na origem), Câmara dos Deputados (Ofício nº 6/2008-CN – nº Of.GP-O/638/08, na origem), Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 7/2008-CN – nº TST.SET.GP/117/2008, na origem), Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 8/2008-CN – nº 2/GP/2008, na origem), Conselho da Justiça Federal (Ofício nº 9/2008-CN – nº /PR2008020106/2008, na origem), Ministério Público da União (Ofício nº 10/2008-CN – nº PGR/GAB/408/2008, na origem), Supremo Tribunal Federal (Ofício nº 11/2008-CN – nº 26/GP/2008, na origem), e Senado Federal (Of. nº 12/2008-CN – nº 198/2008-CN, na origem).....	11032	<b>São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, quarta-feira, dia 30, em virtude de não haver acordo de Lideranças para apreciação dos Itens 1 e 2 da pauta de hoje:</b>	
<b>2.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)</b>		<b>Item 1</b>	
SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia Nacional da Educação. Contestação ao anúncio feito pelo Presidente Lula sobre a criação, até 2010, de 400 mil novas vagas nas universidades brasileiras. Defesa da escola em tempo integral e verbas da União para as universidades estaduais. ....	11032	Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.....	11069
SENADOR GEOVANI BORGES – Homenagem pelo transcurso dos 18 anos da Universidade Federal do Amapá, e comemoração pela concessão de verbas para a Faculdade de Medicina do Amapá. ....	11035	<b>Item 2</b>	
SENADOR FERNANDO COLLOR – Preocupação com a grave crise por que passa a Bolívia, onde se expandem os fatores de instabilidade e de desagregação, e com os efeitos que possam afetar o Mercosul. ....	11037	Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.....	11069
SENADOR FLÁVIO ARNS – Registro do transcurso, em 23 de abril, do Dia Mundial do Escoteiro e, ontem, do Dia Nacional da Educação. Debate sobre a Medida Provisória nº 410, de 2007. Relato sobre reunião realizada no Paraná, para discutir o		<b>Item 3 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)</b>	
		Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).....	11069
		<b>Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)</b>	
		Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Re-	

lador <b>ad hoc</b> : Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007.....	11069		
<b>Item 5</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....	11069		
<b>Item 6</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. ....	11070		
<b>Item 7</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. ....	11070		
<b>Item 8</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. ....	11070		
<b>Item 9</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)....	11070		
<b>Item 10</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....	11070		
<b>Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....	11071		
<b>Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.....	11071		
		<b>Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)</b>	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....	11071
		<b>Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)</b>	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece...	11071
		<b>Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)</b>	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. ....	11071
		<b>Item 16 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)</b>	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.....	11071
		<b>Item 17</b>	
		Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.....	11072
		<b>Item 18</b>	
		Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família.....	11072
		<b>Item 19</b>	
		Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas)..	11072
		<b>Item 20</b>	
		Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o	

*Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. ...*

11072

**Item 21**

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo. ....*

11072

**Item 22**

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele). ....*

11072

**Item 23**

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. ....*

11072

**Item 24**

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). ....*

11073

**Item 25**

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ...*

11073

**Item 26**

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas. ....*

11073

**Item 27**

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia). ....*

11073

**Item 28**

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). ....*

11073

**Item 29**

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais). ....*

11073

**Item 30**

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). ....*

11073

**Item 31**

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. ....*

11074

**Item 32**

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. ....*

11074

**Item 33**

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários. ....*

11074

**Item 34**

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos). ....*

11074

**Item 35**

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos. ....*

11074

**Item 36**

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro. ....*

11074

**Item 37 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta*

artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.....

11074

**Item 38 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. ....

11075

**Item 39 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. ....

11075

**Item 40**

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. ....

11075

**Item 41 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. ....

11075

**Item 42**

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos. ....

11075

**Item 43**

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados. ....

11075

**Item 44**

Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquéri-

to do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços. ....

11076

**Item 45**

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. ....

11076

**Item 46**

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ....

11076

**Item 47**

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. ....

11076

**Item 48**

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. ....

11076

**Item 49**

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.....

11076

<b>Item 50</b>		
Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que <i>requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País</i> .....	11076	
<b>Item 51</b>		
Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, <i>solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado</i> .....	11077	
<b>Item 52 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)</b>		
Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, <i>solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano</i> .....	11077	
<b>Item 53</b>		
Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, <i>solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado</i> .....	11077	
<b>Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)</b>		
Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo"</i> .....	11077	
<b>Item 55 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)</b>		
Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, <i>solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007</i> .....	11077	
<b>Item 56</b>		
Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania</i> .....	11077	
		<b>Item 57 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)</b>
		Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, <i>solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina</i> .....
	11077	
		<b>Item 58</b>
		Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria</i> .....
	11078	
		<b>Item 59</b>
		Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria</i> .....
	11078	
		<b>Item 60</b>
		Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, <i>solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco</i> .....
	11078	
		<b>Item 61</b>
		Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária</i> .....
	11078	
		<b>Item 62</b>
		Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria</i> .....
	11078	
		<b>Item 63</b>
		Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle</i> .....
	11078	

<b>Item 64</b>		<b>Item 71 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)</b>	
Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....	11078	Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.....	11079
<b>Item 65</b>		<b>Item 72 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)</b>	
Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde.) .....	11078	Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt. ....	11079
<b>Item 66</b>		<b>Item 73</b>	
Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria....	11079	Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).....	11079
<b>Item 67</b>		<b>Item 74</b>	
Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.) .....	11079	Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).....	11080
<b>Item 68</b>		<b>Item 75</b>	
Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.).....	11079	Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).....	11080
<b>Item 69</b>		<b>Item 76</b>	
Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria. (Liberdade de manifestação do pensamento e de informação.).....	11079	Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais). ....	11080
<b>Item 70</b>		<b>2.3.1 – Comunicação da Presidência</b>	
Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV) .....	11079	Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, terça-feira, dia 29, às 19 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei. ....	11080
		<b>2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia</b>	
		SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Preocupação com a crise que se avizinha no mundo, em razão da escassez e da alta no preço dos alimentos. ....	11080
		SENADOR RENAN CALHEIROS – Destaque para a experiência positiva dos APLs em diversos Estados brasileiros. ....	11084

SENADOR <i>CÉSAR BORGES</i> , como Líder – Relato de reunião no dia 4 último, em Tóquio, no Japão, para reafirmar a amizade entre os dois países, comemorando o centenário da imigração nipônica para o Brasil. ....	11085	Sierra, na Bolívia, para decidir se a região vai tornar-se um país independente. ....	11122
SENADOR <i>GILBERTO GOELLNER</i> – Preocupação com o gravíssimo quadro da crise de desmatamento por que passam os estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso, em vista do Decreto nº 6.321 e da Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal....	11087	<b>2.3.7 – Discursos encaminhados à publicação</b>	
SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> – Alerta sobre pesquisa divulgada pela mídia, que retrata a preocupação dos brasileiros com a questão da saúde. ....	11092	SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Considerações sobre o acesso às comunicações através da rede mundial de computadores e elogios aos programas Banda Larga nas Escolas e Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão. ....	11129
SENADOR <i>ANTONIO CARLOS JUNIOR</i> – Repúdio à reportagem caluniosa da revista <i>Istoé</i> , contra a pessoa de S. Exa. e de sua família.....	11095	SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Registro da matéria intitulada “Pressão pela sobrevivência acelera abandono”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 9 de março último.....	11131
<b>2.3.3 – Comunicações da Presidência</b>		SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Registro da matéria intitulada “Dois ministros embolsaram ajuda indevida”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 13 de fevereiro último.....	11132
Transferência para amanhã, dia 30 do corrente, às 13 horas e 30 minutos, da sessão conjunta do Congresso Nacional anteriormente convocada para hoje.....	11096	<b>2.3.8 – Comunicações da Presidência</b>	
Republicação do Decreto Legislativo nº 70, de 2006, que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, por ter sido constatada inexatidão material nas publicações do texto do referido Tratado no Diário do Senado Federal.....	11096	Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 30, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	11133
<b>2.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)</b>		2.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> , como Líder – Comentário sobre matéria publicada pelo jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , do dia 20 de abril, intitulada “Amazônia é nova fronteira de exploração petrolífera em terra”... ..	11112	<b>3 – ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS AOS VOTOS PRESIDENCIAIS CONSTANTES DA CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO E LISTA DE VOTAÇÃO UTILIZADAS NA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADA NO DIA 15/04/2008</b>	
<b>2.3.5 – Apreciação de matéria</b>		<b>4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 29-4-2008</b>	
Requerimento nº 466, de 2008, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> ....	11114	<b>SENADO FEDERAL</b>	
<b>2.3.6 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)</b>		<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA</b>	
SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Críticas a gestão da Governadora Ana Júlia, do Estado do Pará. ....	11114	<b>6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>	
SENADOR <i>JOSÉ NERY</i> – A violência contra os moradores da Ilha de Marajó. A crise mundial de alimentos e as suas consequências para o Brasil. ....	11116	<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	
SENADOR <i>RENATO CASAGRANDE</i> – Considerações sobre o acesso à internet banda larga e à fusão das empresas BrasilTelecom e Oi. Proposta para que o Senado Federal promova debate sobre a regulamentação da Lei Geral das Telecomunicações. O lucro abusivo dos bancos. ....	11120	<b>8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
SENADOR <i>INÁCIO ARRUDA</i> – Comentários ao plebiscito a ser realizado em Santa Cruz de La		<b>9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
		<b>12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL</b>	
		<b>14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	
		<b>15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
		<b>16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	

# Ata da 64ª Sessão Especial, em 29 de abril de 2008

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias e Adelmir Santana*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 44 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o 48º aniversário de Brasília, de acordo com o Requerimento nº 425, de 2008, do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores.

Convido, para compor a Mesa, o autor do requerimento, Senador Adelmir Santana, e o pioneiro de Brasília, representando os demais pioneiros, Sr. Ernesto Silva. (Palmas.)

Convido todos, para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional brasileiro, executado pelo cantor Nilton Lima, acompanhado do tecladista José Cabreira.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– É com satisfação que convido o Governador José Roberto Arruda para compor a Mesa.

Convido o Senador Adelmir Santana, primeiro subscritor do requerimento para esta sessão de homenagem, para compor a Mesa.

Agradecendo a presença de todos que nos honram nesta manhã de homenagem a Brasília, passo a palavra ao principal responsável por esta sessão especial, o Senador Adelmir Santana, que é também o primeiro orador inscrito.

Com a palavra, o Senador Adelmir Santana; depois, teremos o Senador Cristovam Buarque, Senador Mão Santa e Senador Renato Casagrande, inscritos também para esta solenidade.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Exmº Sr. Governador José Roberto Arruda, Exmº Sr. Dr. Ernesto Silva, pioneiro desta cidade, em nome do qual saúdo todos os pioneiros presentes, nesta manhã, a esta sessão.

Quero saudar também o Exmº Sr. Vice-Governador, que acaba de adentrar o plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Peço licença ao Senador Adelmir Santana para convidar o Senador e Vice-Governador Paulo Octávio para assumir um lugar à mesa. (Palmas.)

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Srs.

Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, em nome do Deputado Osório Adriano, também pioneiro desta cidade, saúdo a todos; senhores convidados, meus senhores e minhas senhoras, um bom-dia a todos!

Fico emocionado ao ver este plenário lotado para homenagear uma cidade que surgiu do sonho de um homem admirável: Juscelino Kubitschek.

Quarenta e oito anos se passaram desde o dia da inauguração da nova capital do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Adelmir Santana, desculpe interrompê-lo.

Gostaria de anunciar uma delegação que nos honra com sua visita. Está-nos visitando o vice-presidente eleito do Paraguai, Sr. Federico Franco, que nos honra com sua presença, ao lado da sua comitiva, a quem solicitamos aplausos, agradecendo a visita. (Palmas.)

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Sr. Presidente, quero aproveitar essa interrupção, também para saudar os Srs. Embaixadores, os quais tive a oportunidade de cumprimentar e que estão presentes a esta sessão.

Eu dizia, Sr. Presidente, que 48 anos se passaram desde o dia da inauguração da nova Capital do País. Uma cidade construída em pouco mais de mil dias, graças à coragem dos milhares de pioneiros que chegaram aqui no final da década de 50.

Seja seguindo um sonho, uma intuição, seja para viver uma aventura ou vencer um desafio...

São inúmeras as razões que motivaram a chegada dos pioneiros à nova Capital do País.

Desde o início de sua construção, Brasília significou a esperança de novos dias.

O empreendedorismo dos brasileiros foi, sem dúvida, um fator determinante para que os primeiros pioneiros viessem para Brasília quando aqui era apenas um sonho.

É muito bom ver que muitos desses pioneiros estão hoje aqui conosco, participando desta homenagem a Brasília. Uma homenagem que não se limita à

cidade, à nossa Capital, mas é também extensiva aos nossos bravos e corajosos pioneiros e às famílias que formaram aqui.

Pioneiros porque foram os primeiros trabalhadores das mais diversas áreas. Pessoas que iniciaram de forma obstinada suas atividades na nova Capital e contribuíram de forma decisiva com o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Hoje, com quase 50 anos, Brasília pode ser descrita tanto pelo ousado planejamento urbanístico de Lúcio Costa e a arquitetura extraordinária, curva e mágica de Oscar Niemeyer, como pelas pessoas que aqui construíram as suas histórias e são o coração desta cidade.

Parece lugar comum, mas é preciso reafirmar: Brasília não está restrita à Esplanada dos Ministérios, ao Palácio do Planalto e ao nosso Congresso Nacional.

Ainda há quem diga que Brasília não tem gente. Isso porque não conhecem a nossa personalidade, formada e adquirida em menos de cinco décadas, a partir do caldo de cultura de brasileiros de todos os Estados que vieram para cá.

Ao olharmos para o verdadeiro universo que nasceu e se esparramou em torno do Plano Piloto, podemos ver e sentir um núcleo urbano vibrante que chega a 4 milhões de habitantes – 2,5 milhões no Distrito Federal e mais 1,5 milhão no chamado Entorno.

Esta Brasília é realmente exemplar e traz um orgulho para os seus filhos: possui o maior índice de Desenvolvimento Urbano do País.

Afinal, já somos a quarta cidade brasileira em população – à frente de Belo Horizonte e Fortaleza – e a terceira cidade mais rica, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$80,5 milhões, o que representa 3,75% do PIB nacional.

Assim, possuímos níveis de qualidade de vida idênticos aos de países desenvolvidos da Europa. O uso da linguagem digital por parte da nossa juventude é extraordinário e superior até ao das principais capitais brasileiras.

Temos o terceiro aeroporto brasileiro em movimento de passageiros e aeronaves, com viagens diretas para a Europa e Estados Unidos; somos o terceiro mercado de barcos de passeio do Brasil e o nosso Lago Paranoá está a 1.200 quilômetros da praia mais próxima; e hospedamos em nosso território todos os países do mundo que mantêm relações diplomáticas com o Brasil.

Brasília já formou sua primeira geração de brasilienses, gente que nasceu e cresceu aqui; gente que aprendeu a viver suas distâncias, seu clima intenso de

chuvas e de seca; que ama o seu céu infinito; o pôr-do-sol magnífico; a diversidade de árvores e plantas e a vegetação do cerrado. Essa geração já é mais da metade da população brasiliense e seus exemplos florescem Brasil afora. Hoje já se fala, inclusive, de um sotaque próprio, o sotaque brasiliense, que vem sendo estudado a fundo pela Universidade de Brasília.

Eu mesmo, maranhense de nascimento e brasiliense de coração, cheguei aqui aos dezenove anos, onde conheci a minha amada esposa Maria José – Maria José que está aqui entre nós –, e aqui formei a minha família. Meus filhos são todos brasilienses e meus cinco netos também trazem em suas certidões de nascimento Brasília como sua cidade de origem.

Quis o destino e a divina providência que a minha pessoa fizesse parte deste enredo. Primeiro, como um jovem, como milhares de outros que vieram para o Distrito Federal dar vida e luz ao sonho de JK. Conheço bem as dificuldades e os obstáculos que precisamos vencer para fazer de Brasília uma cidade digna e motivo de orgulho para todos que vivem aqui.

Agora, como Senador da República e representante dos moradores do Distrito Federal, tenho condições de refletir sobre essa laboriosa e digna aventura e contribuir em todos os níveis para que Brasília não somente se sustente no atual patamar de desenvolvimento, mas que alcance outros degraus ainda mais altos.

Posso afirmar, sem medo, que Brasília hoje é um exemplo para o Brasil.

Somente aqui, motoristas respeitam a faixa de pedestre. Em Brasília, o pedestre tem prioridade.

É com orgulho também que anuncio que, em poucos meses, o Distrito Federal será a primeira unidade da Federação a oferecer água e esgoto tratados em 100% das residências.

Brasília, como acontece em todo o Brasil, é dividida por um imenso fosso social. É uma cidade desigual, como o Brasil é um país desigual. Mas o governo local tem investido pesado nas áreas mais pobres.

As áreas degradadas, invasões que surgiram a partir da falta de fiscalização dos governos que passaram pela cidade, estão sendo transformadas em cidades. São localidades como Pôr do Sol, Sol Nascente, Arniqueiras, Vila São José, Porto Rico, Itapoã – todas com nomes que remetem ao paraíso, mas sem a menor condição de abrigar as milhares de famílias que se amontoam em barracos paupérrimos. Os moradores vão ganhar água potável, esgoto, captação de água pluvial, asfalto, meios-fios e calçadas. São R\$287 milhões que estão sendo investidos apenas nessas áreas degradadas.

Outro programa, igualmente em execução, aplica R\$67 milhões na urbanização de outras duas localidades paupérrimas, Vila Estrutural e Varjão.

O compromisso do governo do Distrito Federal com o futuro vai além das fronteiras geográficas. Estão sendo investidos R\$30 milhões em cidades goianas que formam o Entorno do DF – e é bom lembrar que os moradores dessas cidades usam os serviços públicos do Distrito Federal, numa conta que alcança dezenas de milhões.

É claro que a nossa Capital tem problemas, como todas as grandes cidades brasileiras, mas são problemas que ainda não estão sedimentados e podem ser combatidos. É o que está sendo feito, de forma responsável e bem sucedida, pelo nosso Governador José Roberto Arruda, que não tem medo de assumir medidas impopulares, desde que sejam para o bem da sociedade como um todo e a garantia de uma sociedade mais organizada no futuro.

É essa Brasília que festejamos neste 48º ano de sua existência. A Brasília que levou à Esplanada dos Ministérios mais de um milhão de pessoas no dia 21 de abril deste ano, uma festa como há muito tempo não se via, uma cidade empreendedora desde o seu berço, com suas oportunidades de trabalho, educação, saúde, esporte, lazer e cultura.

Para finalizar, vale lembrar as palavras de Juscelino Kubitschek ao inaugurar a cidade que tanto amamos:

Ela foi fundada porque sabíamos estar forjada em nós a resolução de não mais conter o Brasil civilizado numa fímbria ao longo do oceano, de não mais vivermos esquecidos da existência de todo um mundo deserto, a reclamar posse e conquista.

Não podemos recuar um milímetro sequer no rumo do desenvolvimento, com emprego, educação e bem-estar para todos.

Tudo isso com muito humanismo e cultura.

Essa é a receita para chegarmos ao primeiro cinquentenário sem trairmos o ideário de JK.

É bom ver este plenário! Presentes aqui não apenas pioneiros, como Ernesto Silva, mas pioneiros que preservaram esta cidade, que construíram esta cidade e que foram sempre homenageados pelas autoridades locais. Tivemos a oportunidade de cumprimentar aqui, hoje, pioneiros homenageados pelo governo local no último dia 21 de abril e que orgulhosamente ostentam suas condecorações, demonstrando o amor que todos sentimos por esta cidade; cidade que aprendemos amar, que escolhemos como nossa pátria, não de nascimento, mas de escolha pessoal. Isto nos orgulha

muito: ver este plenário com a presença de pessoas tão importantes, importantes para a cidade, importantes para nós, pioneiros, importantes para nós que ajudamos a construí-la.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Meus cumprimentos ao Senador Adelmir Santana, que expressou sentimentos também da Mesa do Senado Federal.

Convido o Senador Adelmir Santana para presidir esta sessão. Farei as honras da Casa, recebendo o vice-presidente eleito do Paraguai, Federico Franco, que nos honra e vem representando o presidente eleito, Fernando Lugo, no reflorescimento da democracia no país vizinho, que recebe os cumprimentos do Senado Federal pela demonstração de avanço democrático, pelo respeito à soberania popular e acatamento à decisão das urnas. Parabéns do Senado Federal do Brasil ao país-irmão Paraguai!

Convido para assumir a Presidência o Senador Adelmir Santana. (Pausa.)

*O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.*

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Vamos ouvir agora, em homenagem ao fundador desta cidade, a música Peixe Vivo.

*(Procede-se à execução da música Peixe Vivo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela Liderança do PMDB.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Adelmir Santana, como são muitas as autoridades presentes, peço permissão para saudá-las todas, porque poderia esquecer alguns nomes, o que, mesmo involuntariamente, seria imperdoável. Quero, então, saudar todas as autoridades e iniciar este pronunciamento lembrando algo que disse Pascal, e que aprendi na infância: “O coração tem razões que a própria razão desconhece”. Saúdo, então, todas as lideranças na pessoa do nosso irmão camarada, o ex-Senador Paulo Octávio.

Parlamentares presentes, meus senhores, encantadoras senhoras, brasileiros e brasileiras que nos assistem aqui e pelo sistema de comunicação do Senado Federal, agradeço ao extraordinário Senador Gim Argello, que me cedeu sua vez, porque tenho um compromisso numa comissão. Serei breve, mas tinha que estar aqui.

Todos sabemos, mas nada melhor do que este folheto que saiu, por iniciativa do Governo Arruda, do Arquivo do Distrito Federal, sobre o sonho e sobre a história do nascimento de Brasília. Mas sou eu do Piauí, e acho que isso começou foi lá, professor Cristovam, no Piauí. Só estou contrariado porque acho que Adelmir Santana é mais piauiense do que maranhense, nasceu foi em Uruçuí – é porque tinha cartório em Balsas, e ele foi ali e se registrou. Aliás, o nosso Estado, lutando por seus direitos, já lhe deu o Título de Cidadão Municipal e Estadual do Piauí. Então, S. Ex<sup>a</sup> é nosso, e digo isso com todo respeito, porque sou filho de maranhense.

Isso começou no Piauí, Cristovam. Eu sei de Dom João VI e tal, está muito bem inscrito aqui, estudei muito História, mas começou mesmo no Piauí. Teresina foi a primeira capital planejada deste País. Olhem as capitais do Nordeste: todas no mar – embora eu seja de uma cidade à beira-mar, no Piauí. Nós somos diferentes: cidade mesopotâmia, Teresina encravou-se no coração do Piauí – foi a primeira mensagem –, em 1852, que é bem antes de 1960. Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só. Então, com essa idéia, nasceu Goiânia, nasceu Belo Horizonte, nasceu Brasília e nasceu Palmas, mas tudo começou com essa decisão centralizadora, com a intenção de integrar. Assim como o coração está no meio do corpo, começou lá a primeira capital planejada. É aquela do Pascal, a que me referi: “o coração tem razões...”

Mas e este homem? Este homem foi médico como eu, foi cirurgião de Santa Casa, prefeitinho, governador, cassado bem aqui. Foi um homem ímpar. Mas Deus escreve certo por linhas tortas. Há tantos anos, tantos anos, desde Dom João VI, quase todas as Constituições traziam a idéia da criação da capital... Sou do tempo em que se estudava, e se estudava mesmo, porque este Brasil tinha boas escolas. O exemplo é lá de Itajubá, terra de boas escolas. Este Brasil era um Brasil organizado, constituído e sério. Vejam o exemplo dos que governaram, desde os governadores-gerais, estadistas, e chegando em Juscelino. Este País não se fez agora.

Vou lembrar o acontecido num comício no interior de Goiás – comício, povo... O líder do meu partido, encantado no fundo do mar, disse: “Ouçam a voz rouca das ruas”. Tônico, homem do povo – por coincidência histórica, é cunhado do ex-Senador Maguito Vilela, nosso companheiro –, indagou de Juscelino: “V. Ex<sup>a</sup>, se eleito for, vai obedecer a Constituição?”. A Constituição não, as Constituições, que já pregavam a criação da capital no interior do País. A nossa geração de brasileiros estudava, este País era organizado. Chegou um poeta a dizer: “*Criança! Não verás pais*

*nenhum como este!*”. Qual é o poeta que canta isso hoje? Atentai bem! Meditem!

Tinha um quadradinho nos mapas, estudei vendo aquele quadradinho. Mas Juscelino disse: “Vou construir”, e mandou incluir isso em suas trinta metas, que todos nós lemos. Determinou ao Coronel Affonso Heliodoro dos Santos que incluísse a construção na meta-síntese. É a história de Brasília.

O que é Brasília? Brasília é Brasil, é o símbolo maior hoje. De Brasília, todos nós somos orgulhosos.

Deus já me permitiu, quando governei o Piauí, ir duas vezes a Washington, assinar um programa – naquele tempo, era PCBR; hoje é Programa de Combate à Pobreza Rural. Brasília é bem mais interessante do que Washington. Brasília é estudo, é qualidade. Mas Brasília – estou aqui e tenho que falar – é Piauí, porque tem trezentos mil piauienses aqui. O meu assessor botou o nome de três que ele acha importantes, mas não vou citá-los porque, para mim, todos os piauienses são importantes. São trezentos mil aqui!

Aqueles que são como São Tomé, olhem um painel aqui. Bem aqui, temos escrito “Ordem e Progresso”. Isso foi feito por um zelador, que é do Piauí. Ele faz isso com um aspirador de pó. Tem uma bandeira aqui nesse tapete. É um piauiense que desenha isso quando faz a limpeza.

São todos piauienses ilustres, inclusive os que meu assessor incluiu aqui e não vou citar. Todos são muito importantes, e ajudamos a construir Brasília.

Deus fez o mundo, todos nós sabemos. Juscelino Kubitschek fez isto. Árvore boa dá bons frutos: todos os Governadores daqui foram extraordinários, todos, começando por aqueles que eram nomeados quando o sistema era outro. De tal maneira que esta é, hoje, a melhor cidade do nosso Brasil, talvez do mundo. (Palmas.)

Também, com tantos piauienses, tinha que ser!

Mas tenho aqui um folheto sobre Juscelino Kubitschek. É uma homenagem do ex-combatente Tenente Jaime Tomaz de Aquino, jaguaribano, do Ceará. Chamo o Tenente de Rei do Caju. Ele planta caju, tem fábrica. Quando eu governava o Piauí, não tinha fábrica. Acabei fazendo 27, e ele me ajudou muito. Era tudo plantado, e os cearenses, sabidos, levavam. Nós industrializamos, inclusive com uma multinacional. Mas ele faz um folheto sobre Juscelino. E é a coisa mais bela!

Mostrem aí para o povo do Brasil ver a simpatia de Juscelino; Juscelino beijando sua santa mãe; amizade e fidelidade aos mais pobres, ao seu motorista; com sua esposa.

Há também uma frase... Esse Aquino foi amigo dele mesmo. Mandou o discurso que ele fez às vésperas de ser cassado. Ele, que conviveu com Jusceli-

no, escolheu a seguinte frase de JK – não é a que eu escolhi; depois, vou terminar com a minha:

Meu pensamento volta-se nesse instante para as novas gerações, que hão de recolher o fruto de nossos trabalhos e encontrar um Brasil diferente daquele que encontramos: um Brasil integrado no seu verdadeiro destino, diante da Bandeira Nacional, com as suas 22 estrelas.

Hoje tem mais, os Territórios foram transformados em Estados, nasceu o Mato Grosso do Sul, nasceu o Tocantins. Mas ele diz:

Saúdo os pioneiros, os que lutaram para que chegássemos ao que somos. E saúdo os filhos de nossos filhos, para os quais, sem medir esforços e sacrifícios, erguemos as bases da nossa grandeza futura.

Juscelino Kubitschek.

Todos sabemos que ele é fonte de inspiração para todos. Tenho 65 anos de idade. Ali, estou vendo uma comenda bonita no peito garboso. Já recebi algumas, mas a de que tenho mais orgulho foi a que recebi do Memorial JK, no centenário de Juscelino. Seriam escolhidos dois congressistas para homenagear. Eu já sabia de um – e vou contar, tive pouca fé –, que tinha que ganhar por merecimento: Paulo Octávio. Então, havia apenas uma, e jamais pensei que ia ganhá-la, porque Antonio Carlos Magalhães, que conviveu e lutou com ele, e era um dos maiores poderosos no Brasil, mostrou vontade de ganhá-la. Então, eu do Piauí... Não sei, foi Deus, foi Paulo Octávio que me ajudou ou foi uma inspiração. Não se foi o nosso General que toma conta do Memorial... Eu sei que, às vésperas, me disseram que tinha sido eu quem havia ganhado. Eu não convidei ninguém, porque não iria divulgar que estava disputando, porque não acreditava. E, como não convidei ninguém, pouca gente do Piauí sabe disso. Mas é com orgulho que ostento aquela comenda, porque não teremos mais, ninguém mais vai ganhar. Foram os cem anos e acabou! Só cem anos!

Então, com isso tudo, agradeço a Deus – acho que você deu uma mãozinha também –, mas o Coronel do Memorial, está aqui o retrato dele, até risquei aqui, Coronel Affonso Heliodoro, Coordenador das Metas de Brasília, a meta-síntese. Fiquei perplexo, porque achei que o Antonio Carlos ganharia, da Bahia... Mas vejo que o Piauí é melhor mesmo. Atentai bem! Com esse negócio de Tiradentes – os mineiros é que nos ganham aqui; somos a segunda colônia de Brasília, a primeira é a dos mineiros –, que não deu certo, quem colocou os portugueses para fora em guerra fomos nós, numa batalha sangrenta, em 13 de março. Depois, os baianos fizeram outra, mas foi em 2 de julho;

julho é depois de março. Então, tínhamos que estar na frente mesmo. Acho que eu merecia, e o fato é que eu ganhei. E essa, com certeza, é uma homenagem aos 300 mil piauienses que estão aqui.

Mas a frase de Juscelino, de tanta inspiração, que ele nos dá, é a seguinte, e faço minhas as palavras de Juscelino para terminar e para incutir na cabeça de todos os brasilienses, incutir nessa mocidade, que deu o maior presente a Brasília e ao Brasil – a nossa maior riqueza é a mocidade –, e que teve a coragem de lutar contra a corrupção na Universidade de Brasília. E não foi contra aquele problema interno de lá, não; aquilo foi um recado a todos nós. Ulysses dizia: “A corrupção é o cupim que mais corrói a democracia”. E como temos cupim hoje no Brasil, não é? Então, eles nos alertaram; foi o grande presente que a mocidade de Brasília deu a Brasília e ao Brasil.

Mas Juscelino disse assim:

É melhor sermos otimistas; o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.

Sejamos otimistas!

Brasil, Brasília, a capital do Brasil e da nossa felicidade! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Como disse o Senador Mão Santa, é difícil enumerar todas as presenças importantes aqui, mas queria destacar a presença do pioneiro Governador José Ornellas, do pioneiro Deputado Osório Adriano, do pioneiro Antônio de Paula Pontes, do pioneiro Benjamin Jacob, genro de Israel Pinheiro, pedindo desculpas por não citar a todos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gim Argello, que falará pela Liderança do PTB.

**O SR. GIM ARGELLO** (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de fazer uma referência muito especial àquele que vem governando Brasília de uma forma muito correta, muito séria. Parabéns Governador e amigo José Roberto Arruda. Da mesma forma, gostaria de fazer citação ao nosso Vice-Governador Paulo Octávio, parabenizando os dois por esse evento maravilhoso que foi a nossa festa do dia 21 passado, que realmente entrou para o marco da história da nossa cidade, com mais de um milhão de pessoas na Esplanada dos Ministérios. Gostaria de fazer citação especial ao nosso amigo, o querido ex-Governador Cristovam Buarque, nosso Senador que nos orienta aqui. E, da mesma forma, ao nosso Senador Adelmir Santana. Faço citação especial àquele que representa os pioneiros de Brasília, Dr. Ernesto Silva. Nosso muito obrigado.

Ouvi o Senador Adelmir Santana fazer uma relação dos pioneiros que aqui se encontram. Gostaria de citar, em primeiro lugar, nosso amigo Tonico. Tonico, muito obrigado. Você que sempre foi um amigo tão leal. Muito obrigado por tudo.

Da mesma forma o Sr. Orlando Taurisano. Sr. Orlando é muito bom vê-lo aqui. O Sr. Miguel Setembrino, chefe e amigo. Osório Adriano, e tantos outros. Agora que comecei: Mundim e Ataíde, que se encontram aqui; Benjamin, Attiê, Governador Ornellas, todos os senhores que tanto nos honram com suas presenças aqui no Senado.

Estava fazendo uma relação dos que aqui passaram no Senado e estava lembrando, Governador Arruda, de como V. Ex<sup>a</sup> me ajudou e me orientou nessa fase mais complicada. Obrigado, Governador Arruda, publicamente.

Tenho várias razões que me trazem à tribuna no momento em que o Senado da República homenageia Brasília pela passagem dos seus 48 anos de existência. Mas a fundamental e a mais evidente de todas é que tenho a honra de representar o Distrito Federal nesta Casa. Nessa condição, não poderia ficar à margem de tão justa e merecida homenagem.

Esta cidade tem para mim significado muito especial: é a nossa Capital, construída em tempo recorde pela visão de estadista de Juscelino Kubitschek, à qual se uniu determinação férrea e monumental capacidade de realização como espécie de Eldorado, a Terra Prometida para todos que aqui estivessem dispostos a antecipar o futuro e construir uma vida melhor.

Por isso, Sr. Presidente, amigo Adelmir Santana, Brasília, para mim, é mais que a bela cidade que a todos encanta. O arrojado projeto urbanístico gerado pela mente privilegiada de Lúcio Costa, que se traduz na mais inovadora proposta de cidade que a civilização contemporânea conheceu. Não é mais importante que o calor humano que os brasileiros de todas as regiões vieram lhe emprestar.

A imponência da arquitetura de Oscar Niemeyer, cuja genialidade é internacionalmente reconhecida e admirada, responsável por conferir a Brasília a leveza das formas que a fazem única no planeta, não apenas extasia e nos aproxima do sublime, ela foi preenchida por homens e mulheres que dão valor ao trabalho e que não temem embalar sonhos e esperanças a perseguir a doce utopia que faz da vida um exercício mágico e fascinante.

E novamente cito todos os pioneiros que aqui se encontram. Parabéns a cada um de vocês.

É desse barro que me forjei. A partir da minha querida Taguatinga, à qual minha vida está indiscutivelmente ligada, aprendi a conhecer a magnitude de

Brasília. Aqui vivendo dia após dia, construí família, fortaleci laços de amizade, mergulhei no mundo do trabalho e, por fim, abracei a vida política, a vida pública. Todos, absolutamente todos os passos decisivos de minha vida foram dados aqui.

Por tudo isso, sinto-me motivado a homenagear a minha Brasília, a Capital de todos os brasileiros, com o sentimento próprio de quem por ela foi generosamente, carinhosamente acolhido; de reverenciá-la a partir da posição de alguém que sabe que com ela aprendeu a viver; de agradecer-lhe por tudo aquilo que recebeu, a começar pela possibilidade de servir aos brasilienses e ao Brasil como representante político da nossa Capital.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores pioneiros, Brasília é bem mais que a cidade, ainda que bela e inconfundível. Brasília é símbolo de um Brasil destemido, incapaz de dobrar-se ante a força avassaladora de um passado retraído, arcaico e provinciano. Ela representa, sob a liderança entusiástica de Juscelino Kubitschek, o momento mágico do encontro do Brasil consigo mesmo, na descoberta de um País ainda intocado e de uma gente apartado do desenvolvimento e do necessário acordar para a nova realidade.

Brasília é a prova de que somos capazes. A epopéia de sua construção soergueu a auto-estima nacional. Sua consolidação como metrópole urbana e centro de decisões políticas demonstra a nossa infinita força de vontade, a nossa inquebrantável decisão de tornar real o que não passava de um sonho.

Aos 48 anos, Brasília comprova o amadurecimento de uma Nação que assumiu potencialidades e deixou de temer a ousadia e, de forma firme e resoluta, decidiu-se por conduzir a sua própria história.

Não há como escamotear, porém, os inúmeros problemas da rápida urbanização e da explosão demográfica que acompanhou esse crescimento. E todos sabemos que Brasília, sonhada e projetada por Juscelino Kubitschek e todos aqueles que, naquela época... Recordo-me, agora, de uma história contada aqui por alguém que está fazendo falta neste plenário de pioneiros, – que Deus o tenha em bom lugar –, o nosso amigo, Dr. Newton Rossi.

Ele um dia me contou que na inauguração de Brasília, Governador Arruda, quando Juscelino ia para o parlatório dizer quantas pessoas teriam em Brasília no ano 2000, reuniu assessoria, e os mais comedidos disseram que ele poderia falar – era muito difícil fazer pesquisa naquela época –, que Brasília teria 200 mil pessoas. Um mais agressivo, perto do Newton, falou que teria 300 mil pessoas. Juscelino, na hora em que foi ao parlatório falar quantas pessoas teriam no ano

de 2000, somou as duas e disse que Brasília, entre o ano 2000 e o ano 2010, teria 500 mil pessoas. E hoje V. Ex<sup>a</sup> administra não 500 mil pessoas, mas 2,5 milhões de pessoas, com mais 1,5 milhão do pequeno entorno.

Nós sabemos, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, que Brasília não são só os 2,5 milhões, mas que temos que administrar mais 1,5 milhão que vive no pequeno entorno, além do médio e do grande entorno. E quando falo em médio e grande entorno, só para quem nos está vendo, para o Brasil saber a diferença, quero dizer que quando pessoas – Deus me livre – se acidentam em Barreiras – que fica a 500 ou 600 quilômetros daqui – são trazidas diretamente para o nosso Hospital de Base.

Então, a infra-estrutura hospitalar do Distrito Federal não recebe apenas 2,5 milhões de pessoas por ano, mas, sim, mais de sete milhões de pessoas, as quais são atendidas na Capital da República. Isso nos dá muito orgulho. É claro que ainda temos deficiências, mas estão melhorando dia-a-dia, porque Brasília, sonhada e projetada para 500 mil pessoas, hoje administra mais de cinco milhões de pessoas. É isso mesmo, Dr. Ernesto Silva, esta é a nossa cidade, esta é a Capital de todos os brasileiros que muito nos orgulha.

Os Governos da União e do Distrito Federal devem estar atentos ao dinamismo que cerca esta jovem cidade. E vejam vocês, estão atentos, tanto o Governo Federal, com o PAC e todos os recursos alocados no Distrito Federal, com uma parceria fantástica entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o nosso Governador José Roberto Arruda. E já estamos pensando em Brasília de 2020, Brasília de 2030, Brasília dos próximos 50 anos.

Os Governos da União e do Distrito Federal devem estar atentos ao dinamismo que cerca esta jovem cidade, repito, e preparados para oferecer-lhe respostas adequadas e no tempo certo. Que sejam capazes, inclusive, de antecipar soluções para os problemas que se mostram naturalmente previsíveis.

Que a Nação não se esqueça do maior presente que Brasília lhe ofertou: abrir os caminhos que transformariam, radical e profundamente, os rumos do desenvolvimento brasileiro. Ao ser construída, Brasília concretizou o sonho de Dom Bosco e transformou a imensidão do cerrado em Terra da Promissão. Consolidada como o grande centro das decisões nacionais, continua a ditar o processo de expansão econômica do Brasil, mediante a indispensável incorporação de todas as regiões do País.

Aos quarenta e oito anos, Brasília mantém o frescor de uma juventude que jamais perderá. Ao mesmo tempo, dá mostras de inegável amadurecimento. Síntese perfeita de um País continental, a cidade congrega

e agrega as múltiplas expressões culturais que conferem unidade à Nação brasileira.

Eu vi que, agora, na Esplanada, já se avisa quantos dias faltam para o cinqüentenário de Brasília, outra iniciativa muito boa do Governo local. A caminho do cinqüentenário, Brasília é a afirmação do que temos de melhor.

Parabéns, Brasília! Obrigado aos que, vindos de todas as partes ou aqui nascidos, fazem esta cidade pulsar de vida, de energia e de compromisso com o País e com o futuro! A Nação merece esta Capital!

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Entre os pioneiros que estão aqui entre nós, queria citar a presença de Miguel Setembrino, Orlando Taurisano, Geraldo Vasconcelos, entre tantos outros.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT, ex-Governador desta cidade. (Palmas.)

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Um bom-dia a cada uma e a cada um de vocês. Cumprimento o Governador José Roberto Arruda e, em seu nome, todas as autoridades. Quero falar hoje não para as autoridades e nem para nós, os brasilienses. Nos aniversários, se convidamos só os irmãos, a festa fica sem graça. Esta sessão, que é para homenagear, graças à iniciativa do Senador Adelmir Santana, nossa cidade, nossa querida Brasília, está indo para o Brasil inteiro.

Eu quero falar para quem não está aqui. Eu quero falar para os brasileiros que não moram e que não conhecem, inclusive, a Brasília real, a Brasília verdadeira, a outra Brasília. Porque a Brasília dos prédios, dos traçados, dos seus fundadores, a Brasília deste Congresso é muito conhecida lá fora, mas o que lá fora não conhece é que há uma outra Brasília cheia de gente. Permitam-me até a liberdade poética de chamar “as gentes” de Brasília. Quero falar sobre elas, para que lá fora saibam que há uma outra Brasília.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar, saudar e falar dos trabalhadores de Brasília. E não quero falar nem dos pioneiros que fizeram Brasília. Eu quero falar dos trabalhadores de hoje, que fazem Brasília, começando pelos trabalhadores da construção civil, setor dinâmico que caracteriza de maneira tão especial Brasília, mas não porque estão fazendo a Capital e, sim, porque estão fazendo uma cidade, a nossa Cidade, a Capital de todos os brasileiros. Além de ser Capital, é uma cidade cheia de sangue, de carne, de “gentes” mexendo, bulindo, agindo como qualquer outra do País não por ser Capital, mas por ser cidade.

Quero falar a esses trabalhadores que são a imensa quantidade em Brasília, que são os nossos servidores públicos, mas não porque eles fazem Brasília, mas porque eles fazem o Brasil. Ao estarem aqui como servidores públicos estão fazendo o Brasil inteiro. As pessoas lá fora acham que os únicos servidores públicos que existem nesta cidade são os Deputados e os Senadores, o Presidente da República e os seus Ministros. Não! É preciso que lá fora saibam que aqui está cheio de trabalhadores no setor industrial, porque esta é uma cidade, hoje, que tem, sim, um setor industrial dinâmico. Está cheia de comerciários, porque eles hoje fazem parte desta cidade como os que estão fora de Brasília. E entre esses comerciários, quero citar especialmente os pequenos, que são comerciários e empresários, que são os feirantes, que caracterizam alguns setores de nossa cidade, como trabalhadores que suam todos os dias para fazerem com que suas famílias tenham o pão e fazerem com que neste País exista produção.

Eu quero citar, especialmente, um grupinho de feirantes que fui obrigado a desalojar, porque ficavam onde fizemos a estação do metrô na rodoviária. São trabalhadores, trabalhadores nesta cidade, que eu queria que o Brasil inteiro soubesse que aqui existem.

Quero falar dos artesãos que há em Brasília e que, hoje, produzem nesta cidade, não por ela ser capital, mas por ela ser cidade, algumas das mais belas peças de artesanato que este País tem.

Depois dos trabalhadores, eu quero falar dos pobres de Brasília. Lá fora, as pessoas acham que Brasília não fica no Brasil e que aqui não há pobres. Há pobres. Há pobres, inclusive, nos sinais de trânsito, pedindo esmola; há pobres que moram perto da rodoviária; há pobres, inclusive, em locais onde têm suas pequenas casas, mas vivem em condições muito pobres. Quero que nós nos lembremos deles, mas eu quero que o Brasil inteiro saiba que eles existem nesta cidade, porque esta cidade não é apenas capital, esta é uma cidade brasileira e, nas cidades brasileiras, há pobres nas esquinas. Talvez não tenhamos esquinas, mas eles encontraram lugares onde podem ficar esperando quem passa para lhes dar uma ajuda.

Quero, aqui, deixar esta mensagem para o resto do Brasil: que nós temos a beleza, que nós temos a maravilha, que nos orgulhamos disso, mas que nós somos iguais a vocês, em todas as cidades do Brasil. Temos trabalhadores; temos pobres, muito pobres.

Depois, eu quero falar de uma categoria que, lá fora, é esquecida e que existe em Brasília: os empresários. Pouca gente sabe – e, aqui, eu vejo diversos deles, não vou citá-los – que Brasília, hoje, é uma cidade de grande dinâmica empresarial. Três deles estão à

mesa; muitos estão aqui. Lá fora, ninguém sabe que há um setor empresarial na construção, que há um setor empresarial na indústria, que há um setor empresarial no comércio, gerando produto. Esta não é uma cidade apenas de papéis, é uma cidade de ferro, também, de produção de ferro e não só de uso de papel, como nós costumamos fazer na máquina burocrática que temos obrigação de ser, como capital. Mas, além disso, nós somos um setor que tem um grupo importante de empresários neste País.

Quero falar, também, para um grupo que não está dentro, exatamente, dos pobres, mas que são os desempregados. Lá fora, é capaz de acharem que aqui não tem desempregados, que, aqui, todos têm um emprego público. Não é verdade. Hoje, a maioria, a grande maioria da população de Brasília já não é mais de servidores públicos, é de trabalhadores no setor privado. É o setor privado que garante a maior parte do emprego nesta cidade e, obviamente, como em todo lugar do mundo, não só do Brasil, há momentos em que não se consegue gerar emprego suficiente para todos. Eu quero falar para eles, dizendo-lhes que esse 48º aniversário não é apenas da capital, é da cidade onde eles vivem, onde eles trabalham, quando conseguem, e onde eles não trabalham, neste momento, pelo desemprego que caracteriza o Brasil inteiro.

Eu quero falar para os artistas, que a gente esquece muitas vezes. Lá fora, as pessoas não sabem que os melhores grupos de *rock* aqui nasceram. As pessoas não lembram que o grande cantor Ney Matogrosso aqui começou a cantar. É uma lista grande a que fiz, inclusive com muitas pessoas, que tentarei ler com medo de muitos que eu esquecerei, apesar de ter feito uma lista de 100 pessoas. Não por estarem presentes – aliás, eu comecei a tirar os que estão presentes –, mas para citar aqueles que caracterizam a alma de Brasília, não a alma da capital, a alma da outra Brasília. São artistas plásticos, são artistas de performance que esta cidade tem, numa profusão que surpreende pelo tamanho dela.

Outro grupo são os atletas. Pouca gente sabe que muitos dos grandes campeões brasileiros – e não falo do futebol, em que temos, hoje, um grande nome – do atletismo daqui saíram, aqui se formaram, alguns aqui nasceram, inclusive.

Quero falar, também, de uma categoria que as pessoas não sabem que existe aqui, quem mora lá fora: a categoria dos professores. Brasília é uma cidade de funcionários públicos, que servem ao Brasil como funcionários da capital, mas Brasília é uma cidade de gente, com centenas de crianças na escola e, portanto, com alguns milhares de professores e de servidores administrativos da área da Educação.

Não vou falar de todas as categorias que fazem essa outra Brasília, mas falo também, ao lado dos professores e servidores da Educação, dos servidores da Saúde. Brasília é uma cidade que tem gente que fica doente. Por isso, aqui, em Brasília, nós somos atendidos por profissionais competentes de Brasília, em todas as áreas da Medicina. Alguns centros de ponta já temos hoje, aqui, que exportam conhecimento.

Quero falar, também, nessas categorias, para os servidores da Polícia Civil e Militar, e do Corpo de Bombeiros. Lá fora, a violência, hoje, é um dos itens mais graves da agenda brasileira. Eu quero que eles saibam que Brasília é parte do Brasil. Aqui, temos problemas também, mas temos uma competência tão grande na área da Polícia, que a gente ainda pode dizer que Brasília é uma cidade privilegiada do ponto de vista da segurança.

Eu quero falar, também, para os jovens. As pessoas esquecem que Brasília tem uma juventude, até porque, em alguns momentos, as notícias que saíram de grupos jovens foram notícias muito negativas, há alguns anos, por exercício da violência por parte de alguns jovens.

Eu quero que, lá fora, saibam que, além desses atos que foram cometidos aqui, aqui tem pelo menos 300 mil jovens. Não falo em crianças, porque falarei delas no final. Jovens. Jovens, por exemplo, estudantes, que como o Senador Mão Santa lembrou, recentemente saíram nos jornais do Brasil inteiro por conta dos fatos da UnB. Mas o número de jovens universitários, hoje, é muito maior fora do que dentro da UnB. As pessoas esquecem, lá fora, essa juventude brasileira que nasceu aqui, que não veio para cá como nós viemos, que não fez a cidade como ela é, como os pioneiros fizeram, mas que está fazendo a outra Brasília e está fazendo o Brasil inteiro.

Mas não quero falar só dos jovens universitários. Quero falar também, Presidente Garibaldi, de uma juventude de Brasília que tem os mesmos problemas da juventude do resto do Brasil, porque nós não somos uma ilha como muitos dizem. Aqui, hoje, há uma juventude perplexa, há uma juventude assustada, há uma juventude que tem medo do desemprego adiante, mesmo quando estuda, uma juventude que tem medo de não ter as condições que seus pais tiveram. Há uma juventude que é a primeira, na história do Brasil, que sabe que terá menos chance do que seus pais tiveram. Se há uma coisa que caracterizou este País, onde há uma grande mobilidade, é que a geração seguinte sempre tinha mais condições do que a geração anterior: os pais mais do que os avós, os filhos mais do que os pais. Pela primeira vez na história, a gente está tendo uma juventude com menos chance do que

os pais tiveram. Essa juventude existe, também, em Brasília, porque Brasília não é só a capital. Brasília, além de ser a capital, é uma cidade plena de gente, de carne, de sangue, de angústia, de sofrimento, de esperanças, de vontade, de trabalho, de medo, como o resto do Brasil.

Finalmente, quero dizer lá fora, aos que estão participando desta nossa festa como convidados, que Brasília tem crianças, que Brasília é uma cidade-criança, porque 48 anos não chegam nem a ser a juventude de uma cidade, mas é uma cidade-criança cheia de crianças.

Lá fora, de tanto aparecerem os Senadores, os Deputados, os altos funcionários públicos, devem achar que aqui não tem criança, Senador Adelmir.

Eu nunca vi, no Jornal Nacional, criança brasileira aparecendo. Aqui tem criança, e tem criança dos dois tipos das crianças do Brasil: as crianças bem cuidadas, as crianças com boas escolas, e as crianças que escapam desse cuidado, que escapam daquilo que a gente devia dar a elas, nas mesmas condições. É claro que é preciso dizer ao Brasil inteiro que mesmo essas crianças têm em Brasília uma situação bem melhor, muito melhor do que lá fora. No que se refere à educação, no que se refere à saúde, nós estamos melhor, mas nós não estamos iguais entre nós. Há uma desigualdade. É preciso que as pessoas saibam que nós temos crianças, crianças que aqui nasceram, crianças que aqui vão viver, crianças, elas sim, que vão fazer a Brasília do futuro, crianças, elas sim, que vão, cada vez mais, investir, produzir na outra Brasília, na Brasília que não é a capital, e elas sim – eu espero –, que sejam capazes, Senador Gim Argello, de casar as duas Brasília – a Brasília capital com a Brasília não-capital – e fazer uma grande cidade, um misto de capital e cidade verdade. Porque, ao ser criada Brasília, ela ficou na idéia da Brasília capital. E lá fora o que vêem é isso. Rio de Janeiro nunca foi vista como capital. Ela era capital em consequência de ser uma cidade. Nós somos uma cidade em consequência de sermos a capital. Nós não conseguimos, ainda, casar para a opinião pública brasileira inteira a cidade-capital – para isso ela nasceu – com a cidade verdadeira, igual às outras, que é o que vai predominar cada vez mais.

Até o trânsito, que a gente achou que ia poder dizer para sempre que éramos totalmente diferentes, eu quero que lá fora saibam que, embora estejamos muito melhor que o resto do Brasil, já temos problemas nessa área também.

Fico, então, aqui dizendo a vocês que hoje estamos comemorando 48 anos da Brasília que foi feita pelos pioneiros, sonhada pelo nosso maior de todos os estadistas, desenhada por dois dos maiores gênios que a humanida-

de teve na área da arquitetura e do urbanismo, mas, daqui para frente, quando estivermos aqui – não pessoalmente nós, mas outros –, comemorando os 96 anos, daqui a 48, ou o centenário de Brasília... E digo nós não com qualquer sombra de desvario enlouquecido de que seremos nós aqui, mas nós a alma dos que aqui estão hoje, porque isso será lembrado mais adiante. Quando estivermos comemorando aqui os cem anos, serão as crianças de hoje que terão construído, serão as crianças de hoje que terão feito.

Por isso, concluo dizendo que, nestes 48 anos, nesta festa para a qual tentei convidar todos os brasileiros, o nosso presente para o Brasil são as nossas crianças, porque, através delas, a gente vai fazer o casamento da cidade capital com a cidade real e vamos também ajudar a construir o Brasil, ajudar a mudar o rumo do Brasil em direção a uma sociedade mais justa, uma sociedade sem a desigualdade que temos, uma sociedade que respeita nossas florestas, nossos velhos, nossas crianças, uma sociedade com uma modernidade ética, e não apenas uma modernidade técnica, como tantos defendem.

Ao Brasil inteiro, nós, pioneiros e não-pioneiros que aqui vivemos, e somos adultos, ao Brasil inteiro, o nosso presente são as nossas crianças para construir, elas, o futuro desta cidade e o futuro do Brasil.

Um grande abraço para cada uma, para cada um.

E parabéns por nosso aniversário. (Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e peço desculpas às autoridades e aos convidados. Se não estive presente desde o início é porque estava participando de uma reunião na Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Estava lá, mas sabia que ainda viria a tempo de também participar desta sessão e de ter a honra de agora conceder a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do Democratas. Ao mesmo tempo, cumprimento novamente a todos na pessoa do Governador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Garibaldi Alves; Governador José Roberto Arruda; Sr. Ernesto Silva, que, com seus cabelos brancos, interpreta a presença maciça neste plenário dos pioneiros de Brasília; Senadores Gim Argello, Adelmir Santana e Cristovam Buarque, de Brasília; meu querido amigo, Vice-Governador e Senador Paulo Octávio;

autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores: Governador José Roberto Arruda, a gente que mora em Brasília – e quando digo a gente eu me refiro aos parlamentares – não tem a exata dimensão do que significa Brasília. Brasília é uma cidade que foi idealizada e construída por três luminares: Lúcio Costa, o luminar do urbanismo; Niemeyer, que, quase centenário, é o luminar da arquitetura brasileira e mundial; e Juscelino Kubitschek, talvez o mais luminar dos políticos brasileiros de todos os tempos.

Nós não temos a dimensão do que seja Brasília. Nós, que vivemos aqui em Brasília, que moramos no Plano Piloto ou no Lago, não temos a dimensão do que significam Planaltina, Águas Claras, Samambaia, o Entorno de Brasília, para conhecer a realidade de uma cidade construída para ser a Capital e que, na verdade, significa hoje a âncora do Centro-Oeste.

No feriado de 21 de abril, depois de chegar do meu Estado, no dia seguinte, fui conhecer Pirenópolis. Para chegar a Pirenópolis, você corta um pedaço importante do Entorno de Brasília. Eu não conhecia. E, aí, tomei, Sr. Erasmo, intimidade com o que significa a realidade dura de Brasília. Brasília não é o Plano Piloto, não é o Lago Sul, não é a Praça dos Três Poderes. Brasília é uma cidade que hoje completa 48 anos e que desempenha um papel importantíssimo no Brasil.

O Centro-Oeste tem duas histórias: uma antes de Brasília e outra depois de Brasília. A produção de grãos, a fronteira econômica nova mais vigorosa do Brasil, que é a fronteira agrícola, foi evidentemente criada pelas oportunidades da terra, do solo, do brasileiro que se fixou em Goiás, em Tocantins, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, mas a âncora foi Brasília. Brasília é o ponto de convergência das oportunidades, dos prestadores de serviço e da pobreza que vem para cá.

Os senhores de cabelos brancos que são os pioneiros sabem muito mais do que eu que essa história é a história real de Brasília. Os senhores que aqui chegaram em 1960, ou até antes, que conheceram a poeira vermelha de Brasília, sabem que Brasília, ao longo do tempo, cresceu, explodiu, e hoje significa um trunfo e um problema. Problema pelo Entorno.

Governador Arruda, eu não o invejo pelo desafio que tem de governar esta cidade, que é uma belíssima cidade, mas que é um grande problema. Não se aborreça comigo, mas nesse ano e meio de governo V. Ex<sup>a</sup> emagreceu e envelheceu. Tenho certeza de que os quilos que perdeu e as rugas que ganhou deles são credores o povo de Brasília.

V. Ex<sup>a</sup>, que é do meu partido, que é meu amigo, que é um dos orgulhos do meu partido, que é um homem que, enfrentando todo tipo de adversidade, ganhou – e ganhou no primeiro turno – as eleições, teve a coragem

de, nos primeiros dias de governo, abrir mão de sua popularidade. V. Ex<sup>a</sup> foi eleito no primeiro turno e isso significou uma carga de esperança para milhares de brasilienses, e teve a consciência de que ou tomava atitudes drásticas no começo do seu governo e decepcionava até alguns ou frustraria a todos no fim do seu governo; ou tomava atitudes fortes, até contrariando os pobres, ou ao final não seria aplaudido – como sei que vai ser – pelos pobres de Brasília, aqueles que vi no Entorno, em Planaltina, na área mais afastada do centro de Brasília, que é onde estão aqueles que carregam Brasília nas costas, mas que significam a carga de esperança dos que precisam de governo. Sempre disse que rico não precisa de governo. O governo foi feito para pobres, e Brasília é uma cidade onde mora o poder e moram pobres, justapostos, um ao lado do outro.

Aqui, ouvi o Senador Cristovam Buarque, no seu belo discurso – ele que já foi Governador, e foi um bom Governador –, falar da cidade real. A cidade que deve sensibilizar o governo é a cidade humana. Os recursos de que o governo precisa lançar mão são os recursos para o metrô, para a escola de tempo integral, que são metas do governo Arruda, objetivos para os quais está dedicando atenção especialíssima; para a rede hospitalar, para as unidades de saúde voltadas para os mais pobres. Não vi, até agora, Arruda, uma única menção a uma única obra voltada para a sua promoção pessoal, uma única! Só vejo V. Ex<sup>a</sup> falar de coisas que vão projetar Brasília para o futuro, no que diz respeito ao dia-a-dia dos que fazem esta cidade caminhar, que são os mais pobres.

É por isso que fiz questão – não estava inscrito – de vir aqui para dirigir estas palavras de expectativa venturosa; de aplaudir V. S<sup>as</sup>, que são os pioneiros de Brasília, os homens de cabelos brancos, e os seus filhos, os seus netos, as suas esposas; de dizer que V. S<sup>as</sup> construíram o orgulho do nosso País, orgulho que é uma espécie de síntese do Brasil. O Brasil que tem a Embraer, a Companhia Vale do Rio Doce, mas que tem as favelas do Rio de Janeiro e os índices de criminalidade que lamentavelmente ostenta. É um País de grandes contrastes, como Brasília é uma cidade de grandes contrastes, que exigem administradores de boa qualidade, para equalizarem oportunidades. Acho que Brasília está bem servida com o Governador Arruda. Brasília tem grandes problemas, grandes desafios, mas conta com V. S<sup>as</sup>, que construíram esta cidade, e com um bom administrador, que, acho, está à altura dos desafios da cidade.

Quero, portanto, em nome do meu partido, o partido do Governador Arruda, apresentar os meus cumprimentos mais efusivos à cidade, ao seu povo, às suas lideranças mais legítimas, mas também depositar

a nossa confiança em que a sua ação administrativa vai dar oportunidade àqueles que são a essência fundamental de Brasília, os imigrantes que vieram do meu Nordeste, principalmente, e os do Norte do País, que transportam esta cidade, que carregam esperanças.

Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> saberá ser o depositário das expectativas do nosso partido, de que Brasília vai ser a cidade que vai interpretar o futuro do Brasil. Que Deus o proteja! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino, Líder do Democratas nesta Casa.

Comunico, agora, que o Governador José Roberto Arruda vai ter de deixar a sessão, evidentemente lamentando muito. Mas não vou deixar S. Ex<sup>a</sup> se ausentar sem antes dirigir uma palavra nesta data de comemoração do 48<sup>o</sup> aniversário de Brasília.

Portanto, com a palavra, o Governador José Roberto Arruda. (Palmas.)

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Senador Adelmir Santana, autor do requerimento que convocou esta sessão, Senador Gim Argello, Senador e ex-Governador Cristovam Buarque, Senador José Agripino, Senador Mão Santa, Senador Eliseu Resende, ilustres Senadores e Senadoras desta Casa, senhoras e senhores pioneiros, que fazem com que esta sala congressual se transforme, hoje, num fórum de saudades e de homenagens a uma época ímpar na história do Brasil.

O Senador Garibaldi Alves Filho me dá, ao quebrar o Regimento, um momento de muita emoção: de voltar a esta tribuna, em que vivi grandes alegrias, em que participei de memoráveis debates, em que vivi também os momentos mais difíceis da minha vida. Voltar aqui, como Governador da Capital do meu País, a par de uma enorme emoção, dá-me a responsabilidade de convidá-los, todos que vieram a esta Casa e que nos assistem pelos meios de comunicação, a uma rápida reflexão.

Primeiro, o que comemoramos? Eu diria que a principal comemoração de hoje é a lembrança de que, cinquenta e poucos anos atrás, o Brasil vivia um momento muito convulsionado: o último governo de Getúlio, as crises que se sucediam na República, o suicídio do grande Presidente, a crise de Café Filho. E este País, quando vive grandes crises, resolve ser maior que suas lideranças, resolve se reinventar. E, quando o Brasil vivia uma das suas mais profundas crises, recebeu Juscelino Kubitschek. E, pelas mãos de Juscelino Kubitschek, este País foi redescoberto.

Nós tínhamos, até ali, 450 anos de história. Pedro Álvares Cabral tinha chegado, e, em 450 anos, fomos um país agrícola, litorâneo, um país da monocultura, um país tímido.

Juscelino, então, resolve redescobrir o Brasil. Faz um programa de 30 metas. Como num passe de mágica, começa a construir estradas. Antes dele, é verdade, Dutra e Getúlio o haviam iniciado, mas ele dá um outro impulso à construção de estradas, traz a indústria siderúrgica, constrói usinas hidrelétricas, Três Marias e Paulo Afonso, traz a indústria automobilística, faz a nossa revolução industrial e, como símbolo da época, acho eu, mais bonita da história do Brasil, constrói, no centro do Brasil, uma nova Capital.

Imaginemos nós o que seria, cinqüenta e poucos anos atrás, um Presidente visionário, governando do Rio de Janeiro, poucos meios de transporte e de comunicação, dizer que, em três anos – “só para responder à sua pergunta, Toniquinho” – construiria uma nova Capital! E, como num passe de mágica, ele tentou convencer os brasileiros de que, em três anos, daria conta de construir uma cidade nova, moderna; de trazer a Capital do Rio de Janeiro para Brasília; e, como conseqüência dessa mudança, de fazer o que ninguém antes dele ousou fazer, que era interiorizar o desenvolvimento nacional.

Há uma frase ótima, citada nas memórias de Juscelino, de que gosto muito, em que ele, repetindo um grande clássico, disse: “Eu não sabia que era impossível. Fui lá e fiz”. Porque acreditaram no otimismo de Juscelino brasileiros de todas as classes sociais, de todas as regiões deste País. E eu imagino, Garibaldi Alves, brasileiros humildes saindo do Norte e do Nordeste, do Sul, do Sudeste e do Centro deste País trazendo para cá as suas famílias, as suas poucas bagagens, as suas muitas esperanças. E, como num passe de mágica, este País se mobilizava, pelo otimismo e pelo sorriso contagiante de Juscelino, e construía, em apenas três anos, uma nova cidade. Errado. Não era apenas uma nova cidade. Era uma cidade que mudou o conceito que o mundo tinha sobre cidade.

Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Burle Marx, Israel Pinheiro, Ernesto Silva, que chegou aqui antes de JK para demarcar o Sítio Castanho. E vejo agora a foto deste que aqui está, Ernesto Silva, recebendo JK na porta do avião na primeira vez que o grande estadista pisou este solo. Esses homens, de uma geração incomparável, reinventaram o conceito de cidade, disseram que cidade podia não ser de ruas e esquinas, mas de quadras e eixos. Reinventaram a arquitetura mundial, buscaram inspiração em Le Corbusier, transformaram os nossos edifícios, fizeram deles monumentos, reinventaram o conceito de vida urbana.

E Brasília, símbolo maior deste País, reinventado e redescoberto por JK, começa a dar certo, porque o otimismo contagia. E os anos 50, que tinham começado sob a égide do governo de Getúlio, culminando

com o seu suicídio, termina os anos 50 com o Brasil ganhando o 1º Campeonato Mundial de Futebol, na Suécia, que este ano comemora cinqüenta anos.

Faz-se aqui, portanto, uma homenagem não apenas aos 48 anos de Brasília, estamos aqui reunidos para lembrarmos a época mais importante da histórica deste País, que foi escrita por milhares de mãos. Ou Maria Esther Bueno, no tênis, não ajudou a construir essa história? Tom Jobim e Vinícius inventaram a Música Popular Brasileira e ajudaram a construir essa história. Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e tantos outros inventaram o Cinema Novo e ajudaram a construir essa história. Os arquitetos, os urbanistas, os engenheiros, o Brasil se fez presente e, como num passe de mágica, o mundo todo entendeu que a Capital do Brasil não era Buenos Aires e que não tinha perigo sobrevoar o solo brasileiro, porque não levariam flechadas.

O Brasil se fez presente no mundo. Eu diria que o momento mais alto dessa redescoberta do Brasil foi aquele jogo com a Suécia, não foi, não? Ali, a gente perdeu o complexo de pessimista: Gilmar, Djalma Santos, Bellini, Orlando, Nilton Santos, Zito, Didi, Garrincha, Vavá, Pelé e Zagalo. Isso é uma poesia, uma poesia que se fez para redescobrir o Brasil!

Estamos aqui hoje para comemorar 48 anos de Brasília, 48 anos da data em que o Brasil foi redescoberto por Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek tinha razão, imortalizou-se não apenas pelas suas obras, mas principalmente pelo otimismo das suas idéias. E ele gravou, na Praça dos Três Poderes, uma frase lapidar com o seu pensamento sobre este País. Ele disse:

Deste Planalto Central, desta solidão que se tornará, em breve, o cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo, com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites, o seu grande destino.

JK, depois de tudo o que fez, foi aqui, nesta Casa, cassado. Sofreu as agruras do exílio, como quem sabia que, para completar uma biografia singular, era preciso terminá-la com dor, com sofrimento. Ele o fez com dignidade e com altivez.

Lembrando as frases de Juscelino que falavam sobre o futuro deste País, tenho a dizer hoje, Senador Garibaldi, em meu nome, em nome do Senador Paulo Octávio, com quem partilho a tarefa de governar a Capital do País, em nome de todos os brasilienses, em nome dos 2,5 milhões de pessoas que vivem na Capital do País, que nós somos herdeiros do otimismo de Juscelino.

Nesses dias, assistia, pela televisão, a notícias de tanta crise, tanta CPI, tanta coisa errada. E descobriram

petróleo. O Brasil é assim: quando há muita coisa ruim, vem uma coisa tão boa que mostra a todos nós como somos pequenos diante da grandeza deste País, como somos pequenos diante do futuro deste País.

Eu acredito no futuro deste País E eu acredito no futuro desta cidade. E, por acreditar no futuro desta cidade e por me sentir responsável com a herança de Juscelino Kubitschek é que, infelizmente, como Governador – é verdade –, fui obrigado a tomar medidas duras, algumas delas impopulares. Eu o fiz com dor no coração, porque sou filho de família humilde, sei como sofrem as famílias humildes deste País. Mas o fiz, Senador Garibaldi, porque temos que prestar contas à História. E nós não poderíamos deixar uma cidade planejada, uma cidade de vanguarda, uma cidade singular como Brasília cometer, em menos tempo, os mesmos erros que caotizaram a vida das outras grandes cidades brasileiras. Demos uma freada de arrumação ao não permitir o crescimento desordenado do solo, ao não permitir que a cidade fugisse do seu planejamento original. E me parece que, hoje, a cidade já compreende que é fundamental que a Capital do País dê o exemplo do crescimento organizado, dê o exemplo do cumprimento às leis.

Quarenta e oito anos de Brasília! Olho o amanhã do meu País e tenho absoluta consciência de que esta revolução, iniciada por JK há apenas 50 anos, vai continuar, independente das suas lideranças políticas. O Brasil é muito forte. O nosso solo é rico. A nossa gente é boa e trabalhadora. O Brasil tem nas suas mãos um grande futuro. As circunstâncias internacionais neste momento conspiram a nosso favor. Eu tenho absoluta convicção de que o Brasil vai crescer e se desenvolver muito mais rapidamente do que imaginamos, vai encontrar o caminho de que esse crescimento promova justiça social. E tenho absoluta certeza de que Brasília, a cidade que Juscelino inventou, a cidade que Juscelino usou como o símbolo da redescoberta do Brasil, cumprirá o seu papel, dando o exemplo de políticas públicas de inclusão social, dando o exemplo de planejamento urbano organizado, dando o exemplo de cumprimento às leis.

A todos os pioneiros que vejo daqui, em nome da geração que encontrou Brasília quase pronta, os nossos mais profundos agradecimentos. E às crianças, aos jovens e aos adolescentes, que receberão Brasília das nossas mãos, a certeza de que temos a responsabilidade de preservar, na memória de Juscelino, a sua obra, e de preservar, na memória, no trabalho, no suor dos pioneiros, o futuro desta cidade.

Senador Garibaldi, muito obrigado pela oportunidade que me deu de voltar a esta tribuna, em que vivi grandes alegrias e grandes sofrimentos, como Governador da Capital do meu País.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Excelentíssimos Senhores Embaixadores; meu caro Governador José Roberto Arruda; meu caro vice-Governador e ainda nosso colega, Senador Paulo Octávio; nosso Senador de Brasília, Adelmir Santana; Senador Gim Argello; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados Federais; Sr. Ernesto Silva, aqui presente às nossas homenagens; senhoras e senhores pioneiros; minhas senhoras e meus senhores, o Senador José Agripino disse aqui que o Governador estava com os cabelos – os poucos cabelos que tem – mais brancos. Agora, em matéria de entusiasmo, está um verdadeiro menino no Governo de Brasília.

E eu queria, no instante em que encerro esta sessão, parabenizar o Governador pela grande responsabilidade que tem hoje de governar esta cidade, assim como teve o nosso Senador Cristovam Buarque, hoje Senador para orgulho nosso, e ontem Governador de Brasília. Presto uma homenagem a esta Bancada de Brasília, aqui presente hoje: à esquerda, o Senador Gim Argello, e, à direita, o Senador Adelmir Santana.

Quero dizer a todos da minha alegria, da minha satisfação por presidir esta sessão em homenagem aos 48 anos de Brasília. Poder dizer a esta cidade da dívida imensa que temos todos nós, brasileiros, pelo que esta cidade vem representando; e como ela acolheu a tantos que aqui vieram, vindos de todos os Estados do Brasil, particularmente da nossa região, a Região Nordeste. Uma cidade que se transformou numa capital-referência para o mundo inteiro, como dizia o Governador.

De modo que, antes de agradecer a presença de todos os que vieram aqui... Evidentemente se falou muito aqui nos pioneiros, nesses homens de cabelos brancos, mas não estou vendo assim tanta gente de cabelos brancos, ou pelo menos pessoas que estejam assim com o ar de aposentados. Na verdade, estou aqui vendo pessoas que, se tivessem diante delas uma convocação para fazer alguma coisa de grande, de novo, como foi Brasília, o fariam novamente.

Por mais que possamos imaginar que o Brasil tenha feito alguma coisa de grande, de nova, não há por que não se colocar nessa situação histórica, nessa perspectiva, a criação de Brasília, verdadeiramente revolucionária, verdadeiramente renovadora!

No Congresso Nacional – aqui não, mas no Rio de Janeiro – discutiu-se a conveniência da construção de Brasília. A Oposição investiu contra a construção da Capital por achar que se constituía num empreendimento muito ousado para o Brasil daquela época. A ousadia foi total. A Oposição tinha total razão. Só não tinha razão porque a ousadia, como foi erigida e construída Brasília, se justifica justamente nos dias de hoje. Foi aquela visão empreendedora e futurista deste grande estadista

que foi Juscelino Kubitschek que concebeu Brasília. E concebeu Brasília de tal maneira que, como disse o Governador, aos 48 anos – ou disse um dos oradores, talvez o ex-Governador Cristovam Buarque –, Brasília é uma nova cidade, claro, e uma cidade que se renova; que tem já os desafios de uma cidade grande.

Meu caro Governador, V. Ex<sup>a</sup> – eu sei – tem muitos problemas, mas aqui e acolá se diz que Brasília já tem problemas de trânsito, tem diversos problemas que jamais se poderia imaginar que teria, tal era a virtuosidade como Brasília foi criada. A cidade foi criada para que não tivesse problemas, mas Brasília foi criada em um país chamado Brasil e, em um país chamado Brasil, logo passou a atrair os problemas brasileiros. E os pioneiros que para cá vieram, no final das contas, terminaram por dar a Brasília um legado de trabalho muito grande.

Estou sendo informado de que está aqui presente – não é o senhor, fique tranquilo – um pioneiro com 101 anos de idade. (Pausa.)

Está lá: 101 anos de idade! (Palmas.)

É o Sr. Arthur Andrade. Peço licença... (Pausa.)

Parece que ele está fazendo um discurso. Será que ele não poderia vir até aqui? Talvez não, pelo deslocamento, mas... Por favor, liguem o microfone dele.

**O SR. ARTHUR ANDRADE** – Eu nunca fui orador paladino. Fazia alguns comícios em Lavras e falava para o povo, porque eu podia falar, eu podia prometer. Agora, aqui em Brasília, é primeira vez que tenho essa honra e o grande orgulho de estar perante a classe intelectual mais avançada da nossa Pátria. Deus os acompanhe, Deus os ajude e Deus lhes dê muita força para conduzir este Brasil imenso e esta cidade no caminho certo para sua completa evolução. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só Brasília mesmo poderia proporcionar um fato como esse. Nosso Arthur Andrade, Sr. Arthur Andrade, com 101 anos de idade, dizendo que falava nos comícios quando era mais jovem. Parece que ele é mineiro, mineiro de Lavras. Se pudesse – vou dizer uma coisa – ainda o levaria para minha campanha, para os meus comícios.

Portanto, depois da palavra do Sr. Arthur, quero realmente terminar, e vou terminar, acredito, de uma forma apoteótica, não pelo meu discurso, que não tem nada de apoteótico, mas porque será executado, ao final desta reunião – de pé ficaremos todos –, o Hino de Brasília, na voz do cantor Nilson Lima, acompanhado pelo tecladista José Cabreira.

Vamos ouvir o Hino.

*(Procede-se à execução do Hino de Brasília.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda vou quebrar o protocolo aqui, com a licença de todos, e perguntar se o tecladista José Cabreira poderia executar – desculpe-me, se você não souber – o hino de JK, o Peixe Vivo.

Sabe? Ah, tocou no início. Eu não estava presente, desculpem-me. De qualquer forma, eu queria ouvir um trequinho no final. Só para mim agora! (Palmas.)

*(Execução da música Peixe Vivo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro e a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, celebramos, nesta sessão especial, os 48 anos da inauguração de Brasília, a capital de todos os brasileiros!

O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, no livro **Por Que Construí Brasília**, faz uma afirmação histórica, sucinta, objetiva e muito precisa do que representa Brasília para nosso futuro como grande nação: “*É nítida a linha divisória que separa duas fases antagônicas da nossa História. Há um Brasil de antes de 1956, afundado no marasmo econômico, descrente de si mesmo, e outro Brasil, confiante nas próprias energias, otimista, cioso da sua soberania e consciente do relevante papel que lhe compete representar no concerto das grandes nações. Qual o motivo da súbita mentalidade? As razões são diversas, mas sobressai-se, entre todas, a construção da nova capital.*”

O astronauta russo Yuri Gagarin, ao visitar Brasília e ser recebido pelo Presidente Kubitschek, afirmou: “A idéia que tenho, Presidente, é a de que estou desembarcando num planeta diferente, que não a Terra”.

“Digam o que quiserem, Brasília é um milagre. Quando fui lá pela primeira vez, aquilo tudo era deserto a perder de vista. Havia apenas uma trilha vermelha e reta descendo do alto do cruzeiro até o Alvorada, que começava a aflorar das fundações, perdido na distância. Apenas o cerrado, o céu imenso, e uma idéia saída da minha cabeça. O céu continua, mas a idéia brotou do chão como por encanto e a cidade agora se espalha e adensa”.

Essas declarações do autor do projeto urbanístico de Brasília, Lúcio Costa, foram publicadas na revista **Manchete**, no já longínquo ano de 1974, e continuam atuais, pois demonstram a capacidade do brasileiro de realizar o milagre da transformação deserto num campo fértil.

Se pudemos fazê-lo ontem, em precárias condições, com muito maior razão poderemos fazê-lo hoje, quando o progresso e a tecnologia colocam à nossa disposição um infindável número de possibilidades!

Brasília é produto da associação da genialidade de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer e da determinação inquebrantável de Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro. Mas também é fruto de todos aqueles que, em busca de dias melhores, para cá vieram, dar seu suor, na construção da nova capital do Brasil.

A esses pioneiros, e às suas famílias, nossas eternas homenagens!

A construção de Brasília não foi fácil! Além das dificuldades logísticas, havia também as de ordem política e financeira!

A esse respeito, Lúcio Costa, em 1988, afirmou: *“Brasília é, portanto, uma síntese do Brasil, com seus aspectos positivos e negativos, mas é também testemunho de nossa força viva latente. Do ponto de vista do tesoureiro, do Ministro da Fazenda, a construção da cidade pode ter sido mesmo insensatez, mas do ponto de vista do estadista, foi um gesto de lúcida coragem e confiança no Brasil definitivo”*.

Hoje, decorridos 48 anos da inauguração de Brasília, se Lúcio Costa ainda estivesse entre nós, ele certamente concluiria que a visão do estadista, o ponto de vista e a capacidade de enxergar e antecipar o futuro, do Presidente Juscelino Kubitschek representa mais lucidez, mais coragem, mais confiança melhores resultados sociais e econômicos para o Brasil para as atuais e as futuras gerações.

A história comprovou que a visão do estadista é superior, é mais ampla, é mais produtiva e é mais eficaz, no longo prazo. Ela é superior ao ponto de vista restritivo e limitado do administrador financeiro, do tesoureiro, do gestor das finanças públicas.

Isso não significa, de modo algum, estimular nem fomentar a irresponsabilidade fiscal. Ao contrário, significa dizer que os objetivos e prioridades nacionais e o interesse público de longo prazo são mais importantes que as restrições orçamentárias!

Sobretudo naquele momento histórico, crítico para o Brasil, isso era particularmente verdadeiro. Vivíamos um tempo em que o País precisava crescer, precisava deixar de ser apenas um país agrícola e procurava ingressar na era industrial, incorporando a idéia central do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, nada mais fundamental do que interiorizar a capital do Brasil! Nada mais fundamental do que construir Brasília, a capital da Esperança!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ao comemorarmos os 48 anos de Brasília, temos a oportunidade de olhar o passado e, ao mesmo tempo, pensar o

futuro, pensar o que o Governo Kubitschek representou para nosso desenvolvimento social, econômico, cultural, político, artístico e esportivo.

Até 1956, o Brasil era um país eminentemente agrícola, com poucas perspectivas de desenvolvimento, com graves problemas de desigualdades regionais e sociais.

Hoje, o Brasil se encontra entre as maiores e principais economias do planeta e muito se deve à coragem, ao empreendedorismo, à visão de futuro, ao idealismo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e à construção de Brasília.

O historiador Ronaldo Costa Couto, no livro **Brasília Kubitschek de Oliveira**, afirma: “JK: o mais feliz e popular presidente do Brasil, um visionário. Era JK: a alegria e a ação no poder, o Brasil na construção de um sonho. Democracia, estabilidade política, desenvolvimento econômico acelerado, modernização do país, elevação da auto-estima, esperança de dias melhores, certeza de futuro brilhante, a descoberta da vastidão interior”.

Como representante do Estado do Pará nesta Casa, ao lado dos Senadores Mario Couto e José Nery, não poderia deixar de fazer menção à enorme importância de Brasília para a integração do Pará ao restante do País, por intermédio da construção da rodovia Belém-Brasília. Somos um Estado gigantesco, que possui muitos lugares de difícil acesso, onde só é possível chegar pela via fluvial ou então pelo ar. A construção da rodovia ligando Belém à capital do País representou a criação de um canal de ligação direta com o centro-sul, tornando a capital paraense mais próspera e trazendo desenvolvimento para o nosso Estado.

Difícil imaginar, Senhoras e Senhores Senadores, o que seria o Pará, hoje, sem Brasília!

Neste momento, em que presto esta singela homenagem a Brasília e à memória desejo invocar e me inspirar nos mais altos ideais do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e reafirmar minha confiança inabalável na democracia, no desenvolvimento social e econômico do Brasil e na grandeza do nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicio meu pronunciamento contando uma história que aconteceu no dia 04 de abril do, já distante, ano de 1955, portanto, há cinqüenta e três anos e que foi, de certa forma, responsável pela construção de Brasília.

Tudo começou com uma chuva inesperada, numa segunda-feira, que amanheceu cheia de sol e mudou a rotina de Jataí, cidade do sudoeste goiano.

Era feriado municipal, decretado por um orgulhoso prefeito que receberia às 10h, pela primeira vez

na história da cidade, um candidato à Presidência da República.

Não era fácil ao jataiense entender por que o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, decidira começar sua campanha presidencial por uma modesta cidade de 10 mil habitantes.

Jataí chegou em boa hora às ambições eleitorais de JK. O generalato já tinha deixado claro sua insatisfação com a candidatura do governador mineiro.

Morto Getúlio Vargas, a UDN queria um candidato único às eleições. As Forças Armadas falavam em "colaboração interpartidária", mas o PSD tinha encontrado fôlego próprio. Para não desafiar as Forças Armadas, Juscelino começou a comer o mingau pelas bordas.

JK lembrou-se de um velho amigo e correligionário, Serafim de Carvalho, colega na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que tinha pleno domínio dos cinco mil eleitores de Jataí (metade da população!).

Dizia-se, à época, que 'quando doutor Serafim tocava o berrante, o pessoal batia atrás'. Juscelino decidiu fazer o comício na cidade a 320 quilômetros de Goiânia.

Jataí parou para receber JK. Uma comitiva foi recepcioná-lo no aeroporto, os estudantes tinham sido convocados ao comício, o palanque estava pronto, o alto-falante anunciava a chegada do candidato e o povo aglomerava-se na Praça Tenente Omar Menezes, no centro da cidade.

Inesperadamente, o tempo fechou e a chuva parecia dissolver os planos de JK, que pensara num comício com entusiasmo suficiente para que seus ecos chegassem ao Rio de Janeiro, sem no entanto soar como risco ao regime tão instável daqueles tempos.

Decidiu-se, na correria das águas, que o comício seria transferido para um galpão de oficina mecânica ali perto. Para palanque foi eleita a carroceria de um velho caminhão à espera de conserto.

O povo, que ainda continuou na praça, se espremeu no barracão de não mais de 100 metros quadrados.

Deu-se início ao comício, Juscelino falou de sua candidatura, remeteu-se ao Sermão da Montanha, e repetiu seu compromisso com a Constituição e o respeito a ela – recado destinado aos desconfiados generais a mil e quinhentos quilômetros dali.

Disposto a ouvir o que o povo de uma cidade dedicada à plantação de arroz queria de um presidente eleito, JK abriu a palavra ao público.

Deu-se um silêncio constrangedor, ninguém se manifestou. No gargarejo, bem na frente do candidato, estava um rapaz de 29 anos, funcionário de uma companhia de seguros, e parente dos caciques políticos da cidade.

Num sopetão, lhe veio a pergunta que entrou para a história. Levantou o dedo e, de pronto, perguntou:

– O senhor mudará a capital do país para o Planalto Central, como está previsto nas Disposições Transitórias da Constituição?

Pego pelo contrapé, Juscelino olhou para um lado, e para o outro, deu-se alguns segundos para pensar e finalmente respondeu:

– Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão para que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo.

Aplausos e mais aplausos ecoaram daquele povo que estava acostumado a ser esquecido pelos governos. O autor da pergunta, Antônio Soares Neto, o Toniquinho, se assustou com o repentino sucesso. Havia pouco anos, ele tinha estudado a Constituição para um curso de tabelião de cartório.

Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República e cumpriu sua promessa.

Durante a construção da cidade, JK tinha como hábito chegar a Brasília, para suas visitas de vistorias às obras da futura capital, pela madrugada.

Saía direto do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, para a futura Brasília. O vôo, num Douglas DC-3, levava em torno de quatro horas normalmente.

Em uma dessas visitas, já com o dia nascendo na vastidão do Planalto Central, o presidente JK caminhava pelas obras do Congresso quando se deparou com um grupo de operários.

Uns preparavam massa de cimento, outros organizavam os tijolos e os ladrilhos que seriam erguidos e esquadrihados.

Israel Pinheiro cuidava de tudo e ia à frente. O coronel Afonso Heliodoro, ajudante de ordem de JK, também estava junto.

Para descontrair o ambiente, JK perguntou ao grupo de candangos no lusco-fusco da madrugada:

– E aí amigos, como anda a construção desse muro?

Para sua surpresa, e de todos que faziam parte daquela comitiva, o operário que estava com a mão na massa respondeu:

– Desculpa, moço, mas não estamos somente erguendo um muro. Estamos, sim, construindo a futura capital do Brasil.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi o escritor Nelson Rodrigues quem bem definiu a missão do presidente que nos presenteou a cidade de Brasília.

Disse ele: “Juscelino mudou o homem brasileiro. Deu-lhe uma nova e violenta dimensão interior. Sacudi dentro de nós, insuspeitas possibilidades. A partir de Juscelino, surge um novo brasileiro”.

Brasília, portanto, tem para todos nós esse sentido de mutação.

Estamos iniciando hoje, às vésperas de seus 48 anos de existência, as comemorações e todas as possíveis reflexões sobre o significado do seu cinquentenário. Historicamente será em 2010, mas, concretamente falando, a epopéia da construção começou mesmo em 1957, com o início das obras.

Naquele mesmo ano, o poeta Vinícius de Moraes escreveu: “Vinhem de longe através de muitas solidões” As forças vivas da nação foram convocadas a erguer “num tempo, o novo tempo”.

Josés, Raimundos, Severinos e Franciscos perdiam a identidade no barro vermelho da futura capital. Coletivamente eram candangos – palavra originária da língua quimbundo/angolano.

Nos canteiros de obras passavam a ser chamados de Bahia, Piauí, Paulista, Pará, Gaúcho ou Mineiro. Goianos, então, tinha aos montes.

Multidões caminhavam em busca da Canaã de uma nova era. Tudo era alegria, entusiasmo e idealismo. A esperança nascia em um país desesperançado. Era o toque de reunir para a grande batalha. Todos foram chamados sem distinção de raças, credos, níveis culturais ou sociais.

Artistas, engenheiros, peões se irmanando para a realização do sonho que pulsava no coração de cada um.

As avenidas começaram a ser abertas. Os prédios se erguendo como mãos postas agradecendo aos céus. A cidade nascia e com ela, um novo tempo de prosperidade.

Um poema urbano de ousadas curvas e belezas arquitetônicas preenchia o espaço vazio do cerrado. A genialidade de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer transformava o marco zero em cidade do futuro.

O mundo, atônito, olhava de longe, admirado, o milagre que acontecia. O sonho de Dom Bosco começou a se concretizar na vontade patriótica e confiante do presidente Juscelino, tornando realidade o grande monumento do século XX.

Brasília, a cidade que fez o povo brasileiro sentir orgulho de sua pátria. Abstrata e concreta, esta cidade nos induz a profundas reflexões.

Agora, às vésperas de completar seu quadragésimo oitavo (48º) aniversário, já quase cinquentona, Brasília merece todas as nossas atenções.

Aqueles candangos iniciais, aqueles operários que tiveram a coragem de dizer a Juscelino Kubitschek que estavam construindo, não um simples muro, mas a futura capital do Brasil, cresceram e se multiplicaram junto com Brasília.

O mar de oportunidades que a cidade proporcionou a milhares de brasileiros que vieram dos mais longínquos rincões brasileiros, se transformou em riqueza material, social e cultural.

Surgiram os núcleos de trabalho, firmaram-se as famílias, constituíram-se escolas, universidades, firmas, empresas, partidos políticos, estilos, enfim; uma maneira de ser totalmente brasiliense que está muito bem representada, por exemplo, nos azulejos de Athos Bulcão, que a todos nós encanta e ilumina e hoje é um símbolo da nossa cidade para o resto do país e para o mundo.

A dimensão que aquele operário anônimo e candango deu ao seu trabalho, aparentemente simples e cotidiano, foi realmente transcendental.

Este sentido de grandeza, aliás, é uma das grandes lições que o presidente JK conseguia transferir para todos aqueles que vieram participar da epopéia da construção da nova capital.

Após o término de seu mandato, como presidente, JK se elegeu, pelo voto direto, senador da República pelo meu querido Estado de Goiás, onde foi detentor de seu último cargo público.

Juscelino Kubitschek é, ainda, uma sensação viva em cada um de nós, 48 anos depois da inauguração da nova capital.

E pensar que Brasília, hoje, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, começou com uma pergunta de um humilde cidadão jataiense, há exatos cinquenta e três anos.

Parabéns Brasília! Parabéns a todos que aqui vivem! Parabéns a todos os brasilienses de nascimento ou de coração.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 33 minutos.)*

# Ata da 65ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata e Mão Santa

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES

## SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/4/2008 07:17:58 até 29/4/2008 20:32:27

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X						
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

**Compareceram: 54 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofícios de Ministro de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### OFÍCIOS

#### NºS 49, 50, 64, 76 E 108, DE 2008

- nº 49/2008, de 15 do corrente, do Ministro da Cultura, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 12, de 2008, do Senador Alvaro Dias;
- nº 50/2008, de 15 do corrente, do Ministro da Cultura, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 86, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- nº 64/2008, de 22 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 74, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- nº 76/2008, de 24 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 166, de 2008, da Senadora Lúcia Vânia; e
- nº 108/2008, de 16 do corrente, do Advogado-Geral da União, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 73, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Secretário Especial dos Direitos Humanos que passo a ler.

É lido o seguinte:

### AVISO DO SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Nº 25/2008, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 65, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154 ,DE 2008

**Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 10:

“Art. 239. ....

§ 1º.....

§ 2º Se o ato é praticado por notário ou oficial de registro, no desempenho de seu ofício, a pena é agravada de um terço. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A Constituição Federal assegura o cumprimento de tratados e acordos internacionais, dos quais o Brasil seja signatário, devendo-se, em consequência; adotar, na legislação infraconstitucional, coerência com as políticas de interesse humanitário, firmadas nesses tratados, entre as quais se inscreve, em primeiro plano, a de combate ao tráfico humano.

A Convenção de Palermo (Convenção da Organização das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional), adotada no ano de 2000, na cidade de Nova Iorque, e promulgada, no Brasil, em março de 2004, está alicerçada em dois protocolos e desponta como instrumento de eficácia internacional no combate ao crime organizado, de que é vertente o tráfico de seres humanos, especialmente crianças.

A Convenção de Palermo, subscrita por 147 países, foi aprovada por resolução da XXX Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), e ganhou esse nome porque três de seus quatro instrumentos foram assinados na cidade de Palermo, na Sicília, Itália, revelando-se, pela forma de controle e combate à criminalidade, o ato normativo internacional abrangente no combate ao crime organizado.

No âmbito nacional, para manter a sintonia com a Convenção de Palermo, impende, agora, aprimorar

o sistema legal com dispositivo apto a inibir o tráfico de pessoas, em reforço às disposições da Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, que promoveu alterações significativas no Código Penal.

A proposição que se submete à apreciação dos nossos ilustres Pares visa, assim, a acrescentar parágrafo ao art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o propósito de agravar a pena aplicável a notários e oficiais de registro que, no desempenho de seu ofício, pratiquem ato destinado ao envio de criança para o exterior, com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro, sob simulacro de fé pública.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

#### **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### TÍTULO I

#### **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º .....

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena – reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 240. ....

LEI Nº 11.106 DE 28 DE MARÇO DE 2005.

#### **Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º .....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

#### **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º .....

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena – reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 240. ....

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo última a decisão terminativa.)*

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2008**

#### **Dá nova redação ao § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. ....

§ 4º O ensino da História do Brasil incluirá obrigatoriamente conteúdos relativos aos aspectos históricos regionais e locais e levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trata da composição dos currículos do ensino fundamental e médio. Nesse aspecto, estabelece que eles terão uma base nacional comum que deve ser complementada por outra diversificada para atender a características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Estabelece, também, a obrigatoriedade de inclusão de algumas matérias tais como língua portuguesa, matemática, arte, educação física e, a partir da quinta série, o estudo de uma língua estrangeira moderna.

Assim sendo, a parte diversificada dos currículos pode, a critério dos sistemas de ensino e dos estabelecimentos escolares, abrangerem os conteúdos relativos aos tópicos históricos regionais e locais, conforme prevê a proposta que ora apresentamos. Porém, essa prática não se observa no cotidiano de grande parte das escolas do Nordeste brasileiro. A presente proposta visa dar caráter obrigatório ao que tem se interpretado como facultativo.

Não é incomum encontrar crianças, adolescentes e mesmo adultos completamente alheios a acontecimentos, figuras e datas relevantes de sua região ou de sua cidade.

Consideramos essa situação grave, pois entendemos que o conhecimento de aspectos culturais e históricos de uma comunidade contribui sobremaneira para um maior comprometimento de seus membros, ao mesmo tempo em que fortalece os laços culturais indispensáveis para a construção da identidade das populações envolvidas.

Em tempos de globalização, ao lado dos benefícios que os modernos meios de comunicação trazem em termos de aproximação de povos e culturas, há também o enorme risco de uma “pasteurização” cultural. A economia global requer produtos globais para consumidores globais. Neste ambiente, aquilo que nos diferencia, em vez de ser valorizado como um aspecto original, a ser preservado, acaba por ser desconsiderado na busca de mercado para produtos de massa. Não pode haver nada mais deletério para um povo do que essa desconstrução de sua história e de suas características originais. É preciso, pois reagir a essa predominância de uma cultura sobre outra, como se esta fosse mais “valiosa” ou “importante” ou mais “abrangente” do que aquela. As diferentes culturas são apenas isso, diferentes, e aí está sua riqueza.

Neste sentido, tem fundamental importância estimular o estudo e o conhecimento, pela população, de sua própria história. É ela que edifica, consolida e divulga os valores e tradições de uma comunidade.

O ensino desta história local deve, portanto, ser estimulada sob pena de que fatos e personagens que não sejam “considerados”, por este ou aquele historiador ou mesmo por este ou aquele burocrata de plantão, como de relevância nacional sejam subjugados por outros acontecimentos ou vultos ditos mais “importantes”, quando não simplesmente soterrados pelas ditas versões oficiais.

Senão vejamos o exemplo de Zumbi dos Palmares, hoje merecidamente reconhecido como Herói da Pátria. Há quem duvide que seu atual papel na história brasileira se deve essencialmente a “releitura” que os historiadores e finalmente as autoridades educacionais fizeram de um mesmo personagem ao longo dos tempos, mesmo que forçados pela pressão de grupos de valorização da história negra, ou melhor, afro-americana?

Em idêntico processo se enquadra a figura de Sepé Tiaraju, herói guarani-rio-grandense, que aos poucos vem sendo reconhecido nacionalmente, a despeito de sua inicial restrição ao âmbito da antiga região das missões e da sociedade gaúcha.

O que dizer de Plácido de Castro, herói da conquista do Acre, que somente veio a ser conhecido nacionalmente em função da brilhante versão televisiva da épica construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré?

Trazemos estes casos apenas para exemplificar os episódios e heróis que, independentemente do seu valor e mérito, não seriam reconhecidos nacionalmente não fosse a insistência de valorização da história local, seja sob o aspecto social, político ou econômico. Não temos dúvida de que, não fossem eles primeiramente reconhecidos pela sua própria comunidade, submergeriam diante da avassaladora imposição de valores alienígenas, efetivada especialmente pelos meios de comunicação de massa.

Maior risco correm aqueles que, literalmente soterrados pelo preconceito e pelas “versões oficiais” estarão condenados ao esquecimento, a menos que se dê luz, traga-se à tona outras “verdades” que, por ignorância ou mesmo má-fé, a historiografia dominante não permite revelar.

É o caso, particularmente por exemplo, do papel do Ceará e de muitos cearenses em episódios essenciais à identidade nacional, que foram subjugadas pelas versões mais divulgadas do descobrimento, da independência, dos conflitos platinos e da Proclamação da República.

Figuras como o navegante espanhol Yañes Pinzon que antecedeu a Cabral, os cabeças-chatas e a batalha do Genipapo, Jovita Feitosa e o batalhão de cearenses na Guerra do Paraguai, Padre Mororó e a Confederação do Equador; são fatos e personagens que desempenharam papel de fundamental importância histórica e que os próprios cearenses pouco conhecem, trabalhando em desfavor de nossas tradições, cultura e identidade.

Isto tudo porque ainda faltam mecanismos e instrumentos de divulgação dessa história local, seja no aspecto institucional ou mesmo concretamente falando. É comum inclusive, que obras de altíssimo valor histórico, centradas em perfunctória pesquisa e acuradíssima análise de fatos e documentos históricos, sejam relegadas ao esquecimento, limitadas aos escaninhos dos estudiosos mais atentos ou ainda em raríssimas ocasiões, teimosamente conservadas nas prateleiras de pouquíssimas bibliotecas públicas.

Mesmo aquelas que nos meios acadêmicos despertaram maior interesse, tiveram suas poucas edições esgotadas e sua reedição não é economicamente viável, também e especialmente em função de sua ausência do currículo escolar. Desnecessário ressaltar o autêntico crime que se comete não apenas contra a memória destes heróis, mas mesmo em desfavor da própria história nacional.

Por essa razão, decidimos apresentar o presente projeto de lei que visa explicitar na LDB, como um encargo obrigatório, o desenvolvimento, no ensino da História do Brasil, de conteúdos sobre os aspectos históricos da região e da localidade em que estão inseridas as escolas.

Pela relevância do pleito, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Tasso Jereissati**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

#### **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### TÍTULO I **Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

## CAPÍTULO II **Da Educação Básica**

### Seção I **Das Disposições Gerais**

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO)

VI – que tenha prole.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

.....  
(À Comissão da Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2008**

**Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.036, de 11 de maio 1990, para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos municípios e estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) .**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 28-A. Por opção do estado ou do município e mediante contrato de parcelamento de débitos, a União entregará à Caixa Econômica Federal até um por cento da correspondente parcela do Fundo de Participação dos Estados – FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios – FPM na amortização de suas dívidas para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

§ 1º Quando a opção for feita por estado ou município ao qual já tenha sido concedido o parcelamento da mencionada dívida, a forma de pagamento prevista neste artigo substituirá esse parcelamento.

§ 2º A União antecipará, por sub-rogação, ao FGTS os valores decorrentes da aplicação do percentual de que trata este artigo, podendo ser simultânea essa antecipação de pagamento e a retenção da parcela do FPE e FPM para pagamento do respectivo crédito (Constituição Federal, art. 160, parágrafo único).

§ 3º O contrato previsto no **caput** não impede a propositura da reclamação trabalhista de que trata o art. 25 desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O objetivo deste projeto é resolver as dificuldades financeiras que diversas prefeituras, e alguns estados, estão enfrentando devido ao endividamento com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mas imperativamente salvaguardando o patrimônio do trabalhador. Medidas legislativas similares as previstas neste Projeto foram estabelecidas na Lei nº 9.639<sup>1</sup>, de 1998, e Lei Complementar nº 77, de 1993<sup>2</sup>.

1. Art. 1º “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até 31 de agosto de 2001, poderão optar pela amortização de suas dívidas para com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, oriundas de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência junho de 2001, mediante o emprego de quatro pontos percentuais do Fundo de Participação dos Estados – FPE e de nove pontos percentuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187 – 13, de 2001)”.

2. Art. 27. “Por opção do município devedor, a União empregará 3% da correspondente parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na amortização de sua dívida para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e 9% na amortização de sua dívida para com a Previdência Social. (...) §3º O disposto neste artigo refere-se à dívida do município, ou ao respectivo saldo, existente no dia 31 de dezembro de 1992, ajuizada ou não”.

A Lei nº 8.036, de 1990 (Lei do FGTS), assegura ao Conselho Curador do FGTS competência para fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso. Assim é que as Resoluções nºs 466 e 467, ambas de 2004, do Conselho Curador do FGTS buscaram uma solução para o alto índice de inadimplências, e de fato ali ficou estabelecida uma série de benefícios, tais como, prazos de parcelamento diferenciados, valor mínimo das parcelas, prazo de carência para o início do pagamento e possibilidade de reparcelamento, inclusive, das dívidas parceladas que forem inadimplidas.

Com efeito, dentre os vários tipos de parcelamentos existentes, estão os parcelamentos de débitos para com o FGTS devidos por prefeituras com amortização decendial e repasse de 3% (três por cento) da cota do FPM à Caixa Econômica Federal (CEF) pela Secretaria do Tesouro Nacional. Tal regra está prevista no Decreto nº 843, de 1993.

Saliente-se que somente para os parcelamentos de débitos de estados, municípios, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas é necessário que seja efetivada vinculação de receita, em garantia do contrato de parcelamento, que deve ser autorizado por meio de legislação específica. Geralmente as receitas vinculáveis, para fins de garantia são: FPE, nos casos de Estados e Distrito Federal; FPM, IPVA, ICMS e ITR, nos casos de municípios; e transferências correntes, nos casos de Autarquias e Fundações e empresas públicas vinculadas aos Estados e municípios.

Ou seja, para as entidades de direito público interno (Estados e municípios) há uma excessiva e draconiana exigência de garantia. E isso porque a Lei nº 9.012, de 1995, por sua vez veda às instituições oficiais de crédito conceder empréstimos, financiamentos, dispensa de juros, multa e correção monetária ou qualquer outro benefício a pessoas jurídicas em débito com as contribuições para o FGTS, corroborando a regra prevista no art. 27, alínea **b** da Lei nº 8.036, de 1990, que exige o Certificado de Regularidade do FGTS.

Ora, efetivamente o patrimônio do trabalhador e os programas públicos decorrentes dos recursos do FGTS devem ser sempre preservados, inclusive, essas garantias deveriam fazer com que os juros, taxas e encargos do parcelamento fossem menores, uma vez que há certeza do pagamento. Todavia, tal não ocorre. Assim, essa garantia está abusiva e onerosa, impedindo outras ações de caráter público que também são efetuadas pelos Estados e municípios, por meio de políticas públicas ou do dever legal de atuar em setores da Saúde ou da Educação, como por exemplo.

Desta feita, algumas prefeituras são obrigadas a retirar parte significativa das suas receitas, no caso 3% do FPM, para depositar nas contas da CEF, comprometendo a garantia de bem-estar social de seus habitantes, pois, como por exemplo, dados da Confederação Nacional dos municípios indicam que inúmeros municípios bem avaliados, do ponto de vista do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não ficaram bem colocados no **rankings** da educação e da saúde.

Por conseguinte, o presente Projeto busca fixar o teto no valor compromissado para o parcelamento de débitos de FGTS, na exata medida em que a atual regra que vincula 3% do FPM mostra-se extremamente gravosas para os municípios, tanto que eles estão comprometendo suas finanças. E diga-se com destaque: esse compromisso será honrado, uma vez que a União entregará diretamente à CEF a parcela correspondente (de até 1%) retirada do FPM.

Assim é que defendo a aprovação, pelo Congresso, de um mecanismo que estabeleça que a parcela paga e ofertada como garantia pelos municípios para o parcelamento do FGTS não ultrapasse 1% do valor equivalente ao FPM. Desta forma, restarão recursos para investimentos e melhorias para a vida dos munícipes, que também são trabalhadores, sem prejuízo das ações públicas desenvolvidas com recursos do FGTS.

Aliás, com o escopo de proteger o trabalhador, o Projeto deixa claro que o fato de o empregador estatal negociar a regularização de depósitos atrasados do FGTS com a CEF não impede o trabalhador de entrar com ação para pedir o recolhimento do benefício. Assim, busca-se apaziguar o conflito social – com reflexos na divergente jurisprudência trabalhista sobre a matéria – de que o acordo não possui o condão de impedir que o empregado proponha reclamação trabalhista com o objetivo de compelir o município ou o Estado a efetuar o imediato recolhimento do FGTS sobre as verbas de natureza remuneratória pagas durante o contrato de trabalho.

Por essas razões e por serem justos os propósitos que nortearam a apresentação da Proposta, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para que a iniciativa venha a merecer o acolhimento e aprovação desta Casa do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

**Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.**

Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta lei.

Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do **caput** deste artigo:

**a)** eventuais saldos apurados nos termos do art. 12, § 4º;

**b)** dotações orçamentárias específicas;

**c)** resultados das aplicações dos recursos do FGTS;

**d)** multas, correção monetária e juros moratórios devidos;

**e)** demais receitas patrimoniais e financeiras.

§ 2º As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis. (...)

Art. 5º Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II – acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III – apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV – pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V – adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII – aprovar seu regimento interno;

VIII – fixar as normas e valores de remuneração do agente operador e dos agentes financeiros;

IX – fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X – fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI – divulgar, no **Diário Oficial** da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.

XII – fixar critérios e condições para compensação entre créditos do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes, com contratos extintos, e débitos resultantes de competências em atraso, inclusive aqueles que forem objeto de composição de dívida com o FGTS. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

XIII – em relação ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**a)** aprovar a política de investimento do FI-FGTS por proposta do Comitê de Investimento; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**b)** decidir sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas do FI-FGTS, em cada exercício; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**c)** definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**d)** estabelecer o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela administração e gestão do FI-FGTS, inclusive a taxa de risco; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**e)** definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FGTS; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**f)** estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FGTS por setor, por empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**g)** estabelecer o prazo mínimo de resgate das cotas e de retorno dos recursos à conta vinculada, observado o disposto no § 19 do art. 20 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**h)** aprovar o regulamento do FI-FGTS, elaborado pela Caixa Econômica Federal; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

**i)** autorizar a integralização de cotas do FI-FGTS pelos trabalhadores, estabelecendo previamente os limites globais e individuais, parâmetros e condições de aplicação e resgate. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

(...)

Art. 25. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta lei.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverão ser notificados da propositura da reclamação.

(...)

Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

**a)** habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e município;

**b)** obtenção, por parte da União, Estados e municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta, ou fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

**c)** obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

**d)** transferência de domicílio para o exterior;

**e)** registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

Art. 28. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

.....  
(*Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômico, cabendo à última a decisão terminativa.*)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2008

**Altera a Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências e a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o**

**Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990; 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** e o inciso III do art. 5º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, alterados pela Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O mutuário do SFH que tenha firmado contrato até 31 de dezembro de 1996 com cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS poderá, no prazo máximo de um ano, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante pagamento de valor correspondente a:

.....  
 III – contratos firmados de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro de 1996: setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação.

..... “(NR)

Art. 2º O § 3º do art. 2º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º .....

§ 3º As dívidas relativas aos contratos referidos no **caput**, assinados até 31 de dezembro de 1996, poderão ser novadas por montante correspondente a cem por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre os citados contratos.

.....”(NR)

Art. 3º O art. 23 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

“Art. 23. Os contratos firmados no âmbito do SFH e do SFI, sem cobertura do FCVS, poderão, a critério da instituição financiadora, ser novados entre as partes, estabelecendo-se novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, apólice de seguro, sistema de amortização e plano de reajuste, preservando-se para a operação, enquanto existir saldo devedor, a prerrogativa de os mutuários utilizarem os recursos da conta vinculada do

FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

§ 1º Caso haja saldo devedor após o pagamento da última prestação, na data de seu vencimento, a dívida será objeto de novação, por montante correspondente a 100% do valor do saldo devedor.

§ 2º ..... “(NR)

Art. 4º O artigo 40 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas constitui o arrendatário em mora de pleno direito, configurando o esbulho possessório que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse, sendo esse prazo de inadimplência prorrogável até onze parcelas mensais consecutivas par o arrendatário comprovadamente desempregado” (NR).

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Submetemos à apreciação dos ilustres Pares o presente projeto de lei, objetivando promover três alterações fundamentais na lei que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do FCVS, bem como sobre o tratamento dispensado à inadimplência no arrendamento residencial.

Com efeito, propõe-se criar a possibilidade de liquidação antecipada de dívida, com incentivos, pelos mutuários, para os contratos habitacionais firmados até 31 de dezembro de 1996, ao invés de 31 de março de 1990, pela lei vigente. Nesses casos, a União poderá novar os saldos residuais junto ao agente financeiro, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS Sobre os citados contratos;

Desse modo, os saldos devedores remanescentes dos contratos de financiamento imobiliário firmados até 31 de dezembro de 1996, liquidados antecipadamente e com cobertura do FCVS, poderiam ser novados pela União por montante correspondente a até 100% do valor residual. Com a extensão dessa, norma até 1996, visa-se permitir à União maior equacionamento adequação das dívidas do FCVS.

Em segundo lugar, para os contratos firmados sem a responsabilidade do FCVS pelo saldo devedor remanescente das dívidas, propõe-se que o seu valor total seja novado pela instituição financeira contratante, desde que paga, em dia, a última prestação contratada.

Consoante a lei vigente, a falta de pagamento de apenas três prestações constitui o arrendatário residencial em mora e configura o esbulho possessório; o que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse. Com o projeto de lei, a mora ocorreria com o atraso no pagamento de seis parcelas e, se o arrendatário estiver enfrentando uma situação de desemprego, esse prazo passaria para onze parcelas mensais.

Em nosso País, são centenas de milhares os brasileiros e brasileiras que conquistaram suas moradias através , do financiamento imobiliário e que possuem imóveis contratados com o FCVS. Esses cidadãos e cidadãs vêm contribuindo, mensalmente, com tal Fundo por vários anos, sendo que, muitos deles e delas, foram marginalizados do processo de concessão do benefício pela quitação do saldo devedor. Pela Lei n° 10.150, sancionada em 21-12-2000, esta anistia ficou restrita aos contratos assinados até a data de 31-3-1990.

O artigo 5° da Constituição Federal, todavia, é muito claro ao garantir que\_ todos são iguais perante à lei, sem restrições ou distinções de quaisquer natureza. Ao assim proceder, determinar, também, o tratamento isonômico entre os cidadãos e cidadãs brasileiras.

Portanto, conto com o apoio solidário e atento de meus Pares para universalizar os benefícios da Lei n° 10.150. Entendo que todos aqueles que financiaram as suas moradias e possuem contratos idênticos com a cláusula do FCVS devem também receber o benefício da remissão parcial do saldo devedor, quando liquidado antecipadamente, pois Todos e Todas suportaram os mesmos arrochos financeiros dos vários e mirabolantes Planos Econômicos. Como sabemos, o processo inflacionário que levou à adoção desses planos ocasionou um absurdo aumento de saldos devedores em contratos habitacionais, impagáveis quando do encerramento dos contratos.

Com o advento do Plano Real, o SFH – Sistema Financeiro de Habitação – passou a tratar como “equilibrados” os atuais contratos de financiamento. Contudo, não solucionou o drama em que se encontravam e ainda se encontram mergulhados os milhões de contratados e contratadas anteriores, que devido às altíssimas prestações mensais, na sua grande maioria se tornaram inadimplentes involuntários, somando-se aos excluídos sem-tetos, despejados pelas instituições financeiras e pelos especuladores imobiliários. Como é fácil constatar pelo noticiário veiculado pela mídia e através das lutas desenvolvidas pelas entidades representativas dos mutuários, seus imóveis são adquiridos por esses especuladores e rentistas, para usufruírem, em seguida, de renda de aluguéis.

A possibilidade de liquidação do saldo devedor com remissão parcial para todos e todas que tenham celebrado seus contratos até 31 de dezembro de 1996, além de tomar igualitário o tratamento dispensado a outros com situação contratual idêntica, também, na certa, terá o condão de abrandar o enorme trâmite processual no Poder Judiciário. Trâmite, hoje, tumultuado, dadas as milhares de ações relativas à discussão da cláusula FCVS nos contratos. São milhares de contratos que estão vencidos e a vencer que possuem esta garantia acordada em convenções e que precisam encontrar uma justa solução no interesse das centenas de milhares de cidadãos e cidadãs que, juntamente com suas famílias, se encontram enredadas neste imbróglio contratual.

A presente proposição nasce da inércia constatada por parte de quem tem a competência para resolver este problema: a equipe econômica da CEF – Caixa Econômica Federal e da EMGEA – Empresa Gestora de Ativos. Mesmo diante do caos anunciado, até agora não se pronunciaram. Visa o nosso projeto à proteção dos mutuários ameaçados por essa caótica situação, de forma a evitar que tenham de trilhar o caminho judicial, pois, sem a opção de quitação, esses mutuários serão fatalmente executados e seus imóveis retomados. Isto está a acontecer, apesar de Décadas de adimplência contratual.

Por outro lado, o artigo 40 da Lei n° 10.150, de 2000, é incoerente com a realidade vivenciada pela grande maioria dos arrendatários dos imóveis ofertados pelo Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

A inscrição para este programa exige o comprovante de renda, portanto, apenas trabalhadores que apresentam vínculo laboral são contemplados. Entretanto, quando estes labutadores perdem o seu sustento com o advento de um súbito desemprego, eis que o perverso sistema retira a sua moradia, base de apoio do seu lar, deixando assim o cidadão humilhado e sem dignidade, o que está levando à destruição milhares de lares.

Ninguém está imune a uma inesperada situação problemática, seja por causa de doença, desastres diversos, desagregação familiar ou de falecimento de algum ente. Ironicamente, os conjuntos habitacionais do PAR são construídos com recursos dos trabalhadores que contribuem com o FGTS e que são despejados, quando, por razões justificadas, se tomam inadimplentes. Porém, para o sistema nada é justificável, mesmo usando capital financeiro destes labutadores.

O arrendatário é vulnerável às intempéries circunstanciais da vida, ao contrário do arrendador, por isso julgo que é imprescindível que seja garantido um mínimo de segurança para o lado mais frágil desta re-

lação de consumo, em consonância com o Código de Defesa do Consumir.

Faço esta proposta, alertada pelos brasileiros e brasileiras que militam, em Mato Grosso, no MOVHAB – Movimento dos Mutuários da Habitação, e com a humilde certeza de que o sonho da casa própria quitada poderá se tornar uma realidade para uma multidão de famílias brasileiras. Para tanto, conto com a aprovação do presente projeto de lei pelos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990

#### **Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º .....

Art. 5º O mutuário do SFH que tenha firmado contrato até 31 de março de 1990 com cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS poderá, no prazo máximo de um ano, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante pagamento de valor correspondente a: (Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000).

I – .....

III – contratos firmados de 1º de janeiro de 1989 até 31 de março de 1990 setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação. (Incluído pela Lei nº 10.150, de 2000)

§1º .....

LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000

#### **Dispõe sobre a novação de dívidas e, responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.**

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º .....

Art. 2º Os saldos residuais de responsabilidade do FCVS, decorrentes das liquidações antecipadas previstas nos §§ 1º, 2º e 3º, em contratos firmados com mutuários finais do SFH, poderão ser novados antecipadamente pela União, nos termos desta lei, e equiparadas às dívidas caracterizadas vencidas, de que trata o inciso I do § 1º do artigo anterior, independentemente da restrição imposta pelo § 8º do art. 1º.

§ 1º As dívidas de que trata o **caput** deste artigo poderão ser novadas por montante correspondente a trinta por cento do valor do saldo devedor posicionado na data do reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 2º As dívidas relativas aos contratos cuja prestação total, em 31 de março de 1998, era de até R\$25,00 (vinte e cinco reais) poderão ser novadas por montante correspondente a setenta por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 3º As dívidas relativas aos contratos referidos no **caput**, assinados até 31 de dezembro de 1987, poderão ser novadas por montante correspondente a cem por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sob os citados contratos.

§ 4º .....

Art. 23. Os contratos firmados no SFH, sem cobertura do FCVS, poderão, a critério da instituição financiadora, ser novados entre as partes, estabelecendo-se novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, apólice de seguro, sistema de amortização e plano de reajuste, preservando-se para a operação, enquanto existir saldo devedor, a prerrogativa de os mutuários utilizarem os recursos da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

Parágrafo único. O contrato objeto de renegociação será formalizado por meio de instrumento particular de aditamento contratual, com força de escritura pública, dispensando-se registro, averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos.

Art.24.....

Art. 40. A falta de pagamento de três parcelas mensais constitui o arrendatário em mora de pleno direito, configurando o esbulho possessório que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse.

Art. 41. ....

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2008

### Dispõe sobre o seguro no arrendamento residencial e imobiliário especial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras que operem com crédito imobiliário e com a captação de depósitos à vista ficam obrigadas a oferecerem aos contratantes de arrendamento residencial e imobiliário, facultativamente, seguro destinado à cobertura de suas prestações.

Parágrafo único. O seguro referido no **caput** será direcionado aos arrendatários participantes dos programas de Arrendamento Imobiliário Especial com opção de compra e de Arrendamento Residencial.

§ 1º Em caso de falecimento do arrendatário, a cobertura do seguro contratado corresponderá a 100% (cem por cento) das prestações vincendas, desde que, na data do óbito, não haja inadimplência contratual.

§ 2º Em caso de desemprego do arrendatário, o seguro cobrirá, no máximo, 6 (seis) parcelas vincendas, desde que o contratante esteja rigorosamente adimplente.

§ 3º A oferta do seguro de que trata esta lei deverá abranger os contratos do Programa de Liquidação Incentivada promovidos pela Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### Justificação

Nos Programas de Arrendamento Residencial e Imobiliário Especial com opção de compra, entendemos que a oferta do seguro habitacional securitário deverá ser, obrigatoriamente, disponibilizado aos arrendatários pelas instituições financeiras. Porém, sua contratação facultativa, à semelhança de procedimentos adotados pela maioria da iniciativa privada.

Logicamente, por implicar a inclusão de custos adicionais ao arrendatário, pela cobrança de uma nova taxa referente ao seguro, sua contratação deve ser opção do tomador do arrendamento, capaz de avaliar os possíveis riscos envolvidos ao longo do arrendamento

contratado e, em decorrência, decidir sobre sua conveniência.

A oferta do seguro deverá ser obrigatória nos Programas de Arrendamento Imobiliário e Residencial, para que se proceda de igual modo aos métodos adotados pela maioria da iniciativa privada: por razões de precaução diante das súbitas dificuldades financeiras dos clientes, promove-se, com a anuência dos consumidores, a inclusão de uma taxa mínima de seguro às prestações mensais.

É inadmissível e socialmente injusto que uma família dependente do arrendatário, o pai na maioria das vezes, venha a ter a sua moradia subtraída quando do falecimento do seu único provedor, pois dificilmente conseguirá renda suficiente para manter-se adimplente com as prestações do contrato.

Pre vemos ainda no projeto o prazo máximo de 6 meses para a cobertura das prestações em situação de desemprego do arrendatário. Esse lapso temporal é compatível com o máximo admitido para o seguro-desemprego. Desse modo, entendemos coerente fixar um prazo assemelhado para a cobertura do seguro com relação à sua moradia.

Apresento este projeto com a humilde certeza de que o sonho da “casa própria quitada” se tomará, certamente, uma realidade para uma multidão de famílias brasileiras, com a aprovação deste projeto de lei de vasto alcance social.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última – decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2008

### Autoriza a União a celebrar convênio com o Governo do Estado de Goiás com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia (GO).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a celebrar convênio com o governo do Estado de Goiás com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia.

Parágrafo único. O sistema de que trata o **caput** destina-se a atender a demanda por transporte público de passageiros no aglomerado urbano de Goiânia, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento urbano e de organização territorial aplicadas ao aglomerado.

Art. 2º A participação da União, em cooperação com o Estado de Goiás, visa viabilizar a implantação

de sistema estrutural de transporte público coletivo de passageiros, de capacidade compatível com a demanda atual e futura nos corredores de transporte do aglomerado urbano de Goiânia.

Art. 3º O convênio objeto da autorização de que trata esta Lei disporá sobre:

- a) as características técnicas, físicas e operacionais do sistema a ser implantado;
- b) as condições gerais do suporte técnico e financeiro a ser prestado pelo governo federal;
- c) as contrapartidas dos governos estadual e municipais dos Municípios integrantes do aglomerado;
- d) a participação de financiamento privado, na forma de parceria público-privada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Desde a extinção da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), ocorrida em definitivo em 1990, a participação da União nos investimentos e no aperfeiçoamento institucional dos sistemas urbanos e metropolitanos de transporte público passou por um período de desarticulação. Embora parte das atribuições da empresa extinta tenham sido remanejadas para a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), hoje também extinta, e para o Ministério dos Transportes, prevaleceu a percepção de que o governo federal havia se afastado do setor.

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, marcou o início da alteração desse quadro de distanciamento da União. No âmbito do novo Ministério, cabe à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SEMOB) formular e implementar, em articulação com a política de desenvolvimento urbano, uma política nacional de mobilidade urbana, centrada no desenvolvimento sustentável das cidades e na priorização dos investimentos federais nos modos de uso coletivo e nos meios não motorizados de transporte.

Nesse contexto, prevê-se que o governo federal atue como aliado dos estados e municípios, com o objetivo de assegurar à população que habita as cidades acesso amplo e democrático às atividades urbanas e condições para a plena utilização do espaço urbano, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável. Entre as diretrizes que orientam a ação do Ministério inclui-se o incentivo à implantação de sistemas estruturais de transporte de alta e média capacidade em corredores próprios nas cidades de médio e grande porte e nas regiões metropolitanas.

O modelo de transporte público predominante nas cidades brasileiras é fortemente baseado nos sistemas rodoviários convencionais. Operados com ônibus, esses sistemas podem alcançar excelentes níveis de serviço, mas começam a dar sinais de esgotamento quando a demanda atinge patamares mais altos, e se torna inviável continuar aumentando frequências e a quantidade de veículos em operação. A partir daí, faz-se necessário mudar o perfil da oferta, com a introdução de novos componentes. Nesse momento, as cidades devem estar preparadas para investir na implantação de sistemas estruturais de transporte de média e alta capacidade, operados em via fixa ou segregada – soluções que, geralmente, levam ao emprego de tecnologia metro-ferroviária.

O futuro da capital goiana aponta nessa direção e a adequada condução do processo de planejamento urbano exige que os investimentos sejam realizados no seu devido tempo, sob pena de inviabilizar-se o atendimento às necessidades de transporte dos seus cidadãos. Essa é a realidade presente no aglomerado urbano de Goiânia, para cujo equacionamento acreditamos ser decisiva a participação da União, tendo em conta o porte dos investimentos necessários à implantação de um sistema de transporte de massa capaz de fazer face às demandas atualmente verificadas e sua perspectiva de evolução **pari passu** com a dinâmica do processo de desenvolvimento urbano experimentado pela região.

Por fim, é mister observar que, mesmo tendo a presente medida o caráter autorizativo, reveste-se da função precípua do Parlamento Brasileiro em sua tarefa de propor legislação e, de posse dela, instigar o Poder Executivo às providências pertinentes ao espírito patriótico que nos move.

Pelo exposto, esperamos que a presente iniciativa possa merecer o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Marconi Pirillo**, PSDB – GO.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2008

#### **Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre guarda e adoção.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 34, 50, 92, 93, 94 e 206 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. ....

§ 1º O pedido de guarda de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado poderá ser apresentado por qualquer pessoa, estabelecida pelo casamento civil em seu favor.

§ 2º Para a apresentação do pedido mencionado no § 1º, poderão ser usadas fórmulas impressas, observado o disposto no art. 165.

§ 3º É assegurada prioridade na tramitação do processo referente à guarda de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado. (NR)”

“Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção, de que encaminhará cópia ao respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

.....  
 § 3º A inscrição deferida será válida em todo o território nacional.

§ 4º Caberá ao psicólogo e ao assistente social da equipe interprofissional descrever o perfil da criança ou do adolescente adotável e o da pessoa interessada na adoção que constarão dos registros referidos no **caput**.

§ 5º Os registros serão atualizados com a periodicidade máxima de três meses, devendo ser imediatamente comunicada à autoridade judiciária qualquer alteração relativa à situação dos adotáveis ou dos potenciais adotantes.

§ 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhará cópia dos registros referidos no **caput** ao Conselho Estadual respectivo, que a fará chegar ao Conselho Nacional. (NR)”

“Art. 92. ....

V – não-desmembramento de grupos de irmãos;

VI – não-transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;  
 ..... (NR)”

“Art. 93. As entidades que desenvolvem programas de abrigo têm as seguintes obrigações específicas:

I – comunicar à autoridade judiciária e ao Ministério Público, no prazo de cinco dias úteis, o ingresso de criança ou adolescente encaminhado pelo Conselho Tutelar;

II – encaminhar à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar cópia do estudo social e pessoal da criança ou do adolescente no prazo de trinta dias, a contar da data de ingresso no abrigo;

III – reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de três meses, e dar ciência dos resultados à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar;

IV – encaminhar à autoridade judiciária, ao Ministério Público ou ao Conselho Tutelar notícia de pessoa interessada no acolhimento de criança ou adolescente abrigado.

§ 1º Em caráter excepcional e de urgência, as entidades referidas no **caput** poderão abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, impondo-se-lhes a obrigação de comunicar o fato à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar até o segundo dia útil imediato.

§ 2º Aplicam-se às entidades de abrigo, no que couber, as obrigações constantes do art. 94. (NR)”

“Art. 94. ....

VI – comunicar à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar a ação adotada no caso para preservação ou reatamento dos vínculos familiares e o resultado dela;

.....  
 Parágrafo único. No cumprimento das obrigações aludidas neste artigo, as entidades utilizarão preferencialmente os recursos da comunidade. (NR)”

“Art. 206. A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, por meio de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

Parágrafo único. Excepciona-se da representação processual de que trata o **caput** a hipótese prevista no § 1º do art. 34. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 19-A, 34-A, 50-A, 52-A e 245-A:

“Art. 19-A. O Poder Público, em todos os níveis, promoverá campanhas de esclare-

cimento sobre a necessidade do cuidado e da vivência familiar na infância e na adolescência para o pleno desenvolvimento físico, psíquico e intelectual da pessoa.

Parágrafo único. Entre outros conteúdos, as campanhas devem:

I – informar sobre a disponibilidade de programas oficiais de apoio e proteção destinados ao fortalecimento da família, divulgando os respectivos critérios de elegibilidade;

II – incentivar a guarda e a adoção de crianças e adolescentes, sobretudo os mais vulneráveis, como forma de expressão de responsabilidade social;

III – divulgar dados relativos às crianças e aos adolescentes abrigados;

IV – difundir o caráter excepcional e provisório do abrigo em entidade.”

“Art. 34-A. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro das crianças e dos adolescentes abrigados e outro das entidades de abrigo em funcionamento, de que encaminhará cópia ao respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

“Art. 50-A. Caberá aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, no seu âmbito de atuação, criar, implantar e manter atualizado o respectivo cadastro de adoção.”

“Art. 52-A. Não será deferido o pedido de adoção internacional sem que se proceda ao levantamento, junto ao cadastro nacional de adoção, de interessado domiciliado no Brasil.”

“Art. 245-A. Deixar o dirigente da entidade de abrigo de cumprir qualquer dos prazos estabelecidos no art. 93:

Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

Há quase duas décadas, o Brasil aparece como referência mundial de legislação pelo pioneirismo e avanço civilizatório no tratamento dado à infância e à adolescência. De fato, ao abraçar a teoria da proteção integral, a Constituição Cidadã de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 inovam

ao lidar com essas fases da vida como momentos privilegiados de desenvolvimento integral do indivíduo e, por isso, demandadores de cuidados especiais. Ao contrário do ordenamento jurídico anterior, que via a infância sob o prisma do risco social e adotava uma abordagem assistencialista ou repressora nesse campo, a legislação atual tem por marca o caráter emancipatório, pois investe na construção de cidadãos de primeira linha, mediante normas que garantem direitos e atribuem responsabilidades.

Assim, imputa à família, à sociedade e ao Estado o dever de colocar a criança e o adolescente a salvo de toda forma de negligência e o dever de assegurar-lhes – com absoluta prioridade – o direito à vida e à convivência familiar e comunitária, entre outros. Nesse sentido, prescreve a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, além de priorizar a criação e a educação no seio da família, vista como ambiente de excelência para o desenvolvimento infanto-juvenil integral. Por isso, prevê, excepcionalmente, a colocação em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção.

Apesar dessas disposições, existe um número enorme de crianças e adolescentes no País sem direito à convivência familiar e comunitária, base para o exercício de outros direitos fundamentais. De acordo com estimativa da Associação dos Magistrados Brasileiros, cerca de 120 mil jovens estão hoje em abrigos, condenados a passar grande parte de suas vidas ou atingir a maioridade sem os cuidados, o carinho e a atenção de uma família. Basta dizer que 20% deles ali estão por mais de 6 anos e quase 7%, por mais de 10 anos.

As pesquisas já realizadas informam que a maioria absoluta (87%) das crianças e dos adolescentes abrigados tem família e que não existe impedimento judicial para a convivência. Também revelam que 46% do total estão nos abrigos sem o conhecimento da Justiça, impedidos, portanto, de ter acesso à tutela do Estado. Mostram, ainda, que apenas 11% dos abrigados estão aptos para a adoção, que 17% dos maiores de 16 anos ainda são analfabetos e que a pobreza é o principal motivo de ingresso nos abrigos.

Esses dados descrevem uma verdadeira tragédia social, pois esses jovens se vêem privados dos estímulos necessários à aquisição de segurança afetiva – requisito para que se tornem pessoas saudáveis do ponto de vista físico, intelectual e psíquico – justamente no momento mais importante da constituição humana. Uma tragédia que se alimenta da cultura arraigada de institucionalização da infância pobre e da falta ou falên-

cia de políticas públicas de apoio familiar e que constitui afronta explícita ao ordenamento jurídico vigente.

É óbvio que desse quadro aflora a necessidade de maior compromisso do poder público e da sociedade civil com a priorização da infância e com a proteção da família, mediante o efetivo cumprimento da lei, de modo a garantir à família as condições mínimas para a criação dos filhos. Mas ele também indica a necessidade de intervenção do legislador para formular normas que imprimam maior concatenação às ações dos diversos segmentos envolvidos no problema, facilitem a fiscalização na área, reduzam a burocracia e os custos dos processos, acelerem sua tramitação e incentivem o exercício da guarda e da adoção.

São exatamente esses os propósitos deste projeto de lei, inteiramente concebido sob o prisma do melhor interesse da criança e do adolescente. Em termos de estrutura, ele divide a regulação da matéria em dois artigos: dedica o primeiro a modificar os arts. 34, 50, 92, 93, 94 e 206 do Estatuto, diploma que o segundo artigo propõe inovar mediante o acréscimo dos arts. 19-A, 34-A, 50-A, 52-A e 245-A.

A proposta de nova redação para o art. 34, visa desburocratizar, baratear e acelerar o processo de guarda da criança e do adolescente órfãos, abandonados ou abrigados, sem deixá-los em situação ainda mais vulnerável. Por entendermos que reduzir custos, simplificar procedimentos e garantir celeridade processual são medidas essenciais para aproximar o cidadão comum do exercício da guarda, sugerimos dispensar a intervenção do advogado, permitir o uso de formulário para a apresentação do pedido de guarda e priorizar a tramitação do processo. Com essas medidas, que realçam a decisão das pessoas em vez do formato processual, esperamos atrair para a causa do acolhimento o brasileiro cujo salário afasta a garantia da assistência judiciária gratuita sem poder arcar com os custos de honorários advocatícios.

A alteração do art. 206, por seu turno, busca promover a necessária adequação desse dispositivo ao conteúdo do novo art. 34, de forma a manter a unidade intrassistêmica do Estatuto. Nesse sentido, situa a possibilidade de dispensa do advogado no caso do pedido de guarda de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado como uma exceção à regra de representação processual.

Para promover a guarda da criança e do adolescente abrigados, propõe-se, ainda, a inserção do art. 34-A, que preconiza a existência de registro dos jovens que estão nos abrigos tanto na Justiça quanto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Lembramos que o desconhecimento judicial do problema impede uma atuação

operacional integrada e conseqüente no encaminhamento devido da situação, inviabiliza a fiscalização dos abrigos e pode retardar indefinidamente o exercício do direito individual à convivência familiar. Ademais, além de orientar a atuação do Ministério Público e dos conselhos na defesa dos interesses do público infante-juvenil abrigado, a existência desses registros concorrerá para a atualização dos registros de adoção mencionados no art. 50.

A proposta de nova redação para o art. 50, pretende reforçar a integração operacional já referida, ao imputar ao juiz o dever de encaminhar cópia dos registros de adoção para o CMDCA. Pretende, ainda, imprimir racionalidade ao sistema e poupar os potenciais adotantes do desgaste físico, financeiro e emocional de ter de efetuar inscrições em várias comarcas para aumentar suas chances de adoção, ao conferir validade nacional à inscrição deferida. Busca garantir, por fim, que a inserção do perfil dos adotáveis e dos potenciais adotantes nesses registros seja feita por profissionais qualificados, para minimizar frustrações e expectativas de toda sorte.

Afora a importância óbvia desses cuidados, eles se tornam necessários porque tais registros irão viabilizar a criação, a implantação e a atualização dos cadastros de adoção referidos nos arts. 50-A e 52-A. E a adoção desses cadastros, sem dúvida nenhuma, constitui imperativo para imprimir racionalidade, transparência e agilidade ao processo de adoção e para permitir que o adotando fique o mais próximo possível da sua origem. Trata-se de uma preocupação importante, visto que a adoção internacional ordinariamente resulta na quebra da identidade cultural, sendo a forma extrema de colocação definitiva em família substituta, movimento este já delicado e excepcional em si por implicar inteiro rompimento dos vínculos familiares originais.

A proposta de alteração do art. 93, por seu turno, tem por objetivo estabelecer obrigações específicas para as entidades, norteadas pelo princípio de provisoriedade da medida protetiva de abrigo, pela urgência inerente à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento do abrigado e pela necessidade de integração operacional dos atores envolvidos: família, abrigo, conselho tutelar, juiz, Ministério Público e conselho dos direitos. Nesse sentido, sugerimos a oferta obrigatória de determinadas informações sobre os jovens abrigados, fixamos prazos para o seu cumprimento e nomeamos os destinatários dos dados.

Essas regras procuram ordenar o caos hoje existente, mediante o estabelecimento de mecanismos que permitam fiscalizar e responsabilizar tanto os abrigos

quanto os demais atores envolvidos com essa medida de proteção. Isso porque não podemos aceitar que os abrigos sejam a forma de acolhimento das crianças pobres, não podemos tolerar que esses locais de passagem sejam transformados em destino e não podemos admitir que eles comportem crianças ou adolescentes sem o conhecimento da Justiça.

Ao dar nova redação ao art. 93, estabelecemos ser obrigação do abrigo comunicar ao juiz e ao Ministério Público, em até cinco dias úteis, o ingresso de criança ou adolescente determinado pelo Conselho Tutelar. Determinamos, também, o dever de encaminhar às referidas autoridades, no prazo de trinta dias, estudo pessoal e social de cada caso e o de dar-lhes ciência das reavaliações feitas, no máximo a cada três meses. Cuidamos, ainda, de manter as previsões legais já existentes, conferindo a forma de parágrafos às normas hoje inscritas no art. 93 e no § 1º do art. 94 do ECA.

Sabemos que a melhor técnica legislativa recomendaria a antecipação para o art. 93 do rol de obrigações descrito no art. 94, deixando consignado neste que as disposições cabíveis se aplicariam às entidades de internação. O atual contexto político frente à situação do adolescente infrator, entretanto, não permite a adoção desse tipo de rigor técnico, pela vulnerabilidade a que estaria sujeita a matéria durante o processo legislativo. Por isso, desconsideramos tal recomendação, mas seguimos à risca os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com base nesse diploma legal, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, sugerimos pequenas alterações no texto de dois artigos do Estatuto. No art. 92, inciso V, corrigimos a grafia da expressão “não-desmembramento”, com a colocação do hífen; no inciso VI, eliminamos a quebra de paralelismo gramatical e o uso de palavras desnecessárias, sem comprometer o conteúdo normativo. No art. 94, além de expurgar do texto o parágrafo cujo conteúdo foi deslocado para o artigo anterior, procuramos imprimir maior clareza e mais efeito à determinação inscrita no inciso VI. Para tanto, ressaltamos a importância e o resultado das ações de preservação ou reatamento dos vínculos familiares, questão especialmente sensível quando se avalia a hipótese de adoção do jovem submetido à medida de abrigo.

Por meio da inserção do art. 245-A no Estatuto, buscamos tornar concreta a possibilidade de responsabilização administrativa do dirigente de abrigo que desobedecer qualquer dos prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações específicas. Longe de constituir um estorvo no caminho de alguém quase sempre muito abnegado, esperamos que a sanção

prevista sirva para enfatizar a necessidade de compromisso desse ator-chave do sistema de proteção infanto-juvenil com o caráter excepcional e provisório da medida de abrigo.

Por último, propomos acrescentar ao ECA o art. 19-A, para esclarecer a opinião pública sobre o problema, prevenir o seu agravamento e repartir a responsabilidade por sua solução. Em suma, nosso objetivo é levar a população brasileira a cuidar melhor da infância, rejeitar a cultura da institucionalização, encarar a adoção de modo menos preconceituoso e instrumental e considerar formas alternativas de acolhimento, para que realmente se efetive a garantia do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.

Com a conversão deste projeto em lei, cremos ser possível reverter o padrão cultural que vê o abrigo como primeira opção para as crianças pobres, a adoção como saída para a infertilidade do casal e que incentiva a busca de uma criança para a família, em vez de uma família para a criança. Um padrão deformador de corações e mentes, que priva as crianças, sobretudo as mais velhas e as afrodescendentes – do sentimento de pertencimento e cria sérios obstáculos para sua adaptação e convivência familiar e comunitária.

Contamos, pois, com o apoio e todos os Congressistas para a aprovação deste projeto de lei, pela importância social da matéria e pela propriedade e justiça das medidas sugeridas.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Marconi Pirillo**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

#### **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

##### Subseção II **Da Guarda**

Art. 34. O Poder Público estimulará, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

##### Subseção IV **Da Adoção**

Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e

adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

§ 1º O deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do Juizado, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Não será deferida a inscrição se o interessado não satisfizer os requisitos legais, ou verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 29.

## CAPÍTULO II

### Das Entidades de Atendimento

#### Seção I

#### Disposições Gerais

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não-desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

Art. 93. As entidades que mantenham programas de abrigo poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato até o 2º dia útil imediato.

Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

VI – comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;

## CAPÍTULO VI

### Do Advogado

Art. 206. A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

Parágrafo único. Será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última – decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2008

### Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessários à instituição da Escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da Escola;

III – lotar na Escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste será uma instituição de ensino profissionalizante, em nível médio, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas dos setores industrial, de serviços, agropecuário e de manejo ambiental.

Art. 3º A instituição do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, as-

sim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O Município de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, possui uma área de 4.900Km<sup>2</sup>, e limita-se: ao Norte, com o Estado do Mato Grosso; ao Sul, com o Município de Pimenta Bueno; a Leste, com o Município de Vilhena; a Oeste, com o Município de Cacoal. Possui quatro distritos: Nova Esperança, Novo Paraíso, Flor da Serra e Boa Vista. Por isso, é, na realidade, uma “capital regional”, com área de influência nas unidades políticas que lhe são confiáveis ou próximas.

Além disso, a atividade migratória é intensa, daí que a população do Município cresce incessantemente com a vinda de pessoas dos Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Paraíba, principalmente, com a finalidade de empreender atividades agropecuárias, sobretudo em razão do preço ainda módico das terras agricultáveis. Hoje em dia, é notável o surto de industrialização das matérias-primas abundantes no Município.

Não obstante contar o Município com enorme potencial econômico é evidente a falta de mão-de-obra qualificada para atender à demanda dos setores primário, secundário e terciário da economia.

Ressente-se, assim, a região de uma unidade educacional que possa preparar os jovens para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, suprir as necessidades das atividades econômicas.

Em face dessas evidências, tomo a iniciativa de apresentar este projeto de lei, para que o Poder Executivo, tendo em conta os termos da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que fomenta a expansão da rede de escolas de educação profissional do sistema federal de ensino, contemple, tão logo quanto possível, o Município de Espigão do Oeste com uma Escola Técnica Federal, a fim de que sejam supridas as necessidades da população jovem da região e, ao mesmo tempo, das atividades econômicas florescentes.

Por derradeiro, devo consignar que foi prevista a cláusula de que somente após os procedimentos prévios de natureza orçamentária é que será instituído o estabelecimento de que se trata, em face dos preceitos constitucionais e legais que regem a matéria.

Submeto, assim, esta iniciativa à consideração do Congresso Nacional, com a expectativa de que sua

aprovação possa contribuir para a expansão das atividades econômicas do nosso País, bem como para uma verdadeira integração do Estado de Rondônia ao progresso nacional.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2008

**Determina o cancelamento das multas aplicadas na vigência da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam canceladas as multas aplicadas em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, durante a sua vigência.

Art. 2º Os valores correspondentes às multas pagas serão restituídos pela União, na forma do regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O consumo de bebidas alcoólicas por condutores de veículos é um dos principais fatores associados à ocorrência de acidentes de trânsito. Essa lamentável realidade, flagrante nas rodovias do País em períodos festivos ou feriados prolongados, levou o Governo Federal a editar às pressas, às vésperas do Carnaval de 2008, a Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008. Destinada a proibir “a venda varejista e o oferecimento para consumo de bebidas alcoólicas na faixa de domínio de rodovia federal ou em local contíguo à faixa de domínio com acesso direto a rodovia”, a medida entrou em vigor exatos dez dias após a sua edição.

Tinha em mente o Poder Executivo o nobre propósito de prevenir uma nova onda de acidentes, sem que, entretanto, tivesse atentado para a repercussão negativa sobre a atividade econômica que se desenvolve às margens das rodovias, ligada ao ramo de alimentação e bebidas.

Nem um mês foi necessário para que o próprio governo reconhecesse na iniciativa uma série de equívocos.

Ao longo da tramitação da MP nº 415/2008, na Câmara dos Deputados, pôde ser estabelecido um amplo debate com os setores da sociedade interessados

no tema e inúmeras emendas foram acolhidas pelo relator naquela Casa Legislativa, o Deputado Hugo Leal, que aprimorou de forma importante os dispositivos da proposição.

As mudanças promovidas pela Câmara dos Deputados foram tão amplas e profundas, que legitimam o entendimento de que a forma emergencial com que aquelas medidas entraram em vigor, não dando tempo para uma discussão aprofundada com a sociedade, trouxe como conseqüência inúmeras injustiças que agora serão corrigidas com o aprimoramento promovido pelo Congresso Nacional.

Apenas para dar um exemplo, inúmeros estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas às margens de rodovias federais em áreas urbanas foram multados com base na redação da MP nº 415/2008, mas que na redação final da proposição, tal proibição passa a não alcançar esses estabelecimentos.

Como se sabe, conforme o texto original da MP, o desrespeito à proibição da venda de bebidas é punido com multa de R\$1.500,00, aplicada em dobro, juntamente com a suspensão da autorização para acesso à rodovia pelo prazo de dois anos, em caso de reincidência. Em complementação, o estabelecimento comercial que deixar de divulgar a proibição, nos moldes previstos na Medida Provisória, está igualmente sujeito ao pagamento de multa de R\$300,00.

Diante do exposto, após o amplo debate levado a efeito no Congresso Nacional, e considerando que em conseqüência do tempo decorrido desde a edição da referida MP até a sua conversão em lei a sociedade já terá sido suficientemente informada e conscientizada sobre a nova norma, é justo que sejam canceladas todas as multas aplicadas na vigência da controvertida MP nº 415/2008, e que as punições somente passem a valer a partir da sua conversão em lei.

Certos da oportunidade da iniciativa, esperamos contar com o apoio necessário à aprovação do projeto de lei que apresentamos.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 415,  
DE 21 DE JANEIRO DE 2008

Art. 1º São vedados, na faixa de domínio de rodovia federal ou em local contíguo à faixa de domínio com acesso direto a rodovia, a venda varejista e o oferecimento para consumo de bebidas alcoólicas.

§ 1º A violação do disposto no **caput** implica multa de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais).

§ 2º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro e suspensa a autorização para acesso a rodovia pelo prazo de dois anos.

Art. 2º O estabelecimento comercial situado na faixa de domínio de rodovia federal ou em local contíguo à faixa de domínio com acesso direto a rodovia que inclua entre sua atividade a venda ou o fornecimento de bebidas ou alimentos deverá fixar, em local de ampla visibilidade, aviso indicativo da vedação de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no **caput** implica multa de R\$300,00 (trezentos reais.)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/11, de 2008** (nº 11.671/2008, na origem), do Ministério do Controle e da Transparência, encaminhando para conhecimento e eventuais consultas, em CD, os Relatórios de Fiscalização, contendo os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 24ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 28, de 2008** (nº 335/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 597/2008, proferido nos autos do processo nº TC 021.103/2005-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Relatório de Acompanhamento sobre Edital de Concorrência das Obras de Construção do Prédio Anexo III do Senado Federal.

A matéria vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.



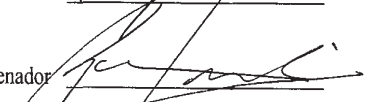
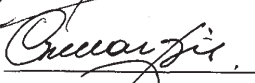
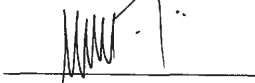
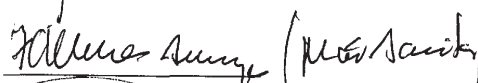
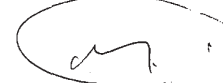
É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 503, DE 2008

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do

Expediente da sessão de 30 de abril do corrente ano, seja destinado à homenagear os trabalhadores brasileiros em comemoração dia 1º de maio – Dia Mundial do Trabalho.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008.

  
 Senador PAULO PAIM  
 2. Senador   
 3. Senador   
 4. Senador   
 5. Senador   
 6. Senador  (M. S. S. S. S.)  
 G. Camata

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 504, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro que o PLS nº 250, de 2005, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência, e o PLS nº 68, de 2003, que regulamenta o § 4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, voltem a ter tramitação autônoma. Embora ambos os projetos tratem da concessão de aposentadoria especial a servidores públicos, há no mérito das matérias significativas distinções, o que justifica que as proposições sejam deliberadas separadamente.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 505, DE 2007

Tendo em vista já ter se esgotado o prazo previsto no § 1º do art. 118 do Regimento Interno do Senado Federal para a Comissão de Assuntos Sociais examinar as emendas de Plenário ao PLS nº 68, de 2003-Complementar, que *regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos portadores de deficiência, aos servidores policiais que exerçam atividades de risco e aos servidores que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física*, requeiro, na forma do inciso I do art. 172 do mesmo diploma legal, a inclusão da matéria em Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Demóstenes Torres**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Nos termos do disposto no art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, seja despachado para tramitação também na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com destino à Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia (CMACAA), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, em virtude de se tratar de matéria de interesse direto entre os objetivos da Subcomissão.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 507, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em caráter de-

finitivo do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, de minha autoria.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Valdir Raupp**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência defere o requerimento lido nos termos do art. 256, § 2º, I, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, vai ao Arquivo.

O Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, que tramitava em conjunto, passa a ter tramitação autônoma e retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 508, de 2008.**

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2007, de minha autoria.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008. – Senador **Valdir Raupp**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência defere o requerimento lido nos termos do art. 256, § 2º, I, do Regimento Interno.

Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, primeiro orador inscrito na tarde de hoje.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me inscrevesse para comunicação inadiável, naqueles cinco minutos que V. Exª, com generosidade, passa para dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Regimentalmente, V. Exª fica inscrito para uma comunicação inadiável pelo tempo de cinco minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Esgotadas as inscrições para comunicações inadiáveis, V. Exª será a terceira inscrita.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como o primeiro orador inscrito, pelo tempo regimental de dez minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem à tarde, em Porto Alegre, o Movimento Sindical Gaúcho, reunindo 1.200 lideranças de todas as matrizes partidárias, ideológicas, religiosas e também vinculadas a centrais sindicais, aprovaram, com a minha participação, em um ato que emocionou a todos, a seguinte moção de apoio, a qual faço a leitura neste momento.

#### **MOÇÃO DE DENÚNCIA, DEFESA E APOIO**

Nós, mais de mil e cem (1.100) trabalhadores e sindicalistas representando uma centena de entidades sindicais, reunidos no SEMINÁRIO DO DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO, organizado pelo Fórum Sindical da Saúde do Trabalhador e CUT/RS, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, denunciamos a forma como estão sendo realizadas as perícias médicas no INSS que, sistematicamente, vem eximindo as empresas da responsabilidade pelas doenças ocupacionais.

Manifestamos também, neste ato, total apoio ao Senador Paulo Paim, autor dos Projetos de Lei que derrubaram, no Senado da República, o FATOR PREVIDENCIÁRIO, e re-introduziu a correção das aposentadorias e pensões pelo índice de reajuste do Salário Mínimo.

Exprimimos, ainda, a nossa incondicional defesa do tema por se tratar de interesse histórico dos trabalhadores brasileiros – direito retirado no período neoliberal – e reafirmamos o compromisso de empreender uma luta nacional para que sejam os projetos aprovados na Câmara dos Deputados e sancionados pelo Presidente da República.

Porto Alegre, 28 de abril de 2008.

Sr. Presidente, na mesma linha, agradeço o apoio aos projetos recebido de todos os sindicalistas do País,

também da CNBB, das Câmaras de Vereadores, que estão encaminhando moções de apoio ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas. Abaixo-assinados também estão sendo recolhidos em todo País.

Sr. Presidente, quero ainda registrar que foi com alegria que recebi, em meu gabinete em Canoas, no Rio Grande do Sul, o Presidente Nacional da UGT, Ricardo Patah, juntamente com toda a diretoria, que me visitaram e me ofereceram total apoio aos projetos aprovados pelo Senado. Mas não só aos dois, ao do fim do Fator Previdenciário e àquele que trata do reajuste dos aposentados, mas também à Emenda da Saúde.

Ainda no fim de semana, Sr. Presidente, reuni-me em Canela com a direção da nova Central Sindical que, por unanimidade, também declarou o seu apoio às decisões do Senado.

Ainda em Porto Alegre, reuni-me com os dirigentes da CUT, no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e, na palavra do presidente Celso, foi determinado que todos os sindicatos vinculados à Central farão uma grande mobilização pela aprovação dos referidos projetos.

Quero dizer também que me reuni, em Porto Alegre, no Hotel Embaixador, com os dirigentes da Força Sindical. Todos decidiram pela mobilização para a aprovação dos projetos.

Tivemos também a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul que declarou que cerca de 1 milhão e 200 mil aposentados do Rio Grande estão mobilizados pela aprovação dos respectivos projetos.

Sr. Presidente, por último, quero ainda destacar que me reuni, em Porto Alegre, com a Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores, reunião com quorum altíssimo, com a presença do Presidente do Partido, meu companheiro Olívio Dutra, ex-Prefeito de Porto Alegre, ex-Governador do Estado e ex-Ministro das Cidades.

A posição do Presidente e da Executiva, nas palavras do próprio Presidente, foi que a reivindicação é justa para aposentados e futuros aposentados.

Por isso, o Partido se posicionou a favor de um amplo diálogo com a Câmara dos Deputados e com o Executivo, para construirmos alternativas ao fim do fator previdenciário e garantirmos os reajustes dos benefícios de todos aposentados e pensionistas.

Olívio terminou a reunião dizendo: “Boa luta, companheiro Paim, vamos fazer um debate qualificado pelo bem do nosso Brasil”.

Sr. Presidente, essa é uma luta de todos nós. E saliento mais uma vez a importância desse debate. Temos claro que essa é a caminhada da justiça, é a caminhada que vai permitir que nosso trabalhador de

hoje e aposentado de amanhã possa viver com dignidade.

Quero ainda, Sr. Presidente, terminar com as palavras do escritor Moacyr Scliar, respeitadíssimo não só no Brasil, mas no mundo, e que mora no Rio Grande. Ele escreveu no jornal **Zero Hora**, hoje:

“Enquanto generosos reajustes estão sendo concedidos a várias categorias, pensões e aposentadorias foram drasticamente comprimidas, o que lembra o filme japonês A Balada de Narayama, que se passa em uma pequena aldeia japonesa séculos atrás. Nessa aldeia, quem chega aos 70 anos é levado ao topo de Narayama, a nevada montanha próxima, para ali aguardar a morte em congelamento. Uma drástica aplicação da regra darwiniana de sobrevivência do mais apto que o Japão, hoje um país próspero e com uma elevada expectativa de vida, superou há muito tempo e que nós temos que superar também.

A emenda proposta pelo Senador Paulo Paim, que estende às aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo, é pelo menos um ponto de partida para isso.”

Ou seja, ele demonstra que se, nada for feito, estaremos condenando à morte os nossos idosos. E aqui ele faz então um belo artigo, dando força para que a Câmara dos Deputados aprove essa proposta.

É claro, Sr. Presidente, que as palavras de Moacyr Scliar, que acabei de ler, nos deixam muito orgulhosos pelo respeito que tenho a esse cidadão. Mas tenho um entendimento, por tudo aquilo que tenho recebido de todo o Brasil, de que estamos no caminho certo. É claro que alguns já me mandam algumas cutucadas, como gosto de dizer, até em tom de ameaça. Fazem documentos mentirosos tentando confundir a opinião pública, mas isso não me preocupa. Tenho dito que farei um debate qualificado e de alto nível. Por isso que não dou bola para que um ou outro escreva alguma impropriedade.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paim, Senador Camata, olha, é muito oportuno, vou pedir a V. Ex<sup>as</sup>, serei breve. Os aplausos a V. Ex<sup>a</sup> são do Brasil todo e lá do Piauí. Olha, essa queda do fator previdenciário é uma necessidade. Camata, atentai bem, preste atenção que você é um homem regimental. Padre Antonio Vieira disse que um bem é acompanhado de outro bem. E eu digo que um mal é acompanhado de outro bem. Camata, esse fator previdenciário é uma desgraça, é uma imoralidade, só existe no País, e V. Ex<sup>a</sup> está nos tirando essa nódoa. Os velhinhos, que

pagaram dez salários a vida toda, por 35 anos, para receberem dez salários mínimos, estão recebendo cinco, quatro salários. Os que pagaram a vida toda, ou seja, por 35 anos, cinco salários estão recebendo dois. Atentai bem, um bem é seguido de outro bem; e um mal também, Camata. Camata, olhe para cá, imagine o amor: Camata e Rita, belo Amor; Mão Santa e Adalgisa. Então, esses planos de saúde, eu novinho, esse negócio de quando eu morrer, a mulher fica... Eu não quis, eu fui ver um plano que eu pudesse usufruir. Camata, eu fui para um tal de Aplub, que é do seu Estado, Paim, é uma vergonha. Você tem de pedir para jogarem pedra na sede da Aplub. Camata, fiz aquilo, li, atentai bem, preste atenção, Camata, paguei 25 anos e depois eu pensei, eu sonhei passar com a Adalgisinha, 25 anos ainda estava novo, antes de me aposentar. Esse é bom, cinco salários mínimos. Paguei religiosamente! Sabe quanto eles estão me pagando? R\$165,00. Viram o Governo, o Governo salafário, corrupto, sem-vergonha, que roubou os velhinhos aposentados, e estão fazendo a mesma coisa. Estão enganando os brasileiros e as brasileiras, os velhinhos, prometendo uma previdência privada, as aposentadorias privadas. É uma porcaria – e é lá, do seu Estado: Aplub. Eu paguei, religiosamente, ô Camata, 25 anos, para, depois, sair com Adalgisa por aí namorando. Que coisa! Estão-me pagando R\$165,00. E se baseiam na malandragem do Governo Federal, que está fazendo isso com os velhinhos dele. Esse é o País, essa é a vergonha. E V. Ex<sup>a</sup> está livrando este País desse caos. Nós não podemos ficar na História como o único País perverso com nossos velhinhos e idosos. Parabéns e vamos juntos à luta, à guerra e à vitória.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para concluir, eu queria cumprimentar a Executiva do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul pela decisão tomada ontem de apoiar o amplo diálogo na Câmara dos Deputados, para que os dois projetos possam ser aprovados e sancionados pelo Presidente.

Sr. Presidente, vou dar por lido este pronunciamento, no qual faço uma análise da crise mundial de alimentos e que me leva a refletir sobre a importância da produção de alimentos no Brasil. Tenho certeza de que, como disse o Presidente Lula, o Brasil será o celeiro do mundo. O nosso País tem condições de desenvolver o potencial tecnológico necessário para aumentar a produtividade, além de não apresentar dificuldade alguma quanto à ampliação das áreas de cultivo pela enorme extensão de terra produtiva.

Sr. Presidente, entendo que, quando o debate da produção de alimentos se faz internacionalmente, o Governo toma uma posição correta em dizer que vai

investir, sim, na produção de alimentos, sem prejuízo às outras culturas.

Mas, hoje, pela fala que ouvi, percebo que a onda do bem, a onda do preço bom, a onda da produção de alimentos será fundamental para o desenvolvimento econômico, social e político do País, inclusive como fonte geradora de emprego.

Termino com a fala do ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que acredita que o País pode dobrar a área com grãos e ampliar em duas vezes e meia o volume da safra de alimento, atingindo 350 milhões de grãos.

Como já ultrapassei o tempo, Sr. Presidente, quero que V. Ex<sup>a</sup> considere na íntegra meu pronunciamento, fortalecendo essa visão do empreendimento no nosso campo, na área rural, principalmente na produção de alimentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a atual crise mundial de alimentos nos leva a refletir sobre a possibilidade de o Brasil se tornar o grande celeiro do mundo.

O nosso País tem condições de desenvolver o potencial tecnológico necessário para aumentar a produtividade além do que não apresenta dificuldades quanto a ampliação de áreas cultiváveis, pela enorme extensão de terra produtiva.

Obviamente isso pode ocorrer desde que hajam políticas públicas de médio e longo prazo com estratégias de produção e de comercialização.

Nos últimos anos a produtividade cresceu fortemente, mas houve certo travamento no processo de produção devido aos altos custos, provocados pelo preço dos insumos, do crédito, do transporte e outros fatores, além da alta carga tributária que temos enfrentado.

Segundo recente matéria publicada em jornal de circulação nacional, o Governo federal já teria uma estratégia para enfrentar a crise mundial de alimentos.

Uma das medidas seria o de estabelecer créditos para que os agricultores não escolham o que plantar só a reboque da “onda do preço bom”.

Essa política de crédito seria principalmente para os setores que estão enfrentando problemas, como o do feijão, e que provocam alta de preços e alta da inflação.

Os grandes, médios e pequenos agricultores têm de entender que vale a pena produzir alimentos tanto para a exportação quanto para o consumo interno.

Hoje são 47 milhões de hectares usados para produzir alimentos. Temos também cerca de 50 milhões de hectares de pastagens subaproveitadas e com característica favoráveis para a agricultura.

O ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, acredita que o Brasil pode dobrar a área com grãos e ampliar em duas vezes e meia o volume da safra de alimentos, atingindo 350 milhões de grãos.

Ele considera que o aumento da área plantada deve vir acompanhada do aumento da produtividade, que, segundo ele, nas lavouras brasileiras é baixa.

Para termos aumento de produtividade, Sr. Presidente, é preciso que tenhamos tecnologia e mão de obra qualificada. É preciso investimentos na educação e na pesquisa.

Sabemos que na grande maioria das pequenas e médias propriedades rurais as atividades e as lidas com o plantio acontecem graças ao aprendizado rotineiro de pai para filho.

Como sou um incentivador e um apaixonado pelo ensino técnico profissionalizante, entendo que é fundamental – se queremos ser o celeiro do mundo – termos fortes investimentos em escolas técnicas agrícolas potencializando as regiões e micro-regiões produtoras de alimentos.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, lembro que sou autor da PEC nº 24/05, que cria o Fundep (Fundo Nacional do Ensino Técnico Profissionalizante).

Se hoje o Fundep já estivesse valendo, teríamos um aporte financeiro de cerca de R\$2,6 bilhões para a expansão do ensino técnico e para construção de novas escolas.

Um valor significativo para o setor educacional que, com certeza, alavancaria a indústria, o agricultura brasileira e, por conseqüência, toda a economia do país.

O Fundep tem por base algumas fontes de recursos, entre elas o Imposto sobre a Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O Fundep tem como objetivo gerar emprego e renda, combater a pobreza, as desigualdades sociais e regionais.

Ele busca a descentralização regional, a elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

No mundo cada vez mais globalizado, em que as fronteiras comerciais se tornam cada vez mais tênues temos que buscar a eficácia mediante a redução da relação custo/benefício de forma que possamos ser cada vez mais competitivos.

A agricultura está tomando proporções grandiosas e, por isso, a necessidade de criarmos também políticas públicas para a pesquisa nas área de ino-

vação, de tecnologia de produção, do transporte, do processamento, da distribuição e comercialização da produção.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com satisfação que leio trecho da coluna do escritor Moacyr Scliar publicada hoje no jornal **Zero Hora** de Porto Alegre, na qual este Senador que fala é citado pelo ilustre conterrâneo.

Diz ele:

“Enquanto generosos reajustes estão sendo concedidos a várias categorias, pensões e aposentadorias foram drasticamente comprimidas. O que lembra o filme japonês A Balada de Narayama, que se passa em uma pequena aldeia japonesa séculos atrás. Nessa aldeia, quem chega aos 70 anos é levado ao topo de Narayama, a nevada montanha próxima, para ali aguardar a morte por congelamento.

Uma drástica aplicação da regra darwiniana da sobrevivência do mais apto que o Japão, hoje um país próspero e com uma elevada expectativa de vida, superou há muito tempo e que nós temos de superar também.

A emenda proposta pelo Senador Paulo Paim, que estende a aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo é pelo menos um ponto de partida para isso”.

Sr. Presidente, é claro que palavras como as do Moacyr Scliar que acabei de ler nos deixa orgulhosos de sabermos que aos poucos a sociedade vai entendendo que esta luta em defesa dos interesses dos aposentados e pensionistas é mais do que necessária.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, julgo importante trazer a esta tribuna Moção de Denúncia, Defesa e Apoio que recebi do Fórum Sindical da Saúde do Trabalhador e CUT/RS, onde o anfitrião do evento, que também reitera a reivindicação, foi o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre.

Essa Moção se refere à forma como estão se dando às perícias médicas no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Mais de mil e cem trabalhadores e sindicalistas representantes de uma centena de entidades sindicais participaram do Seminário do Dia Internacional

em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Eles se mostram contrários ao modo como o INSS vem realizando as perícias e afirmam que, sistematicamente, ele vem eximindo as empresas da responsabilidade pelas doenças ocupacionais.

Manifestaram também, naquele ato, o total apoio que prestam aos projetos de nossa autoria que prevêm a derrubada do fator previdenciário e a correção das aposentadorias pelo mesmo índice dado ao reajuste do salário mínimo e que foram honrosamente aprovados, por unanimidade nesta Casa.

Salientam que se trata de uma demanda de interesse histórico dos trabalhadores e reafirmam seu compromisso de empreender uma luta nacional pela aprovação dos projetos.

Sr. Presidente, quero dizer da seriedade do tema acidentes de trabalho e pedir que o órgão responsável pela avaliação dos casos, escute os trabalhadores e suas argumentações.

Agradeço o apoio recebido aos projetos e me junto à luta desses sindicalistas, de todo movimento sindical, da CNBB, das Câmaras de Vereadores e da sociedade que também tem enviado abaixo-assinados em prol destes projetos.

Vou citar apenas algumas manifestações de apoio recebidas por vários setores, pois elas tem sido inúmeras e não teria como enumerá-las todas.

Recebi, nesse final de semana, em meu Gabinete, em Canoas, o Presidente da UGT, Ricardo Patah, e toda diretoria da UGT, que me disseram que apóiam na íntegra a aprovação desses dois projetos.

Em Canela reuni com a Nova Central Sindical que, por unanimidade, aprovou Moção de Apoio também em prol destes projetos.

Ainda em Porto Alegre, reuni com os dirigentes da CUT, do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e na palavra do Presidente Celso Woyciechowski, foram determinados e farão uma grande mobilização pela aprovação.

A Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul disse a um programa de TV para o Estado, que “os 1 milhão e duzentos mil aposentados estão mobilizados para cobrar dos Deputados a aprovação dos projetos do Senador Paulo Paim pois se trata de uma questão de fazer justiça a todos os aposentados”.

A mobilização será grande!

E, por último, Sr. Presidente, reuni com a Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores, com a presença do Presidente Olívio Dutra, ex-Prefeito de Porto Alegre, ex-Governador do estado do Rio Grande do Sul e ex-Ministro das Cidades.

A posição do Presidente da Executiva, nas palavras do próprio Presidente, foi de que a reivindicação é justa para aposentados e futuros aposentados.

Por isso, o Partido se posicionou a favor de um amplo diálogo com a Câmara dos Deputados e com o Executivo para construirmos alternativas ao fim do fator previdenciário e a garantia dos reajustes dos benefícios de todos aposentados e pensionistas.

Olívio terminou dizendo: “Boa luta, companheiro Paim, vamos fazer um debate qualificado pelo bem do nosso Brasil”

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa é uma luta de todos nós. E saliento, mais uma vez, que já apresentamos meios de tornar as propostas viáveis, contrariamente ao argumento de que elas oneram os cofres públicos e não tem previsão de fontes ou alternativas para sua implementação.

Esperamos que a Câmara dos Deputados haja com sensatez e justiça! Certamente é o que os eleitores esperam de seus Parlamentares.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O conteúdo da fala de V. Ex<sup>a</sup>, Senador – desculpe-me dizer –, aparece em matéria do **Financial Time**, edição de hoje, em que se afirma que, para se combater a crise de alimentos com rapidez, o único país que tem conhecimento tecnológico e capacidade produtiva é o Brasil. E o jornal chama a atenção das autoridades da ONU para o papel que o Brasil pode desempenhar neste momento.

Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pela fala.

A Presidência queria se desculpar com o Senador Expedito Júnior, que estava no plenário e tinha inscrição anterior ao Senador Paulo Paim. Não visualizei V. Ex<sup>a</sup> no fundo do plenário, pois as luzes me impediram de vê-lo. Desculpo-me com V. Ex<sup>a</sup>.

E percebi, Senadora Ideli Salvatti, desculpe-me também, quando V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra para uma comunicação inadiável. Mas o orador, o Senador Paulo Paim, já estava na tribuna. Mesmo assim, desculpo-me com V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, pela ordem.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria apenas de comunicar a esta Casa que terminamos uma reunião muito importante para o Brasil e para a pecuária brasileira, na Câmara dos Deputados, uma reunião conjunta da Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado com

o Parlamento europeu, onde discutimos o embargo à carne brasileira por parte da União Européia. Houve uma discussão quente, na qual mostramos todos os nossos descontentamentos com relação à atitude da União Européia contra a carne brasileira.

A pecuária brasileira passou mais de 40 anos quase que sozinha, sem subsídio de Governo, sem ajuda governamental, às custas dos produtores rurais deste País, com tecnologia de ponta, que fizeram com que a pecuária brasileira pudesse ser invejada por todo o mundo, principalmente pela produção de qualidade e com baixíssimo custo. Isso irritou bastante os europeus, principalmente o Parlamento europeu, que produzem com um custo quase cinco vezes maior que o do Brasil.

No dia de hoje, apesar das nossas animosidades, das nossas divergências, tiramos de lá uma meta importante. O presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento europeu declarou, publicamente, que a União Européia nunca exigiu rastreabilidade tão rigorosa como a que estamos praticando no Brasil e que nunca exigiu a certificadora, nem o brinco. Eles querem apenas duas coisas: que consigamos comprovar a estada do animal por 40 dias na propriedade antes do abate e que ele esteve por 90 dias na zona liberada. Apenas esses dois fatores são as exigências declaradas, hoje, pelos participantes do Parlamento europeu no Congresso Nacional.

Há pouco, eles encaminharam-se a uma churrasceria brasileira, a convite da CNA e das duas Comissões, para saborear a carne brasileira e conhecer a qualidade com que cuidamos do nosso rebanho.

Dissemos a eles, Sr. Presidente, que não conhecemos nenhum brasileiro e nenhum cidadão do mundo que tenha morrido porque comeu carne com aftosa, mas conhecemos centenas de europeus que morreram por conta da “vaca louca”. Isto é o que nós queremos: o respeito mútuo. Nós precisamos vender carne para eles e eles precisam comprar carne do Brasil. Nós queremos um comportamento equilibrado, uma conversa entre pessoas maduras e adultas e não uma conversa de enganações, usando uma questão sanitária para disfarçar uma atitude econômica: o embargo econômico com relação ao custo da carne brasileira.

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes, que tem sido um grande lutador nessa área, já tomou conhecimento do que aconteceu na Comissão.

Nós vamos partir desse princípio das duas sugestões, solicitações e imposições da União Européia: os 40 dias na propriedade antes do abate e os 90 dias na zona livre de aftosa, também antes do abate.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência concorda com V. Ex<sup>a</sup>. Entretanto, no tempo concedido pela ordem não é para se fazer um discurso, segundo o Regimento Interno. Mas concordo em gênero, número e grau com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, paladina da defesa do agronegócio no Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo de cinco minutos regimentais.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (DEM – TO) – Sr. Presidente, desculpe-me se desobedeci o Regimento. Sou uma Parlamentar que pretende cumprir à risca não só as leis do meu País, mas também as da minha Casa. Da próxima vez, serei mais cuidadosa no cumprimento do Regimento que dirige esta Casa.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Camata, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, deixei de ir ao belo Estado de Rondônia, bem governado por Ivo Cassol. O Senador Expedito Júnior, com perspectivas invejáveis na política de lá e do Brasil, convidou-me, em nome do povo de Rondônia, para receber o título de cidadão.

Eu não fui, Expedito Júnior, porque eu tinha um compromisso. Tem aqueles irmãos camaradas. São dois gêmeos, lá do sul do Estado, Prefeitos: um de Uruçuí e outro de Canavieira. Têm uma irmã Deputada. Eu tinha, também, uma missa de sétimo dia de um grande empresário, político cinco vezes, filho de Floriano, Filadelfo Castro.

Eu fui, Camata. Camata, é tudo cacarejamento, aí, do Governo. É tudo mentira! É aquilo que o Goebbels disse: mentira repetida, repetida, se torna verdade.

Olha, eu fui, mas irei a Rondônia orgulhosamente, na próxima época. Eu já tinha esse compromisso de aniversário e missa de sétimo dia, e não podia mudar. Saí de Floriano, Regeneração, Bertolína, Canavieira e voltei por outro.

Camata, atentai bem!

Ô meu amigo Presidente Luiz Inácio, Pedro II, 49 anos, só viajou três vezes: uma vez para a Europa, uma para as Américas e outra para os Estados Unidos. Numa delas, ô Senador Eurípedes, ele escreveu: “Minha filha Isabel, lembre-se de que estrada é o melhor presente que você pode dar a um povo.”. D. Pedro II, para a Princesa Isabel, grande mulher, extraordinária mulher. Tem mulheres extraordinárias. No pouco tempo em que assumiu, libertou os escravos.

Depois, o Camata sabe, porque ele sabe das coisas, houve um Presidente que disse: “Governar é fazer estradas”. Washington Luís. Aprenda. Não foi Arthur Bernardes, não, Camata. Eu estou aqui para ensinar, mas você é PhD. É que ficou nervoso porque falei, ainda agora, na Rita e comparei-a com a Adalgisa. Camata, Washington Luís.

Comemoramos, hoje, Brasília. Juscelino, o ícone, médico como eu, cirurgião como eu, de Santa Casa, do Exército, da Polícia Militar, prefeitinho, governador, sorridente, afável, agradável, foi cassado bem aí pela política injusta.

Brasília, um filho. Meta simples, mas importante mesmo foi onde ele governou. Binômio.

Ô Luiz Inácio, eu estou lhe oferecendo de bandeja. Eu sou o melhor para você, aqui, da política. Energia e transporte. Energia e transporte. Juscelino.

Olha, Camata, sabe o que é um sujeito percorrer 100 quilômetros em quatro horas? Eu pensei...

Na segunda-feira, ontem, eu faltei à sessão. Quando eu estou presidindo, sou generoso, dou tempo para todo mundo e vai até de madrugada.

Camata, ontem terminou cedinho. Eu não cheguei sabe por quê?

A festa de aniversário dos gêmeos acabou. Eu vou lá há muitos anos. Chico Filho é de Uruçuí, a capital da soja. Virou um carro e morreu gente. Aí, ele mandou despachar a orquestra, só que as comidas tinha de dar mesmo, porque não iam estragar. Acabou. Então, eu voltei às nove horas da noite. Tinha ido... “Não, tem outra melhor”. Rapaz, tinha de ter trator para rebocar os carros. Levei, ali, em menos de 100 quilômetros, quatro horas. Eu ia direto para Teresina, mas não agüentava, porque de Floriano a Teresina é asfalto. Tive de ficar no hotel. Daí, eu não vim ontem. Acabou cedo.

Então, Luiz Inácio, é tudo mentira, estão enganando-o. Eu peguei minhas emendas, muitas delas... As federais estão mais ou menos arrumadas. Agora, aí, vão dizer: “Não, mas e as estaduais?” O Governo estadual é do PT.

Olha, rapaz, não agüenta, não. Estrada ruim não é brincadeira, não. Aí, uma passageira, Diana, começou a vomitar. Eu não tinha visto mais esse negócio, porque é pior do que aqueles navios antigos, que dão náuseas. Era buraco, caindo, e tivemos, então, de pernoitar na cidade de Floriano para, no outro dia... Eu perdi a passagem de manhã e só vim à tarde. Então, é tudo conversa. E, lá, o aniversário foi triste por isso, porque tinha de virar um carro num negócio desse, numa estrada dessa. Um dos convidados... Uma estrada dessa... Mas essa é a tristeza.

Eu ouvi atentamente, Senador da República, aqueles plantadores de soja que saíram do Rio Gran-

de do Sul, saíram de Santa Catarina, 11 milhões de hectares. “O senhor é culpado, o senhor nos incentivou. Botou a Bunge. Nós plantamos, mas não tem estrada. Como é que vai nas estradas?”. Existe uma profissão agora, um trator para rebocar as carretas. Para chegar a um lugar, são uns cinco pedágios desses, não sei nem o nome, um trator para rebocar. Sem estradas.

Venho fazer um apelo, um pedido a Sua Excelência, o Luiz Inácio, porque o estão enganando. Não é dinheiro. O Governador é do PT, mas não pode.

A soja. Estão falando aí da fome. Eles plantaram. Era 50 a saca, baixou para 30. Está na contramão do mundo. Não estão aumentando os alimentos? Mas diminuiu. Sabe por que, Expedito Júnior? Porque não tem armazém, eles têm que entregar logo. Porque o transporte é mais caro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de um minuto para encerrar seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pois é, então eu apelo neste minuto para aquele Cristo, que fez o Pai-Nosso em um minuto. Está escrito pelo próprio Cristo: “Pedi e dar-se-vos-á”. Então, vim pedir a Sua Excelência o Presidente da República, porque os aloprados o estão enganando. Nunca vi tanta desgraça e tanta pobreza em nosso Estado, o Piauí. Resta-nos a esperança. Como terminei ainda há pouco, Juscelino disse: “Melhor sermos otimistas. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado”. Espero que Sua Excelência o Presidente da República atenda a esse apelo do Piauí, que Pedro II já havia ensinado à sua filha Isabel.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa agradece a V. Ex<sup>a</sup> pelo cumprimento fiel do Regimento.

Próximo orador inscrito, Senador Expedito Júnior, que tem o tempo de dez minutos. A seguir, falará a Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Gerson Camata.

Com a palavra, o Senador Expedito Júnior.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, vou fazer um relato da Subcomissão que avalia a crise do meio ambiente.

Nesta Casa, alguns Senadores, às vezes, têm medo de falar sobre este assunto, às vezes, não gostam de falar e, às vezes, são mal compreendidos. Eu não tenho medo de falar sobre este assunto, eu não tenho medo de denunciar aqui os abusos da Operação Arco de Fogo, porque a criação dessa Subcomissão,

proposta pelo Senador Flexa Ribeiro, foi exatamente nesta linha: ninguém é contra a fiscalização; ninguém é contra a Operação Arco de Fogo; ninguém está defendendo os madeireiros que trabalham na "ilegalidade". Não sou representante de nenhum setor madeireiro do Estado de Rondônia. Não fui financiado por nenhum madeireiro no meu Estado. Por isso, não tenho medo de falar sobre o assunto.

Senador Paulo Paim, sei que a preocupação com a nossa preservação é um assunto que chama a atenção do mundo. Mas não podemos permitir abusos.

Estávamos no helicóptero eu e os Senadores Jayme Campos, Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro e tivemos o privilégio de descer no pátio de uma madeireira que estava sendo fiscalizada pela Operação Arco de Fogo, pela Força Nacional e pela Polícia Federal. Ali descemos exatamente para saber o que estava acontecendo e os rumos que tomava a fiscalização.

Vejam bem, vou falar pelo Estado de Rondônia: todas as madeireiras fiscalizadas pela Operação Arco de Fogo têm seu plano de manejo aprovado ou pelo Instituto Federal, o Ibama, ou pela Sedam (Secretaria Ambiental do Estado de Rondônia), e também têm sua licença ambiental, a LO (Licença Operacional).

Pois bem. Vem a fiscalização, nobre Presidente, no pátio de determinada madeireira. Identifica-se ali um excesso, não bate o número, até por conta do que calcula o Ibama e do que calcula a Sedam, pois são taxas diferenciadas, e não bate a metragem feita no plano de manejo com a madeira que está no pátio da serraria. Mas esse 'não bate', até agora, somando-se todas as fiscalizações e a madeira apreendida no Estado de Rondônia, ainda não deu 10% da madeira apreendida.

E até 10%, tanto o Ibama quanto a operação chefiada pela Polícia Federal dizem que aceitam a diferença. Mas, veja bem, baixa a fiscalização, e encontram ali uma diferença de 12%, 13%, 15%. Eles apreendem os 5% da madeira que estaria descoberta, porque não existiria o plano de manejo, lavram a multa ao madeireiro e lacram a madeireira. A madeira que ficou no pátio está com a cobertura do plano de manejo, aprovada pelo Ibama, aprovada pela Sedam. Onde você consegue identificar na legislação a autorização para lacrar a madeireira, com uma polícia judiciária? Como vão poder fiscalizar, como vão querer criar desemprego para o País? E não estou falando aqui das madeireiras que trabalham na ilegalidade. Em Rondônia não estão. Estão com o plano de manejo aprovado, estão com a licença aprovada.

No final de semana, estivemos em dois municípios: no Município de Cujubim e no Município de Machadinho. A cidade parou. O discurso do Prefeito

de Machadinho era que estávamos lá para assistir ao funeral da cidade.

Portanto, somos favoráveis, entendemos que a fiscalização é importante, que a operação é importante, mas não se pode penalizar quem tenta trabalhar corretamente. Não entendo essa política. Se há um grande culpado, um grande responsável nessa política de desmatamento, é o próprio Governo, é o próprio Inbra. O responsável pelo desmatamento em Rondônia não é o madeireiro, são os assentamentos e as invasões.

Fiz questão de colocar os Senadores no helicóptero e sobrevoar as áreas de assentamento, as áreas de invasão e as áreas de reserva. Sr. Presidente, as reservas no Estado de Rondônia estão todas intactas, todas preservadas. Não é justo o tratamento que estão dando aos madeireiros do meu Estado.

Senador Mão Santa, em Rondônia, nós fizemos o dever de casa. Não existe uma madeireira que não tenha seu plano de manejo aprovado. O que existe hoje é divergência de números, pois não bate o número fiscalizado pelo Ibama com o número fiscalizado por quem concede a licença, que é a Secretaria do Meio Ambiente.

Pedimos prudência. Ninguém é louco de ir contra uma fiscalização dessa natureza. Ninguém. Nem eu, nem o Senador Jayme Campos, nem o Senador Flexa Ribeiro, tampouco o Senador Gilberto ou o Senador Sibá, que estava inclusive em Belém, e, acredito eu, muito feliz na sua fala, e classificava as empresas em "a", "b" e "c". Empresa "a" era a empresa 100% regularizada; empresa "b" era a empresa mais ou menos, que dava para ser recuperada; e empresa "c" era aquela que não tinha recuperação. Esse tipo de empresa não existe em Rondônia.

Já foram fiscalizadas 54 madeireiras em nosso Estado. Cerca de oitenta, noventa mil metros cúbicos de madeira foram apreendidos. Dois mil e novecentos metros cúbicos de madeira. Como é que se fecha uma madeireira? Baseado em que fatos colocam cinco mil pais de famílias, como no Município de Machadinho, no olho da rua? Querem agradar a quem com essa medida? Às ONGs?

No dia em que estávamos lá, vários jornalistas nos ligavam e perguntavam qual era o tamanho da área de terra que eu tinha, quantas cabeças de gado eu tinha, se eu tinha sido financiado pelo setor madeireiro. Eu disse: "Inclua mais uma pergunta aí: verifique quais são os políticos financiados pelas ONGs".

Então, não é justo. Estou aqui hoje defendendo meu Estado, Rondônia. Hoje é Cujubim, ontem foi o Município de Machadinho, e não sei, dos 52 Municípios, quantos serão fiscalizados por essa operação.

V. Ex<sup>a</sup> me pede um aparte, Senador Mão Santa. Numa dessas visitas que fizemos ao Município de Machadinho, fiquei impressionado com a liderança exercida por V. Ex<sup>a</sup>. Esqueci, na minha casa, em Porto Velho, uns seis ou sete presentes que a população fez questão de embrulhar e de dedicar a V. Ex<sup>a</sup>. Pediram-me que entregasse a V. Ex<sup>a</sup> aqui no Senado, por representar o povo do nosso Estado. Esqueci isso em Porto Velho, mas fiquei impressionado com a liderança que V. Ex<sup>a</sup> exerce nesta Casa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior, fiquei, vamos dizer, maravilhado com o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, pela gente trabalhadora. Encontrei lá muitos piauienses com dificuldade: é a visão de miopia ou de cegueira do Governo; eles estão buscando emprego em outros lugares. Mas Gerson Camata, é preciso entender as coisas; digo que a ignorância é audaciosa. Sei disto, e o Camata está ali e é sabido: Aristóteles foi o primeiro que se meteu em política; Hipócrates, em medicina; Sócrates, em filosofia; e Sófocles foi o primeiro ambientalista. Ô Camata, Sófocles é muito atual. Ele dizia que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano, é o homem. V. Ex<sup>a</sup> está presenciando o homem – o homem trabalhador, o homem empresário, o homem empreiteiro, o homem madeireiro. Esse homem tem um grande defensor e representante, que é V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – E é o homem trabalhador ecologicamente correto que estamos defendendo. Não estamos defendendo aqui, já disse e vou reafirmar, quem está trabalhando na ilegalidade, na clandestinidade, até porque, lá no meu Estado, esse tipo de madeireiro não há, quero registrar novamente aqui.

O que faltou a essa operação, a meu ver, Presidente Gerson Camata, foi planejamento. Eles foram muito açodados: com uma notícia do Inpe, em seguida, já quiseram dar uma resposta à sociedade – não sei qual. Não foi uma fiscalização planejada, não foi uma operação planejada...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> tem um minuto para concluir.

**O SR. EXPEDITO JÚNIOR** (Bloco/PR – RO) – Para concluir, não foi uma operação organizada. Tenho certeza de que o Governo Federal – que exatamente combate a miséria, a fome –, tenho certeza de que o Presidente Lula não quer isso para Estado nenhum, para brasileiro nenhum.

No meu Estado, se continuarem levando essa fiscalização a ferro e fogo, da maneira como estão fazendo, vão gerar lá muitos miseráveis, muitos desem-

pregados, que, passando fome, ficarão, nos corredores das Prefeituras, pedindo esmola.

O povo do meu Estado não quer esmola. O povo do meu Estado quer emprego. E, por conta do povo de Rondônia, vou subir sempre a esta tribuna, para defendê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo cumprimento do tempo regimental.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Pres. nº 119/2008/CMO

Brasília, 23 abril de 2008

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador Garibaldi Alves Filho Presidente do Senado Federal

Assunto: Solicita a substituição do volume VI da Redação Final do Projeto de Lei nº 30/2007–CN (PLOA/2008).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, e, em atendimento ao Ofício nº 44/2008, de 15 de abril do corrente, do Relator-Geral do PLOA 2008, Deputado José Pimentel, informo a Vossa Excelência que o Volume VI da Redação Final ao Projeto de Lei nº 30/2007–CN (PLOA 2008) foi gerado com os seguintes erros materiais decorrentes de processamento dos dados:

- o campo relativo à descrição da ação está trazendo o nome do programa;
- os Quadros-Síntese não estão evidenciando o campo Função/Subfunção;
- há Quadros-Síntese, Programas, Funções e Subfunções sem o valor correspondente;
- o campo referente ao GND traz apenas o código, deixando de trazer a expressão “4–INV”, conforme consta do Projeto de Lei.

Providenciadas as devidas correções junto ao Prodasen/SF, reencaminho a Vossa Excelência o referido Volume VI, a fim de que a impressão gerada espelhe com fidedignidade as votações ocorridas tanto na CMO como no Plenário do Congresso Nacional.

Outrossim, solicito que este Volume VI corrigido seja enviado à Presidência do Congresso Nacional para que esta providencie a respectiva substituição junto à Casa Civil da Presidência da República.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Uma vez que se trata de “erros materiais decorrentes de processamento de dados” na redação final, conforme o ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno, a Presidência determina a republicação do Volume VI da Redação Final do Projeto de Lei nº 30 de 2007, do Congresso Nacional, bem como o envio do referido volume retificado à Presidência da República.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Como oradora inscrita, pelo tempo de dez minutos, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sei que ontem o Senador Sibá Machado fez referências ao resultado de mais uma pesquisa da CNT/Census, que apresenta uma evolução extremamente positiva para o Presidente Lula e para o seu Governo.

Essa evolução está atingindo números extremamente significativos. Por exemplo, a avaliação do Governo do Presidente Lula pulou de 52,7% na última pesquisa, em fevereiro, para nada mais, nada menos do que 57,5%. Portanto uma evolução bastante impressionante para dois meses, de 52% para 57%. E a avaliação pessoal do Presidente também atingiu um percentual extremamente significativo, pulando de 66,8% para 69,3%. É uma avaliação inédita para um Presidente, principalmente em segundo mandato.

E aparece a questão do terceiro mandato, Senador Gerson Camata, até como algo natural. Se quase 70% aproximadamente avaliam o desempenho do Presidente como bom, e 57%, o Governo como ótimo e bom, é natural as pessoas quererem que ele continue, não é?

Quando um jornalista me pediu para fazer uma avaliação sobre como eu entendia essa resposta, que apareceu, de forma tão contundente, na pesquisa sobre o terceiro mandato, disse, de forma muito clara: “Se fizerem uma pesquisa sobre a pena de morte, tenho certeza de que boa parte da população será favorável a ela, principalmente se não fizermos um bom debate sobre o assunto, mas, nem por causa disso, apoiaremos a pena de morte”.

Então, já há uma definição muito clara por parte do PT, e o Presidente Lula já declarou, alto e bom som, que é terminantemente contrário a qualquer modificação na Constituição para isso.

Tenho brincado com alguns jornalistas – e o Senador Zambiasi, que está adentrando o plenário, como jornalista, vai entender – e dito o seguinte, Senador Zambiasi: se o Presidente Lula, com esses índices de popularidade, de avaliação positiva do Governo, tem condição, cada vez mais, de fazer o sucessor, por que vai trocar o sucessor mais a possibilidade, se quiser, de voltar em 2014 – e, depois, se não for mudada a regra, de se reeleger – por um terceiro mandato, que, inclusive, seria uma afronta à Constituição?

Então, até por essa lógica, tenho brincado e dito que isso parece mais um complô da Oposição, para trocar um por três. Assim, cada vez mais, a situação que se está configurando é a do trabalho todo para que o Governo realmente termine, em 2010, com grandes possibilidades de o Presidente fazer o seu sucessor.

**O Sr. Sérgio Zambiasi** (PTB – RS) – Senadora Ideli, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Concedo um aparte ao Senador Zambiasi.

**O Sr. Sérgio Zambiasi** (PTB – RS) – Eu não poderia deixar de cumprimentá-la pela abordagem do assunto. Acho que mais uma vez ele vem à tona e, mais uma vez, exige do próprio Governo uma manifestação. Todavia, o tema surge, parece-me, primeiro, realmente é o reconhecimento de um momento extremamente positivo que o Governo vive. É óbvio que o Presidente recolhe todo esse calor humano que brota das mais diversas direções, o que é muito importante. Estou aqui com um material – e, se houver tempo, ainda quero manifestar alguma coisa a respeito – sobre, por exemplo, um programa que dará ainda mais popularidade ao Presidente que é o Programa Territórios da Cidadania. Não tenho nenhuma dúvida disso.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pena que o PFL não quer, como não quer o Programa Universidade para Todos (ProUni), como não quer a demarcação dos terrenos dos quilombos – vai para o Supremo Tribunal Federal tentar derrubá-la –, mas vai ser feita. E tudo isso vai ser feito porque é muito bom para o povo, é muito bom para a população, e eu tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai explicar isso muito bem.

**O Sr. Sérgio Zambiasi** (PTB – RS) – Não sei como os programas estão organizados nos demais Estados do Brasil, mas, no Rio Grande do Sul, o foco do Programa Territórios da Cidadania é a zona sul, a nossa metade sul, que é uma região historicamente excluída, com sérios problemas de desenvolvimento...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Grandes problemas sociais que precisam ser atacados.

**O Sr. Sérgio Zambiasi** (PTB – RS) – Sim; brutais problemas sociais, áreas enormes sem produtividade e que poderiam hoje manter a população em seus

locais e se desenvolvendo. E com essa programação que prevê a inclusão de oitenta ou noventa municípios da metade sul do Estado nós vamos dar um salto de desenvolvimento realmente fantástico e que ajudará inclusive as obras do Porto do Rio Grande, onde está sendo concluída a P-53. Ali se verifica um *boom* de desenvolvimento fantástico, graças ao dique seco que está sendo construído e a outros investimentos. Então, à medida que esses programas que o Presidente vem lançando caem no gosto popular, porque a população percebe que é uma forma de ascender socialmente e melhorar suas condições de vida, é claro que tem alguns setores da sociedade que reagem, numa expectativa de que o Presidente aproveite esse seu grande momento, que entendemos que continuará até o final do mandato, para anunciar algo casuístico, que não vai acontecer, pois confiamos na palavra do Presidente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Certamente, Senador Zambiasi. Eu queria exatamente fazer como V. Ex<sup>a</sup> fez, eu queria exemplificar, porque ninguém tem 69,3% de aprovação pessoal e ninguém tem 57% de avaliação ótimo/bom para seu governo se os resultados não fossem palpáveis, concretos. As pessoas não vivem um ano, dois anos, três anos apenas na expectativa de vir a acontecer. Não. Depois do primeiro, segundo e terceiro ano, ou acontece, ou então não tem quem se sustente em popularidade nem em avaliação positiva no sexto ano de mandato.

Quando V. Ex<sup>a</sup> coloca o Programa Territórios da Cidadania, eu queria dar dois exemplos. Sexta-feira, tivemos a visita do Ministro Fernando Haddad em Santa Catarina. Começamos por Concórdia, na Escola Agro-técnica de Concórdia, uma escola que tem quase 50 anos. E fomos lá inaugurar obras importantíssimas, como o alojamento feminino, porque, como é uma escola que recebe alunos de mais de cem municípios, não só de Santa Catarina, como do Paraná, do Rio Grande do Sul e de outros Estados, se não tem como dar condição de alojamento para os alunos, eles não têm como estudar. Havia lá o alojamento para os meninos, mas não tinha para as moças. Então, fomos lá inaugurar o alojamento feminino, o prédio administrativo da escola. Só de emenda minha ali, nos últimos três anos, foram R\$3,2 milhões. O Ministro foi lá, conheceu as obras, extremamente importantes, porque a Agrotécnica de Concórdia vai ser um dos *campi* do Instituto Federal Tecnológico, que também vai ter lá no Rio Grande do Sul, como em todos os Estados. Portanto, a partir do ano que vem, já teremos, naquela escola como em todas as unidades de ensino profissionalizante, metade das vagas de ensino médio e metade das vagas de ensino superior. Portanto, estivemos pela manhã fazendo essa visita e importante inauguração.

Depois nos deslocamos para Joinville, a maior cidade do Estado de Santa Catarina, para o lançamento da pedra fundamental do campus da Universidade Federal. A Universidade Federal de Santa Catarina, Senador Zambiasi, tem 47 anos, ficou ilhada até a chegada do Presidente Lula – e olha que já tivemos Ministro da Educação do nosso Estado, já tivemos Ministro de Ciência e Tecnologia em governos anteriores, e Santa Catarina é um dos raros Estados, não conheço quais outros, que só têm uma universidade federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Espírito Santo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Mas veja o tamanho de Santa Catarina e veja o tamanho do Espírito Santo, e a nossa, só na ilha.

Então, agora, com o Governo Lula, estamos colocando para o interior, com o *campi* de 15 pólos e, agora também, com a nova Universidade da Fronteira que vai pegar parte do Rio Grande do Sul, parte do Paraná e parte de Santa Catarina, o que vai brindar toda aquela região, onde a base da agricultura familiar é tão forte, sendo, pois, tão importante ter uma universidade.

Depois nos deslocamos para Jaraguá do Sul, outro pólo industrial importante, para inaugurar também obras do Cefet de Jaraguá, onde inauguramos um prédio muito bonito, um prédio grande de dois andares, com auditório, biblioteca, laboratório de informática, sala de atendimento aos alunos, uma obra também importantíssima, numa demonstração clara de que o ensino público federal de qualidade está se espalhando, se instalando, permitindo que os nossos jovens, os alunos possam, cada vez mais, ter o ensino de qualidade que é ministrado tanto nas agrotécnicas, nos colégios agrícolas, quanto nas escolas técnicas federais.

Ontem, tivemos a presença do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que também cumpriu uma extensa agenda. Começamos em Florianópolis, mas, por causa do tempo, não houve possibilidade de nos deslocarmos como estava previsto logo no início da manhã. Visitamos a Casa Eficiente, que é um Projeto da parceria entre a Eletrosul e a Universidade Federal, onde se mostra como montar uma casa aproveitando todas as possibilidades para a redução do custo energético de aquecimento e diminuição do consumo de energia. Fizemos, então, esta visita com o Ministro Edison Lobão. Depois, fomos visitar as obras que fazem com que Santa Catarina deixe de ser o único Estado brasileiro cuja capital não é integrada ao Sistema Energético Nacional.

Em 2003, na nossa ilha de Florianópolis, nós tivemos um apagão, tivemos um blecaute, que quase colocou a ponte abaixo – uma das pontes de ligação – porque a linha de transmissão passava embaixo da

ponte. Ocorreu uma explosão lá e ficamos sem luz e quase ficamos sem ponte. Agora, finalmente, a obra está para ser concluída em outubro de 2009. É uma subestação no continente, uma subestação na ilha, um cabo aéreo e submarino, com tecnologia de primeiríssimo mundo; e uma obra muito importante para garantir o abastecimento de energia da capital, da nossa querida Florianópolis, como também interligá-la a todo sistema nacional.

E fomos, posteriormente, fazer uma visita a uma obra de engenharia preciosa, que está sendo realizada em Santa Catarina, que é a Usina Hidrelétrica Salto Pilão, que, não tendo lago, não tendo reservatório, apenas desvia uma parte da água do rio, que cai por um túnel de dez quilômetros dentro da montanha. E, ao cair nesse túnel de dez quilômetros dentro da montanha, perde uma altitude de duzentos metros e, com essa queda, é que ela gera 182 *megawatts*, que é a potência da Usina.

A obra também está muito adiantada. Estava prevista a sua inauguração para 2010; mas já foi antecipada para 2009. A obra tem 40% de financiamento do BNDES; atualmente emprega mil funcionários, a maior parte da região do Alto Vale do Itajaí; e é algo digno de ser visto e de ser divulgado por ser uma obra de engenharia, volto a dizer, preciosa, porque, inclusive, não mexe com nada da agricultura, não desapropria pequeno agricultor, não tira um pezinho de milho de lugar nenhum e consegue, com essa tecnologia, gerar 180 *megawatts* a partir de 2009.

E, por último, o Ministro Edison Lobão participou da posse da nova diretoria da Eletrosul.

Portanto, duas agendas importantíssimas, uma na área da educação, sexta-feira, com o nosso Ministro Fernando Haddad, e, na segunda-feira, com o Ministro de Minas e Energia, visitando obras imprescindíveis para o Estado de Santa Catarina, no sentido da garantia do abastecimento e de geração de nova energia.

É por isto, Senador Zambiasi, porque está mudando efetivamente a vida das pessoas, que o Presidente Lula tem essa avaliação. Eu não tenho nenhuma dúvida. Se tivéssemos ficado exclusivamente, como alguns teimam em insistir, na propaganda, na divulgação de coisas que não acontecessem, fazendo repetidas afirmações que não tivessem amparo na realidade, com certeza, o Presidente Lula não estaria com 57% de “ótimo” e “bom” em termos de avaliação do seu Governo e 69,3% na sua avaliação pessoal. É porque a vida tem melhorado, e muito; é exatamente por essa melhora no cotidiano e na vida das pessoas que todos nós, em todos os nossos Estados, estamos vendo e acompanhando – e contribuímos também

para isso –, que o resultado na pesquisa se apresenta dessa maneira.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Gerson Camata, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Obrigado.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> pode usar da palavra.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para solicitar minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

O Senador Camata usará da palavra para uma comunicação inadiável por cinco minutos, nos termos do Regimento. Mas como sou do Novo Testamento: sete mais sete. Quando lhe pedem uma camisa, dê a capa também. Assim, V. Ex<sup>a</sup> use o tempo que achar conveniente.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Cumprirei o Regimento na palavra, na letra, no item e no artigo, em toda a sua plenitude.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a ONU classificou na sexta-feira, último dia 25, a alta dos preços de alimentos como uma “crise global”, e conclamou a comunidade internacional a agir imediatamente para resolver o problema. Até agora, contudo, organismos multinacionais e países desenvolvidos optaram pelo caminho mais fácil – e o organismo da ONU para alimentação, a FAO, numa declaração irresponsável do seu Secretário-Geral, ontem, em Roma: encontrar um grande vilão que seria o único responsável pela escassez de comida. Para o papel, elegeram os biocombustíveis, até pouco tempo saudados como a solução para problemas como o aquecimento global.

De remédio para alguns dos males do mundo, eles foram rebaixados a praga do dia para a noite. Um relator da ONU chegou a afirmar que a produção e o uso de biocombustíveis eram um “crime contra a humanidade”. Não foi o único nem o primeiro a proferir tais bobagens. O ditador cubano Fidel Castro e seu discípulo, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, já haviam investido contra os biocombustíveis.

A verdade é que a disparada nos preços de cereais básicos para a alimentação, como o trigo, o arroz e o milho, nada tem a ver com as plantações de cana no Brasil. Os preços dos alimentos estão em alta devido à conjugação de uma série de fatores. Eles são muitos e incluem uma elevação no consumo, devido à melhoria do padrão de vida das populações da Ásia e da América Latina, o aumento do custo dos fertilizantes – que já acumula 140% nos últimos 12 meses –, o preço do petróleo, que triplicou em quatro anos, a crise imobiliária norte-americana, que fez muitos investidores passarem a aplicar recursos em *commodities* agrícolas.

Enfim, não há como vincular o etanol, muito menos os canaviais brasileiros, à escassez de comida no mundo. Nosso País destina às lavouras de cana menos de 1% dos quase três milhões de quilômetros quadrados usados no setor agropecuário. São essas lavouras que produzem mais da metade do combustível necessário para abastecer a frota de automóveis brasileira.

Como a cultura de cana necessita de rotatividade, muitas das áreas de canaviais são renovadas com lavouras de feijão e soja. Logo, a cana contribui para aumentar, e não para reduzir, a oferta de alimentos. A maior prova disso é que, embora a indústria de biocombustíveis continue a se expandir, o Brasil vai colher este ano 140 milhões de toneladas de grãos, uma nova safra recorde. A entrada da cana aumentou a produção agrícola no Brasil.

Se utilizarmos só 10% das áreas de pastagens para a plantação de cana – prestem atenção nisso –, poderemos produzir etanol em quantidade suficiente para substituir 5% da gasolina consumida no mundo, além de criarmos cinco milhões de novos empregos. Não será preciso recorrer a desmatamento nem invadir áreas de cultivo de alimentos.

Um relatório elaborado em 2005 pela Universidade de Campinas mostra que, se um dia conseguíssemos suprir 10% das necessidades mundiais de combustível, o Produto Interno Bruto do País dobraria. Em São Paulo, a contribuição do açúcar e do álcool de cana para o PIB estadual é igual ao da soja e da pecuária, somadas. Só que, em área ocupada, soja e criação de gado exigem 73 vezes mais terra do que a cana. Se investir em pesquisa para o domínio da tecnologia de produção do chamado álcool celulósico, a partir do bagaço e da palha, que são resíduos da cana, o Brasil pode fazer com que a produtividade de seus canaviais dê um salto formidável.

Organizações ambientalistas difundem pelo mundo o mito de que nosso País está destruindo a Floresta Amazônica para plantar cana. É outra mentira que se

propaga impunemente. As áreas em que o cultivo de cana é possível ficam distantes da floresta. Além disso, dispomos de tanta terra apropriada que poderíamos multiplicar por dez o plantio, e ainda assim mantê-lo bem distante de regiões como a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica.

Recentemente, o Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, mostrou em público um pacote de arroz, para demonstrar que o etanol estaria tirando comida da humanidade. Antes de se pronunciar, deveria ter lido o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Eis alguns pontos:

- O relatório recomenda a remoção das tarifas impostas ao etanol brasileiro.
- É enfático ao afirmar que o etanol do Brasil é mais eficiente que os outros biocombustíveis e que não contribui para o desmatamento da Amazônia.
- Ressalta que o Brasil é mais eficiente em produzir etanol que a União Européia e os Estados Unidos e que o etanol feito de cana-de-açúcar é mais eficaz para reduzir as emissões de carbono. O álcool brasileiro emite até 70% menos gases de efeito-estufa que os combustíveis fósseis.

Conclusão: as barreiras comerciais impostas ao etanol brasileiro estão elevando o custo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES)** – Obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia: as barreiras comerciais impostas ao etanol brasileiro estão elevando o custo de redução das emissões de carbono e dificultando uma redução da dependência do petróleo. A União Européia taxa o álcool do Brasil em US\$1,00 por galão, o equivalente a 60% do preço, e os Estados Unidos cobram US\$0,54 por galão, além de 2,5% em impostos alfandegários.

Pesquisadores do mundo inteiro sabem que, nas próximas duas ou três décadas, o álcool é a única alternativa viável para substituir os combustíveis fósseis.

Como quase toda estratégia diversionista, repleta de equívocos e desprovida de vínculos com a realidade, a ofensiva contra os biocombustíveis está destinada a cair no vazio em breve. Mas é bom que o País fique alerta. A agroenergia brasileira tem potencial para transformar o mundo e representa uma oportunidade única de crescimento, geração de empregos e distribuição de renda. É por isso também que desperta tantas reações contrárias. É essencial que o Governo brasileiro mantenha a posição firme que teve até agora para garantir o nosso futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

- Aviso nº 9, de 2008–CN (nº 254–GP/TCU/2008, do Presidente do Tribunal de Contas da União), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a prestação de contas daquele Órgão, referente ao exercício financeiro de 2007.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –

O aviso que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, no prazo legal, as prestações de contas dos seguintes órgãos:

- Governo Federal (Mensagem nº 24, de 2008, nº 148/2008 na origem);
- Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 3/2008, nº 1.622/2008 na origem);
- Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 4/2008, nº 245-GP/2008 na origem);
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 5/2008-CN, nº GPR/4.959/2008 na origem);
- Câmara dos Deputados (Ofício nº 6/2008, nº Ofício GP/0638/2008 na origem);
- Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 7/2008 CN, nº TST/GP/117/2008 na origem);
- Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 8/2008-CN – nº 2/GP/2008 na origem)
- Conselho da Justiça Federal (Ofício nº 9/2008-CN – nº PR2008020106/2008 na origem);
- Ministério Público da União (Ofício nº 10/2008-CN – nº PGR/GAB/408/2008 na origem);
- Supremo Tribunal Federal (Ofício nº 11/2008-CN – nº 26/GP/2008 na origem);
- Senado Federal (Ofício nº 12/2008-CN – nº 198/2008-CN na origem).

Nos termos do inciso I do art 71 da Constituição Federal e do art. 57 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as contas vão ao Tribunal de Contas da União.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Segundo o Regimento, a Liderança tem prioridade, mais ainda quando se trata desse extraordinário Líder que é Osmar Dias, do PDT.

No futuro, gostaria de anunciar V. Ex<sup>a</sup> como Presidente Nacional do PDT.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela Liderança Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é só V. Ex<sup>a</sup> vir para o PDT e me ajudar a me tornar seu presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– No Piauí, me indagaram, e eu disse que estava aguardando V. Ex<sup>a</sup>, as Lideranças. Lá, o PDT é um partido extraordinário; sempre que fui aos combates, eles nos ajudaram. O PDT inspira-se em João Goulart, Leonel Brizola, em nosso educador que foi Senador e em V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, ontem, dia 28 de abril, foi comemorado o Dia da Educação no Brasil. Passou um pouco despercebido o Dia da Educação. O Presidente Lula, num programa de rádio, logo de manhã, anunciou – acredito ser importante repetir aqui – a criação, até 2010, de quatrocentas mil vagas novas nas universidades públicas do País.

É muito pouco! Pouco, porque hoje nós temos no Brasil um dado que transforma nossa realidade numa realidade muito dura para nós, uma estatística muito ruim, vergonhosa mesmo. Enquanto na Coréia 98 ou 99% das pessoas concluem um curso superior e, na Argentina, 35% das pessoas concluem um curso superior, no Brasil esse número corresponde somente a 10% da população. É que a educação aqui não foi prioridade mesmo ao longo do tempo, e nós estamos agora colhendo os frutos dessa falta de planejamento e de investimento num setor fundamental para a vida de todas as pessoas, para a formação da sociedade.

À primeira vista, essas quatrocentas mil vagas anunciadas parecem ser um número muito grande – há quem pense que dá para comemorar –, mas não é bem assim. Nós temos, hoje, 10% das pessoas no Brasil concluindo um curso superior. Na Argentina, repito, são 35%; na Coréia, 98 ou 99%, quase todos se formam num curso superior; nos países desenvolvidos, esse índice está acima de 50%. Então, nós temos que caminhar muito ainda para chegar a um índice aceitável.

E se formos falar sobre a escola pública no País, talvez fosse o caso de transformar o Dia da Educação no Brasil em dia do esforço de todos os brasileiros para apoiarem a escola pública, desde a escola infantil até a universidade, talvez fosse o dia de chamar a atenção de todos para a necessidade que temos de fortalecer,

Senador Flávio Arns – V. Ex<sup>a</sup> é um educador, sabe do que estou falando – a escola pública.

Em nosso Estado, por exemplo, graças ao esforço de governantes da década de 60 e 70 – podemos citar até o Governador Paulo Pimentel –, que criaram as universidades estaduais, temos hoje a escola pública funcionando e atendendo um grande número de universitários. Não fosse esse esforço do Estado, se dependêssemos só da Universidade Federal, que tem uma qualidade excelente, que todos nós respeitamos, estaríamos em situação mais difícil – o Hospital de Clínicas, a propósito, precisa de mais apoio, e vou voltar à tribuna para falar sobre isso, porque a situação continua muito ruim. Senador Flávio Arns, o nosso esforço, o esforço do Paraná, o esforço dos paranaenses, é que ainda compensa essa falta de Estado na promoção da universidade pública em nosso Estado.

É pouco um Estado como o Paraná ter uma universidade pública. Agora, com o Cefet, que se transformou também em universidade, temos duas universidades e, como disse aqui a Senadora Ideli, vamos ter a Universidade do Mercosul, mas nós, durante todos esses anos, tivemos que arcar, o Paraná teve que arcar, com o ensino público superior em sua grande parte.

Eu apresentei aqui um projeto de lei para que, pelo menos, a União absorvesse dos Estados o custeio das universidades estaduais. É claro que é um projeto ousado que precisaria do apoio de todos os Senadores e do próprio Governo para que desse certo. Se fosse aprovado, não precisaríamos estar falando em quatrocentas mil vagas até 2010, porque a estrutura das universidades estaduais estaria exigindo muito menor investimento do que o Governo terá que despendar para atender essa demanda de quatrocentas mil vagas. Talvez fosse mais inteligente por parte do Governo Federal assumir, junto com os Estados, pelo menos parte das despesas das universidades estaduais para que, com essas estruturas já existentes, pudéssemos somar esforços.

O dinheiro seria muito mais bem aplicado, porque nós abriríamos mais vagas na escola pública.

Além disso, nós sabemos que a escola pública precisa também de investimentos na sua qualidade. A qualidade da escola pública precisa melhorar, assim como precisam melhorar a das escolas particulares – vemos escolas particulares por aí que nada mais são do que fontes de recursos e fábricas de diplomas. Essas escolas precisam de investimentos na qualidade, no professor, no mestre, naquele que ensina.

Comemorar o Dia da Educação apenas dizendo que serão colocadas mais quatrocentas mil vagas para os universitários é pouco. Nós tínhamos, Sr. Presidente, no Dia da Educação, que falar sobre como valorizar

mais os professores, os profissionais da educação que, na maioria dos casos, não têm recebido um salário correspondente àquilo que eles merecem, principalmente porque estão formando as futuras gerações.

O Presidente fala que todo aluno que está num banco de universidade não está na rua. Ele tem razão: a criminalidade cai à medida que nós colocamos mais gente nos bancos das escolas. No entanto, isso não está correspondendo ao investimento que tem sido feito para colocar mais gente nos bancos escolares.

E eu diria que a grande reforma universitária que pode ser feita neste País não é exatamente a proposta do Ministério, que é fazer uma reforma só cercando a criação de novos cursos, exigindo mais critérios. Isso também é necessário, mas o que temos que fazer é uma reforma na base, para que os alunos, chegando à universidade, tenham mais preparo, tenham aprendido mais, estejam realmente preparados para enfrentar os ensinamentos de uma universidade.

Penso e continuo pregando que a escola em tempo integral deveria ser uma bandeira não de um partido como o nosso, o PDT, mas de um governo como o do Presidente Lula. Que se assumisse um compromisso, no Dia da Educação, dizendo: “Vou colocar em prática neste País um programa de parceria com os municípios brasileiros para que, nessa parceria, implantemos a escola em tempo integral gradativamente, progressivamente, até chegar a um ponto em que a escola em tempo integral esteja espalhada por este País”. Se o Presidente fizesse isso, estaria, desde o início, desde a idade de três anos, quatro ou cinco anos, preparando a criança para os desafios da vida, porque educar hoje não é preparar para os desafios de enfrentar um emprego, é preparar para os desafios da vida mesmo. A criança tem que aprender o que é responsabilidade e o que é direito de cidadão para poder cumprir com as suas responsabilidades e cobrar os seus direitos quando chegar na adolescência e na idade adulta.

Há um estudo da Unesco, Presidente – V. Ex<sup>a</sup> lê muito, gosta de estudar, Senador Mão Santa –, que diz o seguinte: uma criança, quando tem oportunidade de freqüentar uma escola em tempo integral, na idade adulta, vai ter uma renda duas vezes maior do que uma criança que não teve a oportunidade de freqüentar a escola integral, porque ali ela foi preparada para a vida, aprendeu os seus direitos e as suas responsabilidades como eu disse: alimentou-se adequadamente em uma idade que, V. Ex<sup>a</sup> sabe, está se formando o físico, está se formando a personalidade, a inteligência das crianças. Entre quatro, cinco ou seis anos de idade se define o que vai ser o cidadão, se vai tomar um rumo reto na vida ou não.

Temos um problema sério hoje, no Brasil, que é a violência. Talvez poucos saibam, mas Curitiba e Metropolitana enfrentam um problema de quatro assassinatos por dia neste ano, de janeiro até agora. É muita coisa, muita gente morrendo assassinada.

E quando o Presidente fala que precisamos tirar a juventude das ruas e do caminho da criminalidade para colocá-las num emprego, para colocá-las numa escola, e numa escola profissionalizante, concordo. Mas, para isso, é necessário muito mais que palavras, são necessárias atitudes, ações do Governo. E vejo que uma parceria com os Municípios seria fundamental para implantar escola em tempo integral, um grande instrumento de cidadania para o País.

Eu tinha esse projeto para o Paraná. Não o abandonei. Esse projeto um dia terá que ser implantado no meu Estado. Vamos mudar a história de um Estado e de um País quando fizermos este investimento que será o maior e o melhor investimento, o mais sagrado: a escola em tempo integral. Para quando chegar na adolescência, poderemos exigir das escolas a oferta de estágios, que é aquela lei minha que foi aprovada aqui, no Senado Federal, e que está na Câmara dos Deputados, e sobre a qual briguei porque o Governo copiou, plagiou. Depois perdeu o interesse, pois estava em regime de urgência e, de repente, perdeu a urgência.

Para concluir, Sr. Presidente, esse projeto de estágio poderia se somar à escola de tempo integral. E somado a isso, poderíamos avançar para a idade adulta, abrindo as portas das universidades públicas para os estudantes egressos dessas escolas de tempo integral, dessas escolas de ensino médio com estágios. Assim, estaríamos preparando muito melhor a nossa sociedade, dando aos nossos estudantes a oportunidade de estudarem e, ao mesmo tempo, especializarem-se numa profissão, começando desde criança, partindo para a adolescência com estágios obrigatórios, fazendo estágio em uma empresa que ficará de olho naquele profissional que estará nascendo ali, aperfeiçoando-o para que ele possa, conhecendo a empresa, ser muito mais útil do que aquele que chega, muitas vezes de fora, despreparado, sem conhecê-la. E aquele aluno, estudando, estagiando, vai estar pensando em ter um emprego decente, com uma remuneração digna, para ingressar numa universidade e formar a sua família.

Esse será o projeto do cidadão; ele não terá outro projeto. Não podemos continuar olhando para os módulos policiais abandonados, invadidos por drogados e traficantes, e achar que isso está bom. Precisamos combater isso com o instrumento mais poderoso que existe para combater as drogas e a violência, que hoje estão alarmando toda a sociedade brasileira, em especial as regiões metropolitanas, mas já atinge cidades

pequenas, onde a droga é, sim, o veículo principal da violência, um instrumento, a ferramenta da violência. Não podemos continuar assistindo a isso e comemorando o Dia da Educação apenas com um anúncio de que vamos criar, até 2010, mais 400 mil vagas nas universidades públicas. Não! Precisamos ousar em educação, valorizar quem ensina, dar aos alunos o gosto de estarem sentados em um banco da escola aprendendo. Para isso, é necessária a integração da família com a escola.

E eu prego isto, Sr. Presidente: a integração, criando espaços públicos nas praças, nos clubes de serviço, para que as escolas e as famílias possam freqüentar, praticar esportes, lazer, arte e cultura e, assim, serem formados cidadãos a fim de que os desafios da vida se tornem menos difíceis de serem enfrentados.

O País tem tudo para vencer. Vivemos um momento em que o mundo está de olho no Brasil. Todo o mundo fala: o Brasil pode ser a salvação para essa crise de alimentos; o Brasil pode ser a salvação para a crise de combustíveis, mas, para isso, o Brasil precisa oferecer para a sua gente educação, porque, com a educação, vamos, sim, ter qualidade suficiente na nossa mão-de-obra, nos nossos trabalhadores, tecnologia para as nossas empresas, a tecnologia ingressando em todos os segmentos da economia. E tudo isso, Sr. Presidente, depende da formação e da informação. E formação e informação vamos obter com escolas de qualidade, começando pela escola de tempo integral, indo para a escola média com estágios e ingressando na universidade pública com qualidade e com investimentos de verdade.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância do tempo. Esse era um assunto importante, já que ontem foi o Dia da Educação no Brasil e temos que chamar a atenção de toda a sociedade. A educação não é só aquela dada nos bancos da escola; ela começa em casa, ela se integra com a escola, mas todos somos responsáveis, não apenas o Governo em investir mais em educação, mas todos somos responsáveis a chamar a atenção e buscar idéias que estejam dando certo para que possamos colocá-las em prática aqui, em nosso País, no nosso Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, vamos fazer o debate qualificado.

V. Ex<sup>a</sup>, este Plenário e o País estavam acostumados a vê-lo, e ninguém o excede quando fala de problema do campo, de produção, agricultura e pecuária, mas hoje

V. Ex<sup>a</sup> superou a si mesmo quando mostrou ao País que a semente mais importante para nós é a semente da educação. V. Ex<sup>a</sup> tem muitas responsabilida-

des, porque é do Partido de Brizola, de Darcy Ribeiro, de Cristovam Buarque, da Educação, e V. Ex<sup>a</sup> se lembrou do Dia da Educação.

Mas eu queria participar desse debate qualificado, porque sua preocupação é justa. E queremos dar essa colaboração à Luiz Inácio, nós, que estudamos. Nos anos 90, das dez melhores universidades, sete eram públicas, três eram privadas.

Quando deixei o governo, já houve uma inversão de 2001 para 2002. Das dez melhores, somente três eram públicas – e uma delas era do Estado do Piauí; a Uespi é estadual – e sete eram privadas. Hoje, das dez melhores, somente duas são públicas e oito privadas, mostrando que no amanhã a perspectiva é negra para os estudantes pobres. Há faculdades de Medicina, no Nordeste, que cobram R\$4 mil por mês de um estudante.

V. Ex<sup>a</sup> foi muito firme quando fez renascer aqui as idéias de Brizola e Darcy Ribeiro do estudo integral.

Nossos cumprimentos.

O Senador Cristovam Buarque quer participar porque é um debate qualificado. Prolongo aqui o tempo de V. Ex<sup>a</sup> por mais cinco minutos para atender ao Professor Cristovam Buarque.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – É que o Professor Cristovam Buarque chegou e é claro que gostaria de incluir o aparte do Senador Cristovam neste pronunciamento que faço na tarde de hoje.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Osmar Dias, eu estava escutando o seu discurso pela rádio e vim correndo para fazer o meu aparte por uma única razão: dizer da minha satisfação de ser seu companheiro de Partido, seu correligionário e escutar um discurso como esse em que não apenas falou que é preciso melhorar a educação, mas como melhorá-la, lembrou ainda que é o horário integral e, terceiro, mostrar que isso não virá apenas dos Municípios, porque a maior parte deles é pobre, não tem condição, além disso, um ou outro prefeito não tem interesse. Tem que ser o Governo nacional a investir, dando apoio, recurso financeiro, definindo metas e cobrando para que façamos isso. E a última coisa que quero dizer e que me satisfez muito foi quando o vi mostrar como a educação é importante para mudar a vida das pessoas. E o Brasil tem um exemplo. Apareceu na televisão, no domingo, um pai que ganha salário mínimo, que fez um esforço para não deixar o filho trabalhar, tendo investido na educação do seu filho e, agora, o menino entrou num curso de Medicina.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Em primeiro lugar.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Em primeiro lugar. Então, o seu discurso traz o resgate. E a

última coisa, finalmente, é que foi lembrado o Dia da Educação.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Na terra do Senador Jarbas Vasconcelos.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Então, parabeno-o e fico muito feliz de ter escutado o seu discurso e de poder participar com este meu pequeno aparte.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. O aparte de V. Ex<sup>a</sup> qualifica ainda mais o meu pronunciamento, assim como o aparte do Presidente da Mesa, que não é usual, mas foi muito importante para chamar a atenção para esse tema de extrema importância para nós todos.

Eu queria aproveitar e cumprimentar o ex-Presidente Collor pelo pronunciamento sobre Itaipu. Vivo no Paraná, sei o que representa Itaipu para o Paraná e para o Brasil e sei também que é injusto nós abriremos com o Paraguai uma negociação sobre um tratado que foi firmado há tantos anos. É a nossa própria soberania que precisa ser preservada. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Fernando Collor, foi firme e acredito que é a linha que deve ser seguida. Nós não podemos abrir nenhum milímetro na negociação com o Paraguai em relação a um tratado que foi firmado lá atrás e que deve ser cumprido até o final.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – As coisas são simples, e está escrito ali na bandeira “Ordem e Progresso”, um lema positivista. Mas quero dizer que estamos alternando aqui. Eu havia dito que o próximo orador seria o Senador Geovani Borges, mas acaba de chegar aqui o Senador Cristovam Buarque, que está na frente de S. Ex<sup>a</sup>. Então, o Amapá e o País aguardam chegar a vez de S. Ex<sup>a</sup>.

O Professor Cristovam Buarque e o Senador Geovani Borges estão trocando gentilezas, e um dos dois usará a palavra agora. O Senador Cristovam Buarque estava inscrito anteriormente.

Depois, chamarei o ex-Presidente Fernando Collor para fazer uma comunicação inadiável, e, fazendo o rodízio, posteriormente, concederei a palavra ao Senador Flávio Arns, outro extraordinário Senador pelo Paraná.

Portanto, por cessão do Professor Cristovam Buarque, concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, que representa, com muita grandeza, o Estado do Amapá.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o ano era 1983, e eu era Deputado Federal. Apresentei o Projeto

de Lei nº 907, que criava a Universidade Federal do Amapá (Unifap). Sabedor da importância do ensino, como um todo, e da graduação, em particular, eu não me conformava com o fato de que meu então Território não tivesse uma universidade federal.

O projeto foi apresentado, tramitou e foi aprovado – no sistema, como é até hoje, bicameral, na época, os Territórios federais só tinham representação na Câmara dos Deputados, não tinham representação no Senado Federal – tanto na Câmara quanto no Senado, e quis o destino que o então Presidente José Sarney, hoje Senador pelo Estado do Amapá, sancionasse a Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, criando a Unifap, inicialmente como fundação pública, como previsto no Decreto nº 98.997, de 2 de março de 1990. Hoje, a Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, regendo-se pelo seu Estatuto nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Regimento Geral e das demais legislações em vigor.

Ao longo de quase duas décadas, a Unifap foi dirigida por técnicos altamente qualificados, professores, como os ex-reitores Maria Alves de Sá; Antônio de Oliveira; João Renor Carvalho; Paulo Guerra, ex-Deputado Federal, meu colega; e João Brazão, a quem agradeço, especialmente, a criação do *Campus* de Santana, na minha cidade, no meu querido Município, em 2 de maio de 2005, com o Curso de Arquitetura e Urbanismo. Todos eles, sem dúvida alguma, pavimentaram a estrada do ensino, da extensão e da pesquisa.

Hoje, a Unifap é dirigida pelo Professor Doutor José Carlos Tavares Carvalho. José Carlos é farmacêutico graduado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Homeopatia, mestre e doutor em Fármacos e Medicamentos pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em Farmacologia Clínica pela Universidade de Berlim, na Alemanha. O Magnífico Reitor já anunciou que vai concluir novos *campi* em Oiapoque e em Laranjal do Jari e que vai melhorar a estrutura física dessas unidades e construir laboratórios.

Para este ano de 2008, a Bancada federal do Amapá, coordenada pelo Senador Gilvam Borges, conseguiu destinar R\$9 milhões para a Universidade. O Reitor sabe onde vai aplicar cada centavo: no prédio da pós-graduação, no laboratório de Biologia, no prédio da Farmácia, no laboratório de Ciências Sociais, no prédio de Gestão de Pessoas, em salas de Biologia, no laboratório de Esforço Físico, em salas para Educação Física, na garagem e no laboratório de Engenharias Civil, Elétrica, Florestal e Mecânica.

Implantar o curso de Medicina – V. Ex<sup>a</sup> sabia que o Estado do Amapá, meu Presidente Mão Santa, que tão bem dirige esta Casa, é o único Estado da Federação que não tem curso de Medicina? –, avançar com a interiorização da universidade e ampliar os cursos de pós-graduação, esses são os principais projetos anunciados pelo Reitor da Unifap, José Carlos Tavares Carvalho.

A vida dá voltas e tem o dom divino de nos surpreender. Vinte e cinco anos depois – o Projeto de Lei nº 907/83 foi apresentado por mim em 18 de maio daquele ano –, eu, que, como Deputado Federal, apresentei projeto de lei criando a Unifap, subo a esta tribuna para, na condição de Senador da República – aliás, registre-se, especialmente homenageado nos 18 anos de criação da Universidade –, parabenizar a Universidade pela sua maioria.

Quicá eu tenha o prazer de dividir com meus nobres Pares a alegria de ver florescer o curso de Medicina no Amapá e de permitir que inúmeros jovens talentosos prestem juramento a Hipócrates e se dediquem a cuidar da saúde, que é o bem mais precioso que possuímos, sem o qual a vida é nada!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Cristovam Buarque, que me permitiu a oportunidade de falar em seu lugar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos nos associar ao aniversário, à maioria da Universidade Federal do Amapá, e torcer para que ela tenha a Faculdade de Medicina, para que o Estado não se sinta discriminado.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Papaléo também é médico.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – S. Ex<sup>a</sup> tem sido um grande aliado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Juntos, com certeza, V. Ex<sup>as</sup> tornarão possível a criação da Faculdade de Medicina.

Lembro que a Ciência Médica é a mais humana das ciências e que o médico é um grande benfeitor da humanidade. De quando em quando, surge um médico como Juscelino Kubitschek, que hoje homenageamos aqui.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – E como Mão Santa, que preside esta Casa hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com muita honra, chamo para usar da palavra, para uma comunicação inadiável, o ex-Presidente da República Fernando Collor.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente. O Presidente Sarney, V. Ex<sup>a</sup> e Marco Maciel são três homens que exerceram com grandeza a Presidência da República deste País e que engrandecem este Senado da República. Lembre-se de que a justiça é uma criação divina. Deus entregou as leis a Moisés. O Filho de Deus, não tendo um som como V. Ex<sup>a</sup> vai ter, subiu às montanhas e disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Mas a justiça é humana: **errare humanum est**.

V. Ex<sup>a</sup>, absolvido pelo grande povo do Nordeste, de Alagoas, aqui representa aquele povo com grandeza. Testemunho ao povo do Brasil que votei em V. Ex<sup>a</sup> com a mesma convicção de quando eu hasteava a bandeira do Brasil e de quando eu era Prefeito de Parnaíba, e V. Ex<sup>a</sup> foi Presidente deste País.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo, mais uma vez, abordar a grave situação pela qual passa nosso país vizinho Bolívia, onde se expandem os fatores de instabilidade e desagregação.

O movimento autonomista das províncias ou dos Departamentos de Santa Cruz de La Sierra, Pando, Beni e Tarija tem aumentado sua intensidade nas últimas semanas. Santa Cruz de La Sierra deverá realizar, no próximo dia 04 de maio, sua consulta popular sobre o estatuto de autonomia. Em julho, prevê-se a realização dos outros referendos, no mesmo sentido, em Pando, em Beni e em Tarija. A essas ações departamentais, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o governo boliviano tem contraposto seu apoio à autonomia de povos indígenas, com fundamento na Declaração dos Direitos Indígenas das Nações Unidas. Tudo isso faz com que se mobilizem as centrais sindicais e também a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

No último dia 23, em Caracas, o Presidente da Venezuela reuniu, emergencialmente, os integrantes do seu governo, ocasião em que colheu incondicional apoio ao presidente boliviano. Esse apoio foi entendido e rebatido pela oposição boliviana como interferência externa indevida, o que conduziu ao aumento das tensões e à radicalização de posições.

Em sentido inverso, buscando neutralizar o acirramento dos ânimos, tem agido a Organização dos Estados Americanos (OEA). Formou-se o Grupo de Amigos da Bolívia, composto por Brasil, Argentina e Colômbia, sob a égide da OEA, para intermediar o diálogo entre o governo central e as províncias autonomistas. No dia 26 passado, o Conselho Permanen-

te da OEA convocou as partes ao diálogo, aceito por Santa Cruz de La Sierra, que, no entanto, manteve e mantém o referendo.

Embora tenha esperança nessas iniciativas diplomáticas, devo registrar, Sr. Presidente, que vejo com preocupação o aprofundamento dessas divisões regionais, sociais e étnicas no nosso querido país vizinho da Bolívia. Vejo, com preocupação, que é real a possibilidade de desagregação territorial do país vizinho.

Além dos efeitos negativos para o Mercosul, que são evidentes, e para a democracia na região, o que era de se esperar, duas ordens de conseqüências dessa instabilidade podem afetar-nos diretamente. De um lado, pode haver prejuízo ainda maior no fornecimento energético. Quero, mais uma vez, ressaltar o perigo também dessa tentativa do governo paraguaio de revisão do Tratado de Itaipu, algo que, a meu ver, o Governo brasileiro não deverá, em hipótese alguma, aceitar. Então, de um lado, há um potencial prejuízo em função do fornecimento de gás da Bolívia ao Brasil. De outro lado, há a vulnerabilidade dos nossos compatriotas que se estabeleceram na Bolívia e que contribuem para o progresso do país irmão na área fronteira.

O Brasil deve apoiar, no meu entender, as ações da OEA, mas, sobretudo, deve assumir sua própria responsabilidade como fator de equilíbrio e paz na América do Sul. Deve antecipar-se o Brasil e formar, com firmeza, a iniciativa de manter a estabilidade na região, evitando deixar aberto espaço que possa ser ocupado, de modo oportunista, por intervenções ilegítimas, intervenções que se norteiam, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por interesses meramente ideológicos e que podem prejudicar nosso objetivo maior de construir a paz e a solidariedade na América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa, pela sua deferência e pelas suas palavras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem-se revelado um estadista.

Na última sessão em que estive, todos nós aprendemos com as preocupações de V. Ex<sup>a</sup> a respeito da política energética de Itaipu. Agora, V. Ex<sup>a</sup> também traz preocupações sobre a democracia no vizinho Estado, irmão pobre, a Bolívia.

Quero dizer que quem melhor definiu a política – e vou falar de coração – foi Winston Churchill, que disse que a política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, só se morre uma vez e, na política, ressuscita-se.

A V. Ex<sup>a</sup>, nessa visão, eu queria dizer mais ainda. Tenho um filho, um líder e trabalhador. Conhecemos a política, conhecemos a política. Bem aí, Juscelino Kubitschek, o símbolo maior desta Pátria, traduz isso.

Fiz um livro, para que meu filho entendesse o que era política e para que ele, se quisesse nela entrar, fizesse isso sabendo o que era política. O título era **Política na Mão Certa: aforismos**.

Vi um artigo que nada tinha a ver comigo, que não era inspirado por mim. Mas eu o vi e disse: “Eu vou colocá-lo, porque ele vai acabar lendo.” Era sobre a Turquia. Na história da Turquia, conturbada – ela foi grande, de Constantinopla –, de repente, tiraram o rei. O país não tinha as instituições, de tal maneira que ele saiu do governo, e o levaram para a força. Os que assumiram o poder disseram: “Não, nós temos tradições. Vamos cumprir as tradições.” São esses golpes políticos. Então, disse: “V. Ex<sup>a</sup> tem direito a um pedido.” Aí, o rei disse: “Olha, vão atrás do meu filho e digam para ele nunca se meter em política.”

Mas nós, que somos lá do nosso Nordeste, aprendemos cantando:

Não chores, meu filho;  
 Não chores, que a vida  
 É luta renhida:  
 Viver é lutar.  
 A vida é combate,  
 Que os fracos abate,  
 Que os fortes, os bravos  
 Só pode exaltar.

V. Ex<sup>a</sup> é esse forte e bravo que o poeta quis traduzir.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, do Estado do Paraná.

Esse negócio é muito relativo, e eu já disse aqui que fui duro com o PT, em que votei em 1994. Mas não podemos ser tão duros!

Talvez, a melhor figura política do nosso País, do Paraná e do Senado seja Flávio Arns. Conhecemos Evaristo Arns, que foi aquele santo, e Zilda Arns, mas S. Ex<sup>a</sup> é o homem mais virtuoso. Por si, pela sua vida, pelos seus sentimentos, S. Ex<sup>a</sup> enriquece este Senado da República. A V. Ex<sup>a</sup> nossa eterna admiração!

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Atentai bem: S. Ex<sup>a</sup> é um homem tão puro e é do PT. Naquela novela das galinhas cacarejando, S. Ex<sup>a</sup> pulou e ficou atrás: “O quê? O Mão Santa nunca teve a intenção de atingir uma mulher!”. Olha aí! E é do PT. S. Ex<sup>a</sup> disse: “Eu mesmo já chamei minha mulher de galinha choca, porque ela fica com os meninos. É outra a intenção”. Quer dizer, S. Ex<sup>a</sup> é de uma pureza...

Foi a maior solidariedade que encontrei naquele dia. Muito obrigado. Use a tribuna pelo tempo que achar conveniente, Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Já que V. Ex<sup>a</sup> mencionou o assunto, algum esclarecimento tem que ser dado. Quando houve aquele episódio, aqui no Senado, em relação a “cacarejar”, eu havia dito – se bem que houve restrições em relação ao uso, isso nós expusemos a V. Ex<sup>a</sup> – que significa divulgar uma obra. No Brasil, muitas pessoas utilizam a expressão “uma galinha desnaturada bota o ovo e não cacareja”; ou seja, não divulga que botou o ovo, e ninguém vai descobrir o ovo, porque a galinha não cacarejou. Ao mesmo tempo, disse que existe uma expressão muito utilizada, em que as pessoas se referem a algumas mulheres: “parece uma galinha-choca”. Isso significa dizer que ela cuida tanto dos filhos, de maneira tão próxima, que parece que está cuidando de seus pintinhos. Porque a galinha, de fato, chama os pintinhos para junto de si, para cuidá-los da melhor maneira possível deles.

Houve uma discussão em torno da questão, e eu disse que conheço o Senador Mão Santa e que ele jamais seria capaz de ofender uma pessoa dessa maneira, muito menos uma mulher. São expressões utilizadas. Pode-se discutir a conveniência ou não de utilizá-las, mas jamais no sentido de ofensa. Isso teria de ser descartado. Apenas para esclarecer.

Mas, Sr. Presidente, gostaria também de destacar três coisas...

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Flávio Arns?

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Eu me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> pela altivez e por esse reparo histórico que faz à palhaçada que tentaram fazer aqui, dias atrás, com essa frase do Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> é do Partido da Ministra, sabe da importância da Ministra nesse processo e sabe que, em nenhum momento, o Senador Mão Santa tentou fazer qualquer ilação pejorativa em relação à Ministra da Casa Civil. Fez-se aqui tempestade em copo d’água.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Fez-se uma tempestade em um copo d’água.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Pois é; sem nenhuma necessidade, uma coisa completamente desproporcional. Eu me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> pela coragem e, acima de tudo, pela autonomia de recolocar, segundo a ótica de V. Ex<sup>a</sup>, as coisas no seu devido lugar. Seu ponto de vista mostra que V. Ex<sup>a</sup>

é um homem de bem e, acima de tudo, um homem independente, que não se deixa levar por determinados movimentos diversionista. Senador Cristovam Buarque, eu mesmo, quando vou a algum ambiente, a algum local, sem minha mulher. e as amigas comuns perguntam, digo, de maneira carinhosa: “Minha mulher parece uma galinha-choca. Gosta de estar ao lado dos pintinhos dela”. Das pintinhas, no caso, porque temos três filhas. Eu seria a última pessoa a fazer tal comparação em termos pejorativos, sabe bem V. Ex<sup>a</sup>. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo gesto.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Agradeço.

Como eu dizia, vou destacar três aspectos que aconteceram da semana para cá e que têm uma importância muito grande, eu diria, para muitos setores da sociedade.

O primeiro deles, e já me referi a ele desta tribuna na semana passada, foi a comemoração, no dia 23 de abril, quarta-feira última, do Dia Mundial do Escoteiro. É um movimento social, comunitário, sem fins lucrativos. São 70 mil escoteiros e escoteiras no Brasil e de 26 a 30 milhões no mundo.

E todos nós, Senadoras e Senadores, devemos, em nossos Estados, incentivar, apoiar de todas as maneiras possíveis o movimento, que é bom, é cidadão, é útil, faz as pessoas participarem em nosso País. É uma alegria para as famílias verem que seus filhos e suas filhas participam, com colegas da mesma idade, têm amigos, são bem orientados, discutem temas importantes relacionados com o meio ambiente; acampam, fazem programas de relevância para a sociedade.

Ontem, foi comemorado o Dia da Educação Nacional, como o Senador Osmar Dias mencionou. O escotismo é uma iniciativa de educação não-formal, não na escola, não em termos formais de escolaridade, mas de educação para a vida. O próprio conceito de educação significa isso. O prefixo “ex-” quer dizer “para fora”, o elemento “duc” quer dizer “conduzir”. Ou seja, conduzir de dentro para fora; conduzir a criança, o jovem, do seu potencial, da sua realidade, para uma ampla participação e inclusão na sociedade.

Destaco isso porque, no próximo ano, será realizado o Jamboree Nacional, o acampamento escoteiro nacional, na cidade de Foz do Iguaçu, no mês de janeiro. No ano retrasado, foi realizado em Brasília. No ano passado, o Jamboree Internacional, perto de Londres, em Chelmsford, no mês de julho, num evento que reuniu 45 mil jovens de todos os credos, de todas as raças, de todos os países, de todas as condições econômicas, e quase mil jovens brasileiros participaram desse evento.

Portanto, é o apelo que faço para o apoio não apenas dos Senadores e das Senadoras, mas de todo o Brasil, das Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas... Vamos ter um grupo escoteiro em nosso município. Por que só 60 ou 70 mil jovens no Brasil? Com a participação de todos, podemos ter 100 mil ou mais jovens participando de uma iniciativa que é importante, valorizada no mundo e tem que ser muito mais valorizada aqui no Brasil.

Sr. Presidente, o segundo aspecto é que, também na última quarta-feira, houve um debate amplo aqui no Senado sobre a Medida Provisória nº 410, de 2007, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 8, aprovado pela Câmara dos Deputados, e que virá ao Senado Federal. Ainda não foi lida a Medida Provisória aqui no Senado, mas será certamente votada – terá que ser votada – neste mês de maio.

A matéria trata da formalização das relações de trabalho no campo, onde 70% das pessoas, dos trabalhadores rurais, inclusive os da agricultura familiar, não têm suas relações de trabalho formalizadas. Portanto, a Medida Provisória prevê, entre outras coisas, que possa haver uma espécie de contrato de trabalho de curta duração, de no máximo dois meses, o que facilitaria, de acordo com essa ótica, a formalização da relação de trabalho. Existe a contestação por parte de movimentos, e nós temos que tomar muito cuidado com a redação e com o encaminhamento, porque isso poderia flexibilizar demais as relações de trabalho no campo.

Ao mesmo tempo, a Medida Provisória trata da questão da política nacional de habitação rural, com debates sobre se esses recursos podem vir do Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar – ou não, e trata também de outros aspectos como, por exemplo, a contagem do tempo para o segurado especial que, porventura, exerça alguma atividade, particularmente na entressafra, não na zona rural, mas, mas na zona urbana. Como isso pode ser contado para efeito da permanência no quadro de segurado especial para esta área?

Então, na quarta-feira da semana passada, fizemos uma reunião ampla, bonita, aqui no Senado Federal, com a participação dos Ministérios da Previdência, do Desenvolvimento Agrário, das Relações Institucionais, da Fazenda, do Trabalho, com a participação do Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da representação dos auditores fiscais, das assessorias de deputados, da Via Campesina, do MST, da Contag, da Comissão Pastoral da Terra, enfim, todos sentados durante quatro ou horas, numa reunião de trabalho para examinar e

discutir o texto do Projeto de Lei de Conversão aprovado na Câmara dos Deputados.

Quero dizer que esse foi um momento importante de debate, de discussão, de busca de caminhos, de se verificar o que pode ser feito em conjunto com a sociedade, com a presença do Governo, do Executivo, com a presença do Legislativo, para se encaminhar um projeto que possa convergir em função das necessidades da área. Foi um bom debate. Acho que é bom que a sociedade saiba, mas que, particularmente, o trabalhador rural e a pessoa da agricultura familiar estejam todos muito atentos ao encaminhamento, aos desdobramentos desse Projeto de Conversão aprovado na Câmara, porque isso vai afetar, com certeza, vários aspectos importantes, como é o contrato, a relação, a formalização e a contagem do tempo.

E o terceiro aspecto, Sr. Presidente, que eu gostaria de enfatizar é que nós tivemos ontem, já no Paraná, uma reunião muito importante para discutir o Projeto de Lei do Executivo nº 3.021, de 2008 – e para ele peço a atenção da sociedade toda também –, que objetiva estabelecer novas regras para o terceiro setor, para a obtenção de documentos públicos, entre eles o documento de filantropia, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Todos nós sabemos – eu já falei desta tribuna também – que o terceiro setor é fundamental, é uma riqueza que qualquer país tem. O primeiro setor é o público, o segundo setor é o privado e o terceiro setor é o comunitário, sem fins lucrativos.

Quando falamos de uma creche, de um asilo, das instituições para a pessoa com deficiência, das Apaes, da Sociedade Pestalozzi, das Co-irmãs, crianças e adolescentes – e nós vemos tantas crianças e adolescentes aqui presentes, nas galerias do Senado, os quais quero saudar também –, mas quando pensamos nesses setores, nas Santas Casas, nos hospitais filantrópicos, nós pensamos em entidades que fazem um trabalho exemplar, fundamental para o Brasil, na ausência ou na impossibilidade do Poder Público fazer o trabalho que a sociedade faz, em muitos casos muito melhor que o Poder Público. Então, a gente tem que cuidar desse terceiro setor, caprichar para que esse terceiro setor continue contribuindo com o Brasil.

Então, nesse sentido, este Projeto de Lei nº 3.021/2008, do Executivo, enviado ao Congresso Nacional, sem discussão alguma, como acontece habitualmente. E quero fazer esta crítica ao Executivo: os projetos são enviados ao Congresso Nacional sem

nenhum debate, sem nenhuma discussão com a sociedade ou com os parlamentares, nem da Base de apoio do Governo, quanto mais dos parlamentares da Oposição. Então, não existe qualquer entendimento ou qualquer diálogo anterior ao envio do projeto. Todos nós, na verdade, somos apanhados de surpresa com algum projeto de lei que atinge todo o terceiro setor do Brasil, e as pessoas perguntam: “O que é isto? Como foi feito? Qual a idéia que isto traz?” E nós dizemos que também não sabemos de nada porque estamos lendo o projeto nesse momento.

Esse projeto, então, tem, na verdade, muitas dificuldades. Por exemplo, uma entidade que atenda às pessoas na área da saúde, da assistência e da educação, como é o caso de uma Apae, por exemplo – e uma Apae atende educação, mas apóia a família na área da assistência, tem fisioterapia, tem fonoaudiologia... Uma Santa Casa, uma universidade, por exemplo, uma Pontifícia Universidade Católica (PUC) também tem pesquisa, tem ensino, tem extensão – extensão é o trabalho com a comunidade, o ensino é a educação; mas também muitas têm hospitais universitários. Onde é que começa a assistência, onde é que começa a educação, onde é que termina a saúde?

O projeto diz que, para cada área, a entidade teria que ter, de acordo com o projeto que está na Câmara dos Deputados, um CNPJ próprio, um CNPJ para a atividade de assistência, um CNPJ para a atividade de educação e um CNPJ para a atividade de saúde, ou seja, um esquadramento de um atendimento que tem que ser global. Nós temos que pensar, Senador Mão Santa, no ser humano. O ser humano precisa ser abordado na sua inteireza, na sua integralidade, e não dizer assim...

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Flávio Arns, se V. Ex<sup>a</sup> puder...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – (...) não, aqui nós estamos com assistência, aqui com saúde, aqui com educação. Se eu for à comunidade, não é assistência? Temos de debater com a sociedade esses aspectos todos.

Pois não, Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Flávio Arns, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, que cita exemplos de Apaes, de Santas Casas, V. Ex<sup>a</sup> que é um batalhador dessa área, que eu não tenho dúvida. Nós, tenho certeza de que o Senador Mão Santa também, fizemos o nosso aprendizado de Medicina tendo como hospital-escola as Santas Casas, e o que nós vimos lá foi exatamente o quê? Um atendimento

prioritário, quase que exclusivo para os pobres. Então, realmente são entidades que são de fato do terceiro setor. Agora, o que nós vemos hoje é uma verdadeira deterioração, para usar um termo mais leve, dessa área chamada terceiro setor e que, de organizações não-governamentais, passaram a ser organizações neogovernamentais, porque, na verdade, vivem às custas, única e exclusivamente, dos recursos do Governo, substituindo, de maneira desnecessária, em muitos casos, a ação do Governo. Por isso é importante que V. Ex<sup>a</sup> esteja abordando esse tema, inclusive do projeto, porque, quando eu presidi a primeira CPI das ONGs aqui, eu diria que a coisa mais importante que aquela CPI produziu, além de listar dez ONGs complicadas com irregularidades, foi a apresentação de um projeto que disciplinava o terceiro setor, em favor do terceiro setor. O que aconteceu? Nós aprovamos aqui no Senado, com alguma modificação, foi para a Câmara. Até hoje, Senador Flávio Arns, não andou. Agora, a segunda CPI das ONGs já está aprovando um outro projeto, antes mesmo de concluir seus trabalhos, vendo esse vácuo da legislação, mas nós não andamos nada. Agora V. Ex<sup>a</sup> aborda que o Executivo já enviou um projeto...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Já enviou para a Câmara dos Deputados.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Como disse V. Ex<sup>a</sup>, sem discutir com ninguém, nem com os aliados, nem com os opositores. Aliás, com opositor o Presidente Lula não discute nunca. Até quando se fala uma coisa certa para Sua Excelência, quando se é de Oposição, é um ataque a Sua Excelência. Lamento, porque o jornal *O Globo*, do dia 27, matéria de primeira página: “Governo terceiriza a ONGs política indigenista do País”. Terceiriza a ONGs. Será que é preciso fazer isso, Senador Flávio Arns? E que ONGs? Que critérios foram adotados para selecionar essas ONGs? Que ONGs são criadas exclusivamente para atender... E eu cito, no meu Estado, a CCPY, a Urihi, o CIR, que foram criados com o exclusivo objetivo de pegar dinheiro do Governo e “atender os índios”. É preciso, sim, uma regulamentação, para que o joio seja separado do trigo, para que as boas ONGs, as boas entidades como V. Ex<sup>a</sup> citou aí – as Apaes, as Santas Casas e tantas outras, não são apenas essas –, tenham realmente apoio. Não é proibido receber recurso público, desde que haja um processo minimamente transparente de licitação ou um tipo de triagem que veja se a instituição tem capacitação técnica; se tem realmente o fim filantrópico de que V. Ex<sup>a</sup> falou; se,

de fato, presta o serviço. Isso posto, vamos ajudar essas entidades, porque realmente, desde o início da História do Brasil, elas prestaram grande serviço ao País. Agora, do jeito que está, é ruim para as boas ONGs e é péssimo para o País, porque as ONGs picaretas ficam roubando dinheiro público.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Quero concordar com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que aprovamos, de fato, legislação aqui no Senado, que já está na Câmara dos Deputados há algum tempo, abordando esse tema.

Quando se fala, por exemplo, dos problemas que ocorrem com ONGs, quero dizer que é muito estranho uma Santa Casa, de fato, que tem uma tradição de mais de 100 anos no Brasil – no Paraná, a primeira Santa Casa tem mais de 100 anos – vir a Brasília para conseguir R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil. E, de repente, vê-se um processo de liberação a alguma ONG de R\$10 milhões. Claro que é estranho! E deve-se investigar não só a ONG, mas quem está repassando o recurso à ONG também. Não que seja, necessariamente, um problema. Pode haver um projeto, naturalmente, de âmbito maior, mas isso tem que ser investigado. Não há dúvida nesse sentido. Separar o joio do trigo.

Eu diria ainda que o projeto do Poder Executivo que chegou ao Congresso Nacional vai colaborar para a extinção das ONGs. Não podemos ter uma legislação que inviabilize o trabalho da sociedade que quer colaborar. É tão complicado, tão difícil, que se acaba inviabilizando o trabalho. Agora, o Executivo, ao lado da sociedade, tem todas as condições de fazer um acompanhamento, um controle, uma fiscalização, uma verificação, porque há 20 anos estamos no Brasil construindo um sistema de acompanhamento local, por meio do Conselho de Saúde, por exemplo, para ver se a entidade existe, se a entidade é séria, se atende aos doentes, se faz o trabalho, assinando embaixo.

O que se vê, no projeto de lei, é a iniciativa de dizer que a sociedade não vai participar desse processo – só o Executivo. Quer dizer, quem vai dar esse direito de a sociedade se organizar e participar serão os ministérios, ao contrário do que acontece atualmente, em que há conselhos paritários com a participação do Governo e da sociedade.

Mas, Senador Mozarildo – V. Ex<sup>a</sup> está bem ligado a isso –, qual é o princípio? O princípio é o de que o terceiro setor é importante, é fundamental. Temos que separar o joio do trigo; temos que saber o que as entidades fazem; temos que acompanhar e fiscalizar –

isso falta no Brasil. As entidades sérias querem isso. E, ao mesmo tempo, criar os mecanismos para que isso aconteça de uma maneira adequada. Temos de discutir, pois o Projeto de Lei nº 3.021 é preocupante.

Enfim, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a concessão do tempo, mas só quero lembrar à sociedade a importância de deixarmos de ser espectadores. Todos aqueles que são sérios no terceiro setor deixarmos de ser espectadores para sermos protagonistas da proposição de uma legislação que atenda às necessidades da área. Temos de tomar cuidado, fazer uma leitura muito atenta do Projeto de Lei nº 3.021, de 2008.

Aos trabalhadores rurais, à agricultura familiar, para saberem que os movimentos representativos dessa área estão bem atentos, participando do debate e das discussões aqui no Senado sobre o Projeto de Conversão nº 8, que trata da formalização das relações de trabalho no campo e do apoio que nós queremos ver concretizar-se no Brasil em relação a uma das melhores coisas que pode haver em termos de amizade para os filhos, de iniciativas, de boa orientação, de educação, de meio ambiente, que é o Movimento dos Escoteiros do Brasil. Completou 101 anos de existência, 98 no Brasil, e que a gente possa, a partir desse 23 de abril, que foi o seu dia mundial, dizer: “Olha, vamos expandir isso em todos os Municípios do nosso Brasil, que vai fazer bem para todas as crianças, jovens e para os adultos que vão trabalhar com essa mocidade do nosso País”.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Flávio Arns, queríamos estar solidários com a defesa dos movimentos de escoteiros – realmente, acho que nossa mocidade está precisando disso – e das instituições voluntárias, que estão a desaparecer, em virtude dessas ONGs que visam a buscar só dinheiro.

Quero dar um testemunho. Em 1984, no Piauí, houve uma das grandes enchentes, e uma rádio da qual eu era proprietário fez uma campanha de doação, de solidariedade. O Rei do Ouro morava em Parnaíba, Zé Arara – ele é lá do Pará, de Itaituba. Ele deu tanto dinheiro, que tive de sair do meu consultório para administrá-lo, com medo de o dinheiro ser desvirtuado. Eu saía. Consegui umas viaturas. Meu irmão era presidente... Distribuíamos leite e pães, e o apoio e a solidariedade eram dos escoteiros.

Penso que esses foram os melhores momentos da minha vida pública. Eu fechava o consultório às 5 horas. De repente, a sociedade doou muito dinheiro. O Zé Arara, empresário do ouro de Itaituba, deu

um cheque, e a Rádio Igarapu fez essa campanha de solidariedade. A gente comprava leite e pão e os distribuía com o auxílio dos escoteiros da cidade de Parnaíba. É um movimento altamente disciplinado, educador.

V. Ex<sup>a</sup> tem de fazer renascer isso, porque estou dando o testemunho de como esse movimento é útil à formação da nossa juventude. Mais uma vez, meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias, também do Paraná. Hoje, todo o Paraná já desfilou aqui: Osmar Dias, Flávio Arns e, agora, Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que V. Ex<sup>a</sup> fala da juventude, de que o Senador Flávio Arns também falou, trago a Carta de Intenções da Juventude do PSDB para a Conferência Nacional da Juventude. Aliás, muito a propósito, Nelson Mandela afirma: “Recuso-me a discutir o futuro sem a presença daqueles que o viverão”.

A juventude está em Brasília nessa Conferência Nacional, discutindo o futuro do nosso País. Trago, para registro nos Anais do Senado Federal, esta Carta de Intenções da Juventude do PSDB, que, entre outras bandeiras, sustenta: erradicação da extrema pobreza e fome; universalização do Ensino Básico Fundamental de qualidade; igualdade de gêneros e de raça; garantia da sustentabilidade ambiental; inclusão do meio ambiente nas políticas sociais. São algumas das bandeiras que a Juventude do PSDB traz a Brasília nessa Conferência Nacional.

Lembram os jovens do meu Partido uma frase de Franco Montoro, essa liderança extraordinária que fundou o PSDB e que deixou muitas saudades com seu falecimento. Dizia Montoro: “A história não está escrita. Ela está sendo escrita, e os jovens não são meros expectadores dessa história. O futuro começa hoje, e ele se chama juventude”.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que autorize a divulgação, nos Anais da Casa, desta Carta da Juventude do Partido da Social Democracia.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)*

## Carta de intenções da JPSDB para a Conferência Nacional de Juventude.

### SECRETARIADO NACIONAL DE JUVENTUDE Brasília, 27 de abril de 2008

As Políticas Públicas de Juventude são um conjunto de ações voltadas aos jovens, que as consideram agentes fundamentais no processo de construção do estado. E nele o jovem deixa de ser apenas espectador e passa a atuar na edificação de um novo Brasil. Ou seja, sai da condição de "problema" e assume o papel de "solução".

Tal transformação necessita de órgãos gestores de políticas públicas de juventude, assim como a existência de outros órgãos de controle social, como os conselhos de juventude.

No Brasil, o primeiro órgão dedicado aos jovens foi criado na gestão do Governador Franco Montoro, fundador do PSDB, no estado de São Paulo. Montoro compreendeu, dentro das suas atribuições políticas, a importância de valorizar um espaço próprio para a participação juvenil. Assim, o PSDB foi o partido na criação de Políticas Públicas de Juventude.

O PSDB é, e sempre foi, um partido com forte preocupação social. Ele nasceu tendo essa motivação como principal e como um partido próximo ao pulsar das ruas. Os que tentam definir o PSDB como um partido de motivações sociais ignoram os fatos e tentam reescrever a história a seu favor. A juventude é a torção política de nosso partido e basta conferir: os seis estados administrados por tucanos possuem órgãos de juventude, sendo eles Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Roraima e Mato Grosso do Sul.

Em Minas Gerais a Superintendência de Juventude foi criada pelo Governador Aécio Neves, muito antes da instalação da Secretaria Nacional do governo atual. Em São Paulo existe uma Secretaria de Esportes e Juventude desde a gestão do Governador Mário Covas. As PPJs são frutos de gestões tucanas. E foi a Juventude do PSDB a primeira, entre todos os partidos, a criar uma cartilha sobre PPJ foi a JPSDB.

Infelizmente, vivemos um período de espetacularização da política. Há discurso demais e ações de menos, em especial no âmbito federal. Um governo que se apropria das boas realizações do governo anterior, enquanto credita toda a culpa das mazelas nacionais na conta da oposição.

Vamos recapitular: Agente Jovem, Saberes da Terra e Escola da Fábrica. Todos os programas criados no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, modificados de maneira mínima e agregados com nova roupa no rebatizado Pro Jovem. Novamente, o governo atual não constrói, apenas passa uma nova camada de tinta em realizações alheias.

Quem participa desta conferência deve saber: os avanços existentes na área de juventude no âmbito da política brasileira começaram no governo FHC.

A Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, estimulará a JPSDB a oferecer idéias novas e adequadas ao mundo globalizado e agitado que vivemos.

As propostas de PPJ defendidas pela JPSDB nesta conferência são focadas nas necessidades básicas para a construção de uma sociedade livre, democrática, igualitária, justa e sustentável, onde todos os jovens tenham condições iguais de desenvolvimento social.

Prioritariamente, ressaltamos a importância da criação do **FUNDO NACIONAL DE JUVENTUDE**, o que daria aos jovens a chance de ter políticas públicas planejadas e focadas na juventude. Este fundo seria composto a partir de repasses de recursos federais para órgãos gestores de Juventude em nível Estadual e Municipal.

A seguir, apresentamos outras propostas defendidas pela JPSDB:

## O que defendemos !!! Políticas Públicas de Juventude

### - Erradicar a Extrema Pobreza e Fome:

Erradicar a pobreza e a fome não é sinônimo de dependência do estado. É preciso capacitar cidadãos para caminhar com as próprias pernas - o que significa escola pública de qualidade e economia saudável e competitiva que ofereça oportunidades.

### - Universalização do Ensino Básico / Fundamental de Qualidade

A garantia de que todos os jovens terão condições iguais de desenvolvimento parte da premissa de que estes sejam igualmente qualificados. O governo federal se dedica exclusivamente a discutir sobre o ensino superior, minimizando a importância do Ensino Básico e Fundamental. Com um ensino Básico e Fundamental de qualidade, as questões que afligem o ensino superior seriam diminuídas consideravelmente.

A JPSDB entende que a prioridade deve ser o Ensino Básico / Fundamental, sendo o segundo preferencialmente técnico, para que o jovem na faixa dos dezoito anos esteja capacitado a garantir sua própria renda através de um primeiro emprego.

### - Igualdade de Gêneros e Raça

A diversidade é uma constante na juventude. Respeitar as diferenças e garantir a igualdade de gêneros e raça é uma bandeira social que a JPSDB defende, defendeu e sempre defenderá, baseada no que defende a constituição.

### - Garantir a Sustentabilidade Ambiental: incluir meio-ambiente nas políticas sociais

A JPSDB entende que para garantir a Sustentabilidade Ambiental é possível a partir da implementação de políticas de planejamento familiar, redução de consumo, preservação ambiental, saneamento básico universal, reciclagem, efetivação do transporte público e controle de poluição. Abraçar a causa ambiental é pensar jovem.

*"A história não está escrita. Ela está sendo escrita e os jovens não são meros espectadores dessa história. O futuro começa hoje e ele se chama JUVENTUDE"*

Franco Montoro

**Conheça o Partido da Social Democracia Brasileira**

[www.psdb.org.br](http://www.psdb.org.br)

Acompanhe a Juventude do PSDB

[www.jpsdb.org.br](http://www.jpsdb.org.br)

SGAS Qd. 607, Ed. Metrópolis, Mód. B, Cob. 02, CEP 70.200-670, Brasília-DF.

PABX: (61) 3424-0500; Fax: (61) 3424-0515

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento, Senador Alvaro Dias.

Recentemente, tivemos um belo ensinamento. Brasília, aos 48 anos, recebeu seu maior presente, e este veio de sua mocidade estudiosa: os jovens resolveram dar um basta à corrupção, à falta de ética, à falta de decência. Eles mesmos deram um grande exemplo para todo o País. Não foi um fato ligado somente à Reitoria da Universidade criada por Darcy Ribeiro e tão bem dirigida por Cristovam Buarque: foi um grito da mocidade, que não aceita mais a corrupção. Aliás, grito anterior foi dado muito antes pelo Presidente do meu Partido que está encantado no fundo do mar, Ulisses Guimarães, que bradara: “A corrupção é o cupim que mais corrói a democracia!”. Essa mocidade deu um brado aqui. Brasília passou a ser, realmente, a grandiosa Capital de todos nós, brasileiros, porque vimos, no exemplo da mocidade brava, uma campanha pela ética, pela decência e pela dignidade.

Convidamos para usar da palavra um Senador do PDT que é professor – ontem foi o Dia da Educação –, que é do Partido de Darcy Ribeiro e seu continuador na Universidade de Brasília e que desempenha papel inspirador para a Educação neste Senado da República, Senador Cristovam Buarque.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar o tempo que achar conveniente.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, que preside esta sessão.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, não sei se os Senadores, os Deputados, os Ministros e o Presidente da República costumam assistir ao Programa do Faustão no domingo à tarde. Não sei quantos dos líderes nacionais costumam assistir a esse programa. Se são poucos, quero dizer que, pelo menos neste domingo, foi uma pena terem perdido uma parte desse programa na qual esse apresentador trouxe para a televisão um jovem de Jabotão, Senador Jarbas Vasconcelos, filho de um pobre homem daquela cidade – além da renda do Bolsa-Família, tem uma renda inferior a um salário mínimo – que teve a lucidez de fazer com que seus filhos estudassem.

Não sei quantos de nós, líderes, assistimos ao programa e não sei quantos de nós temos a percepção da importância da lição que, naqueles poucos minutos, aquele homem pernambucano passou para nós, os líderes deste País. O que ele mostrou, com clareza rara, por meio das imagens que o apresentador Faustão colocou no ar, é que é possível fazer o milagre, Senador Mão Santa, de, no meio da pobreza, faltando comida,

como ele disse, as crianças não pararem de estudar. E o mais importante é que, mesmo faltando comida em casa, eles – o pai e a mãe – não colocaram as crianças para trabalhar na hora de eles estudarem.

Foi uma lição para o Brasil, uma lição que nos deve fazer refletir. Essa família é um exemplo de como sair da pobreza, Senador Mozarildo, mas fico pensando em quantos outros Esaús, que é o nome daquele menino, existem perdidos neste imenso território brasileiro, no meio da imensa população brasileira. Quantos outros meninos não teriam o mesmo futuro se fosse possível seus pais darem a eles o apoio que aqueles deram! O menino entrou na Faculdade de Medicina em primeiro lugar, fez outros vestibulares e passou também. Só que não dá para a gente acreditar que milhões de pais e de mães vão ter essa percepção, essa sensibilidade; isso é querer demais. Não foram dados estudos a essas mães e a esses pais; um ou outro desperta para a importância de estudar.

Creio que devemos nos perguntar, Senador Mão Santa, o seguinte: será que o programa Bolsa-Escola, como era, e mesmo o programa Bolsa-Família – ele não cobra, mas está lá na lei – não tiveram um papel importante no despertar da família? Será que esse pai e essa mãe teriam percebido a importância da educação sem esse empurrãozinho que o Bolsa-Escola e o Bolsa-Família deram? Será que, sem esse empurrãozinho, teria havido a tomada de consciência por parte dessa família? Talvez, não.

O fato é que não dá para a gente exigir que outros pais e mães façam o mesmo. Daí minha pergunta: quantos de nós assistimos a esse programa? Quantos de nós vimos essa parte do programa? Quantos de nós despertamos para nossa responsabilidade de nos tornarmos – não vou dizer os pais – os tios das crianças brasileiras? Cada Deputado, cada Senador, cada funcionário público de nível superior, o Presidente da República, todos nós deveríamos tratar cada criança brasileira como se fosse nosso sobrinho ou nossa sobrinha, com a preocupação devida. O que aquele pai fez o Brasil pode fazer também; o Brasil pode fazer, para 42 milhões de crianças, o que aquele casal de Jabotão fez para seus filhos.

Se você observa a renda nacional como se fosse o salário daquele pai e daquela mãe, você vai ver que a renda nacional é maior para cada família do que o salário que aquele pai tem. Mas vamos deixar de lado a renda nacional. Se observarmos a renda do setor público brasileiro, que vai chegar em breve a R\$1 trilhão, e a dividirmos pelo número de famílias, em torno de quarenta milhões, vamos ver que a renda para cada família é maior do que a renda que aquela família de

Jaboatão tem. E eles conseguiram, com aquela pequena renda, manter seus filhos.

O que quero dizer é que nós temos a renda. Este Congresso, o Presidente da República, o Poder Judiciário, nós – muito mais do que aquela família – temos nas nossas mãos dinheiro suficiente para atender todas as famílias brasileiras.

A gente precisava aprender com aquele pai, a gente precisava aprender com o que ele disse: “Falta tudo na minha casa, mas não falta tempo para meus meninos estudarem”. E a gente não faz isso. Para boa parte das crianças brasileiras, falta tempo para estudar. Isso acontece, porque a parcela pobre tem de trabalhar, e a parcela rica tem diversões que a desviam da educação.

A gente poderia enfrentar isso. Poderíamos tratar as crianças do Brasil como se fossem nossos filhos ou nossos sobrinhos e, com isso, tentar dar-lhes tempo para estudarem em vez de trabalharem ou de nada fazerem.

Mas não basta usar o tempo. É perfeitamente possível dar um aumento substancial aos professores brasileiros e, ao mesmo tempo, exigir deles mais dedicação. Não é difícil fazer isso. A renda nacional permite isso perfeitamente, a renda do setor público permite isso perfeitamente. Falta em nós, começando pela Presidência da República e pelos outros Poderes, a vontade de tratar as crianças como aquele casal trata seus filhos.

É possível dar tempo para as crianças estudarem, é possível remunerar bem o professorado, fazer com que este se dedique e se prepare. É claro que há dinheiro para comprar todos os livros necessários, todos os computadores necessários.

Aquela família conseguiu comprar livros. Aparece na televisão aquela família numa casa absolutamente irreconhecível como casa, e os livros estavam na parede. Se aquela família, com R\$140,00, com R\$58,00, do Bolsa-Escola – são R\$200,00 –, e com mais um dinheirinho que a mãe arranja vendendo coisas na feira, consegue ter livros em casa, por que há famílias sem livros em casa, quando nosso Estado é rico, quando nossa Nação é rica, pelo menos mais rica do que aquela família de Jaboatão dos Guararapes?

Se há equipamentos nas escolas, professores bem remunerados e dedicados, crianças com tempo, construir os prédios custa quase nada, até porque os prédios a gente constrói uma vez, e uma boa escola pode durar 30 anos ou 50 anos. As que Dom Pedro fez estão aí há mais de 100 anos.

Se a gente considera que o Brasil é uma grande família e que o Presidente da República, os Deputados e os Senadores são os chefes dessa família, temos

recursos maiores do que aquela família teve para poder colocar seu filho na escola. Por que não fazemos isso? Porque não tratamos o Brasil como uma família, Senador Mozarildo. No Brasil, não vemos o conjunto da sociedade brasileira como uma grande família. Aquela família pobre, paupérrima, sozinha, consegue ver a importância da educação para seus filhos, mas nós, que somos os chefes da imensa família brasileira, não vemos essa importância, porque não tratamos a grande família brasileira como uma família. Alguns até a tratam como povo; outros, como população; outros, como habitantes. Mas não os tratamos como irmãos, não os tratamos como primos, não a tratamos como família.

Este sentimento é que está faltando: o sentimento de familiaridade do conjunto da sociedade brasileira como uma só família, não como quarenta milhões de famílias, cada uma do seu lado, todas elas pulverizadas, e, de vez em quando, uma que encontra seu caminho, como a família do Esaú e outras famílias perdidas.

Temos de fazer o que a Senadora Heloísa Helena dizia aqui – sinto saudades dela nesta Casa – quando falava que o Brasil só precisava de uma coisa: adotar uma geração de crianças. A Heloísa Helena falava isto: “Adotemos uma geração de crianças, que o Brasil não terá mais problemas no futuro, porque essa geração adotada vai encontrar o rumo e vai construir um Brasil diferente!”.

Mas nós nos negamos a fazer como o pai do Esaú; nós nos negamos a fazer como o Severino da Silva; nós nos negamos a fazer como ele fez com seu filho, porque não tratamos os filhos das famílias brasileiras como se fossem nossos filhos. Não os tratamos assim. Nós os olhamos com um certo desprezo, com descuido, como se essa não fosse nossa responsabilidade.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Sr. Presidente, obrigado pela generosidade, porque V. Ex<sup>a</sup> colocou cinco minutos.

Nós não temos essa generosidade quando tratamos das crianças brasileiras. Não, senhor! Digo “nós” no sentido plural – eu, inclusive. Não falo “nós” no sentido de esconder nada. Nós não estamos tratando a questão com o sentimento de adotar uma geração de brasileiros.

Por isso, uma família, quando consegue fazer aquilo, vai para a cadeia nacional, graças à sensibilidade de um apresentador de televisão no seu programa de domingo à tarde. É exceção, é raridade. Aquele não é um fato comum. E não vai ser um fato comum se deixarmos a critério de cada família, a não ser que esperemos 20 anos, 30 anos, 50 anos, até que todas

as famílias brasileiras despertem, sejam capazes da generosidade – veja que a família tem generosidade entre si! – de o pai trabalhar mais para que a criança não trabalhe. A gente não faz o mesmo com as crianças do Brasil inteiro.

Gastamos quanto aqui? Quanto se gasta com os cartões corporativos, como se fala? Quanto se gasta em desperdício em diversos setores da vida nacional? Por que, na hora de decidirmos o Orçamento, submetemo-nos às pressões corporativas daqueles que usam gravata, calçam sapato, sejam líderes empresarias ou sindicais, que vêm aqui pedir e conseguem arrastar de nós?

Há muitas semanas, há uma greve nacional de uma categoria que está pedindo o piso salarial de R\$11 mil. De onde vêm esses recursos? Vêm dessa grande massa de recursos que tem a Nação brasileira. Aqui dentro, fala-se, de vez em quando, em aumento salarial dos nossos salários. Aqui dentro, fala-se de incorporar a verba indenizatória como parte do salário, desviando sua finalidade de financiar as atividades da defesa das bandeiras, para a gente defender como se fosse nosso próprio salário.

A gente não trata os outros como parte da família. A gente não tem a generosidade de tratar as crianças brasileiras como se fossem parte da grande família. Temos a obrigação, como pessoas eleitas, como líderes nacionais, de vê-las como parte da nossa família.

Aquele programa, Senador – e termino –, tocume, porque mostrou que uma família pode fazer sua revolução e que, logo, uma nação também pode fazer sua revolução. Um pai de família pode fazer sua revolução; logo, o Presidente da República, os Parlamentares, os Ministros, nós juntos podemos fazer uma revolução. O programa mostrou que aquele fato é tão inusitado na sociedade brasileira, que merece ir para a cadeia nacional. Se todos os pais fizessem o mesmo, nenhum apareceria em tevê nacional. Logo, vamos fazer com que esse inusitado de uma família se transforme no normal de todos. E aí só há um jeito: nós, os líderes nacionais, o setor público brasileiro fazermos o que a Heloísa Helena defendia, ou seja, adotarmos uma geração de brasileiros. Devemos adotarmos todos os Esaús deste País, como o pai e a mãe dele fizeram com que eles fossem adotados, no sentido não apenas de nascer, mas de serem cuidados; não apenas de serem cuidados no presente, mas de serem cuidados, olhando para um futuro, para um projeto nacional. E isso só pode ser feito por meio da educação, como aquele pobre homem de Jaboatão dos Guararapes percebeu e executou na sua casa. E nós não estamos conseguindo fazer isso na nossa casa chamada Brasil.

Foi muito oportuno esse programa, ainda mais que tenha sido transmitido na véspera do Dia da Educação, que estamos comemorando hoje. Que seja o Dia da Educação não apenas de um Esaú, mas de todos os Esaús; não apenas liderado por um pai e por uma mãe, mas liderado por este País, por nós, que ganhamos as eleições para fazer essa liderança!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Professor Cristovam, outros programas só vão vir se for mantido o ensino público. O Brasil está caminhando para o ensino privado. Aí, nenhuma família vai ter mais esse sonho.

V. Ex<sup>a</sup> governou este Estado. Eu quero dizer que o dia mais feliz do meu Governo foi quando eu vivi uma cena como essa. Eu criei, no Estado do Piauí, uma faculdade de medicina – o Mozarildo sabe o que significa isso. Então, eu resolvi anunciar os aprovados no Palácio. De repente, uma senhora começou a gritar: “Meu filho vai ser doutor igual ao Governador! Meu filho vai ser doutor igual ao Governador!”. Aquela confusão no meu discurso. Eu disse: “Minha senhora, cadê seu filho?” Ela disse: “Não, ele não veio, porque ele não tinha coragem. Eu sou lavadeira. Eu vim, porque acreditei”. Eu falei: “Pois, então, vamos ali ao gabinete, para telefonar”. Ela não tinha telefone. E os vizinhos? “Também não têm. Eu moro num bairro pobre”. Eu vi isso. Eu senti, mas estávamos a oferecer uma universidade pública de medicina no Piauí.

Se o ensino público acabar, jamais teremos outros programas. Está crescendo o ensino privado para os ricos. Eu não sou contra, mas não vamos ter mais programas como esse do Faustão.

Era o que eu tinha a acrescentar. O próximo orador inscrito é o Senador Mozarildo. Depois, como Líder – estamos alternando –, o Senador Alvaro Dias. Estão inscritos o Senador José Agripino e o Senador César Borges, como Líder.

O Senador Mozarildo Cavalcanti representa com muita grandeza o Estado de Roraima e foi o primeiro a denunciar a corrupção das ONGs neste País e o Senador Heráclito Fortes aproveitou e pediu uma CPI.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria hoje de vir a esta tribuna para falar exaustivamente sobre uma grande iniciativa do Senado Federal em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral que foi o lançamento deste importante e, até certo ponto, simples livrinho intitulado Guia do Eleitor Cidadão para as eleições de 2008. Mas não vou fazê-lo hoje. Quero apenas fazer o registro da importância desse gesto.

Gostaria, também, Senador Mão Santa, de falar hoje sobre esse tema que está aqui no verso do jornal do Conselho Federal de Medicina que diz, com a imagem da luz de uma ambulância: “A classe médica alerta: a saúde pública precisa urgentemente ser tratada com respeito”. Na capa do jornal, em vermelho, está aqui: “SOS, o SUS pede socorro”.

Gostaria muito de me aprofundar nesse tema hoje. V. Ex<sup>a</sup>, que também é médico, sabe da veracidade e da importância desse assunto, que, aliás, é repetido pelo informativo do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, que diz: “SUS – chegamos ao limite.”

É preciso efetivamente que o Governo encare essa questão com seriedade. A Emenda nº 29, que aprovamos aqui, terá de ser votada de novo, por questão de um equívoco na aprovação de uma emenda apresentada. Espero que o Governo não coloque aqui a sua maioria para derrubar essa emenda e agravar ainda mais a questão do SUS, porque a Emenda nº 29 é a que garante os recursos para a saúde sem ma-landragem de CPMF, de tirar depois uma parte para uma coisa e outra parte para outra coisa, assaltando o bolso do cidadão.

Gostaria também de falar sobre um evento interessante que está ocorrendo hoje e amanhã em Londres, Senador Renan Calheiros. O Príncipe Charles, da Inglaterra, convidou os Governadores da Amazônia para conversar e discutir sobre a Amazônia e ver como a trataremos, inclusive dispondo-se a ser interlocutor e a financiar a permanência das florestas. Ora, esse é um assunto que a mim, como homem que nasceu na Amazônia, efetivamente da Amazônia, me arrepia. É aquela história de que, quando a esmola é grande, o santo desconfia. Não dá para entender que os ingleses sejam tão bonzinhos. Eles serão tão bonzinhos como foram na época de Dom João VI, protegendo-o para vir para cá, porque não queriam que a França tomasse Portugal, mas, chegando aqui, Dom João VI abriu os portos e se endividou com a Inglaterra de maneira astronômica? É preciso pensar nisso.

Mas não tenho tempo para falar nisso hoje. Quero falar hoje, Sr. Presidente, sobre o tema que está na primeira página do jornal **O Globo** do dia 27, anteontem: “Governo terceiriza a ONGs política indigenista do país”. Quer dizer, o Governo entregou para ONGs a política de cuidar dos índios do País. E diz mais: “A Funai administra 488 reservas que ocupam 12% do território nacional”. Para cuidar, portanto, de 740 mil índios e de reservas que ocupam 12% do território nacional, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Governo Federal entregou a

incumbência às organizações não governamentais, que não dão conta dos problemas. Aliás, não foram feitas para deles dar conta, não, Senador Mão Santa; foram feitas para roubar. Essas ONGs foram feitas para roubar mesmo.

Fico muito feliz de ver um jornal do tamanho e da importância de **O Globo** dedicar, numa edição, sua primeira página e sua terceira página inteira, com fotografias, a esse assunto. Está aqui: “ONGs dominam política indigenista”; “Governo repassa centenas de milhões para organizações e está ausente das aldeias”; “Abandono à porta da Funai”. Aqui, mostram-se índios passando fome em Brasília, mendigando coisas na Funai. Depois, na página seguinte, o jornal diz: “Guaranis-caiuás enfrentam violência e desnutrição”.

Então, Sr. Presidente, primeiramente, quero pedir que V. Ex<sup>a</sup> autorize a transcrição, na íntegra, dessa matéria do jornal *O Globo* como parte integrante do meu pronunciamento. Não vou ler toda a matéria e peço que os brasileiros e as brasileiras que me assistem pela TV Senado e que me ouvem pela Rádio Senado tenham o cuidado de lê-la, pois é muito importante. Tenho a certeza de que, se formos aprofundá-la, vamos ver a que ponto chegamos: 12% do território do Brasil – não é pouca coisa, são 12% para 740 mil índios –, na verdade, foram levantados, delimitados e demarcados por ONGs, inclusive internacionais. E o que faz o Governo, Senador Mão Santa? Repassa, a cada ano, cada vez mais dinheiro.

Tive a curiosidade de fazer um levantamento ainda preliminar – e vou-me aprofundar nisto. Em 2003, no primeiro ano do Governo Lula, foram repassados do Orçamento para a política indigenista R\$184.588.522,00 – vejam bem! –, para atender a menos de 0,5% da população brasileira. Entregaram esses recursos para ONGs. Se ainda fossem entregues para os índios, eu diria que tudo bem. Mas não! Foram entregues para ONGs R\$184 milhões no ano de 2003.

Sabe quais foram os programas, Senador Mão Santa? Etnodesenvolvimento das sociedades indígenas. O que é etnodesenvolvimento? É o desenvolvimento das etnias. Mas que etnia foi desenvolvida por meio de algum trabalho de ONG? Não, eles estão é desescrevendo a história. Índio que nunca usou uma tanga agora está usando; índio que nunca usou um cocar agora está usando; índio que nunca se pintou de guerra agora está-se pintando. É esse o etnodesenvolvimento no qual o Governo gastou, em 2003, R\$184 milhões?

Para território e cultura indígena, foram destinados R\$36 milhões. Território e cultura indígena!? Mas que cultura indígena? Respeito que aqueles que ain-

da têm realmente uma cultura, como os Yanomamis e poucos outros, querendo, preservem, mas, se quiserem evoluir no sentido de se integrar à sociedade, que também tenham o direito de fazê-lo. Mas não concordo que alguém, que alguns “ongueiros” queiram lhes impor como devem viver.

Há mais outro item interessante que eu não havia visto: ensino profissional diplomático para os índios. Ensino profissional diplomático para os índios!? Gastou-se nesse item até que pouco: foram R\$50 mil em 2003.

Vamos em frente. O mais interessante, Senador Mão Santa, é que, quando se passam essas quantias para os Estados, elas não são grandes. E quando isso é passado nacionalmente? Vou citar, por exemplo, os Estados. Pernambuco recebeu R\$137 mil; o Rio de Janeiro, R\$204 mil. Mas, no âmbito nacional, foram R\$184 milhões em 2003. Vamos em frente. Em 2004, pulou de R\$184 milhões para R\$208 milhões o Orçamento para as ONGs que cuidam dos índios, porque a Funai, a cada dia que passa, está sendo desmantelada. Não há concurso para compor o quadro de funcionários da Funai, não há concurso para formar pessoas encarregadas e habilitadas para cuidar dos índios. Há terceirização, como diz o jornal **O Globo**, para entidades que não têm capacitação e que são, no fundo, no fundo, apenas gigolôs de índios. Vamos em frente.

Em 2004, há algo interessante, de novo: Estados como o meu receberam zero real, mas, em âmbito nacional, foram R\$207 milhões. Aí é onde se embute, Senador Renan, o dinheiro pago ao Conselho Indígena de Roraima, à Comissão para Criação do Parque Yanomami (CCPY), à Urihi, que roubou R\$60 milhões só em um ano.

Vamos para o ano de 2005: foram R\$261 milhões. Aí de novo vêm os itens: identidade étnica e patrimônio cultural dos povos indígenas, R\$209 milhões; proteção das terras indígenas, gestão territorial e eco-desenvolvimento, R\$39 milhões; ensino profissional diplomático...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)** – Isso significa que já se estão criando nações mesmo. Então, precisa-se de uma diplomacia para formar os futuros embaixadores dessas nações futuras.

Este é outro item: saneamento rural, R\$11 milhões. Nunca vi saneamento rural em nenhuma comunidade indígena. E olha, Senador Renan, que andei em Rondônia, em Mato Grosso do Sul, em Roraima, onde conheço todas elas, e não conheço uma com sa-

neamento rural. Entendo que saneamento rural deve ser saneamento básico: fossas assépticas, instalações para água encanada, etc.

Em 2006, Senador Mão Santa, foram R\$346 milhões; em 2007, R\$362 milhões. Senador Mão Santa, se realmente esse dinheiro fosse aplicado e revertido em favor da educação, da saúde, da proteção do ser humano índio, adulto, jovem e velho, eu, como médico, estaria aplaudindo – como brasileiro, eu aplaudiria mais e, como amazônida, mais ainda –, mas isso não é verdade. Tanto isso não é verdade, que, agora, o jornal **Correio Braziliense** publica: “Pente fino em convênios”. Aqui, o jornal se refere ao convênio com a editora da Universidade de Brasília (UnB). A UnB tinha um convênio com a Fundação Nacional de Saúde para dar assistência à saúde aos índios Yanomamis no oeste de Roraima e do Amazonas. Ora, qual é a lógica de contratar a UnB se há uma universidade federal em Roraima? Por que não se contrata essa universidade, se ela tem curso de Medicina e já formou vários médicos? Por que não se contrata essa universidade? Poderia contratar o Estado. Mas, se se suspeitava do Estado, que se contratasse a universidade! Por que não se contratam os militares que estão lá com dois pelotões dentro da área indígena Yanomami? Por que não os contrata?

Quem é brasileiro é suspeito, mas ONGs transnacionais não são suspeitas. É por isso, é por essas e por outras, Sr. Presidente, que quero aqui dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan, que, na demarcação da reserva Raposa Serra do Sol – e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, porque foi Ministro da Justiça –, houve pressão dessas ONGs comandadas – não tenho medo de dizer – pelo Conselho Indigenista Missionário, que é um braço da Igreja Católica, que criou, em Roraima, o Conselho Indígena de Roraima e que plantou em Roraima, numa aldeia chamada Maturuca, um padre chamado Jorge Dal Ben, que nunca rezou uma missa, mas que passou toda a sua vida, mais de década, dentro dessa aldeia Maturuca, fazendo de lá um QG para fazer essa demarcação em área contínua, inclusive usando pressão internacional. Isso é verdade. Isso foi publicado pela revista **IstoÉ**, e tenho o exemplar da revista.

Não sou um parlamentar que ouviu dizer não. Não sou um parlamentar que apenas fui eleito por Roraima. Não, eu nasci em Roraima. Eu, como médico, andei aquelas comunidades todas, atendendo a todos eles. E o que eu vejo hoje na Raposa Serra do Sol, Senador Renan? Um grupo étnico comandado pelo CIR, Conselho Indígena de Roraima, que é só quem recebe dinheiro! Interessante: é só o CIR que recebe dinheiro do Governo Federal, só ele. A

Sodiur, que é a Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima, não recebe, não tem convênio com o Governo Federal. A Alidici não tem convênio com o Governo Federal. A seleção para receber o convênio é feita pela Igreja Católica.

Aliás, quando eu quero falar em Igreja Católica, eu quero ressaltar aqui: eu sou católico. Não vamos confundir a fé católica, a religião católica com padres, bispos e cardeais que, às vezes, cometem, como cometeram no passado, muitas atrocidades dizendo ser em benefício da fé. Está aí a Inquisição, estão aí as Cruzadas, está aí o ódio que eles suscitaram nos muçulmanos até hoje, está aí o que estão fazendo no meu Estado: um grupo de índios brigando contra outros índios. E eu convido o Senador João Pedro, que tem falado sobre isso aqui, bem como o Senador Nery, para irem lá conhecer de perto, conversar com os índios. Não conversem com os não-índios, não; conversem só com os índios, já que para V. Ex<sup>as</sup> não existem direitos humanos iguais para todos. Conversem com os índios, com todos eles lá, de todas as comunidades, sozinhos; conversem com eles sem a interferência de ninguém e vejam se o que estamos plantando lá não é verdadeiramente um **apartheid** intra-étnico dentro daquela reserva, para não dizer as outras coisas, um **apartheid** intra-étnico, sim, porque estão separando pessoas que são casadas com índios, que têm filhos e netos lá.

O caso mais emblemático, Senador Renan, foi o de uma senhora índia que tem um filho de pele clara. Ela agora está impedida de ir para a comunidade e levar o filho. Está documentado, a Assembléia Legislativa do Estado está entrando com uma ação no Ministério público. É uma barbaridade! Essas coisas não são observadas; ou para eles não há direitos humanos também? Que direito humano que é só para um ou para uns? É aquela história do *slogan* desse Governo: Brasil, um País de todos. Mas que todos? Que todos? Todos? Todos os brasileiros ou todos os companheiros? Todos os brasileiros mesmo? Índios, não-índios, brancos, negros, ou apenas aqueles que são os escolhidos?

Eu quero aqui dizer que vou gastar todo o tempo que dispuser, até a decisão do Supremo, para trazer esse tema reiteradas vezes. Eu já fiz quatro missões àquela região. Primeiro, uma Comissão Temporária Externa do Senado, onde nós sugerimos ao Presidente Lula... Aliás, uma Comissão Temporária Externa do Senado, cujo Relator foi um Senador do PT. Sugerimos uma demarcação que não seria problemática. Depois, uma comissão temporária externa sugerindo uma retificação do decreto, assim como duas viagens pela

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E não vale o relatório da Comissão Temporária Externa, não vale o que nós constatamos? Vale o quê? Vale o que um grupo de iluminados ligados a esse núcleo comunistóide pensa.

Quero ouvir, primeiramente, o Senador Tasso Jereissati, que já havia pedido. Em seguida, ouvirei o Senador Demóstenes Torres.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Mozarildo, gostaria de congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade, pela percepção e pelo constante acompanhamento de um problema para o qual V. Ex<sup>a</sup>, com muita perseverança, vem há muito tempo chamando a atenção. Na verdade, pouca gente presta atenção à questão. Hoje, só depois que vem à tona a gravidade do problema, todas as suas conseqüências, a pouca pertinência, a falta dos devidos cuidados, o exagero das reservas que foram criadas com um intuito aparentemente demagógico, com um intuito de responder aos anseios de determinados grupos, criou-se uma situação de verdadeiro caos e quase uma pequena guerra civil localizada em uma área de seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro – e durante muito tempo o único – a chamar a atenção para essa questão. As autoridades não lhe deram atenção, não lhe deram ouvidos. Nós mesmos, aqui no Senado Federal, ouvíamos, mas não demos a importância ao alerta que V. Ex<sup>a</sup> fazia. Quero penitenciar-me e congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela percepção e pelo alerta que V. Ex<sup>a</sup> fez nesta Casa há muito tempo.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que Fernando Henrique Cardoso, quando Presidente da República, sofreu muitas pressões para demarcar essa reserva, muitas. Eu já era Senador e fui muitas vezes conversar, juntamente com o Governador do Estado, e o então Presidente não demarcou, não demarcou. Embora o procedimento da Funai e do Ministério da Justiça estivesse concluído, ele não demarcou, porque soube se aconselhar e viu que não era apropriado demarcar. Portanto, não demarcou.

Agora, o Presidente Lula, apesar de ter conversado com diversos Governadores, com o Governador Flamarion Portela, que foi para o PT para tentar resolver essa questão e outras das terras de Roraima; com o Governador Otomar Pinto, do seu Partido; e agora com o Governador Anchieta. Apesar de tudo isso, o Presidente Lula demarcou ouvindo apenas uma pessoa, entre outras, o Ministro Thomaz Bastos, que inclusive fez uma molecagem jurídica para induzir o Supremo a

derrubar as ações que havia contra a portaria anterior, a Portaria nº 820.

Então, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a coisa não se restringe a demarcar ou não uma reserva indígena. E não é uma reservazinha indígena simples, qualquer, não. É uma reserva indígena complexa. Lá em Roraima não temos do que reclamar, porque mais da metade do Estado é reserva indígena, sem nenhuma lógica, porque somos o terceiro em população indígena e somos, disparados, o Estado que têm mais reservas indígenas demarcadas. A reserva lanomâmi eram várias reservas separadas que foram unidas em uma só e abrange o meu Estado e o Estado do Senador João Pedro. Então, não estamos reclamando por causa de uma reserva indígena. Lá, já há 35 reservas indígenas demarcadas.

O que queremos agora é não deixar que esse absurdo se concretize. Espero que o Supremo reveja essa questão e vá a fundo, inclusive *in loco*, para ver essa questão.

Pois não, Senador Demóstenes.

**O Sr. Demóstenes Torres** (DEM – GO) – Senador Mozarildo, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento contundente e correto. Semana passada, iniciei uma discussão aqui a este respeito. Não pude falar o tanto que queria, até por uma questão regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas hoje V. Ex<sup>a</sup> fala o tempo que quiser.

**O Sr. Demóstenes Torres** (DEM – GO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Tenho de concordar com V. Ex<sup>a</sup>. Basta pegar o que pensava José Bonifácio de Andrada sobre a integração dos povos indígenas à civilização. É uma coisa centenária. É algo que quem tem bom senso prega e preconiza. O que estamos vendo hoje? A Funai gastando algo em torno de R\$1,2 bilhão, incluindo gastos com saúde indígena; os indígenas com saúde precaríssima, numa situação educacional humilhante; e alguns caciques vivendo de forma nababesca. Tudo isso para dar azo a uma pseudo-etnologia instalada na Funai. Isso reverte em prejuízo sério para os indígenas. Favorece, como disse V. Ex<sup>a</sup>, um **apartheid** social, como se os indígenas pudessem até passar a ser discriminados em razão desse absurdo que se tenta construir, quando os indígenas têm para a sociedade brasileira – eu trouxe até uma pesquisa – uma imagem das melhores, devido a um falso protecionismo. Quero até lembrar aqui o que disse o Presidente da FUNAI, numa platitudo extraordinária. Ele disse que a política indigenista brasileira é reconhecida internacionalmente. Quantos índios tem a Suécia, Senador, para dar um palpite a respeito disso? É muito fácil tentar, simplesmente, explodir com as es-

truturas tradicionais do Brasil não para beneficiar. Se fosse para beneficiar, quem estaria aqui para contrariar essa determinação? Não. Mas para dar azo, dar vazão a uma filosofia de botequim implantada na Funai, que quer a todo custo implantar ali mais uma reserva, pegando fronteira de forma contínua, desprezando o que tradicionalmente existe ali, até a miscigenação, como preconizava o José Bonifácio.

Nós vamos desconhecer o que existe ali dentro? Então, Senador Mozarildo, eu tenho confiança também no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, vai dar razão àquilo que é racional, vai dar a César o que é de César. E os apelos que V. Ex<sup>a</sup> vem fazendo aqui, há muito tempo, vão encontrar agora ressonância no Supremo Tribunal Federal. Eu teria muito mais a dizer, Senador, mas, em respeito ao seu pronunciamento, fico por aqui, parabenizando V. Ex<sup>a</sup> e lembrando, como disse o General Heleno, ali também é uma questão de sobrevivência do Brasil. Do outro lado da fronteira, nós temos um ditadorzinho que não obedece a regras, que não conhece lei, independentemente de quem for. Neste momento peculiar, eu quero fazer um elogio ao Ministro Nelson Jobim. Não tenho nada que elogiar o Ministro, mas o farei. A compra do material que o Exército e as Forças Armadas estão fazendo é capaz agora de fazer voltar à época em que a soberania nacional era prevalente, porque hoje as nossas Forças Armadas estão absurdamente sucateadas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Voltaremos ao tema, fazendo eco com o discurso.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Senador Demóstenes Torres, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte. Está na coluna do Cláudio Humberto de hoje – eu não a li ainda; portanto, não posso dizer em que termos está – que o Cônsul da Venezuela mandou um expediente para o Supremo aconselhando aquela Corte a como decidir sobre essa questão da Raposa Serra do Sol, defendendo a demarcação em área contínua, da forma como está.

Olhem a que ponto nós chegamos: já há recomendação de um país sobre como deve proceder outro país numa região de reserva, de fronteira. Aliás, a Venezuela tem uma contestação com a Guiana. Todo mundo sabe que existe uma área que a Venezuela não reconhece como sendo da Guiana, que é uma zona de reclamação; e já está há décadas, inclusive, registrado na ONU formalmente o protesto. Portanto, a qualquer momento, o Presidente Chávez pode invadir aquela região; e isso não terá sido inventado por ele, porque está há décadas em contestação. Agora a Venezuela está dando palpites sobre como deve ser demarcada aquela região, que está justamente colada à região

que a Venezuela contesta. Não sei se isso é verdade. Está na coluna do Cláudio Humberto.

Mas há outros paradoxos. O que propusemos na Comissão Temporária Externa: retirar 320 mil hectares, Senador Renan, de 1,7 milhão do que foi demarcado. Trezentos e vinte mil hectares! Significava retirar o quê? As quatro pequenas cidades que se localizam lá na fronteira; quatro pequenas cidades. Retirar aqueles proprietários com títulos anteriores a 1934, quando Roraima ainda era do Estado do Amazonas, e retirar a área dos arroteiros, que têm títulos anteriores a 1934.

Agora, é até interessante: o Brasil está passando por uma crise de arroz, quer impedir a exportação de arroz. E, em Roraima, o Governo Federal quer acabar com os arroteiros, que produzem 25% do PIB do Estado e até exportam arroz. Mas eu não estou só falando dos arroteiros, não. Há 458 proprietários lá naquela região, quatro cidades, Senador José Agripino. E não é possível realmente, numa região de fronteira como essa, em que até a Venezuela dá pitaco, nós deixarmos acontecer tranqüilamente.

Eu tenho fé patriótica de que o Supremo vai rever essa questão e vai, com certeza, debruçar-se sobre o trabalho feito pelo Senado e também pela Câmara, que tinha uma comissão temporária externa. Vai rever, sim, inclusive dando oportunidade para corrigir as injustiças e ouvindo os índios. Eu fiz o convite aqui ao Senador João Pedro e ao Senador José Nery para irem lá, ouvir os índios. E vão ver que a realidade é bem outra.

Eu quero, aqui, mais uma vez, dizer: eu estou aplaudindo a conduta do General Heleno, porque, realmente, o patriotismo e o compromisso com o País são maiores do que quaisquer conveniências ou ranços que impedem o militar de falar. O militar, antes de tudo, é um patriota.

Senador Heráclito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Senador Mozarildo, eu não poderia deixar de apartear-lo neste seu pronunciamento. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> tem sido um Senador muito coerente nesta questão. Eu sou testemunha pelo que tenho ouvido em seus pronunciamentos e pelas ações não só aqui, mas também e principalmente na Comissão de Relações Exteriores. Se o Brasil tivesse ouvido V. Ex<sup>a</sup>, teria evitado passar por algumas situações que ora passa. Eu me lembro quando V. Ex<sup>a</sup> denunciou a invasão de helicóptero da Venezuela em território brasileiro exatamente nessa região. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, recentemente, só recentemente, recebemos as informações prestadas pelo Ministério a respeito do episódio. V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, tem feito o

sacrifício de, com a autorização da Comissão, passar dias a fio na região do conflito, tentando mediar soluções. De forma que V. Ex<sup>a</sup> tem tido uma atuação responsável como representante da sua região e, acima de tudo, do País. Há poucos minutos, encontrei-me com um cidadão de origem indígena, aqui no corredor, que é da região e me contava exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> traz hoje à tribuna, inclusive assustado com a atuação descontrolada de ONGs naquela região. De forma que não é isolada a voz de V. Ex<sup>a</sup>. É preciso que o Governo veja o que foi denunciado pelo general. Se o general infringiu algum regulamento por ter tratado desse assunto em público é outra questão. A verdade é que o assunto tratado é sério e merece de todos nós cuidado, cautela e, acima de tudo, muita atenção. O general já vinha, há algum tempo, alertando as autoridades do País não só para a questão do conflito dos arroteiros, mas também para a questão das ONGs na região amazônica. É preciso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que algumas medidas sejam tomadas. Os Anais do Senado estão à disposição de quem quiser. Pelo menos com relação a V. Ex<sup>a</sup>, ninguém pode dizer que o Senador Mozarildo não sabia. Sabia, avisou e não foi ouvido. Que pena! Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR)

– Eu agradeço, Senador Heráclito. Espero que agora sejamos ouvidos – nós todos, roraimenses – pelo Supremo Tribunal Federal, porque já estávamos sendo ouvidos. A Ministra Ellen Gracie tinha suspenso a demarcação. Mas o Ministro Thomas Bastos fez uma molecagem, revogou a Portaria nº 820, e baixou outra no mesmo dia, com outro número, com as mesmas bases da Portaria nº 820, e, com isso, fez com que o Supremo dissesse que estavam prejudicadas as ações contra a Portaria nº 820. Então, isso foi uma molecagem que o Ministro Thomas Bastos fez, o que levou o Supremo a corretamente declarar prejudicadas as ações contra aquela Portaria.

Nós estamos, agora, combatendo essa nova Portaria e o Decreto do Presidente, porque eles estão eivados de vícios e de fraudes e não correspondem à realidade daquela região.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, só reitero o pedido de transcrição das matérias do Jornal e dos dados do Orçamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

# Governo terceiriza a ONGs política indigenista do país

Funai administra 488 reservas que ocupam 12% do território nacional

A política indigenista responsável pelo cuidado de 740 mil índios e de reservas que ocupam 12% do território nacional está entregue a organizações Não-Governamentais que não conta dos problemas. Só na área de saúde, ONGs recebem repasses do governo. Em

2007, o programa de saúde indígena consumiu R\$ 179 milhões, dos quais R\$ 13 milhões foram para a Editora da Universidade de Brasília, investigada por desvios. Diretorias estratégicas da Funai estão ocupadas por pessoas egressas de ONGs. O ex-presidente da Funai Márcio Pe-

reira Gomes diz que o general Augusto Heleno, comandante da Amazônia, prestou um serviço à nação ao denunciar a "caótica política indigenista". O atual presidente, Márcio Meira, contesta críticos e diz que o objetivo é garantir a sobrevivência dos índios.

'PARA NAO DIZER CAOTICA': Críticas de general do Exército são rebatidas

## Presidente da Funai diz que política indigenista no país é um sucesso

Para Márcio Meira, grande mérito é conseguir manter os índios vivos

Maria Lima e Evandro Éboli

• BRASÍLIA. O presidente da Fundação Nacional do Índio, (Funai), Márcio Meira, considera que a política indigenista do país é um sucesso. Ele também defende a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) nas reservas.

— Com a sociedade civil de parceira, é possível compartilhar a gestão para melhor atender os povos indígenas — disse Meira.

O presidente da Funai discorda da avaliação do comandante da Amazônia, general do Exército Augusto Heleno, que há duas semanas criticou abertamente a ação do governo nas aldeias da região. Meira sustenta que o grande mérito da política indigenista é manter os índios vivos e que falta de terras não é o problema. Confrontado com todos os problemas de sustentabilidade nessas áreas, da falta de saúde à questão da autonomia socioeconômica, o presidente da Funai afirma que tudo isso é um desafio para o futuro.

— Não reajo às declarações do general Heleno. Não vou fazer juízo de valor. Acho que é um sucesso a política indigenista brasileira.

## Índios trucás reclamam da assistência

Líderes da aldeia dizem que atendimento médico e educação são precários

Vânia Castro\*

• SOBRADINHO (BA). A situação de abandono da tribo trucá, localizada nas proximidades da cidade de Sobradinho (a 555 km de Salvador, região nordeste da Bahia), é visível logo na entrada da aldeia. Buracos e uma estrada de terra ligam o local à cidade, e cercas velhas separam as casas de talpas da sociedade vizinha. As plantações de cebola, melancia, maracujá, feijão, mandioca e pimentão ajudam os índios no sustento das famílias. Lazer é uma palavra pouco usada na falta de brinquedos ou outras diversões, a turma da tri-

bo se reúne embaixo de umbuzeiros para passar o tempo.

Segundo Pedro Antônio da Silva, uma das lideranças da aldeia, a assistência médica é escassa e o acesso a ela é difícil.

— Somos assistidos e reconhecidos. Mas a Funai e a Funasa não cumprem com o verdadeiro papel nas áreas de educação, saúde e lazer.

A trucá é uma tribo dissidente da trucá-mãe, de Cabrobó (Pernambuco), há 25 anos, mas foi reconhecida há apenas dois.

A aldeia possui energia elétrica e a água para beber e cozinhar que chega por carros-pipa. A água do riacho serve para o

banho e para a agricultura. A Funai contribui mensalmente com 25 cestas básicas, mas, segundo a liderança, o fornecimento atrasa até quatro meses.

Assistente administrativa da Funasa em Juazeiro, Aparecida Barbosa dos Santos diz que os índios recebem todo o apoio necessário na saúde e saneamento e que determinadas ações e programas não são feitas porque a tribo não está em terra legalizada. Pedro Antônio, por sua vez, afirma que todos têm esperanças de regularizar a propriedade. ■

(\* ) Da Agência A Tarde

### Meira discorda que índios vivem no limite da indigência

Sobre a pobreza e as péssimas condições de vida dos índios em várias aldeias, o presidente da Funai argumenta que é preciso considerar as diferenças culturais relacionadas ao modo de vida próprio do indígena:

— Existem algumas situações de vulnerabilidade, como a reserva dos guaranis-caluaís, que é na beira da rodovia em Dourados. Mas não posso concordar que a maioria dos índios vive no limite da indigência. Eles vivem uma cultura diferente. Não podemos fazer juízo de valor tomando como parâmetro o que para nós pode parecer pobreza. Para eles não é. A partir de seus pressupostos culturais, vivem uma vida digna — afirmou Márcio Meira.

### Bases da política indigenista têm quase cem anos

As bases da política indigenista do governo, segundo o presidente do órgão, ainda têm como ponto central a política de estado lançada pelo Marechal Rondon em 1910, ou seja, há quase cem anos.

— O foco central é que os índios sejam protegidos e sobrevivam. O índio precisa viver. Então vem dado certo, na medida que o índio está sobrevivendo e a população indígena, rescendo substancialmente. Para isso, o mais importante é que sejam protegidos e suas terras, garantidas — disse Márcio Meira. ■

## CORPO A CORPO

### MÉRCIO PEREIRA GOMES

## 'Política está sendo conduzida de maneira caótica'

• Civil que mais durou na presidência da Funai — foram três anos e sete meses no governo Lula —, o antropólogo Mércio Pereira Gomes concorda com a crítica do general Augusto Heleno de que a política indigenista é caótica. Disse que tentou tirar as ONGs do atendimento a índios, mas não conseguiu. Hoje, tem um blog — o "Blog do Mércio" — no qual faz duras críticas à atual gestão.

**O GLOBO:** Como o senhor avalia a atuação das ONGs na Funai?

**MÉRCIO PEREIRA GOMES:** As ONGs indigenistas fazem um péssimo papel. Estão fazendo a Funai perder espaço e força, além de perder orçamento e capacidade de diálogo com os índios. As ONGs, desde o governo Collor, tomaram conta do Estado. E não têm qualquer compromisso com a causa. Deveriam sair fora.

• Na gestão do senhor não havia ONGs dentro da Funai?

**MÉRCIO:** Não havia pessoas de ONG ocupando cargos importantes, como tem hoje. Privilegiei quadros tradicionais da Funai, só indigenistas de fato.

• O que o senhor achou das críticas do general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, que chamou de caótica a po-

lítica indigenista. Concorda?

**MÉRCIO:** Concordo. Acho a política indigenista brasileira uma das melhores do mundo, mas está sendo conduzida de maneira caótica. O general prestou um grande serviço à nação ao alertar para o perigo da ameaça à soberania, mas apontou o rifle para o lado errado. A culpa não é dos índios, mas do Estado, que não fortalece o Ibama, a Funai e o próprio Exército, órgãos que devem proteger a Amazônia.

• Por que a política indigenista é caótica?

**MÉRCIO:** Porque R\$ 700 milhões para a política indigenista estão nas mãos de outras áreas, como os ministérios da Saúde, da Educação e do Meio Ambiente. Só R\$ 140 milhões vão para a própria Funai.

• O senhor é contra outros setores do governo cuidarem de índio?

**MÉRCIO:** Completamente contra. Tentei mudar isso no governo, mas não consegui. São pessoas sem espírito indigenista, sem amor à causa. Essa Funai é a desgraça nacional. Cuida muito mal da saúde dos índios. Essa divisão no governo e a presença das ONGs diminuíram o tamanho da Funai. Em 86, eram cinco mil servidores para cuidar de 200 mil índios. Hoje, são dois mil funcionários para meio milhão de indígenas. Não pode dar certo mesmo.

**PARA NÃO DIZER CAÓTICA':** *Coordenador do Cimi diz que falta de terras é uma das causas do problema na tribo*

# Guaranis-caiuás enfrentam violência e desnutrição

Problema é provocado por consumo de drogas e de álcool;  
ano passado houve 53 homicídios entre os índios

Paulo Yafusso

Especial para O GLOBO

• CAMPO GRANDE (MS). A violência, decorrente do uso de drogas e de bebida alcoólica, é hoje o principal problema vivido pelos índios guaranis-caiuás de Mato Grosso do Sul, que nos anos 80 chamaram a atenção de organizações internacionais por causa da onda de suicídios e que, em 2004, enfrentou a morte de dezenas de crianças por desnutrição. Levantamento feito pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ano passado apontou que o Estado lidera em número de assassinatos. Das 92 mortes por homicídio registradas, 53 foram de índios sul-mato-grossense. O Cimi é uma organização ligada à igreja católica.

Para o coordenador da entidade, Egon Heck, esse quadro é consequência de vários fatores, a começar pela falta de terras. Só na reserva de Dourados, a maior do estado, vivem mais de 12 mil guaranis-caiuás e tere-

nas, num espaço de 3.500 hectares. Ele diz que a situação vem se agravando com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar e a instalação de novas usinas e destilarias na região sul. Por ser mais barata, a mão-de-obra indígena é a mais procurada para o corte de cana.

— Estima-se que atualmente existam 13 mil índios nessa atividade desgastante do ponto de vista físico. Além disso, eles inalam o pó resultante da queima dos canaviais e têm um desgaste enorme com os movimentos repetidos do uso do machete para o corte da cana — afirma Heck.

## Maioria das vítimas de homicídio tem de 15 e 29 anos

Para o coordenador, o crescimento da produção do etanol a partir da cana-de-açúcar pode ser bom para a economia do estado e do país, mas vem trazendo prejuízos catastróficos para a cultura e a tradição dos índios guaranis-caiuás. Egon He-

ck entende que o contato com o mundo dos brancos tem levado os índios a conseguir acesso mais fácil a drogas e bebidas. Ele ressalta que o dinheiro obtido com o trabalho nas usinas e destilarias de álcool acaba gerando uma espécie de disputa interna na família. Geralmente, a violência nas aldeias recrudescer na época em que é feito o pagamento aos índios, já que muitos gastam com bebida e se envolvem em brigas.

Dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), da Funasa de Mato Grosso do Sul, apontam que a maioria das vítimas de homicídio são indígenas com idades entre 15 e 29 anos. É nessa faixa etária também que ocorre a maioria dos casos de suicídio entre eles. Segundo registros do DSEI, ano passado houve 39 suicídios.

O resultado da violência envolvendo os índios é que atualmente pelo menos 200 estão presos em delegacias e presídios do estado. ■

## Na Amazônia, tribos sofrem com desmatamento

Expansão da fronteira agrícola é outro problema na região

Ronaldo Brasiliense  
e Anselmo Carvalho Pinto \*

• BELÉM e CUIABÁ. A expansão da fronteira agrícola, causando conflitos de terra, o desmatamento e a demora na demarcação e homologação das reservas indígenas são alguns dos maiores problemas das

tribos da Amazônia Legal.

Os índios já são donos de um território que equivale a 20,5% da Amazônia brasileira. São terras demarcadas e homologadas pela Funai que continuam sujeitas a invasões de grileiros, madeireiros, garimpeiros e sem-terra. Em muitos casos, é necessária a ação do Poder Judiciário para garantir os direitos dos índios sobre suas terras.

## DINHEIRO PÚBLICO

Integrantes da CPI das ONGs querem devassa da Receita Federal em empresa contratada pela Editora da Universidade de Brasília

# Pente-fino em convênios

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

**N**a tentativa de rastrear o destino dado pela Editora Universidade de Brasília (EDU) aos milhões de reais recebidos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a CPI das ONGs levanta suspeitas em torno da atuação da MI Management Profissionais Associados, empresa que funciona num pequeno escritório no Setor de Autarquias Sul. De acordo com os técnicos da comissão, a Management recebeu da editora cerca de R\$ 1,9 milhão em contratos sem licitação entre os anos de 2004 e 2007.

No período, ainda segundo os dados em poder da CPI, a empresa foi beneficiária de R\$ 2,2 milhões do governo federal. Ou seja, quase 100% de seu faturamento via verbas públicas teve origem na editora vinculada à Universidade de Brasília (UnB). E se destinava a programas de atenção à saúde dos povos indígenas. Em requerimento apresentado à CPI, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR)

propõe que a Receita Federal faça auditoria nas contas da empresa. O parlamentar justifica o pedido diante da desconfiança de a Management se tratar “apenas de uma entidade de emissão de notas fiscais”.

O Correio consultou o CNPJ da empresa no banco de dados da Receita Federal. A Management atende, agora, pelo nome de Vertice Associados, e oferece consultoria em tecnologia da informação, além de administração de fundos por contrato ou comissão. Apesar de funcionar no 11º andar de edifício do Setor de Autarquias, consta no cadastro do Fisco um endereço do Riacho Fundo II como sede oficial da entidade — conjunto 2 da QN 7F. No local, há uma igreja evangélica.

Pesquisa no Portal da Transparência, administrado pela Controladoria-Geral da União (CGU), revelou também que a Management recebeu até 2004 valores modestos — não supe-

riores a R\$ 10 mil — oriundos de órgãos da administração pública, caso dos ministérios do Turismo e Planejamento. Tratavam-se de parcerias que previam a capacitação de servidores nas respectivas áreas.

A partir de 2005, porém, a empresa teve um salto significativo nos negócios, ainda segundo as informações da CGU. Naquele ano, a Management recebeu R\$ 45 mil da editora da UnB. Nos dois anos seguintes, mais dinheiro: R\$ 840 mil e R\$ 870 mil, respectivamente. Os três convênios tratavam de cooperação em programas de

atenção à saúde indígena. “A entidade realiza tarefas muito distante do seu propósito”, afirmou o senador Álvaro Dias, na proposta de devassa encaminhada à cúpula da CPI.

### Sem licitação

Na semana passada, em depoimento à comissão, o ex-diretor da EDU Alexandre Lima alegou “notório saber” para justificar a dispensa de licitação nas parcerias com a Management. A entidade que funciona no Setor de Autarquias Sul, porém, conta apenas com dois auxiliares administrativos e um motorista, além do diretor-presidente, Cleonides de Sousa Gomes.

Não satisfeito com as explicações de Lima, o senador tucano entende que é necessária a investigação da Receita para saber os efetivos beneficiários do dinheiro transferido pela editora à Management. A CPI deve analisar o pedido de Álvaro Dias nos próximos dias. A empresa de Cleonides também é alvo de investigação do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF).

**Execução Orçamentária da LOA 2003 - Orçamento Indigenista  
Por Programa**

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDIGENAS	154.261.900	171.846.950	168.433.490	168.433.362	148.165.309
0151 - TERRITORIO E CULTURA INDIGENAS	44.480.000	45.820.957	40.639.332	40.639.332	36.373.213
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
<b>TOTAL</b>	<b>198.791.900</b>	<b>217.717.907</b>	<b>209.122.822</b>	<b>209.122.694</b>	<b>184.588.522</b>

## Execução Orçamentária da LOA 2003 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AM	50.000	50.000	0	0	0
NA	198.004.900	216.930.907	208.693.628	208.693.501	184.222.586
PE	200.000	200.000	152.537	152.537	137.150
RJ	237.000	237.000	236.614	236.614	204.286
RR	250.000	250.000	40.042	40.042	24.500
SC	50.000	50.000	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>198.791.900</b>	<b>217.717.907</b>	<b>209.122.822</b>	<b>209.122.694</b>	<b>184.588.522</b>

R\$ 1,00

## Execução Orçamentária da LOA 2004 - Orçamento Indigenista Por Programa

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	186.171.210	215.740.210	201.835.134	201.835.134	159.575.849
0151 - PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	64.187.305	75.107.305	53.153.357	53.153.357	39.731.184
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	982.813
1287 - SANEAMENTO RURAL	26.000.000	26.000.000	19.327.019	19.327.019	8.302.412
<b>TOTAL</b>	<b>277.358.515</b>	<b>317.847.515</b>	<b>275.315.510</b>	<b>275.315.510</b>	<b>208.592.257</b>

R\$ 1,00

## Execução Orçamentária da LOA 2004 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AC	255.000	204.000	0	0	0
AM	200.000	200.000	44.182	44.182	17.725
AP	435.000	435.000	0	0	0
MT	100.000	100.000	0	0	0
NA	263.916.185	304.456.185	273.945.582	273.945.582	207.766.286
NO	10.855.330	10.855.330	485.139	485.139	485.139
PE	0	0	0	0	0
RJ	947.000	947.000	251.607	251.607	163.107
RO	200.000	200.000	189.000	189.000	160.000
RR	450.000	450.000	400.000	400.000	0
<b>TOTAL</b>	<b>277.358.515</b>	<b>317.847.515</b>	<b>275.315.510</b>	<b>275.315.510</b>	<b>208.592.257</b>

## Execução Orçamentária da LOA 2005 - Orçamento Indigenista Por Programa

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidadado	Pago
0150 - IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS	226.974.329	255.497.049	246.763.054	246.763.054	209.452.901
0151 - PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESenvolvimento	66.356.519	77.742.999	56.332.429	56.332.429	39.942.527
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	1.100.000	1.100.000	934.608	934.608	834.608
1287 - SANEAMENTO RURAL	31.240.000	36.840.000	29.117.385	29.117.385	11.644.767
<b>TOTAL</b>	<b>325.670.848</b>	<b>371.180.048</b>	<b>333.147.476</b>	<b>333.147.476</b>	<b>261.874.803</b>

R\$ 1,00

## Execução Orçamentária da LOA 2005 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AP	300.000	300.000	300.000	300.000	0
DF	500.000	500.000	0	0	0
NA	309.236.729	356.245.929	331.180.728	331.180.728	260.478.317
NO	14.417.119	12.917.119	870.979	870.979	870.745
PE	150.000	150.000	59.301	59.301	59.250
RJ	947.000	947.000	631.371	631.371	411.586
RO	100.000	100.000	99.937	99.937	49.746
RR	20.000	20.000	5.160	5.160	5.160
<b>TOTAL</b>	<b>325.670.848</b>	<b>371.180.048</b>	<b>333.147.476</b>	<b>333.147.476</b>	<b>261.874.803</b>

## Execução Orçamentária da LOA 2006 - Orçamento Indigenista Por Programa

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	279.008.303	330.762.303	323.969.376	323.969.376	295.516.896
0151 - PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	53.901.477	62.099.905	47.881.895	47.881.895	35.494.609
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	924.000	924.000	923.220	923.220	346.020
1287 - SANEAMENTO RURAL	45.000.000	48.099.000	36.816.929	36.816.929	14.988.236
<b>TOTAL</b>	<b>378.833.780</b>	<b>441.885.208</b>	<b>409.591.420</b>	<b>409.591.420</b>	<b>346.345.761</b>

## Execução Orçamentária da LOA 2006 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AC	200.000	200.000	0	0	0
AM	100.000	100.000	98.000	98.000	0
AP	100.000	100.000	90.250	90.250	20.836
DF	500.000	500.000	13.000	13.000	3.000
NA	373.740.057	436.794.485	407.684.899	407.684.899	344.976.369
NO	2.606.723	2.606.723	550.662	550.662	550.662
PE	240.000	240.000	239.984	239.984	98.545
RJ	817.000	817.000	814.629	814.629	696.350
RO	100.000	100.000	99.996	99.996	0
RR	400.000	400.000	0	0	0
SC	30.000	27.000	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>378.833.780</b>	<b>441.885.208</b>	<b>409.591.420</b>	<b>409.591.420</b>	<b>346.345.761</b>

## Execução Orçamentária da LOA 2007 - Orçamento Indigenista Por Programa

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS	346.521.800	374.501.800	354.295.227	354.059.918	310.861.567
0151 - PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	60.243.935	61.343.935	53.187.677	53.129.470	34.322.207
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	1.000.000	1.000.000	988.929	988.929	81.629
1049 - ACESSO A ALIMENTAÇÃO	6.000.001	6.000.001	5.962.153	5.962.153	5.650.591
1287 - SANEAMENTO RURAL	42.600.000	47.712.757	43.416.287	43.410.621	11.043.848
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	500.000	500.000	177.431	177.431	94.960
<b>TOTAL</b>	<b>456.865.736</b>	<b>491.058.493</b>	<b>458.027.705</b>	<b>457.728.522</b>	<b>362.054.802</b>

## Execução Orçamentária da LOA 2007 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AM	200.000	200.000	194.140	194.140	176.112
CE	250.000	250.000	0	0	0
DF	100.000	90.000	2.000	2.000	2.000
MA	120.000	120.000	0	0	0
MT	150.000	150.000	147.149	147.149	98.000
NA	451.530.915	485.733.672	456.195.902	455.897.314	360.455.454
NO	3.254.821	3.254.821	591.041	591.041	591.041
PE	0	0	0	0	0
RJ	900.000	900.000	897.473	896.878	732.195
RO	200.000	200.000	0	0	0
TO	160.000	160.000	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>456.865.736</b>	<b>491.058.493</b>	<b>458.027.705</b>	<b>457.728.522</b>	<b>362.054.802</b>

**Execução Orçamentária da LOA 2008 - Orçamento Indigenista  
Por Programa**

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	530.460.365	532.375.597	97.507.118	51.978.054	50.528.731
0151 - PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO	0	1.472.401	115.493	59.669	59.669
1287 - SANEAMENTO RURAL	28.500.000	28.500.000	0	0	0
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	1.550.000	1.550.000	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>560.510.365</b>	<b>563.897.998</b>	<b>97.622.611</b>	<b>52.037.723</b>	<b>50.588.399</b>

## Execução Orçamentária da LOA 2008 - Orçamento Indigenista Por Unidade da Federação

R\$ 1,00

UF	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
AP	350.000	350.000	0	0	0
BA	200.000	200.000	0	0	0
MG	200.000	200.000	0	0	0
MT	950.000	950.000	0	0	0
NA	550.026.466	553.414.099	97.622.611	52.037.723	50.588.399
NO	8.283.899	8.283.899	0	0	0
RO	200.000	200.000	0	0	0
RR	300.000	300.000	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>560.510.365</b>	<b>563.897.998</b>	<b>97.622.611</b>	<b>52.037.723</b>	<b>50.588.399</b>

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos do Regimento.

Os mortos inspiram os vivos. Eu aqui estou seguindo a inspiração de Petrônio Portella, que deixava Brosard, sendo seu adversário e do regime militar, falar por uma hora. Então, o Mozarildo falou por 31 minutos.

Convidamos para falar como Líder o Senador Alvaro Dias – estamos alternando. Enquanto S. Ex<sup>a</sup> chega à tribuna, vou ler o comunicado que chega à Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

A Presidência informa ao Plenário que não houve acordo de Lideranças para a apreciação dos Itens 1 e 2 da pauta de hoje, ficando sobrestados os demais itens.

A pauta de hoje fica transferida para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos:

1

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).*

4

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

##### Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

##### Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista

Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 5, DE 2005  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 38, DE 2004  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 50, DE 2006  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 86, DE 2007  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº  
57, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana,

ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26,

de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003,

na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

**24**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

**25**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

**26**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

**27**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**28**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**29**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**30**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

35

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços

a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

**38**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

**39**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**40**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105,

de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

**41**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**42**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

**43**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

49

**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

50

**REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

**REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

54

**REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

55

**REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

**REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

57

**REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

**REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

59

**REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

60

**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

**REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro,

*solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhabilidade dos bens de família.)*

63

**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

64

**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

65

**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Se-*

nado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

66

**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

67

**REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

68

**REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

69

**REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington

Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

70

**REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Regionalização da programação de rádio e TV).

71

**REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

72

**REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

73

**REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício

*da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

74

**REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

75

**REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

76

**REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, terça-feira, dia 29 do corrente, às 19 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a crise de alimentos no mundo passa a assustar.

A ONU, Organização das Nações Unidas, em razão da escassez de alimentos, passa a prever até mesmo a possibilidade de guerras civis em alguns países.

O Diretor-Geral da FAO, Organização da ONU para Agricultura e Alimentação, classificou de “catástrofe previsível” o cenário de escassez de alimentos, caso os líderes internacionais não reajam aos alertas da FAO. Segundo o Diretor da FAO, no contexto da crise de alimentos, uma guerra civil é um perigo potencial para países da África, Ásia e América Latina.

Vale ressaltar que, segundo informações da FAO, já eclodiram inúmeras agitações e distúrbios sociais relacionados à inflação nos preços dos alimentos na Indonésia, nas Filipinas, na Maurítânia, na Etiópia e em Camarões, entre outros países. Portanto, Sr. Presidente, a crise que se avizinha é mais grave do que possa parecer.

O Secretário-Geral da ONU reforçou a gravidade da crise de alimentos. Esse forte aumento nos preços dos alimentos se tornou uma crise global real.

As estimativas da ONU são as de que aproximadamente 100 milhões de pessoas entre as mais pobres, que anteriormente não precisavam da ajuda humanitária, agora terão que ser socorridas em face de não poderem arcar com os preços dos alimentos – 100 milhões a mais.

A FAO sugeriu que a comunidade internacional conceda subsídios aos países em desenvolvimento como forma de compensar a ajuda governamental oferecida aos agricultores das nações desenvolvidas. É importante ressaltar que as negociações para eliminação de subsídios às exportações agrícolas se arrastam sem os avanços esperados. Os preços dos alimentos disparam na esteira do desequilíbrio entre a oferta e a demanda e do agravamento das distorções dos mercados. Os resultados da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, ainda são controversos.

A crise de alimentos, como afirmam os especialistas, não será solucionada tão cedo, considerando que suas causas estão relacionadas a motivos estruturais de difícil solução.

O aumento do consumo do arroz nos países emergentes, principalmente os asiáticos, é um forte ingrediente para a disparada dos preços do produto. A crise de escassez alcança todos os grãos, carnes e lácteos. Superá-la exige o aumento da produção e da produtividade.

A decisão estratégica de aumentar a produção e a produtividade esbarra em inúmeros obstáculos. Pouco se fala, por exemplo, da elevação dos preços dos fertilizantes como fator desestabilizador da produção.

Eu tenho falado, Sr. Presidente, aqui e por onde ando, porque este é um assunto a ser discutido no Brasil.

Há um oligopólio comandado por uma empresa multinacional, a Bunge, que cobra o que quer e explora o produtor rural brasileiro. Cerca de 70% a

75% dos fertilizantes são importados. A Bunge é proprietária de rochas e jazidas no Brasil que não explora.

O próprio Estado Brasileiro é proprietário de rochas e jazidas que não explora. Não há uma ação governamental para permitir a exploração, para que possamos reduzir a importação desses insumos necessários à produção agrícola brasileira. Observamos que o aumento chega a ser exorbitante. Vejam: os preços médios, em março, subiram 58% se comparados ao mesmo mês do ano anterior. Apenas no primeiro trimestre de 2008, a alta verificada foi de 25% – em três meses.

Não podemos esquecer que o Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo e que 70% – já disse – dos adubos utilizados na agricultura brasileira são importados. No Paraná, por exemplo, o fertilizante subiu 100%, elevando o custo da produção agrícola.

Fala-se que há um aumento de preços dos produtos alimentares, mas ignora-se o aumento do custo da produção? Como é possível ignorar o aumento dos preços dos fertilizantes? Entre fevereiro de 2007 e fevereiro deste ano, os produtores paranaenses chegaram a pagar em média 60% a mais pelos fertilizantes formulados.

Em alguns itens houve 100% de aumento; até 150% em alguns dos itens. No caso do adubo 00-30-20, os preços chegaram a variar 100% nesse período. Eles saltaram de R\$695,43 para R\$1.389,89. No tocante às matérias-primas usadas em fertilizantes, houve produto que registrou alta superior a 70%. É o caso do preço da tonelada do super fosfato triplo, que variou 72%. Em fevereiro do ano passado, a tonelada do produto custava R\$745,77. Em fevereiro deste ano, já estava em R\$1.279,53. Já os preços dos herbicidas subiram 31%.

Sem aderir a qualquer catastrofismo, vale reproduzir algumas recomendações. O professor Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, destaca que os países menos desenvolvidos deveriam aproveitar o ciclo de preços altos de alimentos – “que deve durar algum tempo até que o equilíbrio entre oferta e demanda se restabeleça” – para estruturar seus sistemas produtivos de forma a reduzir dependência de fatores externos.

Sabemos que é inútil pensar apenas no aumento do volume da produção. Mais do que nunca é necessário formular estratégias de produção e de comercialização.

O Brasil elevou consideravelmente a produtividade nos últimos anos, mas deixa a desejar no seu processo de produção em face dos elevados custos e do baixo poder financeiro dos produtores.

Em meio a teses que propagam que o século XXI será de “penúria alimentar”, é importante destacar que o Brasil é detentor de um potencial para solucionar, no curto prazo, a crise mundial de alimentos.

Podemos incorporar aos 47 milhões de hectares usados para produzir comida mais 50 milhões de hectares de pastagens subaproveitadas que possuem aptidão para agricultura de grãos. Sendo assim, dobraríamos a área com grãos e ampliaríamos em 2,5 vezes o volume da safra de alimentos, alcançando 350 milhões de grãos, sem desmatar – o que é mais importante. Esse é um projeto do ex-Ministro Roberto Rodrigues que pode ser posto em prática.

Aliás, esse Ministro deixou o cargo, talvez ou até porque os seus projetos não encontravam ressonância no Governo Lula.

Antes de conceder o aparte, quero concluir a opinião de Roberto Rodrigues. Segundo ele, o Brasil pode igualmente multiplicar por sete a área plantada com cana-de-açúcar para produção de etanol, sem afetar a produção de comida. Ele avalia que há 22 milhões de hectares ocupados com pastagens degradadas que são vocacionadas para cana-de-açúcar e que podem ser aproveitadas. Atualmente, a cana-de-açúcar destinada ao etanol ocupa uma área de aproximadamente 3,6 milhões de hectares. Essa expansão, no entanto, defronta-se com dois grandes entraves: deficiência de infra-estrutura e falta de financiamento à produção.

Concedo o aparte, com satisfação, ao Senador Gilberto Goellner, que representa um Estado, Senador Mão Santa, que é um celeiro deste País: Mato Grosso.

Estive lá há poucos dias e pude confirmar a visão que já tinha da grandeza do Estado do Mato Grosso como produtor de alimentos para o mundo. Aliás, o Centro-Oeste do Brasil é um celeiro do mundo. É claro que acrescentamos aí outros Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, mas o Centro-Oeste do País, em desenvolvimento, com áreas agricultáveis imensas, vai se consolidando como o grande celeiro do mundo, necessitando de obras de infra-estrutura essenciais para o escoamento da produção.

Peço ao Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que acrescente os dez minutos que faltaram, porque,

depois da Ordem do Dia, o tempo é de 20 minutos, e não 10, para a campanha não ficar nos atormentando a cada minuto.

Concedo o aparte ao Senador Gilberto Goellner, com prazer.

**O Sr. Gilberto Goellner** (DEM – MT) – Senador Álvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> traz à Casa um assunto muito oportuno e que hoje ocupa as manchetes da mídia internacional, não só no Brasil. Pela manhã, estivemos visitando o Congresso Nacional com uma comissão de Deputados do Parlamento europeu. O assunto era o mesmo. Os Deputados, recebidos em uma comissão mista de agricultura da Câmara e do Senado, ouviram dos Parlamentares brasileiros importantes ponderações quanto ao comércio internacional, à produção de alimentos, à produção de biocombustíveis. V. Ex<sup>a</sup> fala que o custo de produção das principais culturas brasileiras de exportação e de manutenção de toda a subsistência nacional está comprometido com o elevado custo dos fertilizantes. Eu iria ao encontro de uma necessidade da agricultura brasileira. O Governo está, durante esta semana, promovendo uma renegociação parcial das dívidas que esses mesmos produtores acumularam devido aos últimos três anos de queda substancial do câmbio, da valorização do real frente ao dólar. Isso tudo tem levado os produtores, além da seca que ocorreu no sul do País – nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins –, nos últimos três anos, há um decréscimo de renda dessa atividade. Assim, é um estímulo hoje do Governo propor uma renegociação eficiente dessas dívidas, fazendo não só o que já foi colocado – que, a partir de 1º de abril, seriam alongados e diminuídos os juros –, mas também a antecipação dos mesmos a partir de 1º de janeiro. Isso é essencial, porque estaríamos promovendo a produção de alimentos, incentivando os produtores a realizarem, com recursos mais eficientes, a aquisição dos insumos já caros, como V. Ex<sup>a</sup> tem exposto, e viabilizando assim, urgentemente, o plano de safra, porque o Brasil parou. Os custos aumentaram e a previsão de resultado financeiro fica muito decrescida. Portanto, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pelo oportuno assunto que traz à Casa, que é a falta de alimentos que poderá ocorrer não só no Brasil, mas no mundo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que, como especialista que é – e nós o reconhecemos –, terá uma contribuição muito importante para o debate que o Senado Federal deverá travar daqui por diante, já que este será um assunto da pauta permanente nos próximos anos, não só no Brasil como no mundo todo.

Nós não estamos anunciando uma catástrofe, como já dizemos, mas há aí um sério desafio à frente,

que deve ser enfrentado pelas autoridades governamentais de todo o mundo.

Concedo ao Senador Flexa Ribeiro, com prazer, o aparte que solicita.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna um assunto que preocupa o mundo globalizado, que é o aumento dos alimentos, gerando inclusive uma crise internacional que pode acarretar um aumento da fome que já se espalha por todo o mundo. V. Ex<sup>a</sup> fez referência ao seu Estado, o Paraná, ao Estado do Mato Grosso, ao Centro Oeste, e quero dizer que a fronteira agrícola também está presente na Amazônia. O jornal *O Globo* de hoje reproduz uma matéria do **Financial Times**, que diz: “Brasil é solução óbvia para a crise”. A matéria vem exatamente ao encontro daquilo que V. Ex<sup>a</sup> traz, com toda a sua competência e conhecimento, à tribuna. “O Brasil é uma solução óbvia, mas esquecida, para alta global dos preços dos alimentos”, afirmou ontem o jornal inglês **Financial Times**. O diário de negócios ressaltou que o País tem enormes reservas de área cultivável não utilizada, a maior parte usada hoje como pastagem. O **Times**, no entanto, não deixa de lado o maior entrave à produção agrícola brasileira. Diz o jornal: “as tarifas proibitivas de Europa e Estados Unidos”. Senador, assisti ontem a um programa de televisão em que estava a própria Ministra Marina Silva num evento com o Ministro do Meio Ambiente da Alemanha. Ela fez uma afirmação correta, de que podemos e temos tecnologia, como V. Ex<sup>a</sup> colocou aí, para duplicar, triplicar a produção de alimentos no Brasil sem derrubar uma única árvore da Amazônia, basta que se usem de forma inteligente e correta as áreas já alteradas, aquelas áreas já abertas, e que se faça então a compensação da reserva legal em áreas de preservação. Vamos poder, sim, transformar o Brasil num **player** de solução para o problema da crise de produção de alimentos no mundo. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, que é também profundo conhecedor dessa matéria.

A falta de financiamento ao produtor é outro obstáculo ao aumento da safra de grãos: apenas 20% dos recursos financiados ao produtor são provenientes de bancos públicos, com taxas de 6,75% ao ano. O restante, 80%, é obtido à taxa de mercado, com juros estratosféricos ou junto a empresas **tradings**. Outro entrave ao aumento da produção, aqui já mencionado, é o custo dos fertilizantes e defensivos agrícolas, com a presença do oligopólio predominando.

A questão do endividamento dos agricultores, ainda em aberto nas intermináveis rodadas de negociação

com o Governo – já fez referência o Senador Gilberto –, recebe o impacto da previsão de aumento da carga tributária. Em que pese o esforço das partes envolvidas nas negociações, a proposta do governo para resolver o endividamento não atende ao setor. O aumento da arrecadação no primeiro trimestre de 2008 indica que a carga tributária deve continuar a sua escalada em 2008. Os contribuintes brasileiros pagaram R\$18 bilhões a mais em impostos no primeiro trimestre de 2008, se comparado ao mesmo período de 2007.

O agronegócio brasileiro, neste momento de crise mundial de aumento de preços e escassez na oferta de alimentos, incorpora novas vertentes estratégicas. O Governo precisa valorizar o papel do produtor e oferecer financiamento adequado à produção.

Algumas conclusões, agora, para encerrar meu pronunciamento, Senador Mão Santa.

A magnitude da crise: “Numa análise superficial, estimamos que o aumento de 100% no preço da comida nos últimos três anos poderá jogar 100 milhões de pessoas de países de Terceiro Mundo mais fundo na pobreza”. É a previsão do Presidente do Banco Mundial.

As verdadeiras causas da crise que se delineia são apontadas em várias frentes. É fato que entre 1975 e 2004 os preços dos alimentos caíram em média 75% (dados da **Economist Intelligence Unit**).

Em meio às perspectivas de desaceleração econômica global, na esteira da crise no mercado imobiliário americano, as estimativas do Banco Mundial são de que o arroz, em 2008, será o grande vilão dos alimentos, com uma alta acumulada de 52,3%, seguido pelo trigo, com 39,5%.

Os prognósticos não são animadores: a pobreza deverá voltar a crescer. Milhões de consumidores que haviam sido incorporados ao mercado nos últimos anos deverão perder acesso. A fome do mundo também deverá aumentar – e não apenas nos países mais pobres.

“Passamos uma crise muito grave. Para quem gasta a maior parte do salário com comida, a alta dos preços dos alimentos é um problema muito sério. Veremos muitas greves e protestos por causa de comida”. Quem afirma é Kofi Annan, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas.

“Essa é a nova face da fome. Pessoas que há seis meses não passavam fome, agora passam.” Palavras de Josette Sheeran, Diretora do Programa Mundial de Alimentação da ONU.

A alta dos preços dos produtos agrícolas já é responsável por uma onda de protestos em todo o mundo. Alguns exemplos. No Haiti, o Presidente Jacques Edouard Alexis deixou o cargo no início de abril, após

uma série de manifestações contra a elevação dos preços dos alimentos: saldo de cinco mortos e quarenta feridos. No Egito, o aumento do preço do pão, em decorrência da alta do trigo, provocou distúrbios de rua com um saldo de quatro mortos. Na Índia, a falta de alimentos motivou manifestações. Na Argentina, o contorno da crise culminou com o protesto dos produtores que cortaram o abastecimento dos supermercados durante várias semanas. Eles alegaram prejuízos com as restrições impostas pelo governo às exportações de alimentos.

As causas da crise são elencadas em diferentes níveis.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Uns preferem “jogar a culpa” na escalada dos subsídios americano e europeu para a agricultura. Outros preferem responsabilizar o impacto da alta do petróleo no agronegócio, em particular no transporte e nos fertilizantes. Existe ainda quem atribua ao aumento dos preços de outras matérias-primas, como o minério de ferro, usado na produção de aço (base para a fabricação de tratores e outros bens), a causa da elevação dos preços dos alimentos.

Todavia, segundo a maior parte dos especialistas, há um flagrante descompasso entre a oferta e a demanda de alimentos. Hoje, a produção simplesmente não é suficiente para suprir a procura. Um estudo realizado pela FAO prevê um crescimento na oferta mundial de 4,6%, neste ano, para 2,10 bilhões de toneladas. Mesmo assim, ainda pouco abaixo da demanda de 2,12 bilhões.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

No turbilhão da crise de escassez e preços de alimentos, sem dúvida...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ...podemos nos firmar como uma potência agrícola. Segundo o Banco Mundial, o Brasil é o que tem a menor “área agricultável” em relação à área total na América Latina e, provavelmente, em todo o mundo. O Brasil produz hoje cerca de 140 milhões de toneladas de grãos por ano, numa área agricultável de 47 milhões de hectares, ocupando apenas 5,4% do território nacional. Apenas 5,4%! Calcula-se que, excluídas as florestas e as áreas de conservação ambiental, haja ainda 90 milhões de hectares virgens, que somam 11% da área do País. O Brasil é visto como um das principais alternativas para viabilizar o aumento da oferta de alimentos.

Em que pese termos uma eficiente produção – muito superior à média de outros países –, não pode-

mos continuar nos valendo apenas de características como um vasto território, clima adaptado, gente...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ...capacitada e vocacionada à produção e tecnologia desenvolvida. Precisamos eliminar os entraves logísticos que comprometem o escoamento das nossas safras: estradas mal conservadas, portos ineficientes, gargalos energéticos etc.

Para concluir, Sr. Presidente, o aumento da produtividade do campo não é uma tarefa do produtor isoladamente. Cabe ao Governo agir e entrar em campo! O produtor necessita de mais financiamento, mais recursos e apoio técnico, notadamente os pequenos e médios produtores.

As grandes nações ricas do mundo precisam sepultar o seu egoísmo, acabar com essa política protecionista de barreiras alfandegárias e não alfandegárias, que acabam massacrando o produtor de países emergentes e desestimulando a produção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Brasil viu a competência dos irmãos Dias. Hoje, assistimos a um pronunciamento do Senador Osmar Dias sobre educação, e já conhecíamos a sua excelência em agricultura. Agora, esse homem de grande cultura apresentou profundos conhecimentos e preocupações que devemos ter quanto à produção de alimentos.

Convidamos para usar da palavra como orador inscrito, por cessão do Senador Papaléo Paes, o Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas e uma das vidas mais brilhantes na política: foi Líder do PRN, Líder do PMDB, Presidente desta Casa e um dos melhores Ministro da Justiça deste País.

Dou testemunho como Governador do Piauí: o que existe lá de penitenciárias, nós agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apresentei, recentemente, aqui no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 142, de 2008, que trata dos Arranjos Produtivos Locais, os chamados APLs.

Eu gostaria que o Parlamento, a sociedade brasileira e as instituições que atuam no segmento do desenvolvimento regional debatessem profundamente essa matéria.

Como sabem os senhores, o BNDES aplica recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador em projetos de desenvolvimento econômico. É uma determinação constitucional.

Com este projeto, Sr. Presidente, uma parte desses recursos seria destinada a estimular os Arranjos Produtivos Locais, conforme, obviamente, critérios que preservem a adequada remuneração dos recursos do FAT.

O cenário empresarial do mundo, nas últimas décadas, passou por grandes mudanças, por grandes transformações, influenciado fortemente pelo fenômeno da globalização.

Por isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é necessário estimular novos modelos de produção para que o desenvolvimento social e econômico leve em conta, sobretudo, as vocações regionais.

Entre tais modelos, destacamos os APLs, que são, na verdade, sistemas produtivos com forte articulação interna na sua cadeia.

Além disso, esses arranjos estão vinculados a determinadas localidades, justamente porque nelas há vantagens que podem ser exploradas, tais como o estilo cooperativo, o conhecimento técnico ou artesanal específico.

Assim, pequenas e médias empresas estabelecidas em localidades com essas características acabam se mostrando capazes de enfrentar os mercados, inclusive, Sr. Presidente, em nível internacional.

A Alemanha, a Dinamarca, a Finlândia, a Espanha, a França, a Itália, os Estados Unidos, a Coreia do Sul e a Índia são nações que vêm estabelecendo políticas de desenvolvimento das médias, pequenas e microempresas com base no incentivo aos arranjos produtivos locais.

No Brasil, Srs. Senadores, a experiência positiva dos APLs pode ser comprovada no Pará, no ramo de frutas; no Mato Grosso do Sul, com a cerâmica; em Serrana, Minas Gerais, na área de calçados; no Rio de Janeiro, no Município de Santo Antônio de Pádua, o setor de rochas ornamentais avança graças ao APL; em Pernambuco, o Porto Digital de Recife é outro bom exemplo, sem dúvida.

**O Sr. Adelmir Santana** (DEM – DF) – Senador Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Permitirei já o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Adelmir.

Em Alagoas, os setores de tecnologia da informação, de piscicultura, movelaria e turismo desenvolvem-se cada vez mais em formato de APL.

Concedo com satisfação o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Adelmir Santana** (DEM – AL) – Quero louvar a atitude de V. Ex<sup>a</sup> ao apresentar esse projeto sobre APLs e dizer que, no Brasil também, além desses países citados, temos uma instituição de caráter nacional que tem se envolvido sobremaneira com todos esses movimentos de APLs no Brasil, que é o

Sebrae. O Sebrae tem naturalmente proporcionado o surgimento de todas as cadeias produtivas ligado a APLs locais, incentivado-as através da formação de pequenos empresários, pequenas e microempresas. Eu louvo, portanto, a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>. No Brasil, o Sebrae, por meio da capilaridade dos Sebraes estaduais em todo o País, tem estado frente a esses APLs, pelo qual demonstra muito interesse, de forma muito constante e presente. Parabênzo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Agradeço muito, muito mesmo a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte e pela lembrança, sobretudo, do belíssimo trabalho que faz, no Brasil, o Sebrae com relação a esses APLs.

O BNDES também vem apoiando sistematicamente os Arranjos Produtivos Locais a ponto, Srs. Senadores, de ter criado uma área específica para fomentar o crédito ao segmento.

Por isso mesmo, esse projeto vem no sentido de fortalecer o papel do Banco no fomento aos APLs por meio da destinação legal de recursos para esse grande modelo de produção.

Trata-se de proposta legislativa compatível com os objetivos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, porque se volta verdadeiramente para a geração de novos postos de trabalho e para a elevação da renda regional.

O projeto também inclui o critério do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – para balizar os programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES.

A idéia é que os projetos demonstrem metas e indicadores concretos da melhoria das condições humanas e sociais das áreas beneficiárias. Isso, sem dúvida, favorecerá áreas e regiões que, apesar das vantagens competitivas, ainda apresentam baixos índices de IDH.

Acredito, Sr. Presidente, que são temas como este que aproximam o Senado Federal das reais necessidades do País e da sociedade organizada.

Espero ainda que este projeto possa, por meio do debate parlamentar – entendo que seja necessário aprofundá-lo –, colaborar efetivamente para a superação de possíveis gargalos na implementação dos APLs, como política pública relevante para o desenvolvimento regional e para a geração de emprego e renda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Renan Calheiros, motivando o Governo a dedicar-se a criar emprego, convidamos para usar da palavra o Senador César Borges, como Líder do PR. Acreditamos no poder do Senhor do Bonfim. Respeitamos a obra de

Antonio Carlos Magalhães, mas foi o Senador César Borges que mais incrementou o desenvolvimento industrial do Nordeste, levando a fábrica Ford à Bahia e ao Nordeste.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, sei do seu apreço pela minha pessoa. Daí as palavras sempre carinhosas e elogiosas que aproveitou a oportunidade para agradecer-lhe.

Sr. Presidente, assomo à tribuna para relatar uma reunião ocorrida na quinta-feira da semana passada, no dia 24, em Tóquio, no Japão, quando se reuniram brasileiros e japoneses para reafirmar a amizade entre os dois países. Ali se comemorava o Centenário da Imigração Nipônica ao Brasil.

O Senado esteve representado com a delegação de Senadores nesse tão importante e significativo momento. Sr. Presidente, esse centenário é tão importante para o Japão que o ato solene foi presidido pessoalmente pelo Imperador Akihito, cuja presença ressaltou a importância recíproca atribuída a ambos os países. Houve um pronunciamento do Imperador, dizendo das três vezes em que S. Ex<sup>a</sup> esteve no Brasil, como príncipe herdeiro e como Imperador, e as boas e gratas lembranças daquelas visitas.

Não é fato comum a presença de um Imperador nessas solenidades. Mais do que isso, Sr. Presidente, ali estavam o Imperador Akihito, sua esposa, Imperatriz Michiko, e também o Príncipe herdeiro, Naruhito, além das principais figuras políticas do Japão: o Primeiro-Ministro, o Ministro das Relações Exteriores, ou seja, estava ali realmente a representação máxima do Estado do Japão. Pelo Brasil, representando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estava a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

A Ministra Dilma Rousseff se encontrou, antes da solenidade oficial, com os Parlamentares presentes àquela reunião e deu conhecimento das negociações mantidas com as autoridades japonesas, principalmente na área econômica, e dos projetos de interesse japoneses e brasileiros, especialmente os projetos brasileiros. Eu cito o trem de alta velocidade entre São Paulo e Rio de Janeiro e as novas usinas hidrelétricas movidas por energia nuclear. Também com relação à TV digital e a tantos outros projetos, o Japão, uma nação desenvolvida de primeiro mundo, já tem contribuído e pode contribuir muito com o País.

Na verdade, é uma continuidade, Sr. Presidente, de uma parceria muito forte, que foi mais forte num passado recente, nas décadas de 70 e 80, com financiamentos japoneses, pelo GBIC. Na Bahia, inclusive, o GBIC participou do esforço da área de saneamento,

em um programa chamado Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos, mais conhecido como Bahia Azul. Ele fez o co-financiamento de parte desse projeto e também atuou em outros projetos, como no Estado de Tocantins – lá estava o ex-Governador Siqueira Campos, também prestigiando esse evento. Então, esses financiamentos japoneses ajudaram a ocupação agrícola do cerrado brasileiro.

Lamentavelmente, isso diminuiu nos últimos anos, mas espero que seja retomado o quanto antes. Recentemente, verificamos a integração da economia japonesa, dos projetos japoneses com a tevê de alta definição do Brasil.

Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos, as histórias do Brasil e do Japão se cruzaram em 1908, quando o navio Kasato Maru chegou ao porto de Santos vindo da cidade de Kobe, no Japão. Também tivemos oportunidade de ver que essa cidade participou de todos os eventos por intermédio do seu cônsul-geral e da Embaixada Brasileira no Japão.

O navio Kasato Maru veio para o Brasil trazendo 781 japoneses a bordo. Naquele tempo, o Japão era uma nação exaurida pela explosão populacional e pelos gastos provocados por guerras travadas, na época, contra a China e a Rússia, apesar da modernização conduzida nas décadas do final do século XIX pela chamada Revolução Meiji, de 1867. O Japão tinha sérios problemas.

O Brasil tinha interesse pela vinda dos japoneses, principalmente devido à interrupção, em 1902, do fluxo de imigrantes italianos, que fez com que as fazendas cafejeiras precisassem de trabalhadores.

Foi um início difícil para aqueles imigrantes. Lá, há um museu mostrando a saga desses homens, dessas famílias japonesas que vieram no Kasato Maru e, posteriormente, o processo que se seguiu de imigração.

Levados para as fazendas de café, viviam muitas vezes em condições análogas às de escravo. E o choque cultural era imenso, num lugar de língua e hábitos diversos, no qual sequer tinham acesso ao arroz, comida básica do povo japonês que aqui chegou.

A vida dos imigrantes só começou a melhorar depois que passaram a trabalhar em regime de parceria na lavoura com os proprietários de terra, sistema pelo qual era possível partilhar a produção e ainda plantar outras culturas.

Hoje, Sr. Presidente, cem anos depois dos primeiros imigrantes, o Brasil tem a mais numerosa comunidade nikkei, que são japoneses nascidos fora do Japão ou que vivem regularmente no exterior, com mais de um milhão e meio de pessoas descendentes daqueles imigrantes. Paralelamente, a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior está no Japão.

São aqueles que respondem por uma grande parcela de recursos que ingressam no Brasil todos os anos, mandada pelos dekasseguis. Eles hoje têm uma comunidade no Japão em torno de 350 mil brasileiros, Sr. Presidente, que já dispõem, inclusive, de revistas próprias e jornais dedicados a essa comunidade.

Até mesmo a Bahia, Estado que se notabiliza pela hegemonia da cultura afro-brasileira, recebeu também imigrantes japoneses já na década de 50 do século passado. A primeira colônia foi criada em Una, no sul do Estado; a segunda em Ituberá, em 1954; por último, a Colônia JK, em Mata de São João, em 1959. Exatamente 172 famílias japonesas foram trazidas para as três colônias na Bahia, entre os anos de 1953 e 1962.

O contrato assinado entre Brasil e Japão exigia no mínimo a permanência de três anos, mas praticamente todos ficaram na Bahia. Graças a isso é que temos hoje na Bahia netos de japoneses tocando berimbau e exímios sushimen de origem africana.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a integração entre brasileiros e descendentes de japoneses hoje é total. Há vários exemplos de homens públicos importantes que participaram e participam da vida nacional. Mais recentemente eu cito a escolha, pelo Presidente Lula, para o comando da Força Aérea Brasileira, de um filho de imigrantes japoneses, o Brigadeiro Juniti Saito.

O Brigadeiro Saito é um nissei, um filho de imigrantes, mas a geração dele já se desdobrou nos sanseis e yonseis, netos e bisnetos dos primeiros japoneses que chegaram ao Brasil.

De acordo com estudo da historiadora Célia Oi, divulgado pela revista *Veja*, 61% dos membros da terceira geração de nipo-descendentes, os yonseis, já são mestiços, contando com pelo menos um ascendente de origem não-japonesa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitos dos que vieram para o Brasil pensaram numa passagem talvez transitória pelo nosso País. Entretanto, dos quase 190 mil japoneses que imigraram para o Brasil até a Segunda Guerra Mundial, menos de 10% retornaram à terra natal. A imensa maioria ficou para sempre entre nós e ajudou a construir a história deste País.

Nós, aqui do Senado, agradecemos esse esforço que empreenderam para o Brasil. A presença, hoje, dessa comunidade é marcante na maioria dos Estados brasileiros, no Parlamento brasileiro. A Câmara dos Deputados esteve representada nesse evento das comemorações dos cem anos por diversos Deputados de origem japonesa, nikkeis, e agora os seus descendentes estão aqui representando bem o nosso País e o nosso povo.

Ouçõ o aparte do Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> traz um relato da viagem da Comitativa Parlamentar Brasileira ao Japão, que esteve presente à cerimônia de início das comemorações do centenário da emigração japonesa para o Brasil. Lamentavelmente, não pude fazer essa viagem, ainda mais por ser Vice-Presidente do Grupo Parlamentar que organiza as comemorações do centenário, presidido pelo Deputado Takayama. O meu Estado, o Pará, detém a terceira maior colônia japonesa no Brasil. Nesse sentido, temos um dever de gratidão para com o povo japonês, que veio há cem anos para o Brasil pelo Kasato Maru e nos ajudou a desenvolver o nosso País. E o meu Estado do Pará tem nos japoneses colaboradores valorosos no desenvolvimento, principalmente, no início, da agricultura e, posteriormente, em todas as atividades. Grandes grupos empresariais são descendentes de japoneses que vieram nesses navios e se estabeleceram no Pará e, hoje, seus filhos e netos participam do desenvolvimento da nossa região e do nosso Brasil. Parabéns a todos os imigrantes japoneses, aos seus descendentes, que orgulham a todos nós por nos ajudarem a construir o nosso País.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu incorporo inteiramente o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que todos aqueles que vivem com essa comunidade sabem o trabalho em prol do desenvolvimento do nosso País pelos imigrantes japoneses que aqui aportaram a partir do Kasato Maru e que continuou até as décadas de 50 e 60, além da amizade que existe hoje entre esses países.

O País vivia uma crise econômica. Hoje temos 350 mil de kasseguis no Japão, são verdadeiras comunidades implantadas. Temos um único advogado permitido pela OAB, um brasileiro que está advogando. Pense-se na possibilidade de se dar uma representatividade através de eleição de um representante dessa comunidade junto ao Governo brasileiro.

Há interesse em que aqueles que foram do Brasil para lá sejam educados também na língua portuguesa. É necessário dar o apoio para que professores de língua portuguesa estejam assistindo àquelas crianças.

Sr. Presidente, assisti, emocionado, a uma apresentação de um grupo de crianças que estavam ali, crianças brasileiras ou nascidas no Japão, mas filhos de brasileiros, falando em japonês e em português, cantando músicas japonesas e músicas brasileiras, coisa que emocionou a todos.

Ressalto a importância do evento mais uma vez. Não foi um evento qualquer. Foi um evento que contou com a participação do Imperador do Japão. E o Imperador do Japão é algo que eles consideram semidivino, se não for divino. Ele renunciou à divindade, mas isso

foi formal, porque continua esse culto à divindade do Imperador. Há um respeito muito grande pela figura do Imperador. Ele, sua esposa, a Imperatriz e também o príncipe herdeiro estiveram presentes.

Depois, houve uma recepção oferecida por ele, que se confraternizou com todos os brasileiros que estavam ali presentes. Ele não se ausentou e ficou sendo cumprimentado, algo inusitado, mostrando a deferência que o povo japonês tem pela imigração que foi feita e por toda essa relação existente entre o Japão e o nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, faço questão, hoje, de ressaltar a magnitude desse fato, que vai ter continuidade no âmbito de colaboração entre os países e mesmo de comemoração sobre esse fato que agora vai se dar no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador César Borges traz um brilhante pronunciamento sobre a relação Brasil/Japão, iniciada há mais de um século. Mesmo sofrendo os impactos da Segunda Guerra Mundial, essas duas nações, embora naquele período adversárias, hoje irmanam-se. E nós temos de agradecer aos japoneses que aqui estão e que fazem o progresso do Brasil, como aos brasileiros que lá estão e fazem o progresso do Japão.

Agora, seguindo a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador Gilberto Goellner, de Mato Grosso, e, em seguida, como Líder, o Senador José Agripino, do DEM. Depois, o Senador Flexa Ribeiro, que o Pará e o Brasil aguardam ansiosamente ouvir.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em dezembro do ano passado, o Governo Federal formalizou ações adicionais relativas à proteção de áreas ameaçadas de degradação e à racionalização do solo no bioma Amazônia, para prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal.

Inicialmente, foram consideradas ações em 36 municípios dos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Em março de 2008, o Ministério do Meio Ambiente ampliou a área das ações para todos os Municípios do bioma Amazônia, englobando, assim, a totalidade dos municípios dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima e ainda 216 municípios dos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

Entre as ações previstas, principalmente pela Resolução nº 3.545, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central, estão as que obrigam os proprietários a procederem à atualização cadastral de

seus imóveis rurais junto ao Incra e as que impedem a concessão de créditos oficiais e venda de produtos e subprodutos produzidos nos imóveis que não atenderem aos procedimentos exigidos pelo Ministério do Meio Ambiente.

Estão excluídas dessas ações as propriedades que integram os assentamentos de reforma agrária e os enquadrados na agricultura familiar, mesmo diante das evidências de que os produtores que estão nessas propriedades contribuem com cerca de 30% do total do desmatamento que ocorre na Amazônia.

Em fevereiro de 2008, os Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, por meio da Polícia Federal e do Ibama, desencadearam a Operação Arco de Fogo, com a finalidade de combater exploração ilegal de madeira na Amazônia Legal, abrangendo, sobretudo, os Estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essas ações levadas a efeito nos Municípios desses Estados vêm criando um clima de insegurança e de intranquilidade entre os produtores rurais, estes impedidos inclusive de produzir alimentos. Uma coisa é o desmatamento; outra coisa é a possibilidade rápida de se fazer o enquadramento, de se fazerem os laudos ambientais únicos, de se fazer o georreferenciamento, de se fazer o enquadramento rápido de uma medida que vai ser impossível de ser efetivada em curto espaço de tempo, sendo que as culturas têm prazo para se plantarem e para se colherem. Uma coisa é o desmatamento; outra coisa é pegar produtores que estão em atividade. Simplesmente por pertencerem à Bacia Amazônica, eles vão ser impedidos hoje de continuar produzindo.

As indústrias madeireiras, estas sim, foram enquadradas praticamente na sua totalidade.

Na semana passada, junto com a Comissão do Meio Ambiente, subcomissão do desmatamento, e a Comissão aqui do Senado, presidida pelo Senador Jayme Campos, e a da Crise Ambiental, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, visitamos o Estado de Rondônia. Ali vimos madeireiras operando legalmente simplesmente fechadas. Uma população inteira, nos Municípios de Machadinho d'Oeste e Cujubim, totalmente paralisada. A cidade entrou em caos econômico: nada mais entra, nada mais sai. Mais de mil famílias foram prejudicadas e estão hoje vivendo à custa do Bolsa Família.

Os reflexos dessas ações criaram uma crise nos Municípios envolvidos, com ocorrência de desemprego, queda da atividade econômica e que vem se transformando em clima de desolação. E o que vimos lá foi que a população local, sem oportunidade de emprego e sem a possibilidade de cumprir os seus compromissos financeiros e até mesmo o seu sustento, vem fazendo a triste peregrinação em busca do que fazer

e como fazer para se sustentar. As administrações locais, já combatidas pelo efeito da crise, não conseguem assegurar à população os meios para minimizar os efeitos da crise, nem mesmo de conceder cestas básicas de alimento.

As lideranças locais vêm levantando e lamentando esse caótico estado de crise, e os Parlamentares têm acompanhado essa situação nas constantes incursões que fazem aos seus Estados, sem que possam, isoladamente, tomar medidas para que os efeitos dessa crise sejam minimizados.

Assim, a Comissão do Risco Ambiental, do Senado Federal, acompanhando todo esse processo, juntamente com a Comissão de Crise Ambiental da Amazônia, atua para verificar exclusivamente o programa do Decreto nº 6.321 e os fatos relacionados ao levantamento do Inpe em seu mapa do desmatamento. Tais comissões, como já falei, são presididas, respectivamente, pelo Senador Jayme Campos e pelo Senador Flexa Ribeiro. Tenho a honra de integrar essas comissões, até porque represento o Estado do Mato Grosso, que está diretamente ligado a esses fatos. Na minha atividade como agropecuarista, sei do envolvimento e da necessidade de respeito ao meio ambiente.

Essas duas comissões realizam intenso programa de visitas e de contatos nos Estados envolvidos – inicialmente no Estado do Pará e agora em Rondônia e, proximamente, no Estado do Mato Grosso. Tivemos a participação efetiva do Presidente da Assembléia do Estado de Rondônia, do Governador Ivo Cassol, de prefeitos e vereadores, de representantes dos setores produtivos, de trabalhadores, de lideranças locais, de mais de 600 produtores de assentamentos, todos envolvidos com essa situação. Essa visita e esses contatos sempre contaram, então, com a presença de autoridades públicas e de representantes inclusive de ONGs que atuam naquelas áreas.

Tive oportunidade de participar dessas visitas e de suas audiências públicas e pude testemunhar o gravíssimo quadro de crise, de insegurança e de desolação por que vêm passando esses Municípios e suas populações. Um quadro realmente caótico, deprimente e altamente preocupante, um verdadeiro “buraco social”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não quero aqui agora apresentar estatísticas, números ou análises mais refinadas dos dados disponíveis sobre os desmatamentos. Também não quero criticar ou justificar as iniciativas e as ações realizadas pelos governos e pela população daquelas regiões ou, como é usual, identificar culpados ou patrocinadores dessas ações e tirar delas vantagens políticas. Essa é uma discussão profunda e altamente complexa, que tem de ser

feita com altruísmo e que, no momento, não é objeto da minha manifestação neste plenário.

Mas não posso deixar de manifestar a minha profunda preocupação com o quadro desolador que presenciei naquelas regiões – especialmente nos Municípios de Machadinho d’Oeste e Cujubim, em Rondônia – e de alertar sobre seus possíveis desdobramentos, os imprevisíveis desdobramentos para a economia local e para a população que reside naquelas localidades distanciadas do olhar dos dirigentes deste País. Realmente, dificilmente os órgãos governamentais – o Inbra e o IBAMA – têm a noção exata do grande caos que ocasionaram essas medidas policiaiscas ...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – ...**  
da Polícia Federal e do Ibama.

Também, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar – até para que não seja deturpada esta minha manifestação – que não estou defendendo e não defendo o ilegal desmatamento na Amazônia, a ilegal retirada e venda de madeiras ou quaisquer atividades e práticas que não sejam auto-sustentadas e estejam ao arrepio da legislação em vigor. Ao contrário, sou defensor do desmate ilegal zero.

Mas, Sr. Presidente, quem conhece as regiões interioranas do Norte do Brasil sabe que lá se concentra um contingente populacional importante, sobretudo 23 milhões de brasileiros que, num ambiente carente de opções econômicas, precisam trabalhar e ter recursos para alimentar e custear suas famílias. Assim, a supressão, de um momento para outro, de suas possibilidades de trabalho e de sustento criam uma terrível crise social.

E esse é o ponto que me preocupa. O Governo Federal toma uma iniciativa dessa envergadura – repito: não estou emitindo juízo de valor – sem que, paralelamente, sejam articuladas e implementadas medidas para compensar os efeitos desses impedimentos na população local e uma política de incentivo e de valorização para manutenção das florestas naturais e opções econômicas viáveis.

Realmente, os assentados não têm outra atividade a não ser explorar dignamente num novo modelo de exploração. Quem sabe a integração de projetos com três ambientes de atividades agrícolas – agro, pastoril e silvícola – seja uma forma de estarmos mudando o perfil de produção dessas áreas degradadas da Amazônia?

Nada está sendo feito além de ações impeditivas e punitivas. Uma visão policialasca e míope, que demonstra o descaso e a desatenção com as populações pobres da distante e desassistida Amazônia

brasileira. Um conjunto de ações voltado unicamente para os holofotes nacionais e internacionais e, sobretudo, para as urnas eleitorais dos grandes centros populacionais urbanos.

Hoje pela manhã, inclusive, quando da visita de doze deputados do parlamento europeu à Comissão de Agricultura Mista da Câmara e do Senado, verificamos que os Deputados colocaram que o Brasil cria gado em áreas que hoje poderiam ser florestas, sendo que a autoridade que o Brasil tem em falar de conservação de floresta é muito grande. O Brasil ainda possui 69,4% das florestas nativas originais em pé; e o continente europeu, apenas 0,3%. Quer dizer, com que autoridade os europeus vêm aqui e querem ditar norma?

Vamos fazer, sim, com que medidas complementares sejam colocadas à disposição para que se remunere, então, o produtor que está lá conservando a floresta, para que ele tenha renda e auto-sustentabilidade; além de outras ações voltadas para a viabilização da exploração auto-sustentada e de manejo legal para o desenvolvimento da atividade madeireira, que é nobre, assim como o são outras atividades econômicas de exploração agrícola.

Também não se buscam identificar as causas que têm provocado esse estado de crise por que passam aquelas regiões e tampouco identificar e implementar medidas para que possam minimizá-las e evitar que se agravem.

Até porque a repercussão é maior e, infelizmente, por gerar maiores dividendos políticos entre a população urbana, tem sido mais fácil implementar mutirões policiaiscos e punitivos discriminatórios, “caçar cabeças de pessoas culpadas”, punir os desassistidos “favêlados” das miseráveis regiões distantes dos grandes centros populacionais.

Ou também porque, agindo assim, o Governo Federal omite a sua incompetência na gestão e fiscalização dos recursos florestais de sua propriedade, na implementação de ações educacionais à população que ali vive, na assistência aos produtores assentados da reforma agrária e a pequenos produtores da agricultura familiar, na ineficácia de suas políticas públicas para as regiões do interior e de seu papel institucional de promotor do desenvolvimento.

Sr. Presidente, mesmo não querendo me delongar neste pronunciamento, sinto-me, no entanto, aproveitando esta oportunidade, na obrigação de alertar que o que tem contribuído muito para o crescimento do desmatamento no Brasil, notadamente na Amazônia, é a protelação indefinida de se votar a Medida Provisória nº 2.166, de 1966, que tramita no Congresso Nacional desde agosto de 1996 – há portanto, quase doze anos.

É injustificável o Brasil ter o seu Código Florestal regulado por uma precária medida provisória ainda não votada pelo Congresso Nacional e, portanto, não transformada em lei e ainda sujeita a ser alterada a qualquer momento.

**O Sr. Expedito Júnior** (Bloco/PR – RO) – Senador Gilberto Goellner, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (DEM – MT) – Pois não, Senador Expedito Júnior.

**O Sr. Expedito Júnior** (Bloco/PR – RO) – Desculpe-me eu atrapalhar V. Ex<sup>a</sup>, que está tão concentrado no seu pronunciamento, mas eu não poderia deixar de cumprimentá-lo, ainda mais quando se fala da Medida Provisória nº 2.166. Eu acredito que o povo do Mato Grosso e o povo brasileiro devem estar aplaudindo V. Ex<sup>a</sup> neste momento, principalmente o povo do Mato Grosso. Um dos grandes Senadores que defendia o tema, na tribuna desta Casa e nas comissões do Senado, era o Senador Jonas Pinheiro, que percorreu o País inteiro, praticamente junto com o Relator. A matéria inclusive ficou conhecida como a Emenda Micheletto, referente à MP nº 2.166, exatamente regulamentando essa questão das nossas florestas, áreas degradadas, enfim, tratamos sobre tudo. Infelizmente, essa medida provisória está pronta para ser votada, e não sei por qual motivo não é votada. Mas eu não poderia deixar de cumprimentá-lo exatamente por ter percorrido o meu Estado. Eu disse hoje aqui, no meu pronunciamento, que fiz questão de levá-los em duas áreas: uma que são as áreas de reserva – estava o Senador Flexa Ribeiro –, verificando que há um compromisso do Estado de Rondônia e há o consenso já do povo rondoniense, principalmente do amazônico, que é de manter as nossas florestas; principalmente as nossas florestas estão intactas; eu fiz questão de mostrar como estavam conservadas as nossas reservas; e fiz questão de mostrar também e apontar o direcionamento e o foco – que acredito está errado nessa questão da Operação Arco de Fogo – exatamente onde estão os desmatamentos; é exatamente nas áreas assentadas, nos assentamentos feitos pelo próprio Incra, ou nas áreas de invasões também feitas pelo próprio Incra. Então, fica aqui o nosso apelo que fiz hoje, na tribuna do Senado: pelo amor de Deus, não é possível que se faça o que estão fazendo com o Estado de Rondônia e com o Pará.

E vejam que há divergência nesses dois Estados. Rondônia está fazendo seu dever de casa. Temos os nossos planos de manejo prontos. Há divergência entre o Ibama e a Secretaria do Meio Ambiente Estadual sobre a questão dos índices, sobre a questão das madeiras apreendidas, as madeiras medidas nos pátios das madeiras e há uma diferença enorme com o Pará,

porque nós temos o nosso licenciamento concedido e definiu-se onde se faz o nosso plano de manejo. Mas não se pode comparar com a situação do Pará, porque, lá, infelizmente, deparamo-nos com um quadro negro. Os madeireiros querem produzir, os madeireiros querem trabalhar na legalidade, mas são empurrados para a ilegalidade por conta da Secretaria do Meio Ambiente Estadual, que não proporciona possibilidades. Existe licenciamento de plano de manejo que está engavetado há dois anos e os madeireiros puderam comprovar isso para a comissão, esperando que, ao bel-prazer da Secretaria do Meio Ambiente ou do próprio Ibama, possa ser concedido licenciamento aos madeireiros. Agora, não é possível o que está acontecendo no Estado de Rondônia! As madeiras estão praticamente legalizadas. Não bate a metragem que eles fazem do PAT com o plano de manejo. Apreende-se o excesso de madeira. A madeira que fica no pátio fica com a cobertura. Então, esse madeireiro tinha que continuar trabalhando, haja vista que, se a madeira ficou no pátio da madeireira, está legalizada. Então, não é justo criar mil, dois mil, três mil, cinco mil desempregos, como se chegou na cidade de Machadinho. O Prefeito Flávio nos anunciou: “Vocês estão vindo para o anúncio do falecimento do Município de Machadinho”. Isso não é possível! E é exatamente o que essa Comissão está fazendo. Nós não estamos querendo proteger quem trabalha na ilegalidade. Nós estamos querendo apontar soluções. Nós temos dito – praticamente os quatro ou cinco Senadores que estamos percorrendo o Brasil afora – que o que nós queremos é que cada um faça a sua parte e que o Governo também faça a sua, porque o que nós encontramos no Pará – e também não é diferente no Estado de Rondônia – são os problemas de alguns planos de manejo que não têm a titularização fundiária das terras, e o Incra precisa acelerar. Então, o que nós estamos colocando? Nós somos contra essa operação? Não, mas o Governo bem que podia também, já que criou uma operação nesse sentido, fazer o mesmo, fazer uma força-tarefa no Estado do Pará, no Estado de Rondônia, no Estado do Amapá, na Amazônia...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Expedito Júnior** (Bloco/PR – RO) –.... para que nós pudéssemos ter uma mesma frente nesse sentido, para fazer a regularização fundiária, pois certamente nós haveríamos de resolver 80% dos problemas do desmatamento na Amazônia.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (DEM – MT) – Ouço o Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Gilberto Goellner, V. Ex<sup>a</sup> faz, com competência e brilhante

tismo, um pronunciamento que traz ao conhecimento da Nação brasileira a visita que fizemos ao Estado do nobre Senador Expedito Júnior, do Senador Valdir Raupp e da Senadora Fátima Cleide, para acompanhar a fiscalização da Operação Arco de Fogo. É importante, como foi dito aqui e repetido à exaustão, que os Senadores da Comissão Externa do Senado e da Subcomissão e Comissão de Meio Ambiente não são contra a fiscalização do Ministério do Meio Ambiente. Nós não somos contra a fiscalização. Nós não somos contra a Operação Arco de Fogo; pelo contrário, achamos que a fiscalização tem de ser permanente e continuada, não em momentos pontuais, quando há uma grita internacional. Talvez para dar resposta a essa grita vem uma ação midiática do Ministério do Meio Ambiente. Então, vamos deixar claro, de uma vez por todas, que nós não somos a favor da ilegalidade, nós não somos a favor da devastação. Muito pelo contrário, somos a favor da exploração ecologicamente correta, da exploração sustentável das riquezas da floresta, para que os brasileiros que lá habitam possam ter qualidade de vida digna. V. Ex<sup>a</sup> traz ao conhecimento, mais uma vez, de uma outra visita nossa. O que vimos em Rondônia e, anteriormente, no Pará e o que iremos ver nos próximos Estados a visitar são ações de combate ao efeito, que é o desmatamento, e não de combate à causa que leva a esse efeito. Então, a causa é a falta de ação do Estado. Presidente Mão Santa, pedimos ao Presidente Garibaldi Alves Filho que nos recebeu numa audiência no gabinete da Presidência e ficou de intermediar uma audiência com o Presidente Lula, para que os Senadores da Amazônia possam ir ao Presidente Lula, já que não conseguimos ter audiência com a Ministra Marina Silva, para colocar...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – ...uma pauta positiva, pauta positiva essa que combata as causas, ou seja, a questão da legalização fundiária, a questão do zoneamento econômico e ecológico, a questão do desmatamento zero, a questão da utilização das áreas alteradas, com a preservação das reservas legais. Tudo isso nós queremos propor. Nesses últimos dias, vários governadores da Amazônia e parlamentares se deslocaram até Londres para lá discutirem as questões da Amazônia. É interessante. Por que nós não discutimos as questões da Amazônia na Amazônia, no Brasil? O Presidente Garibaldi Alves ficou de agendar a visita dos Senadores da Amazônia com o Presidente Lula para que possamos discutir, de forma clara e transparente, essa questão. Mas, como eu dizia, em vez de discutir essa questão em Londres, vamos discutir a Amazônia no Brasil, vamos discutir a Amazônia na Amazônia.

Para terminar, vou ler mais um trecho da reportagem que *O Globo* reproduz hoje do jornal inglês **Financial Times**, que diz o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria permissão para interromper e transferir ao nosso Presidente de fato e de direito e desejar muitas felicidades no comando desta sessão.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – O **Financial Times** diz, em um outro trecho da matéria reproduzida pelo *O Globo*: “O Brasil tem sua fatia de culpa por não divulgar suficientemente sua capacidade de produção e fazer pouco para combater a histeria sobre a suposta ameaça do etanol à floresta amazônica.” Quem diz que o Brasil não faz o seu dever de casa é o *Financial Times*. Então, nós podemos e seremos um grande produtor de alimentos sem afetarmos a floresta, sem necessidade de derrubar uma única árvore a mais. Vamos usar de forma inteligente e ecologicamente sustentável as áreas já alteradas. É disso que precisamos e é isso que queremos levar, como sugestão das Comissões, ao Presidente Lula e à Ministra Marina Silva. Precisamos, Presidente Garibaldi Alves Filho, que V. Ex<sup>a</sup> consiga essa audiência que prometeu a vários Senadores da Amazônia que o visitaram, com setores produtivos – tanto empresários quanto trabalhadores –, no seu gabinete, na Presidência do Senado.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (DEM – MT) – Agradeço a intervenção dos Senadores Expedito Júnior e Flexa Ribeiro, que fazem parte da Comissão que está avaliando o desmatamento no Brasil.

Gostaria, para concluir, de dizer que, hoje à tarde, tive oportunidade de fazer uma audiência com o Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, ao qual expus toda a situação de desolação que vivem as comunidades onde se explora a madeira. Além dos Municípios de Rondônia já citados, eu citaria os Municípios de Juína, Juara, Alta Floresta e Sinop, que foram altamente afetados na sua economia por essas medidas um pouco policiais e impeditivas, numa forma não comumente usual de fazer fiscalização, sendo que cabe ao Ibama e à Sema fazerem fiscalizações e controles periódicos e permanentes e não da forma como foi proposto pelo Decreto nº 6.321.

Então, para concluir, eu falava que era preciso que essa Medida Provisória nº 2.166 fosse realmente votada aqui no Congresso Nacional e transformada em lei.

Sinto uma profunda resistência, por parte do Governo Federal, em discutir e analisar democraticamente esse complexo tema e se integrar àqueles que querem uma solução legal e institucional para o desmatamento em nosso País, principalmente instituindo regras claras e zoneamento socioeconômico específico para cada

região desses Estados amazonenses, para que se obtenha uma contribuição efetiva para controle, uso e ocupação de solos na região do bioma amazônico.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Gilberto Gollner, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas nesta Casa.

Depois, teremos a palavra do Senador Antonio Carlos Júnior e, finalizando, a palavra do Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de manifestar hoje uma preocupação sobre uma pesquisa, que não é a pesquisa da CNT/Sensus, que avalia a circunstancial popularidade do Presidente da República, nem a avaliação do momento do Governo. É uma pesquisa que saiu na mesma época, ontem, em que foi publicada a pesquisa CNT/Sensus, que, para mim, é permanente e que, essa, sim, inspira preocupação; essa, sim, merece reflexão; e essa, sim, merece tomada de posição. Essa, sim!

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, vou prorrogar o tempo da sessão por 40 minutos. Obrigado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

Retomando o meu raciocínio, quero me referir a uma pesquisa que foi divulgada, que mereceu destaque de alguns jornais de circulação nacional e que traduz uma preocupação nacional. Aliás, a maior preocupação nacional, porque, Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup>, que é muito ligado às questões de educação, que é um experto nesse assunto, reverenciado pelo Brasil inteiro, essa pesquisa retrata a preocupação dos brasileiros com os problemas do País. E a preocupação número um, acima do desemprego, da violência e da educação, é a questão da saúde. Vinte e nove por cento dos brasileiros acham que algo tem que acontecer com a saúde, porque a saúde está em pandarecos, está falida, está carente de providências, de choques. E a pesquisa revela, além da preocupação, dados, que são – esses, sim – preocupantes.

V. Ex<sup>a</sup> sabe, Senador Cristovam, que, em 1988, votamos a Constituição brasileira. Eu fui Constituinte, Senador Flexa. Eu participei da Constituição. Eu assinei a Constituição. E ela criou, em 1988, o Sistema

Único de Saúde. Foi pela Constituição de 88 que se criou o SUS, Sistema Único de Saúde, que garantia aos brasileiros o direito à assistência médica e ao medicamento. Bom, papel agüenta tudo.

A intenção do Constituinte foi a melhor possível, foi a de garantir aos brasileiros e brasileiras o direito à vida, o bem essencial. Se o brasileiro rico, médio ou pobre não tem o direito à saúde, garantido pela Constituição, ele, em última análise, não tem direito à vida. Então, você precisava começar por garantir o direito à vida das pessoas garantindo a criação do Sistema Único de Saúde e garantindo recursos para que ele funcionasse.

Senador Adelmir Santana, os recursos para a saúde sempre foram poucos. Nunca foram abundantes. Nós temos que reconhecer. Nem agora, nem com Fernando Henrique, nem com Sarney, nem com os governos militares, nem com Fernando Collor.

Agora, Senador Mão Santa, um problema que hoje é a maior preocupação dos brasileiros, 29% dos brasileiros acham que o maior problema do Brasil é a saúde... E você assistir ou você ver os dados que foram coletados por uma entidade chamada Conasems... É uma entidade que congrega as secretarias de saúde do Brasil inteiro, municipais e estaduais. É um órgão sério que compilou elementos à luz de informações do IBGE, do Ministério da Saúde, da Organização Mundial de Saúde e da Agência Nacional de Saúde, todos órgãos públicos com credibilidade. Levantou elementos para dizer que, em 1995, os recursos do SUS, os recursos que existiam no Sistema Único de Saúde, eram 61,6% públicos e 38,4% privados; mais ou menos dois terços públicos e um terço privado. Vou repetir: 61,6% eram recursos públicos e 38,4% eram recursos privados. Eram os fundos, eram os planos de saúde, que eram um terço; e o Sistema Único de Saúde recebia dois terços dos recursos que iam para o sistema de saúde do Brasil.

Muito bem. Em 2007, o Conasems fez um levantamento, cotejou elementos e chegou à conclusão de que – esta é que é preocupante – os recursos públicos, que eram 61,6% do bolo de dinheiro aplicado na saúde, a despeito da existência da CPMF, de qualquer esforço que tenha sido feito pelo Governo, os recursos públicos caíram para 49% do bolo; e os recursos privados, como numa espécie de compensação, subiram para 51%. Ou seja, os recursos públicos caíram. Cresceram que nem rabo de cavalo de 1995 para 2007 e caíram de 61% para 49%. E os recursos privados subiram de 32%, mais ou menos, para 51%, numa espécie de compensação automática, só que compensação para os que podem. São quantos os que podem? São 40 milhões; 39 milhões de brasileiros. E quantos são os

que não podem? Cento e quarenta milhões de brasileiros são os que vão para as filas dos postos de saúde, das unidades de saúde, são os que vão para a fila do INSS. E o que se faz?

Aí vem, Sr. Presidente Mão Santa, a minha grande preocupação e a razão de estar aqui, nesta tribuna. São 140 milhões de brasileiros os que não têm dinheiro para entrar em plano de saúde nenhum. O plano de saúde ocupou o espaço do SUS, porque não teve dinheiro público. Os planos de saúde invadiram. As pessoas estão gastando o que não podem para ter um plano de saúde, porque o Estado não está cumprindo a Constituição, não estão dando a devida prioridade à questão saúde.

O setor privado, portanto, avançou; com todos os seus problemas, avançou. E as pessoas estão comprando plano de saúde e gastando o que não deveriam gastar, porque deveriam ter a garantia da Constituição de que a saúde é um bem do cidadão.

Muito bem, Senador Gilberto Goellner, a preocupação maior vem agora. Nós fizemos, hoje à tarde, uma reunião de líderes e foi proposto um entendimento para que, na terça-feira, possamos abrir a pauta e votar as MPs que estão aí pendentes. São MPs que concedem crédito extraordinário. Nós não vamos votar simbolicamente. Espero que o Governo bote número. Nós não vamos obstruir; vamos pedir verificação de *quorum* e vamos votar. Contra, vamos votar. O Governo ganhe ou perca, vamos votar. Para quê? Para desobstruir a pauta. Para quê? Para votar coisas importantes. Que coisa importante? A regulamentação da Emenda nº 29 que foi votada há mais ou menos três semanas com um equívoco, um equívoco terrível, porque, ao invés de acrescentar R\$5 bilhões e meio por ano, faz é diminuir R\$5 bilhões. E a Casa toda vai corrigir este equívoco para que a Câmara dos Deputados receba essa matéria consertada. Vamos, mais uma vez, abrir a pauta para votar a regulamentação da Emenda nº 29.

Agora, qual é a minha preocupação? A minha preocupação, Senador Gilberto Goellner, é que estamos fazendo este esforço todo de priorização de recursos. E o que estamos ouvindo? O Presidente da República dizer, anunciar claramente que vai vetar, vai mobilizar a base dele na Câmara para derrubar a regulamentação da Emenda nº 29, porque não tem dinheiro.

Como não tem dinheiro? Senador Adelmir Santana, Senador Flávio Arns, como não tem dinheiro? V. Ex<sup>a</sup> é do PT, V. Ex<sup>a</sup> é um homem de bem, V. Ex<sup>a</sup> assistiu, como eu assisti, ao Governo aumentar, na semana passada, 0,5 pontos percentuais na taxa Selic, de uma canetada, 0,5, o Copom. Não vai ter dinheiro para pagar os juros decorrentes do aumento da taxa de juros da dívida interna? Vai ter que ter. V. Ex<sup>a</sup> ou-

viu algum comentário do Presidente de que não tinha dinheiro para pagar esses juros, que o Governo foi quem aumentou, até porque o Copom é composto por elementos ligados ao Governo. Quanto significa 0,5% na taxa de juros Selic para a dívida interna? No mínimo, Senador Adelmir, R\$4 bilhões por mês. Quanto significa a concessão da regulamentação da Emenda nº 29 por ano? Cinco bilhões e meio. Então, não vai faltar dinheiro para pagar os juros que o Governo aumentou, R\$4 bilhões por mês. Vai faltar dinheiro para a regulamentação da saúde, com R\$5,5 bilhões por ano? Tem quatro por mês para pagar juros e não tem cinco e meio por ano para atender a maior preocupação dos brasileiros, que é com a questão saúde? Ah, não! Essa não!

Senador Valdir Raupp, nós vamos ter que armar barricadas. Tem dinheiro para juros e não tem dinheiro para a saúde? O Presidente ficar anunciando que vai vetar o esforço que este Congresso fez?! O Plenário foi invadido por Deputados. Aqui está o Deputado Rafael Guerra, que veio no dia da votação, e eu espero que venha de novo na próxima terça-feira, para assistir a manifestação do Senado pró-saúde. E eu queria, Deputado Rafael Guerra, que V. Ex<sup>a</sup> levasse para a Câmara dos Deputados essa preocupação. O Presidente está anunciando que vai vetar a regulamentação proposta por um Senador do PT, o Senador Tião Viana. Nós vamos abrir a pauta de novo, na terça-feira, e vamos votar de novo, na terça-feira, a regulamentação. Para dar o quê? Para dar ao SUS o que ele não tem. O SUS está funcionando mal, porque não tem dinheiro! Falta dinheiro! Com dinheiro o SUS funciona! Vamos gastar dinheiro com o quê? Com juros? Com tevê pública? Com cartão corporativo ou com saúde do povo? A CPMF está fazendo falta?

Senador Adelmir Santana, sabe V. Ex<sup>a</sup> quanto foi o superávit do mês de março? Quanto foi a arrecadação, a maior em relação ao que se previa? Dez bilhões, setecentos e cinquenta e três milhões de reais. Arrecadou-se mais em março de 2008 do que em março de 2007. Dez bilhões de reais! Fora os dez bilhões de janeiro – não lembro quanto foi em março. A perda da CPMF já se foi em excesso de arrecadação não previsto; já está toda compensada. O Brasil morreu porque acabou a CPMF ou o Brasil melhorou porque a carga tributária diminuiu? O Brasil está respirando aliviado. Temos que legislar, temos que votar leis e obrigar o Governo a melhorar a qualidade do gasto.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – É claro, Senador Flexa, com muito prazer.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna um assunto que preocupa a todos nós, que é a questão do financiamento da saúde. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão ao dizer que 140 milhões de brasileiros estão desassistidos em suas necessidades de saúde, porque o Governo Federal não alimenta o Ministério com os recursos necessários. Dizia ele, no final do ano passado, que, se não fosse prorrogada a CPMF, a saúde brasileira se tornaria ingovernável, o que mostra que pior do que a mentira é uma meia verdade, porque engana a população. Foi derrubada a CPMF, que não era o obstáculo para os recursos da saúde. V. Ex<sup>a</sup> demonstrou que o orçamento previa a CPMF de 2008. Mesmo sem ela há um superávit da ordem de mais de R\$30 bilhões no trimestre. Agora, é importante – e o Governo é contra – que se regulem a Emenda nº 29, que se definam, de uma vez por todas, os recursos necessários para a saúde. O único ente federado que não tem determinada a sua participação mínima é a União, porque os Estados e os Municípios têm que participar com 15% e 12% das suas receitas, e a União, pela emenda do Senador Tião Viana, tem de entrar com 10%. E o Governo não colocar esses recursos na área da saúde.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Por isso ele ameaça vetar aquilo que o Congresso vai aprovar. Nós vamos aprovar, em segundo turno, na terça-feira próxima, e vai ser encaminhado à Câmara. E tenho certeza absoluta de que lá também será aprovado. E o Presidente terá que sancionar, porque os 140 milhões de brasileiros – que V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão de dizer que são desassistidos – merecem a atenção do Estado para o maior bem que a pessoa humana pode ter, que é o direito à vida. Parabéns, Senador Agripino Maia.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Senador Flexa, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Farei um raciocínio simplista: o SUS é o maior sistema de saúde pública do mundo. São 180 milhões de brasileiros que estão atendidos pelo sistema: 40 milhões através de fundos privados, planos de saúde, e 140 milhões exclusivamente atendidos pela rede do SUS, que cumpre a Constituição, dizendo que ao cidadão brasileiro são garantidos o médico e o medicamento. E é o desastre que a gente conhece. Por quê?

Vou repetir: entre 1995 e 2007, o volume de recursos públicos caiu 20,15%. E a arrecadação da Nação, como funcionou?

Vou citar apenas um dado, Deputado Rafael Guerra: entre março de 2007, em que a União teve um superávit de R\$3,864 bilhões, e março de 2008, quando

a arrecadação foi maior do que a despesa, o superávit foi de R\$10,753 bilhões.

Enquanto o volume de dinheiro alocado para a saúde caía de 1995 para 2007 em 20%, entre março de 2007 e março de 2008 o superávit, a diferença entre a receita e a despesa, a sobra de caixa da União – que a União pode gastar em que quiser e tem que gastar com saúde – foi de R\$7 bilhões. O superávit foi de R\$10 bilhões em março de 2008 e de R\$3 bilhões em março de 2007 – R\$7 bilhões a mais. E aí vem o Presidente da República dizer que vai vetar porque não tem dinheiro? Tem dinheiro para pagar juros, tem excesso de arrecadação e não tem dinheiro para a saúde? Ah, não! Vou votar com responsabilidade.

A máscara da CPMF já caiu. O Brasil não quebrou. São superávits seguidos: 10 bilhões, 10 bilhões, 10 bilhões. A perda da CPMF já se foi em quatro meses de superávit de arrecadação – arrecadação esta que a União não previa ter e já teve.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Está na hora, Presidente Mão Santa, de cuidarmos, pelo nosso voto, aqui, nesta Casa, do bem-estar dos brasileiros. Vinte e nove por cento dos brasileiros, talvez muitos deles que tenham nas pesquisas avaliado o Presidente Lula vai muito bem, acham que a saúde pública está péssima e que é o maior problema do Brasil.

Temos que falar por eles, Senador Expedito Júnior. Temos obrigação de falar por esses brasileiros que estão incomodados com a má qualidade de saúde pública.

E, para falar por eles, nós temos que votar aqui – e na Câmara dos Deputados – e entregar ao Presidente o projeto para ele sancionar, e, se ele vetar, temos que derrubar o veto dele, porque dinheiro há. O problema existe, é o maior do Brasil, dinheiro existe, e tem que haver solução pela via do dinheiro do contribuinte, que tem que ir não para cartão corporativo, não para TV Pública; tem que ir para a saúde pública.

E eu venho aqui trazer logo, por antecipação, a nossa posição: na terça-feira, independentemente das ameaças de veto do Presidente, estaremos aqui, solidários com o Senador Tião Viana, para, mais uma vez, por unanimidade, votar a favor da regulamentação da Emenda 29, sem medo. Sem medo de veto e com a determinação: se vetarem aquilo que eu tenho certeza de que a Câmara dos Deputados vai apreciar e votar favoravelmente, nós vamos cuidar de derrubar o veto.

Em nome de quê? Em nome de uma pesquisa que traduz o pensamento do povo brasileiro. Não é a pesquisa de popularidade do Presidente; é de uma

pesquisa que traduz o pensamento real dos brasileiros que estão com problemas de vida. Saúde significa vida. A saúde pública é de má qualidade, na verdade – tanto faz em Porto Velho como em Natal...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – ...tanto faz em Curitiba como em Porto Alegre, tanto faz em Mossoró como em Campina Grande –, a saúde pública é um desastre por falta de dinheiro.

E assim como, pelo nosso voto, acabamos com a CPMF, nós vamos acabar, aqui, na terça-feira – e eu espero que a Câmara dos Deputados, em seguida, o faça –, com a seca de dinheiro na saúde e garantir esses R\$5,5 bilhões por ano para que o SUS possa funcionar e a Constituição possa vigorar em benefício do povo do Brasil.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Líder José Agripino, em defesa da saúde do povo do Brasil, convidamos, segundo a lista escrita pelo Presidente Garibaldi Alves...

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele disse que eu deveria chamar Antonio Carlos Júnior agora. Mas, pela ordem, tem a palavra o Líder do PMDB, Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente Mão Santa, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse me inscrever para falar como Líder do PMDB, intercalando com os oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> quer falar como Líder?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Se possível, logo após o próximo orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos intercalando. Temos outro Líder aqui.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior, do Democratas do Estado da Bahia.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, venho aqui me referir a uma caluniosa reportagem feita pela revista **IstoÉ**, um veículo de baixa qualificação, que já costu-

meiramente ataca Parlamentares e, particularmente, ataca minha família, meu pai e a mim também. Coube-me responder às calúnias e iniciar processo judicial contra essa empresa.

Na reportagem publicada em sua última edição sob o título “O Espólio Secreto de ACM”, **IstoÉ** ultrapassou todos os limites éticos e enveredou pelo crime ao dar guarida a informações caluniosas e difamatórias que agridem a memória de meu pai, o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, e minha própria honra, o que me obriga, indignado com a ofensa, a recorrer à Justiça com ações crime e cível para a justa reparação.

No simulacro de reportagem, a revista publica mentiras que, de pronto, precisam ser rechaçadas e chega ao absurdo de atribuir a mim, levemente, ação caracterizada como crime – calúnia que repudio e que impõe punição judicial.

A revista afirma que, contrariando o art. 54 da Constituição, assumi a cadeira no Senado, mas não deixei – como exige a lei – a gestão das emissoras de rádio e TV da Rede Bahia de Comunicação, o que é uma deslavada mentira. Mais grave: acusa-me de falsificar uma ata de reunião de acionistas, segundo afirma, “datada de 2004, mas produzida em 2007”, para tentar burlar a exigência constitucional, o que é uma calúnia e uma tentativa de difamação. Ora, estou afastado da direção das emissoras de rádio e TV da Rede Bahia de Comunicação desde o ano de 2001, quando assumi pela primeira vez a cadeira no Senado em substituição ao meu pai. Portanto, desconheço os fatos narrados pela revista e vou processá-la pela imputação do crime de falsificação de documento, calúnia de fácil comprovação que ataca a minha honra, o que exige o devido desagravo.

Nas diatribes que publica na reportagem, **IstoÉ** chega ao ponto de agredir de forma asquerosa a memória do Senador Antonio Carlos Magalhães, o que certamente causa repulsa aos baianos, que tanto veneram o seu legado e que sentem tanto a sua falta. Insinua que algumas das obras de arte da sua coleção não teriam origem lícita. E mais: fez uma montagem grosseira, via computador, de uma foto do Senador, no Salão Negro do Senado, como se as peças a ele pertencessem. Imagem! Toda a coleção de arte de ACM, que milhares de pessoas que freqüentaram sua casa conhecem, tem origem identificada e documentada. Logo, a leviandade precisa de reparação.

Por fim, é preciso lamentar – embora não seja a primeira vez, já que, em várias outras oportunidades, inclusive de forma desonesta, a revista agiu – que a revista **IstoÉ** tenha deixado de lado princípios jornalísticos e éticos, manipulando informações ou publi-

cando simplesmente mentiras para atender interesses inconfessos.

Fica aqui o meu protesto à maneira como a revista agiu neste caso. Já tomei medidas cabíveis para processá-la criminal e civilmente, na forma que a lei me assegura.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica que está transferida para amanhã, dia 30 do corrente, às 13 horas e 30 minutos, a sessão conjunta do Congresso Nacional anteriormente convocada para hoje, a realizar-se no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei.

Então, saibam os Senadores e Deputados que estão vindo para cá que a sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação de projetos de lei, que estava marcada para hoje às 19 horas, no plenário do Senado Federal, foi transferida para amanhã, dia 30, às 13 horas e 30 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que em 18 de abril de 2006 foi promulgado o **Decreto Legislativo nº 70, de 2006**, que “*aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002*”.

Entretanto, tendo sido constatada a ocorrência de inexatidão material nas publicações do texto do referido Tratado no Diário do Senado Federal, a Presidência determina a republicação do mencionado Decreto Legislativo, devidamente acompanhado do texto do referido Tratado.

São os seguintes os textos do Decreto Legislativo e respectivo Tratado:

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 2006(\*)(\*\*)(\*\*\*)**

**Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.**

(\*) Republicado em retificação à referência de publicação do Tratado mencionada no **DOU** de 19-4-2006, Seção 1.

(\*\*) O texto do Tratado acima citado está republicado no **DSF** de 12 e 13-4-2006.

(\*\*\*) Republicado o Decreto Legislativo nº 70, de 2006, com o texto do Tratado acima citado, no **DSF**, de 30-4-2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

### **TRATADO INTERNACIONAL SOBRE RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA**

#### **PREÂMBULO**

As Partes Contratantes,

*Convencidas* da natureza especial dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, suas distintas características e seus problemas que requerem soluções específicas;

*Profundamente preocupadas* com a continuada erosão desses recursos;

*Conscientes* de que os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura são uma preocupação comum a todos os países, já que todos dependem amplamente de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura originados de outras partes;

*Reconhecendo* que a conservação, a prospecção, a coleta, a caracterização, a avaliação e a documentação dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura são essenciais para alcançar as metas da Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Alimentação e para um desenvolvimento agrícola sustentável para as gerações presentes e futuras, e que é necessário fortalecer com urgência a capacidade dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição de realizarem essas tarefas;

*Observando* que o Plano Global de Ação para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura é uma estrutura internacionalmente acordada para essas atividades;

*Reconhecendo ainda* que os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura são a matéria prima indispensável para o melhoramento genético dos

cultivos, quer por meio da seleção feita pelos agricultores, do fitomelhoramento clássico ou das biotecnologias modernas, e que são essenciais para a adaptação a mudanças ambientais imprevisíveis e às necessidades humanas finuras.

*Afirmando* que as contribuições passadas, presentes e futuras dos agricultores em todas as regiões do mundo, particularmente aquelas nos centros de origem e de diversidade, na conservação, melhoramento e na disponibilidade desses recursos constituem a base dos Direitos do Agricultor;

*Afirmando também* que os direitos reconhecidos no presente Tratado de conservar, usar, trocar e vender sementes e outros materiais de propagação conservados pelo agricultor, e de participar da tomada de decisões sobre a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, são fundamentais para a aplicação dos Direitos do Agricultor, bem como para sua promoção tanto nacional quanto internacionalmente.

*Reconhecendo* que este Tratado e outros acordos internacionais relevantes para este Tratado devem apoiar-se mutuamente com vistas a alcançar a agricultura sustentável e a segurança alimentar;

*Afirmando* que nada no presente Tratado será interpretado no sentido de representar uma mudança nos direitos e obrigações das Partes Contratantes no âmbito de outros acordos internacionais;

*Compreendendo* que o exposto acima não pretende criar uma hierarquia entre este Tratado e outros acordos internacionais;

*Cientes* de que as questões sobre o manejo dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura estão no ponto de confluência entre a agricultura, o meio ambiente e o comércio e convencidas de que deve haver sinergia entre esses setores;

*Cientes* de sua responsabilidade com as gerações presentes e futuras de conservar a diversidade mundial de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

*Reconhecendo* que, no exercício de seus direitos soberanos sobre seus recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, os Estados podem beneficiar-se mutuamente da criação de um efetivo sistema multilateral para facilitar o acesso a uma seleção negociada desses recursos e para a distribuição justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização; e

*Desejando* concluir um acordo internacional no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e, doravante denominada FAO, sob o artigo 14 da Constituição da FAO;

Acordaram no seguinte:

## PARTE I – INTRODUÇÃO

### Artigo 1º – Objetivos

1.1 Os objetivos deste Tratado são a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização, em harmonia com a Convenção sobre Diversidade Biológica, para uma agricultura sustentável e a segurança alimentar.

1.2 Esses objetivos serão alcançados por meio de estreita ligação deste Tratado com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e com a Convenção sobre Diversidade Biológica.

### Artigo 2º – Utilização dos Termos

Para os propósitos deste Tratado, os seguintes termos terão os significados a eles atribuídos. Essas definições não se aplicam ao comércio de produtos de base agrícolas:

Por “conservação **in situ**” se entende a conservação dos ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e a recuperação de populações viáveis de espécies em seus ambientes naturais e, no caso de espécies vegetais cultivadas ou domesticadas, no ambiente em que desenvolveram suas propriedades características.

Por “conservação **ex situ**” se entende a conservação de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura fora de seu habitat natural.

Por “recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura” se entende qualquer material genético de origem vegetal com valor real ou potencial para a alimentação e a agricultura.

Por “material genético” se entende qualquer material de origem vegetal, inclusive material reprodutivo e de propagação vegetativa, que contenha unidades funcionais de hereditariedade.

Por “variedade” se entende um grupo de plantas dentro de um táxon botânico único no nível mais baixo conhecido, definido pela expressão reproduzível de suas características distintas e outras de caráter genético.

Por “coleção **ex situ**” se entende uma coleção de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura mantida fora de seu habitat natural.

Por “centro de origem” se entende uma área geográfica onde uma espécie vegetal, quer domesticada ou silvestre, desenvolveu pela primeira vez suas propriedades distintas.

Por “centro de diversidade de cultivos” se entende uma área geográfica contendo um nível elevado

de diversidade genética de espécies cultivadas em condições **in situ**.

### **Artigo 3º – Escopo**

Este Tratado está relacionado com os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

## **PARTE II – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 4º – Obrigações Gerais**

Cada Parte Contratante assegurará a conformidade de suas leis, regulamentos e procedimentos com as obrigações estipuladas neste Tratado.

### **Artigo 5º – Conservação, Prospecção, Coleta, Caracterização, Avaliação e Documentação de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura**

5.1 Cada Parte Contratante promoverá, conforme a legislação nacional e em cooperação com outras Partes Contratantes, quando apropriado, uma abordagem integrada da prospecção, conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e, em particular, conforme o caso:

**a)** levantar e inventariar os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, levando em consideração a situação e o grau de variação das populações existentes, incluindo aquelas de uso potencial e, quando viável, avaliar qualquer ameaça a elas;

**b)** promover a coleta de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e informações associadas relevantes sobre aqueles recursos fitogenéticos que estejam ameaçados ou sejam de uso potencial;

**c)** promover ou apoiar, conforme o caso, os esforços dos agricultores e das comunidades locais no manejo e conservação nas propriedades seus recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

**d)** promover a conservação **in situ** dos parentes silvestres das plantas cultivadas e das plantas silvestres para a produção de alimentos, inclusive em áreas protegidas, apoiando, entre outros, os esforços das comunidades indígenas e locais;

**e)** cooperar para promover o desenvolvimento de um sistema eficiente e sustentável de conservação **ex situ**, prestando a devida atenção à necessidade de adequada documentação, caracterização, regeneração e avaliação, bem como promover o desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas para

essa finalidade com vistas a melhorar o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

**f)** monitorar a manutenção da viabilidade, do grau de variação e da integridade genética das coleções de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

5.2 As Partes Contratantes deverão, conforme o caso, adotar medidas para minimizar ou, se possível, eliminar as ameaças aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

### **Artigo 6º – Uso Sustentável dos Recursos Fitogenéticos**

6.1 As Partes Contratantes elaborarão e manterão políticas e medidas jurídicas apropriadas que promovam o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

6.2 O uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura pode incluir medidas como:

**a)** elaboração políticas agrícolas justas que promovam, conforme o caso, o desenvolvimento e a manutenção dos diversos sistemas de cultivo que favoreçam o uso sustentável da agrobiodiversidade e de outros recursos naturais;

**b)** fortalecimento a pesquisa que promova e conserve a diversidade biológica maximizando a variação intra-específica e inter-específica em benefício dos agricultores, especialmente daqueles que geram e utilizam suas próprias variedades e aplicam os princípios ecológicos para a manutenção da fertilidade do solo e o combate a doenças, ervas daninhas e pragas;

**c)** promoção, conforme o caso, de esforços para o fitomelhoramento que, com a participação dos agricultores, particularmente nos países em desenvolvimento, fortalecendo a capacidade do desenvolvimento de variedades especialmente adaptadas às condições sociais, econômicas e ecológicas, inclusive nas áreas marginais;

**d)** ampliação da base genética dos cultivos, aumentando a gama de diversidade genética à disposição dos agricultores;

**e)** promoção, conforme o caso, da expansão do uso dos cultivos locais e daqueles ali adaptados, das variedades e das espécies sub-utilizadas;

f) apoio, conforme o caso, à utilização mais ampla da diversidade de variedades e espécies dos cultivos manejados, conservados e utilizados sustentavelmente nas propriedades e criação de fortes ligações com o fitomelhoramento e o desenvolvimento agrícola a fim de reduzir a vulnerabilidade dos cultivos e da erosão genética e promoção do aumento da produção mundial de alimentos compatível com o desenvolvimento sustentável;

g) exame e, conforme o caso, ajustamento, das estratégias de melhoramento regulação liberação de variedades e a distribuição de sementes;

### **Artigo 7º – Compromissos Nacionais e Cooperação Internacional**

7.1 Cada Parte Contratante incorporará, conforme o caso, em seus programas e políticas de desenvolvimento rural e agrícola, as atividades referidas nos artigos 5º e 6º, e cooperará com outras Partes Contratantes, diretamente ou por meio da FAO, e outras organizações internacionais relevantes, na conservação e no uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

7.2 A cooperação internacional será especialmente dirigida a:

a) estabelecimento ou fortalecimento das competências dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição em relação à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

b) ampliação das atividades internacionais para promover a conservação, avaliação, documentação, melhoramento genético, fitomelhoramento, multiplicação de sementes; e repartição, acesso e intercâmbio, de acordo com a Parte IV, dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e das informações e tecnologias apropriadas.

c) manutenção e fortalecimento dos arranjos institucionais estabelecidos na Parte V; e

d) implementação da estratégia de financiamento prevista no artigo 18.

### **Artigo 8º – Assistência Técnica**

As Partes Contratantes acordam promover a prestação de assistência técnica às Partes Contratantes, especialmente àquelas que são países em desenvolvimento ou países com economias em transição, em caráter bilateral ou por meio de organizações interna-

cionais pertinentes, com vistas a facilitar a implementação do presente Tratado.

## **PARTE III – DIREITOS DOS AGRICULTORES**

### **Artigo 9º – Direitos dos Agricultores**

9.1 As Partes Contratantes reconhecem a enorme contribuição que as comunidades locais e indígenas e os agricultores de todas as regiões do mundo, particularmente dos centros de origem e de diversidade de cultivos, têm realizado e continuarão a realizar para a conservação e para o desenvolvimento dos recursos fitogenéticos que constituem a base da produção alimentar e agrícola em todo o mundo.

9.2 As Partes Contratantes concordam que a responsabilidade de implementar os Direitos dos Agricultores em relação aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura é dos governos nacionais. De acordo com suas necessidades e prioridades, cada Parte Contratante deverá, conforme o caso e sujeito a sua legislação nacional, adotar medidas para proteger e promover os Direitos dos Agricultores, inclusive:

a) proteção do conhecimento tradicional relevante aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

b) o direito de participar de forma equitativa na repartição dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; e

c) o direito de participar na tomada de decisões, em nível nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

9.3 Nada no presente Artigo será interpretado no sentido de limitar qualquer direito que os agricultores tenham de conservar, usar, trocar e vender sementes ou material de propagação conservado nas propriedades, conforme o caso e sujeito às leis nacionais.

## **PARTE IV – O SISTEMA MULTILATERAL DE ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS**

### **Artigo 10 – O Sistema Multilateral de Acesso e Repartição de Benefícios**

10.1 Em suas relações com outros Estados, as Partes Contratantes reconhecem os direitos soberanos dos Estados sobre seus próprios recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, inclusive a autoridade para determinar o acesso a esses recursos pertence aos governos nacionais e está sujeita à legislação nacional.

10.2 No exercício de seus direitos soberanos, as Partes Contratantes acordam em estabelecer um sistema multilateral que seja eficiente, eficaz e transparente tanto para facilitar o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura quanto para repartir, de forma justa e eqüitativa, os benefícios derivados da utilização desses recursos, em base complementar e de fortalecimento mútuo.

#### **Artigo 11 – Cobertura do Sistema Multilateral**

11.1 Para alcançar os objetivos de conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e da repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados de seu uso, como estabelecido no artigo 1º, o Sistema Multilateral aplicar-se-á aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura relacionados no Anexo I, estabelecidos de acordo com os critérios de segurança alimentar e interdependência.

11.2 O Sistema Multilateral, na forma identificada no artigo 11.1, incluirá todos os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura relacionados no Anexo I que estejam sob o gerenciamento e controle das Partes Contratantes e que sejam de domínio público. Com vistas a alcançar a maior cobertura possível do Sistema Multilateral, as Partes Contratantes convidam todos os outros detentores de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, relacionados no Anexo I, a incluir estes recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral.

11.3 As Partes Contratantes acordam também em tomar medidas apropriadas para encorajar as pessoas físicas e jurídicas em sua jurisdição que detenham recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, relacionados no Anexo I, a incluir estes recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral.

11.4 No prazo de dois anos a partir da entrada em vigor do Tratado, o Órgão Gestor avaliará o progresso obtido com a inclusão dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, referidos pelo parágrafo 11.3, no Sistema Multilateral. De acordo com essa avaliação, o Órgão Gestor decidirá se o acesso continuará facilitado àquelas pessoas físicas e jurídicas mencionadas no parágrafo 11.3 que não tenham incluído esses recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral, ou se serão tomadas outras medidas consideradas apropriadas.

11.5 O Sistema Multilateral também incluirá os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura relacionados no Anexo I e conservados em coleções **ex situ** dos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola do Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agríco-

la Internacional (CGIAR), na forma prevista no artigo 15.1a, e de outras instituições internacionais, conforme o artigo 15.5.

#### **Artigo 12 – Acesso Facilitado aos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura no Âmbito do Sistema Multilateral**

12.1 As Partes Contratantes acordam que o acesso facilitado aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, no âmbito do Sistema Multilateral, tal como definido no Artigo 11, será realizado de acordo com as disposições deste Tratado.

12.2 As Partes Contratantes acordam tomar as medidas jurídicas necessárias, ou outras que sejam apropriadas, para proporcionar tal acesso a outras Partes Contratantes por meio do Sistema Multilateral. Para esse fim, o acesso será também concedido às pessoas físicas e jurídicas sob a jurisdição de qualquer Parte Contratante, de acordo com as disposições do artigo 11.4.

12.3 Esse acesso será proporcionado de acordo com as condições abaixo:

**a)** o acesso será concedido exclusivamente para a finalidade de utilização e conservação, para pesquisa, melhoramento e treinamento para alimentação e agricultura, desde que essa finalidade não inclua usos químicos, farmacêuticos e/ou outros usos industriais não relacionados aos alimentos humanos e animais. No caso de cultivos de múltiplo uso (alimentícios e não-alimentícios), sua importância para a segurança alimentar deverá ser o fator determinante para sua inclusão no Sistema Multilateral e sua disponibilidade para o acesso facilitado.

**b)** o acesso será concedido de forma agilizada, sem a necessidade de controle individual dos acessos e gratuitamente, ou, quando for cobrada uma taxa, esta não excederá os custos mínimos correspondentes;

**c)** todos os dados de passaporte disponíveis e, sujeito à legislação vigente, qualquer outra informação associada descritiva disponível, não-confidencial, disponível serão fornecidas junto com os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

**d)** os beneficiários não reivindicarão qualquer direito de propriedade intelectual ou outros direitos que limitem o acesso facilitado aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, ou às suas partes ou aos seus componentes genéticos, na forma recebida do Sistema Multilateral.

**e)** o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura em desenvolvimento, inclusive material sendo desenvolvido por agricultores, será concedido, a critério de quem o esteja desenvolvendo, durante esse período;

**f)** o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, protegidos por direitos de propriedade intelectual e outros direitos de propriedade, será compatível com relevantes acordos internacionais e leis nacionais;

**g)** Os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, acessados no âmbito do Sistema Multilateral, e que tenham sido conservados, serão mantidos à disposição do Sistema Multilateral pelos beneficiários, nos termos deste Tratado; e

**h)** sem prejuízo das outras disposições do presente artigo, as Partes Contratantes acordam que o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, encontrados em condições **in situ** será concedido de acordo com a legislação nacional ou, na ausência de tal legislação, de acordo com as normas que venham a ser estabelecidas pelo Órgão Gestor.

12.4 Para esse fim, acesso facilitado será concedido, em consonância com os artigos 12.2 e 12.3 acima, será concedido de acordo com um modelo de Termo de Transferência de Material (TTM) que será adotado pelo Órgão Gestor que contenha as disposições do artigo 12.3, alíneas **a**, **d** e **g**, bem como as disposições sobre repartição de benefícios estabelecidas no artigo 13.2d(ii) e outras disposições relevantes deste Tratado, e a disposição de que o recipiendário dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura exigirá que as condições do TTM serão aplicadas na transferência dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura para outra pessoa ou entidade.

12.5 As Partes Contratantes assegurarão que, no âmbito de seus sistemas jurídicos e em consonância com as exigências jurisdicionais aplicáveis, exista oportunidade para apresentação de recursos, no caso de disputas contratuais decorrentes desses TTM's, reconhecendo que as obrigações advindas desses TTM's correspondem, exclusivamente, às partes envolvidas .

12.6 Em situações emergenciais devidas a desastre, a catástrofes, as Partes Contratantes acordam facilitar o acesso aos recursos fitogenéticos apropriados para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral a fim de contribuir para o re-estabelecimento de

sistemas agrícolas, em cooperação com os coordenadores de desastres.

### **Artigo 13 – Repartição de Benefícios no Sistema Multilateral**

13.1 As Partes Contratantes reconhecem que o acesso facilitado aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura incluídos no Sistema Multilateral constitui em si um benefício importante do Sistema Multilateral e acordam que os benefícios dele derivados serão repartidos de forma justa e eqüitativa, de acordo com as disposições deste Artigo.

13.2 As Partes Contratantes acordam que os benefícios derivados da utilização, inclusive comercial, dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no âmbito do Sistema Multilateral devem ser repartidos de forma justa e eqüitativa por meio dos seguintes mecanismos: troca de informações, acesso e transferência de tecnologia, capacitação e a repartição dos benefícios derivados da comercialização, levando em consideração as áreas prioritárias de atividades no Plano Global de Ação progressivo, sob a orientação do Órgão Gestor.

#### **a) Troca de informações:**

As Partes Contratantes acordam tomar disponíveis informações que incluam, entre outras, catálogos e inventários, informações sobre tecnologias, resultados de pesquisas técnicas, científicas e socioeconômicas, inclusive caracterização, avaliação e utilização, em relação àqueles recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura incluídos no Sistema Multilateral. Essas informações serão tornadas disponíveis, quando não-confidenciais, de acordo com a legislação vigente e com as competências nacionais. Tais informações serão tomadas disponíveis a todas as Partes Contratantes deste Tratado, por meio do sistema de informações estabelecido no artigo 17.

#### **b) Acesso à tecnologia e sua transferência**

i) As Partes Contratantes se comprometem a providenciar e/ou facilitar acesso às tecnologias para a conservação, caracterização, avaliação e utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura que estejam incluídos no Sistema Multilateral. Reconhecendo que algumas tecnologias só podem ser transferidas por meio de material genético, as Partes Contratantes providenciarão e/ou facilitarão acesso a essas tecnologias, ao material genético que está incluído no âmbito do Sistema Multilateral e às variedades melhoradas e aos materiais genéticos obtidos mediante o uso de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, incluídos no Sistema Multilateral, em conformidade com as disposições do artigo 12. O acesso a essas tecnologias, variedades

melhoradas e material genético será proporcionado e/ou facilitado, respeitando, ao mesmo tempo, os direitos de propriedade e a legislação sobre acesso, e de acordo com as competências nacionais.

ii) O acesso e a transferência de tecnologia aos países, especialmente aos países em desenvolvimento e países com economias em transição, serão realizados por meio de um conjunto de medidas, tais como o estabelecimento, a manutenção e a participação em grupos temáticos, baseados em cultivos, sobre a utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, todos os tipos de parceria em pesquisa e desenvolvimento e parcerias comerciais relacionadas ao material recebido, desenvolvimento de recursos humanos e acesso efetivo às instalações de pesquisa.

iii) O acesso à tecnologia e transferência de tecnologia, como mencionado acima, itens i) e ii), inclusive àquelas protegidas por direitos de propriedade intelectual, aos países em desenvolvimento que são Partes Contratantes, em particular países menos desenvolvidos e países com economias em transição, serão concedidos e/ou facilitados sob termos justos e mais favoráveis, em particular nos casos das tecnologias para serem usadas na conservação, bem como tecnologias para benefício dos agricultores em países em desenvolvimento, especialmente em países menos desenvolvidos, e d em países com economias em transição, inclusive em termos concessionais e preferenciais, onde acordado mutuamente, por meio de, entre outros, parcerias em pesquisa e desenvolvimento sob o Sistema Multilateral. Tal acesso e transferência serão concedidos em termos que reconheçam e sejam consistentes com a proteção adequada e efetiva dos direitos de propriedade intelectual .

### **c) Capacitação**

Levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição, tal como refletidas nas prioridades dadas à capacitação em recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura em seus planos e programas, quando existirem, em relação àqueles recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura cobertos pelo Sistema Multilateral, as Partes Contratantes concordam em dar prioridade a:

i) estabelecimento ou fortalecimento de programas voltados, à educação e científica e técnica e treinamento em conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;

ii) desenvolvimento e fortalecimento de instalações para conservação e uso sustentável de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, em

particular nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição;

iii) realização de pesquisas científicas, referencialmente, e onde possível, nos países em desenvolvimento e países com economias em transição, em cooperação com instituições desses países, e desenvolvendo capacitação para essas pesquisas nas áreas em que forem necessárias.

### **d) Repartição de benefícios monetários e outros benefícios da comercialização**

i) As Partes Contratantes acordam, no âmbito do Sistema Multilateral, tomar medidas para assegurar a repartição de benefícios comerciais, mediante a participação dos setores público e privado nas atividades identificadas neste artigo, mediante parcerias e colaborações, inclusive com o setor privado nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição, para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;

ii) As Partes Contratantes acordam que o modelo de Termo de Transferência de Material, mencionado no artigo 12.4, incluirá uma disposição mediante a qual o beneficiário, que comercialize um produto que seja um recurso fitogenético para a alimentação e a agricultura, que incorpore material acessado do Sistema Multilateral, pagará ao mecanismo referido no artigo 19.3f, uma parte eqüitativa dos benefícios derivados da comercialização daquele produto, salvo se esse produto estiver disponível sem restrições a outros beneficiários para pesquisa e melhoramento, caso este em que o beneficiário que comercialize será incentivado a realizar tal pagamento.

O Órgão Gestor, em sua primeira reunião, determinará a quantia, forma e modalidade do pagamento, conforme as práticas comerciais. O Órgão Gestor poderá decidir estabelecer níveis distintos de pagamento para as diversas categorias de beneficiários que comercializem tais produtos; poderá também decidir sobre a necessidade de isentar desses pagamentos os pequenos agricultores nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição. O Órgão Gestor poderá, de tempos em tempos, revisar os níveis de pagamento com vistas a alcançar uma repartição justa e eqüitativa dos benefícios e poderá também avaliar, dentro de um período de cinco anos da entrada em vigor do presente Tratado, se o pagamento obrigatório previsto no TTM também se aplica nos casos em que esses produtos comercializados estejam disponíveis sem restrições a outros beneficiários para fins de pesquisa e melhoramento.

13.3 As Partes Contratantes acordam que os benefícios derivados do uso de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, que sejam repartidos no

âmbito do Sistema Multilateral, devem fluir primariamente, diretamente e indiretamente, aos agricultores em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento e países com economias em transição, que conservam e utilizam, de forma sustentável, os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

13.4 O Órgão Gestor, em sua primeira reunião, considerará políticas e critérios relevantes para prestar assistência específica no âmbito da estratégia de financiamento acordada, estabelecida no artigo 18, para a conservação dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura nos países em desenvolvimento e países com economias em transição, cuja contribuição para a diversidade de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura no Sistema Multilateral seja significativa e/ou que tenha necessidades especiais.

13.5 As Partes Contratantes reconhecem que a capacidade de implementar plenamente o Plano Global de Ação, em particular nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição, dependerá, amplamente, da implementação efetiva deste artigo e da estratégia de financiamento prevista no artigo 18.

13.6 As Partes Contratantes considerarão as modalidades de uma estratégia de contribuições voluntárias de repartição de benefícios, por meio da qual as indústrias alimentícias que se beneficiam dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura contribuirão para o Sistema Multilateral.

## PARTE V – COMPONENTES DE APOIO

### Artigo 14 – Plano de Ação Mundial

Reconhecendo que o Plano Global de Ação para a Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, de natureza progressiva, é importante para este Tratado, as Partes Contratantes devem promover sua implementação efetiva, inclusive por meio de ações nacionais e, conforme o caso, cooperação internacional para fornecer uma estrutura coerente para, entre outras coisas, capacitação, transferência de tecnologia e intercâmbio de informação, levando em consideração as disposições do artigo 13.

### Artigo 15 – Coleções *ex situ* de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura mantidas pelos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola do Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional e por outras Instituições Internacionais

15.1 As Partes Contratantes reconhecem a importância para este Tratado das coleções *ex situ* de

recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura mantidas sob custódia dos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola (IARC) do Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR). As Partes Contratantes convidam aos IARC para assinar acordos com o Órgão Gestor no que diz respeito a essas coleções *ex situ*, de acordo com os seguintes termos e condições:

a) os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, listados no Anexo 1, deste Tratado e mantidos pelos IARC serão disponibilizados de acordo com as disposições estabelecidas na Parte IV deste Tratado;

b) os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura mantidos pelos IARC, não listados no Anexo I deste Tratado, e que tenham sido coletados antes de sua entrada em vigor serão disponibilizados de acordo com as disposições do TTM, atualmente em uso conforme os acordos entre os IARC e a FAO. Esse TTM será emendado pelo Órgão Gestor até sua segunda sessão regular, em consulta com os IARC, de acordo com as disposições relevantes deste Tratado, especialmente os artigos 12 e 13 e sob as seguintes condições:

i) os IARC informarão, periodicamente, ao Órgão Gestor acerca dos TTM assinados, de acordo com cronograma estabelecido pelo Órgão Gestor;

ii) as Partes Contratantes, em cujo território foram coletados os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura em condições *in situ*, receberão amostras de tais recursos mediante solicitação, sem qualquer TTM;

iii) os benefícios advindos do TTM acima, que sejam creditados ao mecanismo mencionado no artigo 19.3f, aplicar-se-ão, em particular, à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, especialmente nos programas nacionais e regionais dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição, em particular nos centros de diversidade e nos países menos desenvolvidos; e

iv) os IARC tomarão as medidas apropriadas, de acordo com suas capacidades, para cumprir efetivamente as condições dos TTM e informarão, prontamente, ao Órgão Gestor dos casos de não-cumprimento.

c) os IARC reconhecem a autoridade do Órgão Gestor de prover orientação sobre políticas relativas às coleções *ex situ* mantidas por eles e que sejam sujeitas às disposições deste Tratado.

**d)** as instalações científicas e técnicas em que essas coleções **ex situ** sejam conservadas permanecem sob a autoridade dos IARC, que se comprometem a manejar e administrar essas coleções **ex situ** de acordo com normas internacionalmente aceitas, em particular as Normas para Bancos de Germoplasma endossadas pela Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura da FAO.

**e)** quando solicitada por um IARC, o Secretário envidará esforços de prover a assistência técnica apropriada.

**f)** O Secretário terá, em qualquer momento, o direito de acesso às instalações, bem como o direito de inspecionar todas as atividades lá realizadas diretamente relacionadas à conservação e à troca de material, previstas por este artigo.

**g)** Se a boa conservação dessas coleções **ex situ** mantidas pelos IARC for impedida ou ameaçada por qualquer evento, inclusive força maior, o Secretário, com a aprovação do país sede, auxiliará na evacuação ou na transferência dessas coleções na medida do possível.

15.2 As Partes Contratantes concordam em facilitar o acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, listados no Anexo I, no âmbito do Sistema Multilateral, aos IARC do CGIAR que tenham firmado acordos com o Órgão Gestor, de acordo com este Tratado. Esses Centros serão incluídos em lista mantida pelo Secretário, disponibilizada às Partes Contratantes mediante solicitação.

15.3 O material não listado no Anexo I, que tenha sido recebido e conservado pelos IARC após a entrada em vigor deste Tratado, estará disponível para acesso nos termos compatíveis com aqueles mutuamente acordados entre os IARC que receberem o material e o país de origem desses recursos ou o país que adquiriu esses recursos de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica ou outra legislação aplicável.

15.4 As Partes Contratantes são incentivadas a fornecer aos IARC que tenham assinado acordos com o Órgão Gestor, em termos mutuamente acordados, acesso aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura não listados no Anexo I que sejam importantes para os programas e atividades dos IARC.

15.5 O Órgão Gestor buscará, igualmente, estabelecer acordos, conforme os propósitos enunciados neste artigo com outras instituições internacionais relevantes.

#### **Artigo 16 – Redes Internacionais de Recursos Fitogenéticos**

16.1 A cooperação existente nas redes internacionais de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura será incentivada ou desenvolvida com base nos arranjos existentes e compatíveis com os termos deste Tratado, a fim de alcançar a maior cobertura possível dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

16.2 As Partes Contratantes incentivarão, conforme o caso, todas as instituições relevantes, inclusive as governamentais, as privadas, as não-governamentais, as de pesquisa, as de melhoramento e outras instituições, a participar das redes internacionais.

#### **Artigo 17 – O Sistema Global de Informação sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura**

17.1 As Partes Contratantes cooperarão para desenvolver e fortalecer um sistema mundial de informação para facilitar o intercâmbio de informação, com base em sistemas existentes, sobre assuntos científicos, técnicos e ambientais relacionados aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, com a expectativa de que esse intercâmbio de informações contribua para a repartição de benefícios, tomando as informações sobre recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura disponíveis para todas as Partes Contratantes. Ao desenvolver o Sistema Mundial de Informação, será buscada cooperação com o Mecanismo de Intermediação da Convenção sobre Diversidade Biológica.

17.2 Com base em notificação das Partes Contratantes, deve se fornecer um alerta prévio no caso de ameaças à manutenção eficiente dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, com vistas a salvaguardar o material.

17.3 As Partes Contratantes cooperarão com a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura da FAO em sua avaliação periódica do estado dos recursos fitogenéticos mundiais para a alimentação e a agricultura, a fim de facilitar a atualização do Plano Global de Ação progressivo, mencionado no artigo 14.

#### **PARTE VI – DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS**

##### **Artigo 18 – Recursos Financeiros**

18.1 As Partes Contratantes se comprometem a implementar uma estratégia de financiamento para a implementação do presente Tratado, de acordo com o disposto neste artigo.

18.2 Os objetivos da estratégia de financiamento serão os de aumentar a disponibilidade, transparência, eficiência e eficácia do fornecimento de recursos

financeiros para a implementação de atividades no âmbito do presente Tratado.

18.3 A fim de mobilizar financiamento para as atividades, planos e programas prioritários, em particular nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição, e levando em conta o Plano de Ação Mundial, o órgão gestor irá periodicamente estabelecer uma meta para esse financiamento.

18.4 Em conformidade com essa estratégia de financiamento:

**a)** As Partes Contratantes tomarão as medidas necessárias e apropriadas; no âmbito dos órgãos gestores dos mecanismos, fundos e órgãos internacionais relevantes, a fim de assegurar que as devidas prioridade e atenção sejam dadas à alocação efetiva de recursos previsíveis e acordados para a implementação de planos e programas sob o presente Tratado.

**b)** A medida em que as Partes Contratantes que sejam países em desenvolvimento e as Partes Contratantes com economias em transição irão implementar efetivamente seus compromissos no âmbito do presente Tratado dependerá da alocação efetiva, particularmente pelas Partes Contratantes que sejam países desenvolvidos, dos recursos objeto do presente artigo. As Partes Contratantes que sejam países em desenvolvimento e as Partes Contratantes com economias em transição darão a devida prioridade em seus próprios planos e programas para o desenvolvimento de capacidades em recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

**c)** As Partes Contratantes, que sejam países desenvolvidos, também proporcionarão, e as Partes Contratantes que sejam países em desenvolvimento e as Partes Contratantes com economias em transição aproveitarão, os recursos financeiros para a implementação do presente Tratado mediante canais bilaterais, regionais e multilaterais. Esses canais incluirão o mecanismo referido pelo artigo 19.3f

**d)** Cada Parte Contratante concorda em realizar atividades nacionais para a conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e em proporcionar recursos financeiros para essas atividades, de acordo com suas capacidades nacionais e meios financeiros. Os recursos financeiros proporcionados não serão usados para fins incompatíveis com o presente Tratado,

em particular em áreas relacionadas ao comércio internacional de produtos de base;

**e)** As Partes Contratantes acordam que os benefícios financeiros decorrentes do artigo 13.2d fazem parte da estratégia de financiamento.

**f)** O Contribuições voluntárias também podem ser proporcionadas pelas Partes Contratantes, pelo setor privado, levando em conta o disposto no artigo 13, pelas organizações não-governamentais e outras fontes. As Partes Contratantes acordam que o órgão gestor considerará as modalidades de uma estratégia que promova essas contribuições.

18.5 As Partes Contratantes acordam que prioridade seja dada à implementação dos planos e programas acordados para agricultores nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos países com economias em transição, que conservem e utilizem forma sustentável os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

## PARTE VII – DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

### Artigo 19 – Órgão Gestor

19.1 Um Órgão Gestor composto de todas as Partes Contratantes fica estabelecido para o presente Tratado.

19.2 Todas as decisões do órgão gestor serão tomadas por consenso salvo se tenha estabelecido, por consenso, um outro método de tomar uma decisão sobre certas medidas, com a exceção de que o consenso será sempre necessário em relação aos artigos 23 e 24.

19.3 O órgão gestor tem por função promover a plena implementação do presente Tratado, mantendo em vista seus objetivos e em particular:

**a)** fornecer direção e orientação gerais para monitorar e adotar as recomendações que se façam necessárias para implementar o presente Tratado e, em particular, para a operação do Sistema Multilateral;

**b)** adotar planos e programas para a implementação do presente Tratado;

**c)** adotar, em sua primeira sessão, e examinar periodicamente, a estratégia de financiamento para a implementação do presente Tratado, de acordo com o disposto no artigo 18;

**d)** adotar o orçamento do presente Tratado;

**e)** considerar e estabelecer, sujeito à disponibilidade dos recursos necessários,

tais órgãos subsidiários que se julgue necessário e seus respectivos mandatos e composições;

**f)** estabelecer, conforme necessário, um mecanismo apropriado, como uma Conta Fiduciária, para receber e utilizar os recursos financeiros que se depositem nela com a finalidade de implementar o presente Tratado;

**g)** estabelecer e manter cooperação com outras organizações internacionais e órgãos de tratados relevantes, em particular a Conferência das Partes à Convenção sobre Diversidade Biológica, a respeito de assuntos cobertos pelo presente Tratado, inclusive sua participação na estratégia de financiamento.

**h)** considerar e adotar, conforme necessário, emendas ao presente Tratado, de acordo com as disposições do artigo 23;

**i)** considerar e adotar, conforme necessário, emendas aos anexos do presente Tratado, de acordo com as disposições do artigo 24;

**j)** considerar modalidades de uma estratégia para incentivar contribuições voluntárias, em particular, com referência aos artigos 13 e 18;

**k)** realizar outras funções que possam ser necessárias para o cumprimento dos objetivos do presente Tratado;

**l)** tomar nota das decisões relevantes da Conferência das Partes à Convenção sobre Diversidade Biológica e outras organizações internacionais e órgãos de tratados relevantes;

**m)** informar, conforme o caso, a Conferência das Partes à Convenção sobre Diversidade Biológica e outras organizações internacionais e órgãos de tratados relevantes sobre assuntos relacionados à implementação do presente Tratado; e

**n)** aprovar os termos dos acordos com os IARC e outras instituições internacionais no âmbito do artigo 15, e revisar e emendar o TTM previsto no artigo 15.

19.4 Sujeito ao artigo 19.6, cada Parte Contratante terá um voto e poderá ser representada em sessões do órgão gestor por um único delegado que pode ser acompanhado de um suplente e por peritos e assessores. Os suplentes, peritos e assessores poderão participar das deliberações do órgão gestor, porém não poderão votar, salvo nos casos em que sejam devidamente autorizados a substituir o delegado.

19.5 As Nações Unidas, suas agências especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, bem como qualquer Estado que não seja uma Parte Contratante ao presente Tratado, poderão ser representados na qualidade de observadores nas sessões do órgão gestor. Qualquer outro órgão ou agência, quer governamental ou não-governamental, que tenha competência nas áreas de conservação e uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, que tenha informado ao Secretário de seu desejo de se fazer representado como observador em uma sessão do órgão gestor, poderá ser admitido nessa qualidade salvo se pelo menos um terço das Partes Contratantes presentes se opuser. A admissão e participação de observadores estarão sujeitas às Regras de Procedimento adotadas pelo órgão gestor.

19.6 Uma organização membro da FAO que seja uma Parte Contratante e os estados membros daquela organização membro que sejam Partes Contratantes exercerão seus direitos e cumprirão suas obrigações na qualidade de membros conforme, **mutatis mutandis**, a Constituição e as Regras Gerais da FAO.

19.7 O órgão gestor poderá adotar e emendar, conforme seja necessário, suas próprias Regras de Procedimento e as regras financeiras que não devem ser incompatíveis com o presente Tratado.

19.8 Será necessária a presença de delegados que representem uma maioria das Partes Contratantes para constituir um **quorum** em cada sessão do órgão gestor.

19.9 O órgão gestor realizará sessões ordinárias pelo menos a cada dois anos. Essas sessões devem, à medida do possível, ser realizadas imediatamente antes ou após as sessões ordinárias da Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura.

19.10 Sessões extraordinárias do órgão gestor serão realizadas quando forem consideradas necessárias pelo órgão gestor, ou a pedido por escrito de qualquer Parte Contratante, desde que esse pedido seja apoiado por pelo menos um terço das Partes Contratantes.

19.11 O órgão gestor elegerá seu Presidente e Vice-Presidentes (coletivamente referidos como "a Mesa"), em conformidade com suas Regras de Procedimento.

## Artigo 20 – Secretário

20.1 O Secretário do órgão gestor será designado pelo Diretor-Geral da FAO com a aprovação do órgão gestor. O Secretário será assessorado pelo número de funcionários que se fizerem necessários.

20.2 O Secretário realizará as seguintes funções:

**a)** organizar as sessões do órgão gestor e dos órgãos subsidiários que venham a ser estabelecidos, e lhes prestar apoio administrativo;

**b)** auxiliar o órgão gestor na realização de suas funções, inclusive na execução de tarefas específicas que o órgão gestor venha a lhe atribuir;

**c)** informar ao órgão gestor sobre suas atividades.

20.3 O Secretário comunicará a todas as Partes Contratantes e ao Diretor-Geral:

**a)** as decisões do órgão gestor, no prazo de sessenta dias de sua adoção;

**b)** as informações recebidas das Partes Contratantes, de acordo com as disposições do presente Tratado.

20.4 O Secretário providenciará a documentação para as sessões do órgão gestor nos seis idiomas das Nações Unidas.

20.5 O Secretário cooperará com outras organizações e órgãos de tratados, inclusive, em particular, com o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, para realizar os objetivos do presente Tratado.

### **Artigo 21 – Cumprimento**

O órgão gestor irá, em sua primeira sessão, considerar e aprovar procedimentos de cooperação eficazes e mecanismos operacionais para promover o cumprimento das disposições do presente Tratado e para atender às questões do não-cumprimento. Esses procedimentos e mecanismos incluirão monitoramento, assessoria ou assistência, inclusive jurídica, conforme a necessidade, em particular aos países em desenvolvimento e aos países com economias em transição.

### **Artigo 22 – Solução de Controvérsias**

22.1 No caso de controvérsia entre Partes Contratantes, no que diz respeito à interpretação ou aplicação do presente Tratado, as Partes envolvidas deverão procurar resolvê-la por meio de negociação.

22.2 Se as partes envolvidas não conseguirem chegar a um acordo por meio de negociação, podem conjuntamente solicitar os bons ofícios, ou solicitar a mediação, de uma terceira parte.

22.3 Ao ratificar, aceitar, aprovar ou aderir ao presente Tratado, ou em qualquer momento posterior, uma Parte Contratante pode declarar por escrito ao Depositário que, no caso de uma controvérsia não resolvida de acordo com o artigo 22.1 ou 22.2, aceita

como obrigatório um ou ambos dos seguintes meios de solução de controvérsias:

**a)** arbitragem de acordo com o procedimento estabelecido na Parte 1 do Anexo II do presente Tratado;

**b)** submissão da controvérsia à Corte Internacional de Justiça.

22.4 Se, de acordo com o artigo 22.3 acima, as partes na controvérsia não tiverem aceitado o mesmo, ou qualquer outro, procedimento, a controvérsia deve ser submetida a conciliação de acordo, com a Parte 2 do Anexo II do presente Tratado, salvo se as partes acordarem de outra maneira.

### **Artigo 23 – Emendas ao Tratado**

23.1 Qualquer Parte Contratante poderá propor emendas ao presente Tratado.

23.2 As emendas ao presente Tratado serão adotadas numa sessão do órgão gestor. O Secretário comunicará o texto de qualquer proposta de emenda às Partes Contratantes com uma antecedência mínima de seis meses antes da sessão em que sua adoção seja proposta.

23.3 As emendas ao presente Tratado só serão adotadas por consenso das Partes Contratantes presentes à sessão do órgão gestor.

23.4 Qualquer emenda adotada pelo órgão gestor entrará em vigor para as Partes Contratantes, que a tenham ratificado, aceitado ou aprovado, no nonagésimo dia após o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação por dois terços das Partes Contratantes. Após isso, a emenda entrará em vigor para qualquer outra Parte Contratante no nonagésimo dia após aquela Parte Contratante ter depositado seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação da emenda.

23.5 Para os propósitos deste artigo, um instrumento depositado por uma organização membro da FAO não será contado como sendo adicional àqueles depositados pelos Estados Membros dessa organização.

### **Artigo 24 – Anexos**

24.1 Os anexos ao presente Tratado formarão parte integral do presente Tratado e uma referência ao presente Tratado constituirá ao mesmo tempo referência a seus anexos.

24.2 As disposições do Artigo 23 sobre emendas ao presente Tratado aplicar-se-ão às emendas dos anexos.

### **Artigo 25 – Assinatura**

O presente Tratado permanecerá aberto para assinatura na FAO do dia 3 de novembro de 2001 até o

dia 4 de novembro de 2002 por todos os membros da FAO e qualquer Estado que não seja membro da FAO, mas seja membro das Nações Unidas, ou de qualquer de suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atômica.

#### **Artigo 26 – Ratificação, Aceitação ou Aprovação**

O presente Tratado será sujeito à ratificação, aceitação ou aprovação pelos membros e não-membros da FAO referidos pelo artigo 25. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Depositário.

#### **Artigo 27 – Adesão**

O presente Tratado permanecerá aberto para adesão por todos os membros da FAO e qualquer Estado que não seja membro da FAO, mas seja membro das Nações Unidas, ou de qualquer de suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atômica a partir da data que seja fechado para assinaturas. Os instrumentos de adesão serão depositados junto ao Depositário.

#### **Artigo 28 – Entrada em vigor**

28.1 Sujeito às disposições do artigo 29.2, o presente Tratado entrará em vigor no nonagésimo dia após o depósito do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, desde que pelo menos vinte dos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão tenham sido depositados por membros da FAO.

28.2 Para cada membro da FAO e para qualquer Estado que não seja membro da FAO, mas seja membro das Nações Unidas, ou de qualquer de suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atômica que ratifique, aceite, aprove ou adira ao presente Tratado após o depósito, de acordo com o artigo 28.1, do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, o Tratado entrará em vigor no nonagésimo dia após o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

#### **Artigo 29 – Organizações Membros da FAO**

29.1 Quando uma organização membro da FAO depositar um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão ao presente Tratado, a organização membro notificará, de acordo com as disposições do artigo 11.7 da Constituição da FAO, qualquer mudança na sua repartição de competências em sua declaração de competência submetida no âmbito do artigo 11.5 da Constituição da FAO, que seja necessária à luz de sua aceitação do presente Tratado. Qualquer Parte Contratante ao presente Tratado po-

derá, a qualquer momento, solicitar uma organização membro da FAO, que seja uma Parte Contratante do presente Tratado, a fornecer informações sobre quem, entre a organização membro e seus estados membros, é responsável pela implementação de uma questão específica coberta pelo presente Tratado. A organização membro fornecerá essa informação num prazo razoável.

29.2 Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou denúncia depositados por uma organização membro da FAO não serão contados como sendo adicionais àqueles depositados pelos seus estados membros.

#### **Artigo 30 – Reservas**

Nenhuma reserva poderá ser feita ao presente Tratado.

#### **Artigo 31 – Não-Partes**

As Partes Contratantes incentivarão todos os membros da FAO ou outros Estados que não sejam Partes Contratantes do presente Tratado a aceitar o presente Tratado.

#### **Artigo 32 – Denúncias**

32.1 Qualquer Parte Contratante poderá em qualquer momento, após dois anos da data em que o presente Tratado tiver entrado em vigor para aquela Parte, notificar o Depositário por escrito de sua retirada do presente Tratado. O Depositário informará imediatamente todas as Partes Contratantes.

32.2 A denúncia entrará em vigor um ano após a data do recebimento da notificação.

#### **Artigo 33 – Rescisão**

33.1 O presente Tratado será automaticamente rescindido se e quando, como resultado de denúncias, o número de Partes Contratantes caia abaixo de quarenta, salvo se as Partes Contratantes restantes decidirem de forma unânime de outra forma.

33.2 O Depositário informará todas as Partes Contratantes restantes quando o número de Partes Contratantes tiver caído para quarenta.

33.3 No caso de rescisão, a disposição dos bens será regida pelas regras financeiras a serem adotadas pelo órgão gestor.

#### **Artigo 34 – Depositário**

O Diretor-Geral da FAO será o Depositário do presente Tratado. **Artigo 35 – Textos Autênticos**

Os textos nos idiomas árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol do presente Tratado são igualmente autênticos.

## ANEXO I

## LISTA DE ESPÉCIES CULTIVADAS INCLUÍDAS NO SISTEMA MULTILATERAL

## Cultivos alimentares

Cultivo	Gênero	Observações
Fruta pão	<i>Artocarpus</i>	Apenas fruta pão.
Aspargos	<i>Asparagus</i>	
Aveia	<i>Avena</i>	
Beterraba	<i>Beta</i>	
Brassicac	<i>Brassica et al.</i>	Os gêneros incluídos são: <i>Brassica</i> , <i>Armoracia</i> , <i>Barbarea</i> , <i>Camelina</i> , <i>Crambe</i> , <i>Diplctaxis</i> , <i>Eruca</i> , <i>Isatis</i> , <i>Lepidium</i> , <i>Raphanobrassica</i> , <i>Raphanus</i> , <i>Rorippa</i> , e <i>Sinapis</i> . Inclui sementes oleaginosas e cultivos vegetais como repolho, colza, mostarda, agrião, rúcula, rabanete e nabo. A espécie <i>Lepidium meyenii</i> (maca) está excluída.
Guandu	<i>Cajanus</i>	
Grão-de-bico	<i>Cicer</i>	
Citrus	<i>Citrus</i>	Os gêneros <i>Poncirus</i> e <i>Fortunella</i> estão incluídos como porta-enxertos.
Coco	<i>Cocos</i>	
Árums principais	<i>Colocasia</i> , <i>Xanthosoma</i>	Os árums principais incluem taro, taioba, inhame e tannia.
Cenoura	<i>Daucus</i>	
Cará	<i>Dioscorea</i>	
Capim-de-galinha	<i>Eleusine</i>	
Morango	<i>Fragaria</i>	
Girassol	<i>Helianthus</i>	
Cevada	<i>Hordeum</i>	
Batata Doce	<i>Ipomoea</i>	
Chincho	<i>Lathyrus</i>	
Lentilha	<i>Lens</i>	
Maçã	<i>Malus</i>	
Mandioca	<i>Manihot</i>	Somente <i>Manihot esculent</i> .
Banana	<i>Musa</i>	Com exceção de <i>Musa textilis</i> .
Arroz	<i>Oryza</i>	
Milheto	<i>Pennisetum</i>	
Feijão	<i>Phaseolus</i>	Com exceção de <i>Phaseolus polyanthus</i> .
Ervilha	<i>Pisum</i>	
Centeio	<i>Secale</i>	
Batata	<i>Solanum</i>	Inclusive seção tuberosas, com exceção de <i>Solanum phureja</i> .

Berinjela	<i>Solanum</i>	Inclusive seção melongenas
Sorgo	<i>Sorghum</i>	
Triticale	<i>Triticosecale</i>	
Trigo	<i>Triticum et al.</i>	Inclusive <i>Agropyron</i> , <i>Elymus</i> e <i>Secale</i> .
Fava	<i>Vicia</i>	
Feijão fradinho e outros <i>Vigna</i>		
Milho	<i>Zea</i>	Com exceção de <i>Zea perennis</i> , <i>Zea diploperennis</i> e <i>Zea luxurians</i> .

## Forrageiras

Gênero	Espécie
<b>FORRAGEIRAS LEGUMINOSAS</b>	
<i>Astragalus</i>	<i>chinensis</i> , <i>cicer</i> , <i>arenarius</i>
<i>Canavalia</i>	<i>ensifomis</i>
<i>Coronilla</i>	<i>varia</i>
<i>Hedysarum</i>	<i>coronarium</i>
<i>Lathyrus</i>	<i>cicera</i> , <i>ciliolatus</i> , <i>hirsutus</i> , <i>ochrus</i> , <i>odoratus</i> , <i>sativus</i>
<i>Lespedeza</i>	<i>cuneata</i> , <i>striata</i> , <i>stipulacea</i>
<i>Lotus</i>	<i>corniculatus</i> , <i>subbiflorus</i> , <i>uliginosus</i>
<i>Lupinus</i>	<i>albus</i> , <i>angustifolius</i> , <i>luteus</i>
<i>Medicago</i>	<i>arborea</i> , <i>falcata</i> , <i>sativa</i> , <i>scutellata</i> , <i>rigidula</i> , <i>truncatula</i>
<i>Melilotus</i>	<i>albus</i> , <i>officinalis</i>
<i>Onobrychis</i>	<i>viciifolia</i>
<i>Ornithopus</i>	<i>sativus</i>
<i>Prosopis</i>	<i>affinis</i> , <i>alba</i> , <i>chilensis</i> , <i>nigra</i> , <i>pallida</i>
<i>Pueraria</i>	<i>phaseoloides</i>
<i>Trifolium</i>	<i>alexandrinum</i> , <i>alpestre</i> , <i>ambiguum</i> , <i>angustifolium</i> , <i>arvense</i> , <i>agrocicerum</i> , <i>hybridum</i> , <i>incarnatum</i> , <i>pratense</i> , <i>repens</i> , <i>resupinatum</i> , <i>rueppellianum</i> , <i>semipilosum</i> , <i>subterraneum</i> , <i>vesiculosum</i>
<b>FORRAGEIRAS GRAMÍNEAS</b>	
<i>Andropogon</i>	<i>gayanus</i>
<i>Agropyron</i>	<i>cristatum</i> , <i>desertorum</i>
<i>Agrostis</i>	<i>stolonifera</i> , <i>tenuis</i>
<i>Alopecurus</i>	<i>pratensis</i>
<i>Arrhenatherum</i>	<i>elatius</i>
<i>Dactylis</i>	<i>glomerata</i>
<i>Festuca</i>	<i>arundinacea</i> , <i>gigantea</i> , <i>heterophylla</i> , <i>ovina</i> , <i>pratensis</i> , <i>rubra</i>

<i>Lolium</i>	<i>hybridum</i> , <i>multiflorum</i> , <i>perenne</i> , <i>rigidum</i> , <i>temulentum</i>
<i>Phalaris</i>	<i>aquatica</i> , <i>arundinacea</i>
<i>Phleum</i>	<i>pratense</i>
<i>Poa</i>	<i>alpina</i> , <i>annua</i> , <i>pratensis</i>
<i>Tripsacum</i>	<i>laxum</i>
<b>OUTRAS FORRAGEIRAS</b>	
<i>Atriplex</i>	<i>halimus</i> , <i>nummularia</i>
<i>Salsola</i>	<i>vermiculata</i>

**ANEXO II**  
**Parte I**

**ARBITRAGEM**

**Artigo 1º**

A parte demandante deve notificar o Secretário que as partes estão submetendo uma controvérsia à arbitragem de acordo com o artigo 22. A notificação deve expor a questão a ser arbitrada e incluir, em particular, os artigos do presente Tratado de cuja interpretação ou aplicação se tratar a questão. Se as partes na controvérsia não concordarem sobre o objeto da controvérsia antes de ser designado o Presidente do tribunal, o tribunal de arbitragem deve definir o objeto em questão. O Secretário deve comunicar a informação assim recebida a todas as Partes Contratantes ao presente Tratado.

**Artigo 2º**

1. Em controvérsias entre duas partes, o tribunal de arbitragem deve ser composto de três membros. Cada uma das partes na controvérsia deve nomear um árbitro e os dois árbitros assim nomeados devem designar de comum acordo o terceiro árbitro que deve presidir o tribunal. Este último não pode ser da mesma nacionalidade das partes em controvérsia, nem ter residência fixa no território de uma das partes, tampouco deve estar a serviço de nenhuma delas, nem ter tratado do caso a qualquer título.

2. Em controvérsias entre mais de duas Partes Contratantes, as Partes que tenham o mesmo interesse devem nomear um árbitro de comum acordo.

3. Qualquer vaga no tribunal deve ser preenchida de acordo com o procedimento previsto para a nomeação original.

**Artigo 3º**

1. Se o Presidente do tribunal de arbitragem não for designado dentro de dois meses após a nomeação do segundo árbitro, o Diretor-Geral da FAO, a pedido de uma das partes na controvérsia, deve designar o Presidente no prazo adicional de dois meses.

2. Se uma das partes na controvérsia não nomear um árbitro no prazo de dois meses após o recebimento da solicitação, a outra parte poderá disso informar o Diretor-Geral da FAO, que deve designá-lo num prazo adicional de dois meses.

**Artigo 4º**

O tribunal de arbitragem deve proferir suas decisões de acordo com o disposto no presente Tratado e com o direito internacional.

**Artigo 5º**

Salvo se as partes na controvérsia concordarem de outro modo, o tribunal de arbitragem deve adotar suas próprias regras de procedimento.

**Artigo 6º**

O tribunal de arbitragem pode, a pedido de uma das partes, recomendar medidas provisórias indispensáveis de proteção.

**Artigo 7º**

As partes na controvérsia devem facilitar os trabalhos do tribunal de arbitragem e, em particular, utilizando todos os meios a sua disposição, devem:

- a) apresentar-lhe todos os documentos, informações e meios pertinentes; e
- b) permitir-lhe, se necessário, convocar testemunhas ou especialistas e ouvir seus depoimentos.

**Artigo 8º**

As partes na controvérsia e os árbitros são obrigados a proteger a confidencialidade de qualquer informação recebida com esse caráter durante os trabalhos do tribunal de arbitragem.

**Artigo 9º**

Salvo se decidido de outro modo pelo tribunal de arbitragem, devido a circunstâncias particulares do caso, os custos do tribunal devem ser cobertos em proporções iguais pelas partes em controvérsia. O tribunal deve manter um registro de todos os seus gastos e deve apresentar uma prestação de contas final às Partes.

**Artigo 10**

Qualquer Parte Contratante que tenha interesse de natureza jurídica no objeto em questão da controvérsia, que possa ser afetada pela decisão sobre o caso, pode intervir no processo com o consentimento do tribunal.

**Artigo 11**

O tribunal pode ouvir é decidir sobre contra-argumentos diretamente relacionados ao objeto da controvérsia.

**Artigo 12**

As decisões do tribunal de arbitragem tanto em matéria processual quanto sobre o fundo da questão devem ser tomadas por maioria de seus membros

**Artigo 13**

Se uma das Partes na controvérsia não comparecer perante o tribunal de arbitragem ou não apresentar defesa

de sua causa, a outra parte pode solicitar ao tribunal que continue o processo e profira seu laudo. A ausência de uma das Partes na controvérsia ou a abstenção de uma Parte de apresentar defesa de sua causa não constitui impedimento ao processo. Antes de proferir sua decisão final, o tribunal de arbitragem deve certificar-se de que a demanda está bem fundamentada de fato e de direito.

#### **Artigo 14**

O tribunal deve proferir sua decisão final em cinco meses a partir da data em que for plenamente constituído, salvo se considerar necessário prorrogar esse prazo por um período não superior a cinco meses.

#### **Artigo 15**

A decisão final do tribunal de arbitragem deve se restringir ao objeto da questão em controvérsia e deve ser fundamentada. Nela devem constar os nomes dos membros que a adotaram e a data. Qualquer membro de tribunal pode anexar à decisão final um parecer em separado ou um parecer divergente.

#### **Artigo 16**

A decisão é obrigatória para as partes na controvérsia. Dela não há recurso, salvo se as Partes na controvérsia tenham concordado com antecedência sobre um procedimento de apelação.

#### **Artigo 17**

As controvérsias que surjam entre as Partes na controvérsia no que diz respeito à interpretação ou execução da decisão final podem ser submetidas por qualquer das Partes ao tribunal que a proferiu.

### **Parte 2**

## **CONCILIAÇÃO**

#### **Artigo 1º**

Uma comissão de conciliação deve ser criada a pedido de uma das Partes na controvérsia. Essa comissão, salvo se as Partes na controvérsia concordarem de outro modo, deve ser composta de cinco membros, dois nomeados por cada Parte envolvida e um Presidente escolhido conjuntamente pelos membros.

#### **Artigo 2º**

Em controvérsias entre mais de duas Partes Contratantes, as Partes que tenham o mesmo interesse devem nomear seus membros na comissão de comum acordo. Quando duas ou mais Partes tiverem interesses independentes ou houver discordância sobre o fato de terem ou não o mesmo interesse, as Partes devem nomear seus membros separadamente.

#### **Artigo 3º**

Se, no prazo de dois meses a partir da data do pedido de criação de uma comissão de conciliação, as Partes não tiverem nomeado os membros da comissão, o Diretor-Geral da FAO, por solicitação da parte na controvérsia que formulou o pedido, deve nomeá-los no prazo adicional de dois meses.

#### **Artigo 4º**

Se o Presidente da comissão de conciliação não for escolhido nos dois meses seguintes à nomeação do último membro da comissão, o Diretor-Geral da FAO, por solicitação de uma das Partes na controvérsia, deve designá-lo no prazo adicional de dois meses.

#### **Artigo 5º**

A comissão de conciliação deverá tomar decisões por maioria de seus membros. Salvo se as Partes na controvérsia concordarem de outro modo, a comissão de conciliação deve definir seus próprios procedimentos. A comissão deve apresentar uma proposta de solução da controvérsia, que as Partes devem examinar em boa fé.

#### **Artigo 6º**

Uma discordância quanto à competência da comissão de conciliação deve ser decidida pela comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra – estamos alternando –, como Líder, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O Senador Casagrande sugere, e acho muito boa a sugestão de S. Ex<sup>a</sup>, que cada orador, com a sua capacidade de síntese, utilize apenas dez minutos.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com certeza, eu farei o meu pronunciamento em menos de dez minutos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, mais uma vez, para falar sobre gasoduto, até porque eu cheguei de viagem hoje e li uma matéria na **Folha de S. Paulo**, do dia 20 de abril, que diz o seguinte:

Amazônia é nova fronteira de exploração petrolífera em terra.

Se a camada pré-sal é a mais promissora área de exploração em mar, a sua correspondente em terra está no meio da selva amazônica. É a bacia do Solimões, com a terceira maior reserva de gás e a terceira maior produção de óleo e gás do país. Batizada de província petrolífera de Urucu (a 600 km da capital do

Amazonas, Manaus, e a 500 km da capital do meu Estado, Porto Velho), a área produz 53 mil barris por dia de óleo ultraleve – de maior valor comercial e mais fácil refino. De tão leve, é conhecido como “gasolina natural”, capaz de movimentar motores assim que extraído, mesmo sem ser processado.

Eu já estive lá, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e é verdade. O óleo diesel extraído da bacia do Urucu pode ser retirado do poço diretamente para os tanques dos caminhões, dos veículos, dos motores estacionados e ele realmente funciona.

Mas a maior riqueza é o gás natural – produção de 10 milhões de metros cúbicos por dia, somente inferior à das bacias de Campos e Santos. A estatal só não extrai mais gás da reserva, que tem 100 bilhões de metros cúbicos, por não ter para quem vender”.

É esse ponto, Sr. Presidente, que quero contestar. Há mais ou menos uns seis anos, estamos falando sobre o gás de Urucu. É bem verdade que já teve início o gasoduto para escoar parte desse gás para Manaus, mas até então a alegação da Petrobras é que tinham apenas sete milhões de metros cúbicos. Mesmo com sete milhões de metros cúbicos, iriam cinco para Manaus e dois para Porto Velho. E dois milhões de metros cúbicos/dia para Porto Velho seriam suficientes para abastecer uma térmica a diesel que queima 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia, que seria abastecida com o gás, economizando dinheiro. Além disso, é um combustível menos poluente.

Sr. Presidente, essa térmica produz 400 MW de energia, que abastecem Rondônia e Manaus. Agora, eu já sabia, porque o Diretor da Petrobras chamado Ildo Sauer já tinha afirmado, com documento assinado, que tinha gás para Manaus e Porto Velho, mas a Petrobras sempre criou dificuldades. Não só a Petrobras como as autoridades do Ministério das Minas e Energia têm criado inúmeras dificuldades para levar esse gás para Rondônia. Não sei por que isso vem acontecendo.

Diz ainda a empresa: “Enquanto não se constroem os gasodutos de Coari–Manaus e Urucu–Porto Velho, não tem mercado suficiente para o produto”. É claro, sem gasoduto, para onde se vai escoar esse produto? E só tem essas duas saídas, ou sai para Manaus ou para Porto Velho. Então, aqui está muito claro que temos gás na bacia do Urucu para abastecer Manaus e Porto Velho, para abastecer o Amazonas e o Estado de Rondônia, assim como o Acre, que já está interligado a Porto Velho.

“Até lá, a estatal é obrigada a reinjetar 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia nos poços”. É o que diz a matéria da **Folha de S. Paulo**. Ela reinjeta seis milhões de metros cúbicos, e uma parte ainda é queimada nas chaminés da Petrobras na bacia de Urucu.

Mesmo assim, a estatal está otimista: possui 80 poços na região e espera perfurar 23 até 2012 – a companhia não detalhou o investimento destinado apenas à bacia do Solimões.

Mas, além da bacia do Solimões, Sr. Presidente, quero dizer que, além desses 100 bilhões de metros cúbicos que a Petrobras afirma ter na bacia do Solimões, ainda há a bacia do Juruá, que é tão grande e rica em petróleo quanto a bacia do Solimões. É outra bacia, fica muito próxima – apenas a 80 quilômetros, Senador Flávio Arns, da bacia do Solimões –, e não há outros locais para onde escoar esse gás. Ele também terá de ser levado para Manaus e Porto Velho.

Então, não consigo entender por que uma riqueza tão grande dessa que está na bacia do Solimões e na bacia do Juruá não foi aproveitada há mais tempo. E ainda ficam segurando, amarrando, criando problemas e dificuldades para construir o gasoduto Urucu–Porto Velho. Eu havia parado de falar sobre esse assunto, porque estava se tornando até chato e eu estava me tornando persistente demais por cobrar a construção desse gasoduto Urucu–Porto Velho.

Estamos com a licença. Só há um erro na matéria, que quero corrigir. A matéria da **Folha de S. Paulo** diz que não há as licenças ambientais. Nós a temos tanto para o gasoduto Coari–Manaus, que já está sendo construído, como para o gasoduto Urucu–Porto Velho, já há mais de dois anos. Há mais de dois anos, temos a licença ambiental aprovada, com termo de ajustamento de conduta assinado por todas as partes, para construir esse gasoduto.

Infelizmente, a Petrobras tem criado dificuldades enormes para a construção dessa obra. E eu quero aqui, mais uma vez, cobrar, insistentemente, das autoridades do setor elétrico, das autoridades da Petrobras que liberem, de uma vez por todas, a construção do gasoduto Urucu–Porto Velho.

Agora vem mais uma desculpa. Ah, Porto Velho vai ganhar as usinas do rio Madeira! É verdade. Rondônia vai ganhar as usinas do rio Madeira. Vai ganhar as obras, não a energia. Se a energia das usinas do rio Madeira fosse apenas para abastecer Rondônia, elas jamais sairiam. Não vamos aqui nos iludir e achar que essas usinas iriam sair se fosse para abastecer apenas o Estado de Rondônia. Essas usinas estão saindo para abastecer o Brasil, para sustentar o crescimento

econômico do País, para sustentar o crescimento do PAC, do programa de aceleração do Brasil.

As usinas do Madeira vão gerar emprego, vão gerar riqueza para o meu Estado, mas 99% dessa energia vai ser destinada a São Paulo, a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro, ao centro industrial do nosso País.

No primeiro leilão, nem sequer foi reservada energia para Rondônia. Talvez no segundo leilão, o da usina de Jirau, fique reserva de uma pequena quantidade para Rondônia. Mas o grosso dessa energia é para abastecer o Brasil.

É por isso que o gasoduto tem que sair. Esse é nosso, é da nossa região. É difícil transportar gás lá do Amazonas para outras regiões do Brasil, mas é fácil transportar esse gás para Manaus e para Porto Velho, para abastecer essas térmicas que estão queimando milhões e milhões de óleo diesel por dia e poluindo ainda o nosso País e o nosso planeta.

Por que não consumir esse gás natural que é nosso, da nossa região, enquanto o Brasil importa gás da Bolívia a preços altos, de dólar caro, e ainda pensa em construir um gasoduto na Venezuela? O Presidente Hugo Chávez esteve recentemente no Brasil tratando, com a Petrobras, da construção de um gasoduto vindo da Venezuela para o Brasil, deixando o nosso gás, 100 bilhões de metros cúbicos de gás, na bacia do Urucu e na bacia do Juruá.

Era esse o apelo que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, mais uma vez, em nome do povo de Rondônia, do povo do Acre, do povo do Amazonas e também do povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Líder Valdir Raupp, defendendo o futuro da energia na sua região,...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Deixe-me só ler aqui, e, logo em seguida, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 466, de 2008**, do Senador Flávio Arns e outros Srs. Senadores, solicitando que o período do Expediente da sessão do próximo dia 29 de maio seja dedicado a homenagear os 60 anos da existência da Associação Pestalozzi de Niterói, Rio de Janeiro.

Desnecessário dizer que ela é um exemplo de atendimento aos deficientes do Brasil. E, nesse sentido, vem o Senador Flávio Arns, sempre solidário e atento às ações em benefício dos deficientes.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Parabéns ao Senador Flávio Arns por mais essa ação, valorizando os que trabalham pelos deficientes do nosso Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, na mesma linha do Senador Flávio Arns, encaminhei à Mesa um requerimento para que o espaço do pequeno Expediente de amanhã fosse dedicado a homenagearmos o Dia Internacional do Trabalho.

Eu já falei com a nossa...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Secretária Executiva, Dr<sup>a</sup> Cláudia Lyra.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Isso. Dr<sup>a</sup> Cláudia Lyra. Ela me orientou que, por decisão do Colégio de Líderes, na terça e na quarta não é possível. Como sou o primeiro orador inscrito, quero, mediante requerimento que encaminhei, fazer um apelo ao Plenário para que a gente, democraticamente, use o pequeno Expediente de amanhã para pronunciamentos em homenagem aos trabalhadores e aposentados brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com a força da liderança que V. Ex<sup>a</sup> tem neste plenário.

Vai usar da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Depois, os Senadores José Nery e Renato Casagrande.

Por sábia sugestão do Senador Renato Casagrande, que aprovamos, Senador Flexa Ribeiro, cada orador usará a tribuna por dez minutos. É uma sugestão inteligente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Acato a sugestão do nosso Líder do PSB, Senador Renato Casagrande, endossada pelo Presidente Mão Santa.

Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho com pesar, novamente, a esta tribuna para denunciar, como já o fiz várias vezes, a situação de desgoverno que a Governadora petista Ana Júlia implantou, após um ano e quatro meses, no meu Estado do Pará. Até hoje o que se ouve falar do Estado do Pará, pela mídia, são notícias negativas. Eu gostaria muito de vir aqui elogiar a Governadora, elogiar o trabalho dela, elogiar meu Estado – que tem merecimentos e tem capacidade de crescer e distribuir riquezas para

a nossa população de mais de sete milhões e meio de paraenses.

O caos se instalou na segurança pública, na saúde, na questão ambiental, no mercado de trabalho e na gestão administrativa.

Lamentavelmente, como eu disse, só encontramos na mídia brasileira notícias negativas sobre o Pará. Diante disso, Senador Mão Santa – V. Ex<sup>a</sup> que diariamente pede ao Presidente Lula para ficar às suas sábias palavras –, quero dizer que está confirmada, lamentavelmente, a previsão do Presidente Lula feita à revista **IstoÉ**, na edição do dia 19 de março de 2007, um ano atrás, no início do Governo petista no Estado do Pará, quando, analisando os novos Governadores, disse que José Serra, em São Paulo, e José Roberto Arruda, no Distrito Federal, tinham tudo para dar certo.

Quanto à Ana Júlia, “era um desastre anunciado”. O próprio Presidente da República, do Partido dos Trabalhadores, disse isso da sua governadora, que é do meu Estado do Pará. Lamentavelmente, Sua Excelência tem o dom de prever o futuro, tem o dom de ver à frente aquilo que acontece no Estado do Pará.

Se o Presidente Lula tinha convicção de que o governo de Ana Júlia seria um desastre anunciado, tem enorme responsabilidade com o Pará, porque ajudou a eleger a Governadora subindo em seu palanque, assumindo compromissos com os paraenses e dizendo-lhes para votar na candidata dele, que, se fosse eleita, ele a ajudaria e mandaria recursos para o Pará. O que mais ele dizia, naquela altura, é que era para combater imediatamente a violência.

E o que chegou ao Pará até hoje, um ano e quatro meses depois? Nada. Para não dizer que nada, Senador Mão Santa, alguns equipamentos usados no Pan, que foram redistribuídos pelo Brasil. Ele encaminhou um helicóptero, algumas motocicletas e alguns outros equipamentos carros usados do Pan, mas não era essa a promessa de palanque, por ocasião do processo eleitoral.

O Bispo do Marajó, Dom Luís Azcona, ousou denunciar o desgoverno no Pará em entrevista ao jornal **O Liberal**, edição do dia 15 de abril de 2008. Descreveu o seguinte quadro: “Um Estado em situação de ingovernabilidade, omissa diante da exploração sexual infantil e com forte presença do narcotráfico”. Quem disse isso foi o Bispo Dom Luís Azcona, do Marajó. Está aqui o jornal. Os paraenses todos conhecem, mas o Brasil precisa conhecer qual é o Governo do PT. Está aqui o Bispo: “Estado está ingovernável”.

A Governadora ficou irritada com a declaração do bispo de 68 anos e, por isso, negou-se a recebê-lo para tratar dos assuntos denunciados. (**O Liberal**, caderno Atualidades, edição de 18/04/ 2008). A res-

posta da Governadora, que, em vez de chamar o bispo e agir para diminuir ou extirpar este mal do Marajó... Não. Ana Júlia não recebe o bispo do Marajó. Essa foi a resposta da Governadora para todos os paraenses, todos os marajoaras.

As denúncias encontraram eco nesta Casa, e o bispo será ouvido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo nobre Senador Paulo Paim. Eu lá estarei, Senador Nery, para ouvir as denúncias que o Bispo Dom Luís Azcona fará sobre a situação do Marajó, sobre a qual a Governadora não quer saber.

Quanto à saúde, já denunciei inúmeras vezes desta tribuna a situação caótica. Referi-me à Santa Casa de Misericórdia.

V. Ex<sup>a</sup> fez um aparte, inúmeros Senadores, Senador Papaléo, Senador Mozarildo, Senador Tião Viana, todos médicos formados pela Universidade Federal do Pará que usaram a Santa Casa de Misericórdia como hospital de apoio à Universidade, que ficava em frente à Faculdade de Medicina naquela altura. Ela disse àquela época e eu repito hoje: no Governo petista é um exemplo de descaso. Principalmente porque, como eu disse, era um hospital de referência no atendimento materno-infantil. Hoje o que se vê é o mais absoluto descalabro.

Os jornais – eu não gostaria nem de mostrar essa foto, Senador Mão Santa – mostram um recém-nascido com a seguinte manchete: “Falta de leite deixa 17 bebês sem UTI na Santa Casa”.

Essa é a mídia do Estado do Pará. Lamentavelmente, essa foto foi publicada no dia 7 de abril, eu fiz esse pronunciamento há mais de um mês aqui da tribuna, e, no dia 29 de abril, hoje, os jornais anunciam o seguinte:

Um inquérito foi aberto na seccional da cremação para apurar negligência no atendimento do bebê Jolele Vitória Souza dos Santos, de 29 dias, que morreu sem atendimento depois de passar por três hospitais públicos; os dois pronto-socorros de Belém e a Santa Casa de Misericórdia.

Sabe por que ela não foi atendida na Santa Casa de Misericórdia, Senador Mão Santa? Sabe por quê? A Santa Casa de Misericórdia, como eu disse, que é referência neonatal no Pará, e onde nasceu o bebê prematuro, recusou-se a fazer o atendimento sob o argumento de que só é responsável pelos recém-nascidos no hospital até 28 dias após o nascimento. Essa criança tinha 29 dias e não foi atendida. Lamentavelmente, foi a óbito.

Essa é a situação da saúde no meu Estado. A falta de bom senso ceifou a vida de um inocente. Cadê a responsabilidade e a sensibilidade da governadora?

A verdade é que, cercada pelo crime, a população paraense vive um clima de terror diante de tanta insegurança. Aí nós vamos para o terceiro mal que aflige o Pará nesse governo petista, que é a violência.

O jornal **O Liberal** de domingo, 27.04.2008, estampa as seguintes manchetes: “*Onda de violência assusta paraense*”; “*Vítima passa a ter medo da própria sombra*”. Esse é um mapa da violência em Belém, onde as pessoas não podem mais transitar livremente com medo de não voltarem sãs e salvas para seus lares.

(*Interrupção de som.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo já se foi, Senador Flexa Ribeiro. Vou dar-lhe cinco minutos pelo Piauí, que parou, e pelo Pará, que piorou.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Já conluo.

A manchete do jornal de hoje sobre a violência é “Uma morte a cada cinco horas” no Pará.

Para agravar a situação de insegurança, a Polícia Civil anuncia paralisação para amanhã, dia 30.04.08, quando todos os 550 delegados prometem cruzar os braços por um dia, como advertência para a política salarial injusta praticada pela Governadora.

Além da Polícia Civil, Presidente Mão Santa, Senador Nery, os professores já estão em greve há seis dias. Então, hoje a educação também está um caos, porque o Sintep não tem diálogo com o Governo petista, que defendia o diálogo para discutir o reajustamento dos salários.

Então, a saúde está um caos, a educação está em greve, e a Polícia, em greve.

E o que faz a Governadora? Nomeou 1.242 assessores, Senador Nery, 1.242 assessores, que, se comparecessem ao trabalho, não encontrariam espaço suficiente.

Quando o ex-Governador Simão Jatene chegou a nomear 700 assessores, a então Senadora Ana Júlia veio à tribuna denunciar os assessores do governo do PSDB – e ela já quase dobrou o número de assessores do Governo anterior.

Além disso, deu um aumento para os ocupantes de cargos DAS-6, que passaram a perceber R\$7,8 mil, ferindo o Regime Jurídico Único, por deixar de contemplar os demais cargos da pirâmide comissionada.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é lamentável dizer que, em pouco tempo, a Governadora Ana Júlia conseguiu abater aquilo que foi reconstruído, Senador Heráclito Fortes, durante doze anos, que foi a auto-estima dos paraenses.

Em 14 meses, a Governadora conseguiu destruir a auto-estima dos paraenses, construída em 12 anos.

Andando pelo Estado do Pará – e concluindo –, ouvimos, Senador Nery, em todos os Municípios, o povo se referindo à Governadora Ana Júlia como Governadora Ana “Judas”, com referência àquele que traiu Cristo. Isso porque a Governadora traiu o povo do Pará, quando fez as suas promessas na campanha eleitoral, não cumprindo nenhuma delas em 14, 15 meses de governo.

Espero e torço para que a Governadora tenha realmente condições de reestruturar o seu governo, redirecionar as suas ações, a fim de que possa atender os 7,5 milhões de paraenses que necessitam de apoio em todas essas áreas fundamentais para a qualidade de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do líder Flexa Ribeiro, do Estado do Pará, convidamos para usar da palavra, também do Estado do Pará, o Senador José Nery, do PSOL.

Ao tempo, quero cumprimentá-lo pelo brilhante programa desse Partido Socialismo e Liberdade, que tem como presidente a extraordinária mulher, líder brasileira, Heloisa Helena. Fiquei, como o povo brasileiro, entusiasmado pela liderança firme e pura de Heloisa Helena.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de falar sobre o assunto que me traz à tribuna neste momento, aproveito as referências feitas por V. Ex<sup>a</sup> em relação ao programa do Partido Socialismo e Liberdade, veiculado ontem em cadeia nacional de rádio e televisão.

Mais uma vez, apresentamos e discutimos com o País os grandes problemas que afligem o nosso povo, bem como apresentamos idéias e sugestões que devem fazer parte de um verdadeiro programa de mudanças para melhorar as condições do nosso País e construir, assim, uma sociedade onde prevaleçam os interesses da maioria, e não os interesses de uma minoria, como muitas vezes tenho observado nessa nossa triste realidade nacional.

No momento em que o PSOL divulga suas idéias, também a nossa Presidente faz um chamado especial a uma participação consciente e cidadã no processo das eleições municipais de 2008, em que os 5.564 Municípios brasileiros vão escolher os seus novos dirigentes: prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, vereadores e vereadoras.

Portanto, agradeço a menção que faz V. Ex<sup>a</sup> ao programa do Partido Socialismo e Liberdade levado ao ar no dia de ontem.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, nas últimas semanas as atenções mundiais se voltaram para a crise dos alimentos.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador José Nery...

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – O Relator da ONU para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, qualificou a crise de verdadeira tragédia e apontou como causas prováveis da alta dos preços dos produtos alimentícios a transformação de alimentos em biocombustíveis e a especulação financeira.

Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Eu pedi o aparte no início para não atrapalhar o seu discurso, porque a minha fala não tem, de fato, qualquer relação com o que V. Ex<sup>a</sup> começou a falar. Quero apenas dar uma satisfação a V. Ex<sup>a</sup>. Transmiti o seu recado aos Bispos do Marajó. Estive em seu Estado, como é do seu conhecimento. Fui ao Marajó me encontrar com o Bispo ameaçado de morte por denunciar o tráfico de pessoas, mulheres e crianças, o abuso sexual contra crianças e pedofilia. Estive com ele um dia inteiro, e as referências dele a V. Ex<sup>a</sup> são as mais elogiosas em relação a sua luta em favor das minorias e no combate a esses desencontros. Estou estarecido, pois tomei conhecimento de uma coisa que achei que não era verdade: que, infelizmente, aquela área não tem monitoramento do Sivam, e deveria ter. Mas fui levar a ele a nossa solidariedade, Senador Nery – e falei o seu nome –, e dizer do poder de que a CPI dispõe, tomando posse das denúncias dele para poder fazer valer algo que ele já vem denunciando há dois anos, no Ministério da Justiça, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e de que esta CPI tomou conhecimento. Há uma coisa muito grave realmente nas denúncias do Bispo. É preciso que todos nós nos fortaleçamos. Estive com a Governadora no momento seguinte. Eu vou voltar ao seu Estado e gostaria de convidá-lo, então, publicamente, neste plenário, para que esteja conosco numa reunião junto com a Governadora e os bispos, para que sejam colocadas em cima da mesa todas as denúncias feitas, e como nós podemos caminhar, a fim de punir aqueles envolvidos com essas ameaças e crimes que foram denunciados pelos bispos. Por isso eu fiz questão – e V. Ex<sup>a</sup> me perdoe –, de fazer essa referência, até porque me comuniquei com V. Ex<sup>a</sup>, pedindo autorização para entrar no Pará.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Senador Magno Malta, eu agradeço o aparte e as ponderações de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, lamentei não poder, ao final, acompanhá-lo na visita que fez, em nome da CPI, ao Bispo Dom Azcona, no Marajó. Efetivamente, há razão de

sobra para a indignação que tomou conta da CNBB, que publicou uma nota durante a sua conferência nacional, denunciando a violência a que estão submetidas dezenas de milhares de crianças em nosso Estado, vítimas do abandono das políticas públicas, e todo um conjunto de situações que tem levado a perda da dignidade por essas crianças.

Portanto, a solidariedade que o senhor levou em nome, com certeza, do Senado brasileiro, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que o senhor preside. Diante da gravidade daquela situação, precisamos cobrar e ter a garantia de que ações efetivas serão realizadas não somente do ponto de vista da repressão e punição dos crimes denunciados, mas, também, da busca de um conjunto de alternativas econômicas e sociais para livrar aquela população do Marajó da pobreza, da miséria, da falta de condições de sobreviver com dignidade.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Nery, fiquei impressionado que cinco ou seis pessoas tocam um terror tão grande numa região tão imensa. Os criminosos são audaciosos, palavra que o Senador Mão Santa gosta de falar. Eles são audaciosos. Se os homens do bem tivessem a audácia dos homens do mal, a sociedade seria outra. Eles são audaciosos. Cinco ou seis pessoas tocam um terror tremendo, subjagam pessoas e as fazem cometer crimes por conta da força da imposição do terror. Mas fiquei feliz, também, por ter recebido da Governadora um programa pronto para ser implantado no Marajó. É importante que compartilhem com os bispos, com os religiosos de maneira geral, quer católicos, quer evangélicos, que estão na base, perto do povo, discutindo com as comunidades de base, que é a formação de V. Ex<sup>a</sup> e da própria Governadora, que vieram dos movimentos populares, que, sem dúvida alguma, é a base de vocês, tem de ser mais fortalecida mesmo. Esse é um programa que a mim deixou satisfeito e não pode ser implantado sem a presença desses religiosos, sem que façam parte dele. V. Ex<sup>a</sup> prossiga o seu discurso. Desculpe-me tê-lo cortado e ter feito esse debate. Mas eu precisava realmente falar isso para o País e com V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, que é parte daquele povo, e, sem dúvida alguma, a minha palavra tem mais valor e maior veracidade. Encerro dizendo o seguinte: a Polícia Federal começou a abrir os álbuns que nós quebramos do Google e do Orkut – três mil e duzentos. O pouquinho que já foi aberto... Senador Nery, eu quero dizer algo para o senhor, como pai de família, e eu sou pai de família. Eu estou vindo de lá agora. Eu saí da sala com vontade de vomitar com o que eu acabei de ver, do pouco que já começou a se abrir desse material que o Google entregou, a quebra dos Orkuts, a desgraça imposta a crianças. É preciso

que nós tomemos providência muito rápido, muito ligeira, com coração e sentimento paterno de quem tem sentimento humano.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Magno Malta. Convidado por V. Ex<sup>a</sup> para participar da reunião com os bispos e a Governadora Ana Júlia, para tratar das graves questões que afetam a população no Marajó, não só a questão da violência contra a criança e o adolescente, que é um dos aspectos mais graves desta realidade, tenho toda a vontade, a possibilidade de participar, até porque se o Senador Flexa Ribeiro tivesse me concedido um aparte há pouco, eu teria também me somado. Faço-o agora, para lamentar o fato de que a Governadora tenha se negado a receber Dom Luiz Azcona, quando, na verdade, ele pretendia levar essas questões e cobrar do Estado uma posição definitiva sobre esses fatos. E, ao fazer a crítica, Dom Azcona não se referia exatamente só aos fatos recentes. Verdade seja dita, os bispos do Marajó têm denunciado, ao longo do tempo, sendo que, durante os últimos dez anos, de forma insistente. Portanto, não é uma crítica...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa, fui eu que...

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Solicito ao Senador Mão Santa condescendência, porque o Senador Magno Malta abordou uma questão muito importante, tem relevância para o nosso Estado e para o nosso País. Mas V. Ex<sup>a</sup> e todos que estão nos assistindo não de convir que o pronunciamento que estou fazendo, tendo iniciado apenas o primeiro parágrafo, que trata da crise mundial de alimentos e as conseqüências sobre o nosso País, acabou...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Eu estou lhe passando os meus dez minutos de Liderança, com a complacência do Presidente, que é complacente mesmo. Depois, vou até presidir a sessão para ele fazer seu discurso, e vou dar uns 45 minutos a uma hora para ele fazer o discurso. Pode fazer outro, então. Quero dizer, Senador Flexa...

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Senador Nery.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Quero dizer que senti boa vontade da Governadora. Dei uma coletiva junto com ela, falamos à imprensa. Ela falou ao povo do seu Estado da disposição de estar com os bispos, até porque ela não dispõe daquelas denúncias, que não chegaram a suas mãos. Ela precisa dessas denúncias, elas estão aqui. Eu fico triste, porque estão no Ministério da Justiça há dois anos e ninguém toma providências. A única diferença do seu Estado para o

meu foi a coragem da denúncia. Para mim, se existe crime hediondo, a pedofilia é o crime mais hediondo. No meu Estado, agora, no sábado, foi preso um pedófilo no Município de Fundão, um Município pequenininho, Senador Renato Casagrande. Um pedófilo com um computador repleto de lama, de indignidade, de lágrima, de choro contra a criança. Ali, num Estado pequenininho. Então, está cheio de pedófilo precisando de punição, precisando ser descoberto. A diferença é esta coragem de fazer a denúncia.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Senador Magno Malta, coragem também que é parte da ação dos conselheiros tutelares do Pará. Inclusive, encaminhei a V. Ex<sup>a</sup>, no dia de hoje, uma denúncia do Conselho Tutelar de Canaã dos Carajás, no sul do Pará, em que relatam graves fatos que não foram nem investigados nem tratados pela polícia civil do Município.

Estou encaminhando a V. Ex<sup>a</sup> e espero toda atenção. Vamos investigar os fatos e, se possível, convidar, chamar as pessoas envolvidas em vários casos de pedofilia segundo avaliação e denúncia enviada pelo Conselho Tutelar de Canaã dos Carajás, no Estado do Pará.

Eu queria, agora...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Vou receber e vou dar celeridade. V. Ex<sup>a</sup> tem os meus 10 minutos pela Liderança do meu Partido além dos 10 minutos de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me interromper V. Ex<sup>a</sup>, para anunciar que há um convênio do Senado com o Clube do Choro, musical, e que eles convidam os que quiserem a assistir um espetáculo que ocorrerá no Salão Negro.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Sr. Presidente, prossigo, então, tratando aqui do tema principal do nosso pronunciamento no dia de hoje, relativo à crise mundial dos alimentos e, efetivamente, das conseqüências sobre nosso País; uma questão tão vital e tão importante para a humanidade que convive hoje com a falta de alimentos provocando crises e reações populares, lutas e confrontos em várias partes do mundo.

Segundo dados da FAO – Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, no último ano, o preço dos cereais – especialmente o trigo – aumentou 130%; o do arroz, 74%; o da soja, 87%, e o do milho, 53%.

Uma família européia destina de 10% a 12% do seu orçamento à alimentação. No mundo em desenvolvimento, onde 2,2 bilhões de pessoas vivem em extrema pobreza, segundo o Banco Mundial, a proporção é de 85% a 90% da renda gasta com alimentos.

Para o professor da Universidade da Califórnia e membro da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia, Miguel Altieri, “a humanidade está tomando consciência rapidamente de que o modelo industrial capitalista de agricultura dependente de petróleo não mais funciona para suprir os alimentos necessários”. Isso se deve ao fato de que os preços inflacionários do petróleo aumentam os custos de produção e os preços dos alimentos subiram a tal ponto que um dólar compra 30% menos alimento do que há um ano. Para o professor, essas pressões estão desencadeando uma crise sem precedentes no sistema alimentar global, que já começa a se manifestar em protestos por escassez de alimentos em muitos países da África e da Ásia. De fato, há 33 países à beira da instabilidade social devido à falta e ao preço dos alimentos.

Contrariando o senso comum da grande imprensa, o professor titular de Geografia Agrária da USP e diretor da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) Ariovaldo Umbelino é categórico: existem dois processos monopolistas que comandam a produção agrícola mundial.

De um lado, está a territorialização dos monopólios, que atuam simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O principal exemplo é o setor sucroalcooleiro.

De outro lado, está a monopolização do território pelas empresas de comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir absolutamente nada no campo, controlam, por meio de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo.

Concordo com seus argumentos. Considero que a atual crise dos alimentos tem dois fundamentos: a alta dos preços internacionais do petróleo e, conseqüentemente, a elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos; e é conseqüência do aumento do consumo, mas não do consumo direto como alimento, como quer fazer crer o Governo brasileiro, mas, isso sim, daquele decorrente da opção dos Estados Unidos pela produção do etanol a partir do milho.

E o Brasil? A questão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos refletem diretamente no campo brasileiro. A área plantada de cana-de-açúcar na última safra chegou perto de 7 milhões de hectares e, em São Paulo, onde se concentra mais de 50% do total, já ocupa a quase totalidade dos solos mais férteis existentes.

Os dados do IBGE, entre 1990 e 2006, revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar, que cresceu, nesse período, mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que, neles, ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil hectares de arroz.

Para o professor Ariovaldo Umbelino “essa área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e um milhão de toneladas de arroz, o que equivale a 9% do total do País”.

Vale lembrar que a produção dos três alimentos básicos no país – arroz, feijão e mandioca – também não cresce desde os anos 90, e o Brasil se tornou o maior país importador de trigo no mundo.

Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, corremos o risco da previsão de Frei Betto acontecer: vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o modelo de transporte individual, como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis.

A desnutrição ameaça, hoje, 52,4 milhões de latino-americanos e caribenhos, 10% da população do Continente. Com a expansão das áreas de cultivo...

*(Interrupção do som)*

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – ...voltadas à produção de etanol, corre-se o risco do biocombustível se transformar no que ele denomina de necrocombustível, ou seja, predador de vidas humanas.

Precisamos de um paradigma alternativo de desenvolvimento agrícola que propicie formas de agricultura ecológica, sustentável e socialmente justa. Redesenhar o sistema alimentar para formas mais eqüitativas e viáveis para agricultores e consumidores vai requerer mudanças radicais nas forças políticas e econômicas que determinam o que vai ser produzido, como, onde e para quem.

Precisamos de outra política econômica, que não permita que especuladores e rentistas fiquem com o principal dos recursos produzidos pelos brasileiros.

Finalizo esse pronunciamento, Sr. Presidente, repetindo o alerta do Frei Betto:

Antes de transformar o País num imenso canavial e sonhar com a energia atômica, deveria priorizar fontes de energia alternativa abundantes no Brasil, como hidráulica, solar e eólica. E cuidar de alimentar os sofridos

famintos, antes de enriquecer os 'heróicos usineiros.

Além de empresários e principalmente esses que hoje se deleitam com o agronegócio brasileiro, que tem a sua importância, do ponto de vista econômico, para exportação e, sem dúvida, contribuir com a balança comercial do País, mas a verdade é que o direito à alimentação não pode ser superior ao direito ao lucro e à acumulação capitalista. É a nossa mensagem e a nossa visão, Sr. Presidente.

Diante da gravidade deste assunto, estou propondo, por meio de requerimento na Comissão de Agricultura no Senado, a realização de uma audiência pública convidando as autoridades e organismos internacionais, bem como a representação de trabalhadores, para uma audiência pública onde a crise dos alimentos e as suas repercussões e conseqüências no País sejam analisadas e possamos assim nos adiantar sugerindo e construindo um conjunto de medidas que contribuam para que os efeitos da crise em nosso País sejam, senão eliminados, pelo menos minimizados.

Isso é o que pretendemos fazer, Sr. Presidente, com a discussão que queremos realizar no âmbito da Comissão de Agricultura no Senado Federal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concretizando a história da humanidade, ela sempre se preocupou com a carência de alimentos e as epidemias. Atentai bem. Essa é uma preocupação na história da humanidade.

Convidamos para usar da palavra o Líder do PSB, Renato Casagrande, que representa o Estado do Espírito Santo e o faz muito bem. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> a sua sugestão de dez minutos, e dez é a nota que V. Ex<sup>a</sup> merece como Senador da República.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo seu carinho com relação ao nosso mandato no Senado da República. Tenho me pronunciado ultimamente, tenho tido a sorte e a coincidência de tê-lo como Presidente nesses últimos dias na Casa.

Sr. Presidente, tenho tratado de um assunto com muita frequência. Tratei na semana passada e estou tratando hoje de novo, que é a questão das telecomunicações. Vou tratar de novo porque nós tivemos a compra da Brasil Telecom pela Oi no final da semana passada, uma operação que envolveu US\$12 bilhões. E é fundamental que a gente faça uma reflexão sobre ela.

Os desdobramentos de dois movimentos significativos ocorridos no cenário nacional nos últimos dias nos motivaram a esta intervenção de hoje.

O primeiro, um evento meritório, essencial e democrático trata do acordo entre o Governo Federal e empresas de telefonia fixa para levar, até 2010, Internet banda larga à sede dos municípios brasileiros e a algumas outras cidades ou vilas e às escolas públicas do nosso país.

O acordo estabelece ainda que as mais de 56 mil escolas públicas localizadas em zonas urbanas do país tenham acesso à Internet banda larga gratuita por 18 anos. A medida significa que mais de 37,1 milhões de alunos, 85% do total matriculados em escolas públicas, terão acesso ao serviço.

Outro movimento ao qual me refiro é a compra da Brasil Telecom pela Oi. A transação foi fechada na semana passada e, de acordo com os noticiários dos últimos dias, não há dúvidas de que está selado o negócio.

O tema, todavia, ainda causa polêmica, por conta da sua grandiosidade em cifras, da ordem de 12 bilhões de reais, e não de dólares, no envolvimento do BNDES, além de pendências legais. Os motivos da fusão, no entanto, que são de ganhar escala, criar uma empresa nacional de porte mundial são também meritórios e mostram um senso de oportunidade bem razoável.

O fato é que a empresa que surgirá dessa fusão terá musculatura suficiente para se tornar um *player* de respeito nesse mercado constituído em todo mundo por gigantes. Não há nenhum país, nenhuma região, nenhum continente em que não haja gigantes atuando nessa área de telecomunicações. Por que então as resistências e críticas de setores da sociedade e do empresariado a ambos os movimentos? Qual a razão dessas críticas? Por que aspectos positivos como o anúncio do programa Nacional de Banda Larga foram eclipsados, apagados pela crítica de parte do empresariado, constituído inclusive por empresas de telecomunicações, além de provedores de Internet? Por que até a principal empresa de telefonia fixa de longa distância vê com reserva a fusão em um mercado que não é o seu?

Respostas às indagações são, entre outras, as seguintes – são eventos meritórios, mas que recebem críticas; por que críticas?

Primeiro, o modelo de telecomunicações, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no Brasil está incompleto, ou seja, não regulamentado, apesar das exigências contidas na Lei Geral das Telecomunicações e no Decreto nº 4.733/2003. Falta regulamentação.

O que está faltando? Falta a principal medida para garantir a concorrência do setor de telefonia fixa e a queda dos preços aos usuários, que é a desagregação das redes, ou seja, a separação do que é infra-estrutura

e do que é serviço de telecomunicações, utilizando-se dessa rede. Essa medida aguarda regulamentação, há uma década, nos escaninhos da Anatel.

Hoje, sob o mesmo nome Oi ou Telefônica, tem-se telefonia fixa, telefonia de longa distância, serviços de provimento de acesso à Internet, celular, TV por assinatura, e por aí vai. Creio que fica claro que não há vantagem ao consumidor quando os serviços são oferecidos assim, digamos, de forma embolada, confusa, e por um mesmo grupo econômico, sem concorrência.

Outra razão, outro ponto que precisa de regulamentação é que a dinâmica do setor sem a desagregação da rede – com serviços executados por empresas agrupadas, sem clareza de preço de insumos e tarifas, já que são serviços públicos ou privados -, que seja disponível isonomicamente ao mercado, aprofunda a dominância das teles fixas em área de concessão.

Outro problema é que a extensão da banda larga a cargo das teles para todos os Municípios abriu o mercado em troca de investimentos que elas seriam obrigadas a fazer. O que as teles fizeram para levar a banda larga aos Municípios menores e às escolas? As teles teriam de gastar perto de R\$1 bilhão para instalar 8.461 Postos de Serviços Telefônicos, os PST's, como parte da meta da universalização, uma exigência da Lei Geral de Telecomunicações. Agora, elas gastarão os mesmos valores, mas ganharão um belo mercado, mercado que elas nunca tiveram interesse em explorar, diga-se de passagem, pela alta relação custo/benefício.

Por último, a concentração de 97% da área física de cobertura do País nas mãos da Brasil Telecom/Oi – será a mesma empresa – em estrutura oligopolista, monopolista por região, só aprofundaria essas características e diminuiria o poder de fogo dos prestadores de serviços, que dependem dos insumos que elas oferecem para poder atuar, e de todos nós consumidores.

Infrações às leis e abuso do poder econômico do mesmo tipo que estão sendo praticados no Brasil fizeram com que a Comissão Européia multasse a Telefônica da Espanha em 152 milhões de euros e, neste ano, a Deutsche Telekom, em 12 milhões de euros. A justificativa dada pela Comissão Européia para a multa parece até reclamação dos compradores de serviços brasileiros: “abusou de sua posição de domínio”. Essa é a justificativa da multa, das penalidades aplicadas na Alemanha e na Espanha.

Uma forma que o Governo brasileiro poderia adotar para aumentar a concorrência e forçar a queda dos preços e o aumento da qualidade seria utilizar estruturas de redes de empresas públicas como Pe-

trobras, Eletronorte, Furnas, entre outras, e a principal: a Eletronet, a grande rede de transmissão de dados, de 19 mil quilômetros de extensão, da Eletrobrás, que chega a mais de dois mil Municípios. Essas redes poderiam ser disponibilizadas a preços justos para os interessados. Isso quebraria o monopólio regional das teles fixas, que, além de já serem concessionárias da quase totalidade dos recursos da rede pública, foram incentivadas pelo Governo a aumentar o monopólio com a oferta de banda larga em cada um dos Municípios brasileiros.

Portanto, proponho que esta Casa se envolva decisivamente nesta discussão, para que possamos exigir do Governo e da agência reguladora, a Anatel, a imediata e urgente regulamentação da Lei Geral das Telecomunicações e do Decreto 4.733, de 2003, nos aspectos que afetam a concorrência e a isonomia de tratamento.

Aproveito a oportunidade, ao encerrar esta parte do pronunciamento, para reiterar que já formulei convite ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, e também ao Presidente da Anatel para que venham ao Senado dialogar com todos os Pares e tirar dúvidas sobre algumas questões, sobretudo a respeito de uma que me inquieta: o que o consumidor, o que o cidadão ganha com esse negócio milionário?

Além de tudo, é preciso que as nossas leis em vigor sejam respeitadas para que a sociedade possa ter acesso livre e farto aos recursos por que ela tanto lutou para pagar: a grande malha de telecomunicações brasileiras, que foi cedida, em regime de concessão, às empresas de telefonia fixa em operação no Brasil.

Esse, Sr. Presidente, é o recado.

Quero encerrar, fazendo só um registro. Amanhã me pronunciarei com mais detalhe.

Fiz também um pronunciamento, semana passada, sobre os altos **spreads** bancários e as tarifas bancárias. Amanhã entra em vigor uma norma regulamentando as tarifas bancárias, e ontem foi anunciado o lucro do Bradesco no primeiro trimestre – já vou encerrar, Presidente; não preciso desse tempo todo que o senhor me deu, não – de 2008. Sabe de quanto foi, Sr. Presidente, o lucro do Bradesco no primeiro trimestre de 2008? Dois bilhões e cento e dois milhões, em três meses de atuação do Bradesco. Dois bilhões e cento e dois milhões!

É lógico que toda empresa privada tem que ter lucro, mas os altos **spreads** bancários e as tarifas cobradas pelas instituições...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu só queria uma comparação: esse seria o dinheiro da Emenda nº 29, em um ano, R\$5 milhões – a metade...

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Metade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A metade daquilo...

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Então, de lucro para um banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – ...que o País não pode dar para a saúde de 170 milhões de brasileiros.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Então, nós não podemos concordar com aquilo que os empresários do setor falam, que precisam cobrar altos *spreads* bancários – que é a diferença entre a taxa Selic e o valor de juro cobrado de quem vai ao banco tomar um empréstimo –, porque há inadimplência. Não é verdade. A inadimplência no Brasil se mantém estável: é de 6,4%. As operações estão aumentando, o financiamento está aumentando.

Então, não há justificativa para se manter esse **spread**. Não há risco neste País para se manter esse alto *spread* bancário que nós temos. Não há risco neste País para se cobrar uma alta taxa de tarifas bancárias como nós estamos tendo do Sistema Financeiro Nacional.

Esse tipo e esse volume de lucro é abusivo. É abusivo! É fundamental que os bancos públicos possam puxar isso para baixo. Que tenhamos um mínimo de concorrência, porque, de fato, esse tipo de comportamento, de lucratividade abusiva onera o trabalhador que precisa ter uma conta em banco, que precisa tomar um empréstimo. A economia brasileira está estável, não necessita cobrar tanto do consumidor e do correntista, argumentando-se risco nos empréstimos, nas operações feitas.

Falarei mais sobre isso. Mas, como amanhã vai começar um controle, eu queria deixar registrado que é importante que esta Casa acompanhe esse tema. Deixo registrado, então, essa parte com relação às tarifas bancárias e à lucratividade do Banco Bradesco que foi anunciada ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Líder do PSB, Senador Renato Casagrande, ouviremos o Líder do PCdoB. O Senador Inácio Arruda representa o Estado do Ceará.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente, principalmente porque a minha sensibilidade é grande e há razões que a própria razão não explica: é o coração. Tenho muita simpatia pelo Partido de V. Ex<sup>a</sup> e pelas Lideranças do seu Partido no Estado do Piauí.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Além desses fatores todos, estamos ligados ali, na Parnaíba, a Bitupitá, àquelas ilhas todas que existem ali. Além dessa ligação litorânea, temos a ligação do Parnaíba direto com a serra da Joanina, lá nas regiões de Crateús e Quiterianópolis, que vai formar o rio Poty.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E nós permutamos.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Muita gente fala isso. E é importante saber por que a capital não é no litoral. Saraiva era um baiano inteligentíssimo. E ele, com 20 e poucos anos, já era interventor em Sergipe, chegou ao Piauí, mudou a capital. Aí indagam: por que Saraiva não a colocou no litoral? O litoral não era nosso; o litoral era do Ceará.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Do Ceará.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, ele cravou Mesopotâmia e fez a primeira capital planejada do País.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Planejada. É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – No meio das terras, no meio da área do Piauí, como Brasília foi, depois, construída pela inspiração...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Então, nós estamos ligados pelo litoral e pelo sertão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É. Aí, nós cedemos a vocês Crateús.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Crateús.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – De valorosa gente cearense.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Toda aquela região: Novo Oriente, Crateús. E o Piauí ficou com o Delta do Parnaíba, aquela coisa belíssima. Há muitas ilhas. Eu citei Bitupitá porque V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem aquela região.

Mas, Sr. Presidente, é recorrente o tema, nesta Casa e, principalmente, no dia de hoje, porque já foi abordado pelo ex-Presidente da República e atual Senador pelo Estado de Alagoas, Collor de Mello, o tema da situação política na América do Sul e a particularidade do caso da Bolívia.

Solicito a V. Ex<sup>a</sup>, de início, que a gente possa receptionar, nos Anais do Senado, um importante artigo publicado há pouco pelo sociólogo Emir Sader, que trata desse episódio da Bolívia. Ele dá as tinturas, as letras para examinarmos o que ocorre nesse nosso País vizinho. E eu quero fazer uma relação. Primeiro,

o que vai ocorrer no domingo, em Santa Cruz de La Sierra, é um ato de separatismo. Porque poderíamos examinar uma situação especialíssima em que um povo organizado há mil, dois mil anos, como é o caso dos palestinos, dos curdos e de algumas minorias que percorrem o mundo, pede para ter o seu território, ter o seu Estado, ter o seu País. Os judeus viveram essa saga. Tiveram lá. Está lá o seu Estado. Mesmo criado em cima da Nação palestina, está lá o Estado de Israel. Os palestinos pleiteiam também o seu Estado, a sua Nação, o seu País. Os curdos pleiteiam a sua Nação.

Mas, Sr. Presidente, esse não é o caso da Bolívia. O caso da Bolívia é o contrário. Se formos examinar do ponto de vista mais profundo, os proprietários do País, os donos do País são outros, são as grandes Nações que ali estão, de nativos daquela terra, alguns dos quais se miscigenaram com os brancos, espanhóis especialmente. Esses são os verdadeiros donos da Bolívia. Esses lutam há décadas – podemos dizer há séculos –, para reaver parte do seu País para o seu povo, para essas Nações nativas. E os silvícolas nativos ficaram conhecidos entre nós como índios, porque os portugueses e os europeus da Península Ibérica queriam chegar à Índia, então, na sua ignorância, chamaram os nativos de índios. Esses nativos, as suas tribos, as suas nações, principalmente os grandes impérios – Inca, Asteca e Maia –, esse povo boliviano tem como nação ancestral a nação incaica. É daí que eles vêm. Faziam parte dessa grande nação.

Incas nos Andes; Astecas no México; os Maias na América Central, já entrando um pouco por onde hoje é a Venezuela. Eram grandes nações e grandes civilizações; foram massacradas e destruídas. Esses são remanescentes desses povos. E, depois de um esforço gigantesco, um deles passa a fazer política, estrutura-se, cria organizações partidárias, disputa as eleições e, em um movimento fortíssimo do seu povo, ganha pelo voto do povo. Não foi um golpe, não foi uma insurreição armada; foi pelos métodos que o próprio Ocidente estabeleceu como a grande regra do processo democrático. Foi aí que Evo ganhou a eleição. Ganhou a eleição e busca reordenar o seu País, para poder melhorar a vida do seu povo, que vive, mesmo em cima de grandes riquezas, na miséria. Esse é o problema da Bolívia.

E uma parte do País, Santa Cruz de La Sierra, situada onde se localizam as principais reservas de gás, de petróleo, e, digamos assim, a elite conservadora, a elite de direita boliviana, especialmente branca, que diz: “Não, nós não aceitamos esse índio. Nós não aceitamos ser governados por povos que, até agora, eram povos subalternos, que viviam sob o domínio dessa meia dúzia de bolivianos”.

Quando Evo chega ao poder: “queremos que os nossos nativos sejam respeitados, que sejam tratados como seres humanos, que melhorem a sua qualidade de vida e que todos os outros, descendentes dos espanhóis que ocuparam nossos territórios, sejam tratados também como iguais. Não queremos separação de raça, não queremos um racismo na Bolívia, não queremos que se mantenha esse tipo de política”.

Sr. Presidente, esses dirigentes da elite branca, do grande empresariado daquela região de Santa Cruz de La Sierra, resolvem, então, fazer um referendo por cima do País. Não é um referendo de uma etnia, de um povo, etc. Não. É uma espécie de um golpe através de um referendo. É isso que se tenta fazer na Bolívia.

Sr. Presidente, considero essa atitude inaceitável. O Brasil, com a sua cautela, com a sua tranquilidade, com a política que é feita pelo Itamaraty, deve interferir, no sentido positivo, é claro. Não queremos uma guerra civil na nossa fronteira; não queremos um atrito de grande monta na nossa fronteira. Mas o Brasil precisa dizer com todas as letras: a quem interessa esse referendo? Não por acaso, Senador Mão Santa, Senador José Nery, os que promovem o referendo têm o apoio da embaixada norte-americana em La Paz. Não por acaso! Não é um acidente! Não é um raio partindo do céu azul! Não é nada disso! É uma atitude, aí sim, essa, de intervenção nos assuntos internos daquela Nação.

Por que essa onda na América do Sul? Por que a América do Sul foi varrida por esse sentimento dos seus povos de que precisa se auto-afirmar no cenário político internacional? Por que as eleições têm sido ganhas sucessivamente por setores mais progressistas, do campo da esquerda, do campo popular, do campo democrático? É por isso? Quer se criar uma cizânia na América do Sul para, talvez, a quarta frota americana, que acaba de ressurgir – estava amortecida em algum lugar e acaba de ressurgir –, para que os submarinos e os porta-aviões passem a varrer os mares do Atlântico e do Pacífico na costa da América do Sul? É para isso que se quer essa cizânia na Bolívia? Considero, Sr. Presidente, que nós deveríamos denunciar essa manobra.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Inácio Arruda, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Com grande satisfação, Senador José Nery.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Inácio Arruda, primeiro desejo cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo tema que traz neste momento, tendo em vista que a realização de um referendo para aprovar o estatuto de autonomia para a província de Santa Cruz é uma tentativa inaceitável de quem não respeita as regras

do jogo democrático, que fez um dos mais legítimos líderes da luta indígena e popular na Bolívia, o Presidente indígena Evo Morales, chegar à Presidência do País, tomando como deliberação a luta para garantir a soberania e o direito das maiorias que, historicamente, durante séculos, tem sido não só negado, mas, Senador Mão Santa, tem sido massacrado pelos sucessivos governos da elite boliviana. Portanto, hoje eles não suportam a idéia de que um indígena, de que um aliado da luta mais correta e mais justa, no sentido de fazer com que a maioria do povo boliviano seja representada e seja dirigente de um processo de mudança e de transformação que a Bolívia vem experimentando, mude a Constituição para democratizar o acesso e a participação no poder, do ponto de vista social e econômico, para garantir a soberania do povo boliviano, massacrado durante séculos. Essa mesma elite, no rico Estado de Santa Cruz, se rebela contra a Carta Constitucional discutida e votada pelo Parlamento boliviano e propõe um referendo separatista que tem como objetivo, na verdade, que aquele departamento rico possa, separado do país, inclusive porque pode contribuir com suas riquezas, com impostos para o melhor desenvolvimento do povo boliviano, ter essa riqueza só para ele, só para os ricos, brancos, da província de Santa Cruz. Associe-me à manifestação de V. Ex<sup>a</sup> para condenar a atitude daqueles que, apoiados, inclusive, por forças externas que tanto mal têm feito à América Latina, com sua forma de intervenção autoritária e violenta, como temos presenciado diversos episódios patrocinados pelos Estados Unidos... Portanto, associe-me às suas preocupações para dizer que nós, do Partido Socialismo e Liberdade, estamos solidários com o governo popular de Evo Morales, solidários com os movimentos populares que estão se posicionando em relação ao referendo, solicitando a abstenção, na esperança de que essa atitude e principalmente a mobilização dos interesses populares consigam vencer o dinheiro, a mobilização e a campanha dos ricos de Santa Cruz, para prevalecerem os interesses não do povo boliviano. Portanto, esperamos que o povo boliviano, especialmente da província de Santa Cruz, possa cerrar fileiras para derrotar os intentos daqueles que só sabem dominar, massacrar, humilhar e violentar o direito do nosso povo, seja na Bolívia, seja em qualquer país da América Latina onde eles pensam que podem se considerar donos. Portanto, minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e a certeza de que o povo boliviano, especialmente da província de Santa Cruz, dê a resposta adequada aos algozes que, durante longos séculos, só sabem lucrar, espoliar e maltratar o digno povo boliviano. Muito obrigado.

#### **O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –**

Eu que agradeço as assertivas de V. Ex<sup>a</sup> ao pronunciamento que faço no sentido de também mostrar o que importa para o Brasil. Um processo democrático e popular conduzido no Brasil tem de examinar. Não vamos fazer interferência na Bolívia, não vamos nos imiscuir nos assuntos internos da Bolívia, mas queremos uma Bolívia una, uma Bolívia só. Não queremos a divisão da Bolívia, principalmente num momento em que a Bolívia cria condições excepcionais para o seu povo poder ter o controle de sua própria Nação e exercer a sua própria soberania; soberania do seu subsolo, das suas riquezas, que são enormes, da produção agropecuária do seu país. Quando se fala em crise de alimento, eu digo: pois aqui temos um potencial, na América do Sul inteira, de produção de alimentos de toda sorte, sem prejuízo do etanol, até porque o etanol o Brasil produz há mais de trinta anos, e nunca foi problema para a produção de alimentos. Não o seria agora.

O que temos de fazer é permitir que essas nações tenham garantida a sua soberania. A Bolívia pode produzir muito alimento, mas a Bolívia não tem só alimentos; a Bolívia tem gás, a Bolívia tem petróleo, a Bolívia ainda tem um restinho de estanho que as empresas americanas deixaram por lá e que o povo conseguiu reconquistar.

Tudo isso são riquezas daquele povo, para permitir o seu desenvolvimento, o seu crescimento, para que eles possam ter acesso às escolas, para que eles possam melhorar sua saúde, para que eles possam melhorar sua renda e adquirir os bens que a ciência e a tecnologia possibilitam aos homens hoje. É para isso que queremos uma Bolívia desenvolvida, unida, forte. Ela sendo forte, fortalece a América do Sul, e não podemos aceitar que a América do Sul seja acosada pelas tropas alienígenas que se posicionam não só no Pacífico, no Atlântico, mas que têm suas bases incrustadas em nosso território.

Por isso, Sr. Presidente, considero que, mesmo sendo a política externa brasileira conduzida pelo nosso Chefe de Governo, pelo Presidente da República, que assume as duas funções no Brasil – ele é o Chefe de Governo e o Chefe de Estado –, que ela seja feita então pelo Itamaraty. Mas o Senado da República, que escolhe os embaixadores brasileiros para tudo quanto é posto neste mundo afora, deve estar atento para o que ocorre nos nossos países vizinhos, que são irmãos nossos, e com os quais devemos colaborar para que o processo democrático se consolide. A democracia é o que temos almejado no País, no nosso Brasil, e que está sendo conquistada pelo voto. Talvez esteja acontecendo na América do Sul uma espécie de insurreição pelo voto, e insurreição pelo voto parece que também

não é aceita. Não se quer aceitar. O Evo foi eleito. O povo boliviano elegeu Evo Morales. Então, não dá para admitirmos que se conteste o processo político da Bolívia, porque esse povo deseja ter soberania, deseja viver com altivez e sendo respeitado pelos seus irmãos da América do Sul e por todos no mundo.

Então, Sr. Presidente, essa é uma preocupação de quem participa da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República. Penso que devemos dar opinião, devemos ter posição, e a nossa posição, na minha opinião, do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, pelo que tenho examinado e visto na nossa atuação no Congresso Nacional, é a de que a Bolívia é uma só, e nós não devemos aceitar nenhum tipo de separatismo na Bolívia; não devemos reconhecer esse

referendo, que é contra a constituição boliviana, contra a lei boliviana e contra os interesses daquele país. Não devemos aceitar, nem a OEA nem o Brasil, essa atitude de uma meia dúzia de pretensos donos de Santa Cruz de la Sierra. Santa Cruz de la Sierra é da Bolívia, é do seu povo e deve ser mantida dessa forma.

Essa era a questão que gostaria de levantar, nesta noite de terça-feira, no Senado da República brasileira.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## **Emir Sader: Bolívia é palco de racismo separatista**

Para o sociólogo Emir Sader, o atual cenário político da Bolívia é fruto de uma das modalidades que o racismo assume hoje em dia. É uma "forma de tentar delimitar os territórios da raça branca, apropriando-se privadamente de riquezas que pertencem à nação e ao seu povo", diz, em texto publicado em seu blog.

Confira abaixo a íntegra:

### **O racismo separatista**

Uma das novas modalidades que o racismo assume hoje em dia é o separatismo, forma de tentar delimitar os territórios da raça branca, apropriando-se privadamente de riquezas que pertencem à nação e ao seu povo. Nós já conhecíamos essas tentativas na forma de bairros ricos que procuram constituir-se como prefeituras próprias, para que os impostos que são obrigados a pagar por uma parte — a parte que não podem sonegar — das suas

imensas riquezas, fiquem ali, aumentando os benefícios dos seus bairros entrincheirados, dentro dos quais procuram isolar e defender — com segurança privada, é claro — suas formas privilegiadas de vida.

Um fenômeno que inicialmente caracterizou cidades como Los Angeles e Miami, que agrupam em territórios comuns ou próximos setores muito ricos da população e outros muito pobres — com freqüência imigrantes —, foi se alastrando pela América Latina, conforme os estilos de vida miamescos e californianos das burguesias e classes médias altas do continente foram se espalhando. São reiteradas as tentativas, por exemplo, de bairros da Barra da Tijuca (que já foi caracterizada como “A Miami da América do Sul”) para conseguir aprovar, por meio de referendos, a separação das suas zonas residenciais da cidade do Rio de Janeiro.

Fracassaram sistematicamente, seja porque domingos de sol dificultam o

quorum necessário para que a consulta tenha validade legal, seja porque os bairros pobres que estão em volta votam massivamente contra essas tentativas elitistas. Não há dúvida de que os moradores de bairros como Chacacão, em Caracas, e outros redutos privilegiados de cidades latino-americanas alimentam sempre esse sonho racista e separatista.

É uma postura típica do desenvolvimento desigual das nossas sociedades. Os preconceitos do sul do Brasil com respeito ao nordeste, da cidade de Buenos Aires com respeito aos “cabecitas negras” e “descamisados”, entre tantos outros, também se reproduz na Europa, e o exemplo recente disso é o enorme crescimento da Liga do Norte, partido neofascista italiano. Trata-se de uma nova expressão do preconceito do norte — tendo o progresso de cidades como Milão e outras da região — contra o sul da Itália, que é exatamente de onde vêm os trabalhadores que criam as riquezas dessa região — igual que nos casos citados do Brasil e da

Argentina. É um preconceito de raça e de classe.

É o mesmo que hoje afeta gravemente a Bolívia. As províncias da chamada Meia-Lua, com seu epicentro em Santa Cruz de la Sierra, tiveram derrotados seus governos, da ditadura de Hugo Banzer a todos os governos neoliberais que vieram depois e que concentraram como nunca a riqueza na Bolívia, acentuaram sua apropriação privada e sua desnacionalização. A queda de seu derradeiro governo, o de Sánchez de Losada – refugiado nos EUA, com demanda de extradição para a Bolívia para responder pelos assassinatos de centenas de bolivianos, na tentativa desesperada de continuar protegendo os interesses das elites de Santa Cruz e das províncias do leste do país – representou uma grande vitória do povo boliviano que, pela primeira vez em sua vida, elegeu um indígena como presidente do país. Um país no qual 62% da população se reivindica como indígena e que somente agora conseguiu eleger um presidente que defende os interesses da maioria do país.

Mas a minoria continua dispondo de grande parte das riquezas do país e foi afetada pela nacionalização das riquezas naturais. Eles, que faziam com que a Bolívia pobre vendesse o gás a preço “solidário” para a Argentina e o Brasil, muito mais desenvolvidos, agora querem ficar com a grande fatia dos impostos que o governo de Evo Morales recuperou para o país, com a nacionalização. Querem, além disso, impedir que a reforma agrária se estenda por todo o país, buscando reservar para si o direito de dispor da concentração de terras em suas províncias, para continuar exportando soja transgênica e acumulando riquezas para eles e não para o país e o povo boliviano.

Convocaram um referendo que tentava legalizar seu separatismo racista. Racista, porque sua imprensa monopólica não esconde seus preconceitos contra os indígenas, contra Evo Morales, não deixa

de contrapor sua raça branca à da grande maioria do povo boliviano, que há séculos discriminam, oprimem, humilham. Mantiveram uma consulta que teve negado qualquer valor legal por parte da Justiça boliviana, que tem sido condenada por todo tipo de organismo internacional, pelos governos da região, pelas forças democráticas.

É uma tentativa que, não por acidente, é apoiada pelo governo dos EUA e sua embaixada em La Paz, abertamente envolvida em tentativas de espionagem e financiamento do separatismo racista. Esse bloco de forças do separatismo racista tem que ser derrotado, para que o povo da Bolívia possa seguir adiante, construindo a mais avançada Constituição do continente — de corte plurinacional, pluriétnico, pluricultural. Para que os povos originários do continente possam afirmar sua soberania, para que os recursos naturais da Bolívia sejam explorados a favor do seu povo, para que a terra produza sadicamente os alimentos que a Bolívia precisa, para que o governo democrático e soberano de Evo Morales continue transformando a Bolívia em um país livre, à imagem e semelhança do seu povo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Inácio Arruda, vamos entender, e entendemos, que a democracia é uma das melhores conquistas da humanidade. Ela começou muito antes de Cristo, na Grécia, e foi se aperfeiçoando até que o grito “liberdade, igualdade e fraternidade” acabou com **l’Etat, c’est moi**, poder único e absoluto, representado e simbolizado pelo poder de Luiz XIV, o Rei Sol.

Aqui na nossa América do Sul – e V. Ex<sup>a</sup> defende o Mercosul –, a exemplo da União Européia que enriquece os seus povos e progride, queremos dizer que o Brasil, sobretudo, tem de ter a responsabilidade do exemplo. Ao longo da História, tivemos duas grandes fugas dos princípios democráticos, uma civil, do grande estadista Getúlio Dornelles Vargas, e outra do período militar, recentemente, que nós conhecemos. Temos de dar o exemplo. Entendo eu – e entendo bem, por isso estou aqui no Senado da República presidindo – que, da mesma maneira que se tenta embebedar uma Nação para fugir da Constituição com novos mandatos que ela não prevê, da mesma maneira se tenta usurpar mandatos que vieram do povo. Então, o Brasil deve dar o seu exemplo de amor.

Daí Ulysses Guimarães, sofrido. Deus não permitiu que ele fosse Presidente da República, como não permitiu também Rui Barbosa, para dizer que nem isso é tudo; vale mais o gesto de Ulysses Guimarães ter beijado, em 5 de outubro de 1988, a nossa Constituição, dizendo que desobedecer a ela é o mesmo que rasgar a bandeira.

Isso eu já vi, e não deu certo.

Então, que o Brasil dê esse exemplo de obediência à Constituição, e que a Bolívia se enquadre, com o espírito de Simón Bolívar, republicano – governo do povo, pelo povo e para o povo, como definiu Abraham Lincoln –, porque a Bolívia foi o país que mais foi infelicitado com o golpe de todos os países da América Latina.

Assim, eu parablenizo V. Ex<sup>a</sup> por ter advertido o nosso Governo a dar esse exemplo, as nossas relações exteriores, que são um dos pontos fortes do Governo do Presidente Luiz Inácio, a fim de que haja um entendimento no Congresso para que, com o exemplo do Brasil de obediência à Constituição, à democracia, à alternância de poder, a Bolívia pegue esses trilhos da democracia, de que ela tem descarrilhado freqüentemente.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes de encerrar, em nome do Piauí, eu quero externar aqui o sentimento de pesar de um povo a que eu assisti. Sábado eu estava em Floriano. Floriano é importante cidade piauiense, em homenagem ao segundo Presidente da República, Floriano Peixoto, e é uma sociedade pujante, uma cidade intelectual, de líderes, de desenvolvimento agropecuário. Fui à missa de 7º dia de Filadelfo Freire de Castro. Um filósofo oriental, Confúcio, disse – ali está o professor Docca Lustosa, um homem que pensa muito bem – o seguinte: nos mistérios da vida, depois de nascermos e morrermos, o mais que o homem pode fazer é mudar; quando ele nasce, entra no mundo chorando, e em torno dele estão todos sorrindo; quando ele sai dessa vida, isso se inverte, ele sai sorrindo e deixa todos chorando. Eu vi a cidade de Floriano chorar por esse homem, um advogado, professor, rotariano, esportista, empresário, pecuarista, Secretário de Estado, Deputado Estadual por cinco vezes. Eu vi a solidariedade de um povo e vi um povo chorar. Abençoado por Deus, Filadelfo Freire de Castro. E eu tive o privilégio de, quando governava o Piauí, lá na igreja onde fizeram um filme sobre sua vida, colocar no peito de Filadelfo Freire de Castro a comenda maior do Estado do Piauí, a Grã-Cruz Renascença.

Portanto, queremos externar o nosso pesar e o nosso sentimento neste momento em que ocupamos a Presidência do Senado. Ele, com sua grandeza, nasceu no Maranhão, mas tornou-se filho do Piauí. Falo não só do sofrimento do Piauí, mas de todos nós políticos. Entendemos que ele era abençoado por Deus. Senador Inácio Arruda, está escrito no livro de Deus que aqueles escolhidos por Deus e abençoados têm uma longa vida, mas essa longa vida, até o fim, será no exercício da plenitude de suas atividades. Ele foi um líder. Vi chorarem tanto humildes moradores quanto os grandes. Estavam lá representados os políticos, por meio do Deputado Federal Marcelo Castro e por mim, Senador da República. À família o nosso pesar. Que fique o exemplo de amor. Um dos momentos mais bonitos foi quando falou sua esposa, Ivanilde Alves de Castro. Em maio iriam fazer 50 anos de casados. Eram, sobretudo, um exemplo de família. Eu vi um sacerdote, velhinho, querer usar da palavra e chorar traduzindo sua amizade e o seu respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem

publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o acesso às inúmeras possibilidades de comunicação tornadas disponíveis pela rede mundial de computadores é, cada vez mais, um requisito de plena cidadania. Em nosso País, contudo, uma grande quantidade de Municípios permanece sem Internet na modalidade conhecida por banda larga, que permite o acesso em alta velocidade.

Sr. Presidente, o acesso à Internet em alta velocidade é um direito pelo qual tem-se manifestado, reiteradamente, a população do Estado de Roraima. Sabemos as dificuldades que o acesso discado impõe ao usuário da Internet, ainda maiores em regiões distantes dos grandes centros. Na atual situação, apenas a Capital, Boa Vista, dispõe da oferta da Internet em banda larga, mas em preços tão elevados que a tornam impraticável, tanto para as pessoas físicas como para a grande maioria das empresas. Essa situação de exclusão digital é semelhante à de outros Estados amazônicos, e se repete em diversos Municípios espalhados pelo País, em áreas de menor densidade populacional e de menor renda.

Considerando que o acesso à Internet em alta velocidade está contemplado no direito à telecomunicação e à inclusão digital, o Ministério Público do Estado de Roraima protocolou uma ação civil pública para que a empresa autorizada a oferecer o serviço o faça com preços acessíveis e sem limitações injustificadas, não apenas na Capital, mas para toda a população roraimense. Aguarda-se o julgamento final da ação, que poderá, sem dúvida, estender-se por outras instâncias.

Devemos ter em mente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o Serviço de Comunicação Multimídia, que compreende o provimento de conexão à Internet em alta velocidade, é um serviço de interesse coletivo prestado no regime privado. Pelo fato de o serviço não se inserir no regime jurídico público, as empresas que o oferecem não estão sujeitas, em princípio, a obrigações de cobertura ou metas de universalização.

Disso não decorre, entretanto, que não se possa impor determinados condicionamentos de interesse coletivo ao direito de explorar serviços de telecomunicação em regime privado. A Lei Geral de Telecomunicações prevê tal tipo de imposição pela Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações, desde que os condicionamentos impostos tenham vínculos com finalidades públicas específicas e relevantes, assegu-

rada a proporcionalidade entre o proveito coletivo e a privação imposta ao prestador do serviço.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, embora se possa aventar a possibilidade de um projeto de lei que insira o serviço de comunicação multimídia entre aqueles a serem prestados em regime público, tal medida viria destoar do modelo institucional adotado para o setor de telecomunicações. Esse modelo prevê que a lei se limite a definir princípios e normas gerais, atribuindo, complementarmente, poderes normativos à agência reguladora.

A alteração desse modelo não seria, a nosso ver, o meio mais adequado para impulsionar o desenvolvimento das telecomunicações no País. Além disso, o tempo necessário para aprovar uma proposição legislativa como a referida e para implementar as decorrentes mudanças, incluindo a definição de novas regras e a realização de licitações, iria, possivelmente, retardar mais que adiantar a consecução do objetivo almejado.

De acordo com o marco legal das telecomunicações, compete ao Poder Executivo impor, mesmo às empresas que atuam no regime privado, determinadas obrigações que atendam ao interesse coletivo inerente a esses serviços. Refiro-me à imposição, mas é, tanto quanto possível, pelo acordo com as empresas que essas obrigações devem ser acertadas, cabendo aos agentes políticos esforçarem-se por tornar convergentes os interesses privados e os fins públicos.

Pois bem, Senhor Presidente, é exatamente isso o que está realizando o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Constatamos que uma série de ações atualmente em curso vêm ampliar a inclusão digital em todo o País. Particularmente, o acesso à *Internet* em alta velocidade estará alcançando, em pouco tempo e por meio de diferentes tecnologias, todos os Municípios brasileiros.

Citemos, inicialmente, a licitação da terceira geração (3G) da telefonia celular, cujos contratos com as empresas vencedoras foram recentemente celebrados. De acordo com as regras previamente estabelecidas, todas as capitais dos Estados, o Distrito Federal e as cidades com mais de 500 mil habitantes terão cobertura total para serviços de banda larga móvel nos próximos dois anos. Esse sistema permite o acesso à *Internet* em alta velocidade tanto a partir dos celulares como dos computadores pessoais. Pois bem, em quatro anos, essa cobertura deverá alcançar todos os Municípios com mais de 200 mil habitantes, e ao fim de oito anos, pelo menos 60% dos Municípios com menos de 30 mil habitantes.

Mas a oferta desse tipo de acesso sem fio, com base na telefonia celular, não torna dispensável a expansão da infra-estrutura física de banda larga. Eis que o Ministério das Comunicações, com o apoio po-

lítico decisivo da Presidência da República, da Casa Civil e da Anatel, propôs uma inesperada tanto quanto bem-vinda troca de metas de universalização com as concessionárias de telefonia fixa, que corresponde, esta, ao único serviço de telecomunicações prestado em regime público.

Em lugar de instalar Postos de Serviço de Telecomunicações, como previsto originalmente no contrato de concessão, as empresas comprometem-se a expandir a infra-estrutura de banda larga, denominada **backhaul**, a todas as sedes de Municípios brasileiros. Restariam, então, alguns passos complementares para conectar a malha ao consumidor final.

Com essa mudança de metas, substitui-se um objetivo que já se mostra anacrônico, ou no mínimo de conseqüências limitadas, por um outro que aponta para o futuro, oferecendo inumeráveis e crescentes oportunidades aos cidadãos e às empresas – em suma, ao desenvolvimento humano e econômico do País. De acordo com a jornalista Lia Ribeiro, a construção da referida infra-estrutura vem redesenhar o modelo de telecomunicações, mudando o eixo do serviço de telefonia fixa para a oferta “multisserviços”, a partir da plataforma de banda larga.

A jornalista ressalta, em particular, a determinação do Presidente Lula de que as escolas públicas urbanas estivessem conectadas à *Internet* até o final de seu Governo como fator “que animou o enorme esforço de negociação” com as concessionárias.

De fato, este último programa, **Banda Larga nas Escolas**, prevê que, com base na expansão da infra-estrutura de banda larga, o acesso à *Internet* em alta velocidade alcance, até 2010, as 55 mil escolas urbanas da rede pública de ensino fundamental e médio. O acesso gratuito à *Internet* por essas escolas está assegurado até o ano de 2025.

Menciono, ainda, outra linha de atuação do Governo Federal, que se materializa no **GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão)**. Por meio desse programa, já foram instalados 3,3 mil pontos de acesso sem fio à *Internet*, atendendo cada um deles a uma média de seis computadores. O Ministério das Comunicações estabeleceu como meta para o presente ano a instalação de um total de 20 mil pontos, distribuídos por todos os 5.565 Municípios do País.

Como podemos ver, Senhoras e Senhores Senadores, o desenvolvimento das telecomunicações no Brasil avança celeremente para expandir e, dentro de algum tempo, universalizar a oferta de acesso à *Internet* em alta velocidade, abrangendo, inclusive, as povoações mais distantes dos grandes centros.

Quero concluir, Senhor Presidente, dirigindo-me ao povo de nossa querida Roraima, para reafirmar que

estaremos acompanhando bem de perto o encaminhamento dessas soluções, que devem garantir, em breve prazo, a extensão do acesso à *Internet* banda larga, por meio de diferentes tecnologias e em condições bastante atraentes, a todos os Municípios roraimenses.

Muito obrigado!

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Pressão pela sobrevivência acelera abandono”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 09 de março do corrente.

## Pressão pela sobrevivência acelera abandono

Meninos deixam bancos escolares para buscar salário e ajudar famílias

### LAGOA DOS GATOS

José Osinaldo da Silva, 15 anos, garante que vai voltar a estudar. Matriculou-se este ano de novo na 6ª série noturna da Escola Municipal Cordeiro Filho. Mas, nas três semanas de aula até agora, faltou a mais da metade. Durante o dia, desde às 7 da manhã, Naldinho, como é chamado, trabalha numa padaria simples de Lagoa dos Gatos, assando biscoitos em um forno de barro. “Na hora da escola estou meio cansado”, explica.

Naldinho tem seis irmãos mais novos. A família já recebe o máximo permitido pelo Bolsa-Família, R\$112. O que o garoto ganha na padaria, R\$ 60 por semana, ajuda a família. “Eu gosto de estudar. Se ganhasse para estudar não trabalhava mais. Mas hoje tenho que ajudar em casa.”

O pai de Naldinho trabalha em um matadouro, coisa que o menino não quer fazer de jeito nenhum. Quando perguntado sobre o que gostaria de ser quando crescer, responde em um tom tranqüilo, mas entre a esperança e a resignação: “Não quero ser nada.”

Para Edson José de Oliveira o Bolsa-Família chegou tarde. Quando sua mãe começou a recebê-lo, Edson tinha 15 anos e estava na 5ª série. Por conta da bolsa, ficou ainda mais um ano na escola. Hoje, aos 19, largou os estudos e trabalha na reforma da quadra da escola de onde saiu em 2005. “Quando o Bolsa-Família chegou eu já estava quase desistindo mesmo”, lembra. “Fiquei um pouco mais por conta do pagamento.”

Mas, quando uma das suas irmãs mais novas entrou na escola, sua mãe, Socorro, de 45 anos, garantiu que poderia receber os mesmos R\$ 112 por mês porque tinha três filhos na escola, mesmo que Edson não estudasse mais. “Quando eu dizia que ele estava recebendo, ele não faltava nada. Mas, depois, achou que era melhor ir trabalhar”, lembra.

Hoje, Socorro garante a permanência na escola de dois outros filhos, um menino de 13 e uma menina de 16, com uma mentira inocente: diz a eles que, se pararem de estudar, vai perder parte do dinheiro. Na verdade, os R\$ 112 são o limite que pode receber, pagos por Julia Keli,

A matéria destaca o dia a dia de vários jovens entre 15 e 17 anos que abandonaram a escola com o fim do benefício dado pelo programa Bolsa Família porque atingiram a idade limite.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

8 anos, e Laís Maria, 5, além da pequena Larissa, de dois anos e meio. Mas os dois mais velhos já querem deixar a escola para trabalhar. “Minha caneta foi o cabo da enxada. Não quero a mesma coisa para os meus meninos.” Edson diz que gostava de estudar. “Vale a pena. Se tiver um filho, quero que estude. Mas um homem precisa trabalhar.”

Na vida de Aldivan Vicente Ferreira da Silva, em Lagoa dos

Gatos, a escola parece não trazer nenhuma vantagem. Pelo menos não tanto quanto os R\$10 por dia que ganha colhendo mangas que são vendidas na feira de Caruaru. Sem nem mesmo completar a 6ª série, Aldivan não quer voltar a estudar. “Estudar não dá de comer a ninguém”, diz o menino, de 15 anos.

O mesmo pensamento têm seu irmão de 13 anos, Maurivan, e a prima de 17 anos, Valquíria – que queria ser professora, mas foi reprovada e não quis voltar para a escola. Nenhum deles está no Bolsa-Família. “Quando completaram a idade, parei de receber. E agora não tem jeito de fazer voltar para a escola”,

conta a avó, Beatriz dos Santos, 73 anos, que cria os netos com o salário mínimo da aposentadoria. “Minha preocupação é quando eu morrer. O que vai ser desses meninos?” Nem o incentivo

nem a preocupação dá avó convencem os meninos de que precisam estudar.

Em Lagoa dos Gatos não há indústria. Apenas agricultura, plantio de frutas e padarias de fundo de quintal onde são feitos biscoitos vendidos em Caruaru – nenhum emprego que exija diploma. “Não tenho o que fazer na escola”, repete Aldivan. Colher mangas, por enquanto, é o futuro dos netos de Beatriz. ● L.P. //

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Dois ministros embolsaram ajuda indevida”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 13 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que em 2007 o Ministro dos Portos, Pedro Brito, e o Secretário-executivo da Fazenda, Nelson Machado, então Ministro da Previdência, embolsaram, de forma indevida, R\$8.300 e R\$18 mil respectivamente.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Dois ministros embolsaram ajuda indevida

Pedro Brito e Nelson Machado receberam ajuda de custo depois de deixarem ministérios, mas jamais saíram de Brasília

**Decreto prevê devolução do dinheiro se servidor não se mudar de cidade em 30 dias ou se ele regressar ao local de origem em até 90 dias**

**LEILA SUPIWAN DA SACUSAL DE BRASÍLIA**

Depois dos cartões corporativos, outra forma de pagamento de despesas de ministros e servidores revela irregularidades. Em 2007 o ministro dos Portos, Pedro Brito, e o secretário-executivo da Fazenda, Nelson Machado, embolsaram de forma indevida R\$ 8.300 e R\$ 18 mil, respectivamente.

O dinheiro é uma ajuda de custo para quem é transferido de cidade. Ambos mudaram de funções, mas nunca saíram de Brasília.

As informações sobre os pagamentos estão na rubrica “restituições e indenizações” do Portal da Transparência – o mesmo que trouxe as revelações sobre os cartões corporativos do governo. O portal é mantido pela CGU (Controladoria Geral da União). Esses valores foram pagos pelo governo a título de “ajuda de custo”, mas uma indenização prevista em lei para o servidor público que muda de cidade para assumir um novo posto. No caso de Brito, a “mudança” foi apenas do posto.

Ele saiu do Ministério da Integração em março, foi anunciado para a Secretaria dos Portos em abril e demissionário em maio. Mas a Presidência lhe pagou o valor equivalente a um salário como “ajuda de custo”, no dia 31 de julho.

Segundo sua assessoria de imprensa, Brito nunca deixou de ter residência oficial em Fortaleza e apenas passa a semana em Brasília, onde se hospeda em apart-hotel com o auxílio-moradia separado. Fazia isso enquanto ainda era ministro da Integração Nacional.

Já no caso de Machado, a “ajuda” foi paga com mais rapidez e pelo Ministério da Previdência, do qual ele titular até 29 de março, quando Luiz Marinho tomou posse na reforma ministerial. Uma semana depois, no dia 4 de abril, ele foi nomeado para sua atual função na Fazenda, também em Brasília.

Apesar disso, foi feito um ofício que o “devolvia” ao governo de São Paulo. A data do ofício é do dia 10 de abril, conforme informação da assessoria de imprensa da Previdência. Nos dias 12 e 13 de abril foram feitos dois depósitos em sua conta: R\$ 83.40, por indenização de transporte, e R\$ 17.986,05, equivalente a seu salário.

O valor se refere à remuneração como funcionário da Receita em São Paulo, de onde foi requisitado, mais 60% do salário de ministro. “A remuneração, no caso aqui, é a de São Paulo, porque a daqui é uma miséria”, disse Machado.

Machado disse à Folha que ele tem direito a essa verba porque foi “demitido” e não fez a devolução ao “tesouro”, mesmo não tendo mudado de cidade. “É uma indenização pela exoneração.”

Ele confirma que não chegou a fazer a mudança de seus pertences, devido ao novo convite de trabalho em Brasília.

De acordo com o decreto 4.004 de 8 de novembro de

**O GOVERNO E OS REEMBOLSOS**

Entenda como funcionam as restituições a que ministros têm direito

**QUÊ**

>> Reembolsos feitos a servidores que tenham tido despesas de trabalho pagas do próprio bolso, em situações extraordinárias, sem o uso do cartão corporativo ou da conta “tipo B”

**MINISTROS**

>> Vários ministros usam diretamente o mecanismo para reembolso de despesas. Não é possível verificar quem o usa indiretamente, por meio de assessores

**COMO FUNCIONA**

>> Após pagar a despesa, o servidor apresenta comprovantes e justificativa de gastos para abertura de um processo interno em seu órgão. Depois, é feita a devolução do valor

**FISCALIZAÇÃO**

>> Os processos ficam arquivados e são verificados pelo controle interno do órgão, mas, na prática, fogem de fiscalização mais rigorosa e ficam longe do controle público

**TRANSPARÊNCIA**

>> Reembolsos de despesas corriqueiras não têm rubrica própria. Estão agrupados em “restituições e indenizações”, que inclui auxílio e/ou auxílio-moradia e/ou ajuda de custo

## Ajuda de custo é ‘indenização’ diz Machado

DA SACUSAL DE BRASÍLIA

O ex-ministro da Previdência e atual secretário-executivo da Fazenda, Nelson Machado, considera que a ajuda de custo recebida é uma “indenização” pela demissão à qual tem direito mesmo se tivesse ficado apenas um dia entre um posto e outro em Brasília.

A assessoria de imprensa do ministro dos Portos informou que Pedro Brito não podia ser contatado ontem, mas negou que haja qualquer irregularidade. Afirmando que o valor foi recebido a título de “ajuda de custo para pagamento de despesas de deslocamento e mudança para assumir a secretaria”.

Segundo Luiz Navarro, secretário-executivo da CGU, casos dessa natureza precisam de análises individuais e, além do tempo que o servidor esteve entre duas funções, o valor foi recebido a título de “ajuda de custo para pagamento de despesas de deslocamento e mudança para assumir a secretaria”.

“Essa indenização é justamente porque o servidor vai ter que voltar para seu Estado”, disse Machado. Mas, questionado sobre sua própria mudança de volta, disse: “Eu fui embora, mas não fiz a mudança porque dentro do prazo de fazer a mudança, fui convocado para voltar para a [pastada] Fazenda”.

“Solicitei a ajuda de custo porque é um direito. Se eu ficasse dois dias, um dia fora, eu teria esse direito, é independente disso. O direito independe do prazo que eu fique fora”, disse Machado, em contradição com os limites do decreto.

Navarro, da CGU, também estranhou que o pagamento tenha sido feito pela Previdência, já que apenas voltou a adotar a prática de viajar para Brasília durante a semana

para trabalhar – fica hospedado em apart-hotel que paga com o auxílio-moradia, também pago pelo governo federal.

A assessoria informou que o ministro também recebeu um valor de indenização após sua exoneração na Integração Nacional, mas não soube dizer o valor, que não consta do Portal da Transparência. E disse que o “registro” a Brasília dentro dos 90 dias do decreto não se aplica, já que Brito estaria chegando para um novo cargo.

Nelson Machado entrou em contato com a reportagem após um pedido de esclarecimentos feito à Previdência. Ele defendeu o direito à ajuda de custo, conforme a lei 8.112, regulamentada pelo decreto 4.004 de 8 de novembro de 2001 – ele próprio enviou uma cópia à reportagem.

“Essa indenização é justamente porque o servidor vai ter que voltar para seu Estado”, disse Machado. Mas, questionado sobre sua própria mudança de volta, disse: “Eu fui embora, mas não fiz a mudança porque dentro do prazo de fazer a mudança, fui convocado para voltar para a [pastada] Fazenda”.

“Solicitei a ajuda de custo porque é um direito. Se eu ficasse dois dias, um dia fora, eu teria esse direito, é independente disso. O direito independe do prazo que eu fique fora”, disse Machado, em contradição com os limites do decreto.

Navarro, da CGU, também estranhou que o pagamento tenha sido feito pela Previdência, já que apenas voltou a adotar a prática de viajar para Brasília durante a semana

**IO valor recebido pelo ministro Pedro Brito foi ajuda de custo para pagamento de despesas de deslocamento e mudança para assumir a secretaria**

Resposta da assessoria do ministro dos Portos sobre a ajuda de custo de R\$ 8.300

2001, o servidor tem direito à ajuda de custo para despesas de “viagem, mudança e instalação” quando é mandado para servir “em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente”. Mas a ajuda deve ser devolvida se o deslocamento para a nova sede não ocorrer em 30 dias ou se o servidor retornar em menos de 90 dias, segundo o mesmo decreto.

Procurada a respeito do caso de Nelson Machado na segunda-feira, a Controladoria Geral da União afirmou que o argumento apresentado, conforme repassado pela reportagem, é “indequido”.

“É o caso de ressarcimento, devolver a indenização”, disse Luiz Navarro, secretário-executivo da CGU.

**GASTOS DO GOVERNO**

**484,6** milhões  
**632,7** milhões

Foi o total gasto pelo governo federal em “restituições e indenizações” em 2007

Foi o total em 2006

**QUEM RECEBEU “AJUDA DE CUSTO” EM 2007**

Ministro	Pasta	Valor recebido em R\$
Nelson Machado	Previdência	8.362,8
Pedro Brito	Portos/Integração	8.362,8
Luiz Carlos G. Pinto	Agricultura	107.744,43
Roberto M. Unger	Longo Prazo	8.362,8
Marta Suplicy	Turismo	8.362,8

**O QUE DIZ O DECRETO 4.004 DE 8/11/2001**

Que regulamentam a ajuda de custo

**Art 1º** – Ao servidor público civil que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á ajuda de custo, para atender às despesas de viagem, mudança e instalação, transporte, concessão de preferência para via aérea, inclusive para seus dependentes; transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes

**Art 2º** – SERÁ RESTITUIDA A AJUDA DE CUSTO, considerando-se individualmente o servidor e cada dependente quando não se efetivar o deslocamento para a nova sede no prazo de trinta dias, contados a partir da partida aérea, quando, antes de decorridos três meses do deslocamento, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço

**RANKING LÍQUIDO DE REEMBOLSOS DE DESPESAS**

Excluídos valores que foram identificados como auxílio-moradia e ajuda de custo

Ministro	Pasta	Valor recebido em R\$
Fernando Haddad	Educação	7.029,29
Marta Suplicy	Turismo	4.165,00
Jorge Félix	Segurança Institucional	3.642,26
Altemir Gregolin	Agricultura e Pesca	3.234,00
Tarso Genro	Justiça/R. Institucionais	2.874,29
Nílceia Freire	Políticas para Mulheres	2.541,72
Orlando Silva	Esporte	2.015,00
Pedro Brito	Portos/Int. Nacional	1.824,23
Luiz Dulci	Secretaria-Geral	1.766,43
Roberto Mangabeira	Longo Prazo	1.508,24
Alfredo Nascimento	Transportes	1.429,02
Sérgio M. Rezende	Ciência e Tecnologia	1.327,59
Mário Fortes	Cidades	1.037,30
Luiz Carlos G. Pinto	Agricultura	966,77
Franklin de S. Martins	Comunicação Social	890,16
Márcia Silva	Meio Ambiente	799,62
Paulo Bernardo	Planejamento	731,5
Waldino dos Mares	Defesa	434,62
Patruss Ananias	Relações Institucionais	367,2
Luiz Marinho	Desenvolvimento Social	233,70
Reinhold Stephanes	Prev. Social/Trabalho	67,8
	Agricultura	23,0

Fonte: Portal da Transparência

só poderá comentar os casos após uma investigação. Já outro caso de recebimento dessa verba por ministro que depois assumiu outro posto em Brasília, mas o prazo excede o limite do decreto: o ex-ministro da Agricultura Luiz Carlos Guedes Pinto cedeu o posto a Reinhold Stephanes em março e só assumiu a vice-presidência de Aproximados no Banco do Brasil em julho.

Os outros dois ministros que fizeram uso dessa verba foram os ministros Roberto Mangabeira Unger (Planejamento de Longo Prazo) e Marta Suplicy (Turismo), que assumiram as funções neste ano e não moravam em Brasília antes disso.

Os valores recebidos a título de “restituições e indenizações” estão no Portal da Transparência da CGU, de forma separada do atual escândalo das farças dos cartões corporativos. Além da ajuda de custo, há outros pagamentos aos ministros, como o auxílio-moradia. Eles têm direito a até R\$ 1.800 mensais (R\$ 21,6 mil no ano).

## Restituição paga despesas em viagens

DA SACUSAL DE BRASÍLIA

Além do auxílio-moradia e das ajudas de custo, alguns ministros usam a restituição para pagar suas despesas de trabalho, geralmente durante viagens. Mas diferentemente do cartão corporativo, que foi criado para essa situação, o reembolso tem pouca ou nenhuma fiscalização externa.

Em alguns casos, o ministro não tem cartão próprio, como Marta Suplicy (Turismo), e não divulga detalhes das contas reembolsadas. Em outros, o reembolso é usado em complemento ao uso do cartão, como Orlando Silva (Esporte) e Altemir Gregolin (Pesca).

A Folha realizou um levantamento sobre valores recebidos pelos ministros no ano passado dentro da rubrica “restituições e indenizações”, um item de despesas correntes nas contas do governo.

Considerando apenas os valores que foram identificados como reembolsos de despesas, o líder do ranking foi o ministro da Educação, Fernando Haddad. Seus dois reembolsos se referem à compra de uma passagem de classe executiva de Madri a São Paulo (3740 euros) e R\$ 650 por excesso de peso na ida a Paris, na mesma viagem de trabalho.

Ele levou um carregamento de livros para distribuir em uma conferência da Unesco em Paris e, na volta, perdeu o bilhete.

O caso difere dos procedimentos adotados por outros ministros, como Orlando Silva (Esporte) e Jorge Félix (CGU), que não detalharam a agenda relativa aos reembolsos. As assessorias informaram apenas tratar de gastos em viagens de trabalho.

Mesmo com o valor do reembolso disponível no Portal da Transparência, a CGU considera que a prática do reembolso deve ser algo em caráter excepcional, o normal seria usar o cartão.

“A dificuldade é a mesma de todo provimento de fundos. É difícil controlar nos milhares de processos arquivados nos órgãos e ver tudo”, disse Luiz Navarro, da CGU. Ele diz ter recebido uso de verba para despesas que não de viagem.

As assessorias de Gregolin, Orlando Silva e Nílceia Freire (Mulheres) enviaram justificativas do reembolso e hospedagem. Luiz Dulci, em viagem oficial, ofereceu para hoje detalhamento de seus reembolsos. A assessoria de imprensa da Casa Civil, responsável pela Secretaria de Administração da Previdência, não informou os reembolsos dos ministros vinculados ao órgão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Esta sessão foi toda supervisionada e coordenada pela nossa bela Secretária Executiva, Cláudia Lyra, e por esses dois extraordinários assessores que o Senado possui: Dr. José Roberto e Dr. João Pedro.

Atentai bem! O Inácio Arruda tem de aprender: o Presidente Castello Branco, ao modificar umas posições, iria retirar determinada pessoa, e chegou alguém e disse: “Não faça isso. Esse é insubstituível”. E ele respondeu: “O cemitério está cheio de insubstituíveis. O mais que um homem pode ser é necessário”. Eu via aqui o nosso Raimundo Carreiro, que de repente foi substituído por essa equipe de alto valor que engrandece o Senado. Eu não poderia me esquecer do Zezinho, servidor que serve. Ele veio ao mundo, como disse Cristo, não para ser servido, e sim para servir.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 30, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

1

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).*

4

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 5, DE 2005**  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 38, DE 2004**  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 50, DE 2006**  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador

Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro

signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

*regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

*dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**29**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**30**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

**31**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**32**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

**33**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

**34**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

**35**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

36

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

37

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)*  
*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)*  
*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

39

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

41

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que al-

tera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

50

**REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

**REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na*

*prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

54

**REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

55

**REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

#### **REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

57

#### **REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

#### **REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

59

#### **REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação con-*

*junta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

60

#### **REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

#### **REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

#### **REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

63

#### **REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito

Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

64

**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que específica)

65

**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

66

**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

67

**REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

68

**REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

69

**REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

70

**REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)

71

**REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

72

**REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

73

**REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

74

**REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

75

**REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

76

**REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –  
Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 33 minutos.)*

**ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS AOS VETOS PRESIDENCIAIS  
CONSTANTES DA CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO UTILIZADA NA  
SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADA NO DIA  
QUINZE DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E OITO.**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reunião da Subsecretaria de Atendimento a Área Legislativa e de Plenário - SSALEP, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - Prodasen, às dez horas, presentes os Senhores Deputados Gilmar Machado (PT-MG), Saturnino Masson (PSDB-MT) e Otávio Leite (PSDB-RJ), membros indicados pelos Líderes de seus respectivos Partidos para a comissão designada pela Presidência, para acompanhar a apuração dos votos oferecidos por meio de cédula única aos vetos presidenciais, na sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para as dezenove horas e quinze minutos do mesmo dia. A cédula única de votação continha trinta e sete itens, dos quais os itens três, sete e doze foram retirados da pauta, através de requerimentos de senhores líderes, deferidos pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional. A Comissão adotou o seguinte procedimento: abertas as urnas de votação na Câmara dos Deputados, foram contadas quatrocentas e dezenove cédulas, das quais quatrocentas e quinze foram consideradas válidas e quatro não válidas, estas por não serem idênticas às cédulas que foram distribuídas aos Senhores Deputados, coincidindo, assim, com o número de assinaturas da lista de votação, que totalizou quatrocentos e dezenove Senhores Deputados; abertas as urnas de votação no Senado Federal, foram encontradas cinqüenta e sete cédulas, das quais cinqüenta e cinco foram consideradas válidas e uma não válida, esta por não ser idêntica à cédula distribuída aos Senhores Senadores, coincidindo, assim, com o número de assinaturas da lista de votação, que totalizou cinqüenta e sete Senhores Senadores. Dando prosseguimento aos trabalhos, as cédulas foram etiquetadas e numeradas seqüencialmente, reunidas em lotes de dez e envelopadas. Passou-se, a seguir, à digitação dos votos contidos em cada cédula. Foi utilizado o sistema de dupla digitação, seguido de conferência de cada cédula para eliminar a possibilidade de erros. Os itens números nove, dez, vinte e quatro, vinte e nove, trinta e um e trinta e quatro, da cédula única de votação dos vetos tiveram sua apuração iniciada pelo Senado Federal, conforme o disposto no art. 43, § 2º, "in fine", do Regimento Comum. Tendo sido mantidos os vetos no Senado Federal, não foi necessária a apuração na Câmara dos Deputados. Os demais itens tiveram a sua apuração iniciada pela Câmara dos Deputados, que manteve os vetos, dispensando sua apuração no Senado Federal. Obedecido o disposto no art. 43 do Regimento Comum, foi emitido um relatório, anexo desta Ata, com a totalização dos votos dos Deputados e Senadores. Nada mais havendo a tratar, foi layrada a presente Ata, que vai por nós assinada. Deputados Gilmar Machado-  
PT/MG \_\_\_\_\_ Saturnino Masson-  
PSDB/RJ \_\_\_\_\_ e Otávio Leite-  
PSDB/MT \_\_\_\_\_

# CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA EM 15-4-2008

## CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO (37 itens)

- 1 - Esta é uma cédula única de votação, prevista no art. 47 do Regimento Comum, contendo matérias vetadas pelo Senhor Presidente da República.
- 2 - Ela é o instrumento legal que permitirá, através do exercício livre do dever constitucional do voto, resguardado o sigilo, aferir a vontade formal do Congresso Nacional.
- 3 - A cédula está sendo colocada à disposição do Congressista com antecedência para propiciar-lhe um estudo acurado das matérias e a possibilidade de escolha reservadamente.
- 4 - Todas as matérias estão automaticamente destacadas.
- 5 - Ao lado de cada dispositivo vetado e da matéria vetada totalmente constam 3 quadros em branco, com indicação, em cada, das opções de voto (sim, não, abstenção).
- 6 - O Congressista, para votar, deverá preencher com um xis (X) o quadro que represente a sua vontade.
- 7 - A cédula, após preenchida corretamente, não devendo conter qualquer sinal de identificação, rasuras ou votos duplos, será depositada em urnas sobre a mesa, devendo o Congressista assinar a folha de votação respectiva.
- 8 - A apuração será feita obedecido o disposto no art. 43 do Regimento Comum, sob a responsabilidade da Mesa e acompanhada por congressistas indicados pelos respectivos partidos.
- 9 - As matérias que, porventura, não forem votadas ou para as quais não houver quorum serão mantidas na Ordem do Dia, para oportuna votação.
- 10 - O voto não pode ser mudado após depositado na urna.
- 11 - O que está em votação é o veto. O voto **SIM** mantém o veto; o voto **NÃO** o rejeita.

### **Nota**

***Os avulsos referentes às matérias constantes da Cédula encontram-se à disposição dos Senhores Parlamentares, na Sala de Avulsos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.***

MATÉRIA	VOTO
<p align="center"><b>Item 1</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 1997</b> (oriundo da Medida Provisória nº 1.596-14/1997), que "Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências". (Organização da Seguridade Social, Planos de Benefícios da Previdência Social) (Mensagem nº 221, de 1998-CN)</p> <p>- § 2º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;</p> <p>- alínea "b" do § 8º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;</p> <p>- § 2º do art. 97 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;</p> <p>- § 5º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;</p> <p>- parágrafo único do art. 2º;</p> <p>- § 2º do art. 5º; e</p> <p>- parágrafo único do art. 15.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [01.01]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [01.02]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [01.03]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [01.04]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [01.05]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [01.06]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [01.07]</p>
<p align="center"><b>Item 2</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2002</b> (nº 259/1999, na Casa de origem) que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências". (Mensagem nº 6, de 2003-CN) (Veto Parcial nº 4, de 2003)</p>	
<p>- art. 79-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [02.01]</p>
<p align="center"><b>Item 3</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1994</b> (nº 2.535/1992, na Casa de origem), que "Dispõe sobre o exercício da profissão de desenhista". (Mensagem nº 202, de 1994-CN)</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [03.00]</p>

MATÉRIA	VOTO
<b>Item 4</b>	
- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1996</b> (nº 382/1991, na Casa de origem), que "insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências". (Mensagem nº 740, de 1999-CN)	
- art. 390A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.01]
- "caput" do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.02]
- inciso I do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.03]
- inciso II do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.04]
- "caput" do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.05]
- inciso I do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.06]
- "caput" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.07]
- alínea "a" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.08]
- alínea "b" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.09]
- "caput" do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.10]
- inciso I do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.11]
- inciso II do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.12]
- inciso III do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.13]
- "caput" do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.14]
- inciso I do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; e	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.15]
- inciso II do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [04.16]

MATÉRIA	VOTO
<p align="center"><b>Item 5</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1993</b> (nº 444/1991, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares". (Mensagem nº 777, de 2000-CN) <b>(Veto Parcial nº 20, de 2000)</b></p> <p>- parágrafo único do art. 1º; e</p> <p>- art. 3º.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [05.01]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [05.02]</p>
<p align="center"><b>Item 6</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000</b> (nº 1.617/1999, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências". (Mensagem nº 779, de 2000-CN) <b>(Veto Parcial nº 22, de 2000)</b></p> <p>- inciso III do art. 4º;</p> <p>- § 5º do art. 4º;</p> <p>- "caput" do art. 15;</p> <p>- § 1º do art. 15;</p> <p>- § 2º do art. 15;</p> <p>- § 3º do art. 15; e</p> <p>- § 3º do art. 21.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [06.01]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [06.02]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [06.03]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [06.04]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [06.05]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [06.06]</p> <p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [06.07]</p>
<p align="center"><b>Item 7</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2000</b> (nº 256/1999, na Casa de origem), que "Acrescenta parágrafos aos arts. 179 e 207 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente". (Mensagem nº 783, de 2000-CN) <b>(Veto Total nº 26, de 2000)</b></p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [07.00]</p>
<p align="center"><b>Item 8</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2000</b> (nº 2.845/2000, na Casa de origem), que "Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". (Mensagem nº 1.206, de 2000-CN) <b>(Veto Parcial nº 38, de 2000)</b></p>	
<p>- parágrafo único do art. 431 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [08.01]</p>
<p align="center"><b>Item 9</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1999</b> (nº 1.492/1999, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta parágrafos ao art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico". (Mensagem nº 257, de 2001-CN) <b>(Veto Parcial nº 16, de 2001)</b></p> <p>- § 6ºB do art. 135 da Lei nº 4.737, de 15-7-1965, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [09.01]</p>

MATÉRIA	VOTO
<p align="center"><b>Item 10</b></p> <p>- Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996 (nº 3.162/1997, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências". (Mensagem nº 749, de 2001-CN) (Veto Total nº 39, de 2001)</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [10.00]</p>
<p align="center"><b>Item 11</b></p> <p>- Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2001 (nº 3.989/2000, na Casa de origem), que "Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991". (organização da Seguridade Social, Planos de benefícios da Previdência Social). (Mensagem nº 4, de 2002-CN) (Veto Parcial nº 2, de 2002)</p>	
<p>- inciso V do art. 32 da Lei 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [11.01]</p>
<p align="center"><b>Item 12</b></p> <p>- Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2001 (nº 66/1999, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas". (Mensagem nº 65, de 2002-CN) (Veto Total nº 10, de 2002)</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [12.00]</p>
<p align="center"><b>Item 13</b></p> <p>- Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2002 (nº 2.173/1999, na Casa de origem) que "Dispõe sobre as empresas de asseio e conservação". (Mensagem nº 3, de 2003-CN) (Veto Total nº 2, de 2003)</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [13.00]</p>
<p align="center"><b>Item 14</b></p> <p>- Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2001 (nº 3.049/2000, na Casa de origem) que "Altera dispositivos da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que 'dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores profissionais, durante os períodos de defeso". (Veto Total nº 6, de 2003)</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [14.00]</p>
<p align="center"><b>Item 15</b></p> <p>- Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2003 (nº 5.756/2001, na Casa de origem) que "Dispõe sobre a criação de 183 (cento e oitenta e três) Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais no País e dá outras providências". (Mensagem nº 162, de 2003-CN) (Veto Parcial nº 38, de 2003)</p>	
<p>- art. 9; e</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [15.01]</p>
<p>- inciso I do art. 15 da Lei nº 5.010 de 30/05/66, com a redação dada pelo art. 8º do projeto.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [15.02]</p>
<p align="center"><b>Item 16</b></p> <p>- Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2004 (oriundo da Medida Provisória nº 151/2003) que "Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências". (Mensagem nº 39, de 2004-CN) (Veto Parcial nº 3, de 2004)</p>	
<p>- parágrafo único do art. 2º.</p>	<p align="center">S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [16.01]</p>

MATÉRIA	VOTO
<p align="center"><b>Item 17</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2004</b> (oriundo da Medida Provisória nº 164/2004) que "Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação de Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências". (Mensagem nº 53, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 4, de 2004)</b></p>	
- § 2º do art. 44.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [17.01]
<p align="center"><b>Item 18</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2002</b> (nº 5.226/2001, na Casa de origem) que "Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir na Carteira Nacional de Habilitação os dados que especifica". (Mensagem nº 84, de 2004-CN) <b>(Veto Total nº 8, de 2004)</b></p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [18.00]
<p align="center"><b>Item 19</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2004</b> (oriundo da Medida Provisória nº 166/2004) que "Cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dá outras providências". (Mensagem nº 91, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 9, de 2004)</b></p>	
- parágrafo único do art. 5º; e	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [19.01]
- parágrafo único do art. 25.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [19.02]
<p align="center"><b>Item 20</b></p> <p>- <b>Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2004</b> (nº 3.826/2000, na Casa de origem) que "Institui a Bolsa-Atleta". (Mensagem nº 125, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 12, de 2004)</b></p>	
- "caput" do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.01]
- inciso I do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.02]
- inciso II do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.03]
- inciso III do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.04]
- inciso IV do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.05]
- inciso V do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.06]
- inciso VI do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.07]
- inciso VII do art. 4º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.08]
- art. 7º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.09]
- art. 8º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.10]
- "caput" do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.11]
- § 1º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.12]
- § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.13]
- § 3º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.14]
- "caput" do art. 10;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.15]
- parágrafo único do art. 10;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.16]
- "caput" do art. 14;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.17]
- § 1º do art. 14; e	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.18]
- § 2º do art. 14.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [20.19]

MATÉRIA	VOTO
<p align="center"><b>Item 21</b></p> <p>- Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2004 (nº 3.332/2004, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União, e dá outras providências". (Mensagem nº 127, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 14, de 2004)</b></p>	
- art. 1º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [21.01]
<p align="center"><b>Item 22</b></p> <p>- Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2004 (nº 3.501/2004, na Casa de origem), que "Reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o pró-labore, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central do Brasil, Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências". (Mensagem nº 128, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 15, de 2004)</b></p>	
- § 5º do art. 10.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [22.01]
<p align="center"><b>Item 23</b></p> <p>- Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2004 (nº 3.113/2000, na Casa de origem), que "Institui o Programa de Bolsas de Manutenção para Atletas". (Mensagem nº 131, de 2004-CN) <b>(Veto Total nº 17, de 2004)</b></p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [23.00]
<p align="center"><b>Item 24</b></p> <p>- Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2000 (nº 6.955/2002, na Câmara dos Deputados), que "Altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994". (Mensagem nº 147, de 2004-CN) <b>(Veto Total nº 21, de 2004)</b></p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [24.00]
<p align="center"><b>Item 25</b></p> <p>- Projeto de Lei de Conversão nº 41, de 2004 (oriundo da Medida Provisória nº 186/2004), que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens – PNPE e à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Serviço Voluntário, e dá outras providências". (Mensagem nº 164, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 22, de 2004)</b></p>	
- § 1º do art. 4º-A da Lei nº 10.748, de 22-10-2003, com a redação dada pelo art. 2º do projeto.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [25.01]
<p align="center"><b>Item 26</b></p> <p>- Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 2004 (oriundo da Medida Provisória nº 190/2004), que "Institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2ºA da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e dá outras providências". (Mensagem nº 200, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 24, de 2004)</b></p>	
- parágrafo único do art. 5º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [26.01]

MATÉRIA	VOTO
<b>Item 27</b> - <b>Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003</b> (nº 4.295/2001, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor". (Mensagem nº 243, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 25, de 2004)</b>	
- "caput" do art. 6º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [27.01]
- inciso I do art. 6º; e	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [27.02]
- inciso II do art. 6º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [27.03]
<b>Item 28</b> - <b>Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2004</b> (nº 2.399/2003, na Casa de origem), que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS e dá outras providências". (Mensagem nº 272, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 28, de 2004)</b>	
- parágrafo único do art. 3º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [28.01]
<b>Item 29</b> - <b>Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1988</b> (nº 3.803/1989, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências". (Mensagem nº 273, de 2004-CN) <b>(Veto Parcial nº 29, de 2004)</b>	
- inciso II do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.01]
- "caput" do inciso III do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.02]
- alínea "a" do inciso III do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.03]
- alínea "b" do inciso III do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.04]
- alínea "c" do inciso III do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.05]
- alínea "d" do inciso III do art. 2º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.06]
- alínea "e" do inciso III do art. 2º; e	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.07]
- inciso VII do art. 2º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [29.08]
<b>Item 30</b> <b>Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007</b> (oriundo da Medida Provisória nº 372/2007) que "Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências". <b>(Veto Parcial nº 29, de 2007)</b>	
- art. 2º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, com a redação dada pelo art. 20 do projeto;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [30.01]
- art. 1º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, com a redação dada pelo art 21 do projeto; e	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [30.02]
- § 3º do art. 5 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 23 do projeto.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [30.03]

MATÉRIA	VOTO
<p><b>Item 31</b></p> <p><b>Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002</b> (nº 7.509/2006, na Câmara dos Deputados) que "Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro".</p> <p><b>(Veto Total nº 30, de 2007)</b></p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [31.00]
<p><b>Item 32</b></p> <p><b>Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2007</b> (nº 1.631/2007, na Casa de origem) que "Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências".</p> <p><b>(Veto Parcial nº 31, de 2007)</b></p> <p>- alínea "b" do inciso III do art. 12.</p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [32.01]
<p><b>Item 33</b></p> <p><b>Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005</b> (nº 4.412/2001, na Casa de origem) que "Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências".</p> <p><b>(Veto Total nº 32, de 2007)</b></p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [33.00]
<p><b>Item 34</b></p> <p><b>Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003</b> (nº 7.362/2006, na Câmara dos Deputados) que "Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências".</p> <p><b>(Veto Total nº 34, de 2007)</b></p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [34.00]
<p><b>Item 35</b></p> <p><b>Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007</b> (nº 4.125/2004, na Casa de origem) que "Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias". <b>(Veto Parcial nº 35, de 2007)</b></p> <p>- caput do art. 4º;</p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [35.01]
- § 1º do art. 4º; e	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [35.02]
- § 2º do art. 4º.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [35.03]
<p><b>Item 36</b></p> <p><b>Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2007</b> (oriundo da Medida Provisória nº 387/2007) que "Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa do Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008". <b>(Veto Parcial nº 36, de 2007)</b></p> <p>- parágrafo único do art. 1º.</p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [36.01]

MATÉRIA	VOTO
<p><b>Item 37</b></p> <p><b>Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006</b> (nº 5.288/2005, na Casa de origem) que "Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências". <b>(Veto Parcial nº 37, de 2007)</b></p> <p>- inciso V do art. 7º;</p>	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [37.01]
- art. 15; e	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [37.02]
- art. 19.	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [37.03]

# Congresso Nacional

Usuário: VETO

Data: 16/04/2008 15:38:58

Página 1 de 1

## Apuração Final dos Vetos

Casa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
SF	009.01	- § 6º B do art. 135 da Lei nº 4.737, de 15-7-1965, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	42	4	1	7	2	49	56	Mantido
	010.00	- Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996 (nº 3.162/1997, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências". (Mensagem nº 749, de 2001-CN). (Veto Total nº 39, de 2001)	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	024.00	- Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2000 (nº 6.955/2002, na Câmara dos Deputados), que "Altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994". (Mensagem nº 147, de 2004-CN). (Veto Total nº 21, de 2004)	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.01	- inciso II do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.02	- "caput" do inciso III do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.03	- alínea "a" do inciso III do art. 2º;	44	3	1	6	2	50	56	Mantido
	029.04	- alínea "b" do inciso III do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.05	- alínea "c" do inciso III do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.06	- alínea "d" do inciso III do art. 2º;	44	3	1	6	2	50	56	Mantido
	029.07	- alínea "e" do inciso III do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.08	- inciso VII do art. 2º.	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	031.00	- Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002 (nº 7.509/2006, na Câmara dos Deputados) que "Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo Brasileiro". (Veto Total nº 30, de 2007)	32	16	1	5	2	51	56	Mantido
	034.00	- Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003 (nº 7.362/2006, na Câmara dos Deputados) que "Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências". (Veto Total nº 34, de 2007)	36	11	1	6	2	50	56	Mantido

Usuário: VETO

Data: 16/04/2008 15:36:21

Página 1 de 3

# Congresso Nacional

## Apuração Final dos Vetos

Casa	Item	Descrição	Sím	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
CD	001.01	- § 2º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	321	40	3	37	14	378	415	Mantido
	001.02	- alínea "b" do § 8º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	320	40	2	40	13	375	415	Mantido
	001.03	- § 2º do art. 97 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	321	39	2	40	13	375	415	Mantido
	001.04	- § 5º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;	319	41	2	40	13	375	415	Mantido
	001.05	- parágrafo único do art. 2º;	319	40	2	41	13	374	415	Mantido
	001.06	- § 2º do art. 5º; e	301	61	2	34	17	381	415	Mantido
	001.07	- parágrafo único do art. 15.	318	39	2	43	13	372	415	Mantido
	002.01	- art. 79-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	324	38	2	38	13	377	415	Mantido
	004.01	- art. 390A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	315	49	3	35	13	380	415	Mantido
	004.02	- "caput" do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	313	50	3	36	13	379	415	Mantido
	004.03	- inciso I do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	314	49	3	36	13	379	415	Mantido
	004.04	- inciso II do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	311	52	3	36	13	379	415	Mantido
	004.05	- "caput" do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	311	52	3	36	13	379	415	Mantido
	004.06	- inciso I do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	311	52	3	36	13	379	415	Mantido
	004.07	- "caput" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.08	- alínea "a" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.09	- alínea "b" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.10	- "caput" do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.11	- inciso I do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.12	- inciso II do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.13	- inciso III do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	314	49	3	36	13	379	415	Mantido
	004.14	- "caput" do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	313	50	3	36	13	379	415	Mantido
	004.15	- inciso I do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; e	314	49	3	36	13	379	415	Mantido
	004.16	- inciso II do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	314	48	3	37	13	378	415	Mantido
	005.01	- parágrafo único do art. 1º; e	321	45	0	36	13	379	415	Mantido
	005.02	- art. 3º.	316	42	0	44	13	371	415	Mantido
	006.01	- inciso III do art. 4º;	319	44	1	38	13	377	415	Mantido
	006.02	- § 5º do art. 4º;	313	48	1	40	13	375	415	Mantido
	006.03	- "caput" do art. 15;	316	44	1	41	13	374	415	Mantido
	006.04	- § 1º do art. 15;	316	44	1	41	13	374	415	Mantido

Usuário: VETO

Data: 16/04/2008 15:36:21

Página 2 de 3

# Congresso Nacional

## Apuração Final dos Vetos

Casa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
CD	006.05	- § 2º do art. 15;	315	44	1	42	13	373	415	Mantido
	006.06	- § 3º do art. 15; e	315	43	1	43	13	372	415	Mantido
	006.07	- § 3º do art. 21.	316	43	1	42	13	373	415	Mantido
	008.01	- parágrafo único do art. 431 do Decreto-Lei n° 5.452, de 1º -5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	324	37	2	39	13	376	415	Mantido
	011.01	- inciso V do art. 32 da Lei 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	319	41	2	40	13	375	415	Mantido
	013.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 80, de 2002 (n° 2.173/1999, na Casa de origem) que "Dispõe sobre as empresas de asseio e conservação". (Mensagem n° 3, de 2003-CN). (Veto Total n° 2, de 2003)	328	32	2	39	14	376	415	Mantido
	014.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 4, de 2001 (n° 3.049/2000, na Casa de origem) que "Altera dispositivos da Lei n° 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores profissionais, durante os períodos de defeso?". (Veto Total n° 6, de 2003)	316	46	2	38	13	377	415	Mantido
	015.01	- art. 9; e	321	39	3	38	14	377	415	Mantido
	015.02	- inciso I do art. 15 da Lei n° 5.010 de 30/05/66, com a redação dada pelo art. 8º do projeto.	320	39	3	40	13	375	415	Mantido
	016.01	- parágrafo único do art. 2º.	317	43	3	38	14	377	415	Mantido
	017.01	- § 2º do art. 44.	269	92	2	38	14	377	415	Mantido
	018.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 104, de 2002 (n° 5.226/2001, na Casa de origem) que "Altera o art. 159 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir na Carteira Nacional de Habilitação os dados que especifica". (Mensagem n° 84, de 2004-CN). (Veto Total n° 8, de 2004)	317	45	1	39	13	376	415	Mantido
	019.01	- parágrafo único do art. 5º; e	324	38	1	39	13	376	415	Mantido
	019.02	- parágrafo único do art. 25.	323	37	1	41	13	374	415	Mantido
	020.01	- "caput" do art. 4º;	299	59	4	40	13	375	415	Mantido
	020.02	- inciso I do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.03	- inciso II do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.04	- inciso III do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.05	- inciso IV do art. 4º;	297	59	4	42	13	373	415	Mantido
	020.06	- inciso V do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.07	- inciso VI do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.08	- inciso VII do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.09	- art. 7º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.10	- art. 8º;	297	59	4	42	13	373	415	Mantido
	020.11	- "caput" do art. 9º;	297	59	4	42	13	373	415	Mantido
	020.12	- § 1º do art. 9º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.13	- § 2º do art. 9º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.14	- § 3º do art. 9º;	296	59	4	43	13	372	415	Mantido
	020.15	- "caput" do art. 10;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido

Usuário: VETO  
Data: 16/04/2008 15:36:21

# Congresso Nacional

Página 3 de 3

## Apuração Final dos Vetos

Casa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Gerar	Resultado
CD	020.16	- parágrafo único do art. 10;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.17	- "caput" do art. 14;	297	59	4	42	13	373	415	Mantido
	020.18	- § 1º do art. 14; e	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.19	- § 2º do art. 14.	297	59	4	42	13	373	415	Mantido
	021.01	- art. 1º.	323	40	2	37	13	378	415	Mantido
	022.01	- § 5º do art. 10.	321	41	2	37	14	378	415	Mantido
	023.00	- Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2004 (nº 3.113/2000, na Casa de origem), que "Institui o Programa de Bolsas de Manutenção para Atletas". (Mensagem nº 131, de 2004-CN). (Veto Total nº 17, de 2004)	319	40	4	39	13	376	415	Mantido
	025.01	- § 1º do art. 4º-A da Lei nº 10.748, de 22-10-2003, com a redação dada pelo art. 2º do projeto.	312	48	3	39	13	376	415	Mantido
	026.01	- parágrafo único do art. 5º.	316	42	2	42	13	373	415	Mantido
	027.01	- "caput" do art. 6º;	323	40	1	38	13	377	415	Mantido
	027.02	- inciso I do art. 6º; e	322	39	1	40	13	375	415	Mantido
	027.03	- inciso II do art. 6º.	320	40	1	41	13	374	415	Mantido
	028.01	- parágrafo único do art. 3º.	274	80	3	45	13	370	415	Mantido
	030.01	- art. 2º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, com a redação dada pelo art. 20 do projeto;	286	73	2	41	13	374	415	Mantido
	030.02	- art. 1º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, com a redação dada pelo art. 21 do projeto; e	287	72	2	41	13	374	415	Mantido
	030.03	- § 3º do art. 5 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 23 do projeto.	287	72	2	41	13	374	415	Mantido
	032.01	- alínea "b" do inciso III do art. 12.	283	79	2	38	13	377	415	Mantido
	033.00	- Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem) que "Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências". (Veto Total nº 32, de 2007)	320	44	1	37	13	378	415	Mantido
	035.01	- caput do art. 4º;	278	85	1	38	13	377	415	Mantido
	035.02	- § 1º do art. 4º; e	276	85	1	40	13	375	415	Mantido
	035.03	- § 2º do art. 4º.	276	85	1	40	13	375	415	Mantido
	036.01	- parágrafo único do art. 1º.	320	44	1	37	13	378	415	Mantido
	037.01	- inciso V do art. 7º;	315	39	2	46	13	369	415	Mantido
	037.02	- art. 15; e	316	39	2	45	13	370	415	Mantido
	037.03	- art. 19.	316	39	2	45	13	370	415	Mantido

## **Agenda do Presidente do Senado Federal**

### **Senador Garibaldi Alves Filho**

**29/04/2008**

**Terça**

- 09:30**    **Abertura da 3ª Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa.**  
Local: Auditório da Câmara dos Deputados
- 10:00**    **Sessão especial em comemoração ao 48º aniversário de Brasília**  
Plenário do Senado Federal
- 14:00**    **Visita do Dr. Nelson Sirotsky - Presidente da Rede Brasil Sul-RS**  
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 14:30**    **Reunião de Líderes do Senado Federal**  
Gabinete do Presidente do Senado Federal
- 16:00**    **Ordem do dia - Sessão deliberativa do Senado Federal**  
Plenário do Senado Federal
- 19:00**    **Assinatura de convênio entre a TV Senado e o Clube do Choro**  
  
Salão Nobre

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

## Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

## Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

## Maranhão

**S/PARTIDO** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

## Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

## Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

## São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

## Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

## Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

## Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

## Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

## Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

## Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**PTB** - Carlos Dunga\*\* (S)

## Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

## Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

## Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

## Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

## Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

## Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virgínio de Carvalho\*\* (S)

## Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Peres\*  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

## Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

## Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Sibá Machado\* (S)  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

## Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

## Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

## Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

## Amapá

**Maioria-PMDB** - Geovani Borges\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

## Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

## Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final:** 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(12)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,8)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(10)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) <sup>(3)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	
<b>PDT/PSOL <sup>(11)</sup></b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 3311-3514  
**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (Sem Partido-) (1)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
<b>PTB</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>PDT</b>	
VAGO	

### COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares

Leitura: 05/03/2008  
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM)

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
<b>Majoria ( PMDB )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

### 3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.  
(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

**Finalidade:** Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.  
(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

#### TITULARES

##### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

##### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

VAGO

##### Maioria ( PMDB )

Senador José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(7)</sup>	5. VAGO <sup>(4)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(6)</sup>	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
João Vicente Claudino	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PMDB PSDB (1)</b>	
Cícero Lucena (Sem Partido) (6)	1. VAGO

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(2,4)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)  
**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho  
**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516  
**Fax:** 3311-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b>	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (7)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (Sem Partido) (8)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB (6)</b>	
Gim Argello	1. VAGO
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

### Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Serys Shessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(2)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(5)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) <sup>(9)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(10)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO <sup>(5)</sup>	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(7)</sup>	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(6)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(8)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n° 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n° 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. n° 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário n° 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 3311-3498  
**Fax:** 3311-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes**

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 3311-3498  
**Fax:** 3311-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 3311-3498  
**Fax:** 3311-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 3311-3498  
**Fax:** 3311-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(3)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) <sup>(4)</sup>	5. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PTB</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1 SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (1)</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.2 SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(8)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(12)</sup>	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(11)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(10)</sup>	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(9)</sup></b>	
VAGO	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (1)	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (5)

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Silhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) (9)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO (4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (5)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (1)
Virgínio de Carvalho (PSC) (8)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (7)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB (6)</b>	
Fernando Collor	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (Sem Partido) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Serys Sihessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Geovani Borges (PMDB) (7)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (Sem Partido) (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB (5)</b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1. VAGO

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 120/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(4)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Jim Argello (PTB) <sup>(3)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(9)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(8)</sup>	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) (6)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB (8)</b>	
Carlos Dunga (7)	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(3)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(5)</sup>	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) <sup>(4)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(3)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (1)</b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (2)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Églio Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Églio Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
VAGO	
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria

**Atualização:** 09/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995      **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999      **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001      **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (Sem Partido-) <sup>(8)</sup>	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) <sup>(10)</sup>
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(9)</sup>	

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007

3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP

4. Eleito na Sessão de 27.6.2007

5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP

6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.

7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007

8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008

9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(1)</sup>

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

---

### MEMBROS

#### PMDB

Roseana Sarney (MA)

#### DEM

Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) <sup>(2)</sup>

#### PSDB

Lúcia Vânia (GO)

#### PT

Serys Slhessarenko (MT)

#### PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

#### PR

VAGO

#### PDT

Cristovam Buarque (DF)

#### PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

#### PC DO B

Inácio Arruda (CE)

#### PRB

Marcelo Crivella (RJ)

#### PP

VAGO

#### PSOL

VAGO

---

Atualização: 25/03/2008

**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (VAGO)<sup>4</sup>

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)<sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)<sup>2</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) <sup>1</sup>
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Vago em virtude de renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada mediante o OF. P/034/2008, de 14.04.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA</u></b> <b><u>MINORIA</u></b> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moka	<b><u>a (PMDB-MS)_____</u></b>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



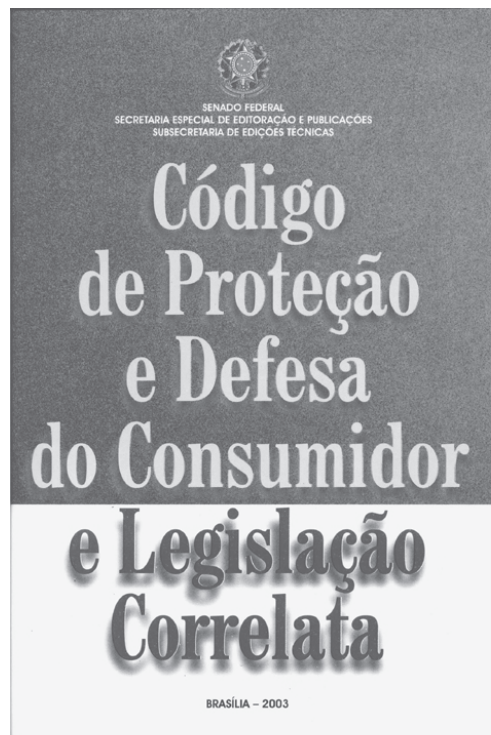
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 236 PÁGINAS**